

DÉBORA LUCIENE PORTO BOENAVIDES

**A ESCRITA DA MULHER TRABALHADORA
NA IMPRENSA OPERÁRIA BRASILEIRA DA REPÚBLICA VELHA:
A LUTA CONTRA O ENCLAUSURAMENTO E O PRECONCEITO LINGUÍSTICO**

PORTO ALEGRE

2018

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: ESTUDOS DA LINGUAGEM
LINHA DE PESQUISA: SOCIOLINGUÍSTICA**

A ESCRITA DA MULHER TRABALHADORA

NA IMPRENSA OPERÁRIA BRASILEIRA DA REPÚBLICA VELHA:

A LUTA CONTRA O ENCLAUSURAMENTO E O PRECONCEITO LINGUÍSTICO

DÉBORA LUCIENE PORTO BOENAVIDES

ORIENTADORA: PROFA. DRA. FLORENCE CARBONI

Dissertação de Mestrado em Sociolinguística, apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Estudos da Linguagem pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

PORTO ALEGRE

2018

CIP - Catalogação na Publicação

Boenavides, Débora Luciene Porto

A escrita da mulher trabalhadora na imprensa operária brasileira da República Velha: a luta contra o enclausuramento e o preconceito linguístico / Débora Luciene Porto Boenavides. -- 2018.
190 f.

Orientadora: Florence Carboni.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, Porto Alegre, BR-RS, 2018.

1. Imprensa operária. 2. Mulher trabalhadora. 3. Práticas Linguageiras. 4. Políticas Linguísticas. 5. Sociolinguística. I. Carboni, Florence, orient. II. Título.

Dedico este trabalho às mulheres de minha vida: minhas filhas Melissa e Maria Luísa, minha irmã Mariana, minha mãe Brígida, minha sogra Rosaura e minhas avós Anna e Leti (*in memoriam*).

Dedico também aos dois homens que me permitem ser a mulher que sou: meu pai, e meu companheiro de vida, William.

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos são piegas, mas, nos gêneros discursivos acadêmicos, os agradecimentos são a nossa forma de nos desculparmos com as pessoas que amamos pelo tempo que não dispomos para elas durante nossa escrita e de deixarmos um registro das pessoas que contribuíram, de alguma forma, com o trabalho realizado. Os agradecimentos poderiam se chamar “desculpas”.

Agradeço, primeiramente, à minha orientadora, Dra. Florence Carboni, a Flo, mulher forte e guerreira, professora excepcional, companheira de luta, por toda a compreensão, por todo o conhecimento que compartilhou comigo.

Às professoras que aceitaram participar da minha banca. À Dra. Lia Schulz, a quem não conheci pessoalmente, antes da banca, mas conheci e admirei através de seus trabalhos. À Dra. Vera Pires, a quem tive o prazer de ter como minha professora no curso de especialização em Produção e Revisão Textual. À Dra. Maria da Glória Di Fanti, que, se tudo der certo, será minha orientadora no doutorado. Todas mulheres fortes, todas mulheres inteligentes; uma banca exclusivamente feminina, como eu sempre desejei.

Às minhas colegas no mestrado, Suélen Meleu e Camila Barili, com as quais eu aprendi muito, e espero levar vida adiante como amigas.

À Raquel Côrrea e à Patrícia Flasco, colegas e amigas, agradeço o apoio.

Às amigas Julia e Paula Soardi e à Loiva Costa, trio fantástico, mulheres que admiro demais.

À Priscila Monteiro, minha amiga poetiza, que me incentivava e me inspirava, desde antes de minha entrada no mestrado.

Às colegas professoras da E.M.E.F São Pedro, em especial à Vivi Salatti e à Maria Salete Saldanha, mulheres guerreiras, que todos os dias lutam por uma educação pública de qualidade e por melhores condições de trabalho às mulheres trabalhadoras.

Aos meus pais, Brígida e Paulo, por não terem me deixado desistir, coisa que por diversos momentos quase aconteceu desde a graduação. Por terem me incentivado desde criança a ler e a escrever, lendo meus poemas mais estranhos, procurando jornais para publicá-los, me mostrando que era importante não deixar meus textos na gaveta.

Aos meus sogros, Rosaura e Paulo, que sempre comemoram minhas vitórias e me consolaram quando as coisas não deram certo.

Aos meus irmãos, Henrique, Rafael e Mariana, às minhas cunhadas, Vanessa e Jéssica e aos meus cunhados, Igor e Dionathas.

Às minhas filhas, Melissa e Maria Luísa. Pelos dias e noites que deixei de estar com elas. Pelos sorrisos mais reconfortantes que uma mãe pode ter e pelos dias e noites que deixei de estar com elas. Por ensinarem todos os dias a ser mãe, a ser forte.

Ao William, meu amor companheiro, que me apoiou em minha escrita, que me apoia em tudo o que eu faço na vida. Que conhece cada linha que escrevi; que conhece cada parte do que sou. Meu amor eterno!

A mulher do povo teve de trabalhar pesado desde sempre. Na horda bárbara, ela carrega o peso, coleta alimentos; no povoado primitivo, planta e mói o cereal, faz panelas; na Antiguidade, como escrava, serve os senhores e amamenta os rebentos; na Idade Média, fiava para o senhor feudal. Mas, desde que existe a propriedade privada, na maioria das vezes, a mulher do povo trabalha separada da grande oficina na produção social, ou seja, separada também da cultura, encurralada na estreiteza doméstica de uma pobre existência familiar. Foi apenas o capitalismo que a arrancou da sua família e a colocou sob o fardo da produção social, empurrou-a para as lavouras de outrem, para as oficinas, construções, escritórios e lojas. Como mulher burguesa, a mulher é uma parasita da sociedade, sua função consiste apenas em auxiliar no consumo dos frutos da exploração; como pequeno-burguesa, ela é o animal de carga da família. É apenas na proletária moderna que a mulher se torna um ser humano, pois é apenas a luta que produz o ser humano, a participação no trabalho cultural, na história da humanidade.

Rosa Luxemburgo

RESUMO

Esta dissertação de mestrado, que tem como base teórica a sociolinguística histórica, tem como objetivo principal analisar como a escrita da mulher trabalhadora na imprensa operária brasileira da República Velha (1889-1930) refletiu e influenciou a realidade da época. Para isso, observa-se em que base as mulheres trabalhadoras deste período estavam inseridas, tentando-se, assim, descrever o modo de produção, as relações de produção, as relações sociais e, também, os diversos papéis sociais vivenciados por elas. Discute-se, primeiramente, o enclausuramento de vozes e de ideias enquanto política linguística imposta ao proletariado pela classe dominante no Brasil durante a República Velha. Defende-se a ideia que esta política linguística ocorreu através de práticas que limitavam as esferas discursivas possíveis à classe trabalhadora, entre elas, a censura que sofreu a imprensa operária nesse contexto histórico, o disciplinamento da classe trabalhadora e a colonização da mulher trabalhadora, através dos múltiplos discursos da classe dominante sobre a chamada “questão da mulher” e através da suposta defesa de sua honra, feita pelo internamento das moças nos “conventos”. Após, discorre-se sobre a política do preconceito linguístico, através da discussão sobre dois estereótipos da classe trabalhadora construídos pela classe dominante: o estereótipo de uma classe formada por analfabetos e o estereótipo da mulher prostituída. Por fim, analisa-se a relação entre mulher trabalhadora e imprensa operária, uma nova esfera discursiva possível a estas mulheres. São estudados os aspectos dessa esfera discursiva, os gêneros discursivos que nela são produzidos e os enunciados das mulheres trabalhadoras nessa esfera. Podem-se destacar três das conclusões a respeito da análise realizada. A primeira, que a imprensa operária enquanto esfera discursiva não foi uma esfera igualitária, em que houvesse equipolência entre as vozes masculinas e femininas. A segunda, que os gêneros discursivos produzidos por mulheres nesta esfera constantemente constituíam cartas abertas, artigos de opinião e convites com estilos reivindicatórios e/ou argumentativos, em oposição aos dos homens, que normalmente eram expositivos. A última, que os enunciados produzidos por mulheres eram linguisticamente marcados pelo uso da primeira pessoa do plural, mas que esta marca nem sempre significava que as mulheres que a usavam se incluíam em seus discursos, e sim que elas possuíam consciência de sua classe e sabiam que apenas com união poderiam sair vitoriosas de suas lutas.

PALAVRAS-CHAVE: Imprensa operária. Mulher trabalhadora. Práticas Linguageiras. Políticas Linguísticas. Sociolinguística.

RIASSUNTO

Questa tesi, che ha come base teorica la sociolinguistica storica, analizza il modo come la scrittura delle donne lavoratrici nella stampa operaia brasiliana della Prima Repubblica – República Velha (1889-1930) ha costituito un prodotto della realtà del tempo come pure ha inciso su quella realtà. A tale fine, si osservano le basi materiali nelle quali le lavoratrici di quel periodo storico operavano, cercando di descrivere il modo di produzione, i rapporti di produzione, i rapporti sociali nonché i vari ruoli sociali che quelle donne occupavano. Per primo è analizzato il confinamento di voci e idee come forma di politica linguistica imposta al proletariato dalla classe dominante nel Brasile della Prima Repubblica. Si difende l'idea che questa politica linguistica sia avvenuta attraverso pratiche che limitavano le possibili sfere discorsive accessibili alla classe lavoratrice, tra cui vanno citati la censura subita dalla stampa operaia in quel contesto storico, la disciplina imposta alla classe operaia e la colonizzazione delle donne lavoratrici, tramite molteplici discorsi dominanti sulla cosiddetta "questione femminile" e attraverso la presunta difesa del loro onore, realizzata mediante l'internamento delle giovani donne nei "conventi". Si esamina la politica di discriminazione linguistica, considerando due stereotipi sulla classe operaia, costruiti dal ceto dominante: quello di una classe di analfabeti e quello della donna "facile". Infine, il rapporto tra le donne lavoratrici e la stampa operaia, la nuova possibile sfera discorsiva per quelle donne, viene analizzata mediante l'osservazione di questa sfera discorsiva, dei generi di discorsi che vi erano prodotti e degli enunciati delle donne lavoratrici in questa sfera. Tra le conclusioni dell'analisi, tre vanno evidenziate. La prima è che la stampa operaia in quanto sfera discorsiva non era egualitaria, nel senso che in essa, non vi era un'uguaglianza tra le voci maschili e femminili. La seconda è che i generi discorsivi prodotti dalle donne in questo campo erano costituiti perlopiù di lettere aperte, articoli e inviti e presentavano stili rivendicatori e/o argomentativi, al contrario di quelli prodotti dagli uomini, che di solito erano espositivi. L'ultima conclusione che possiamo trarre dall'analisi realizzata è che, da un punto di vista linguistico, gli enunciati prodotti dalle donne si contraddistinguevano da quelli degli uomini per l'uso della prima persona plurale, ancorché tale caratteristica non sempre significasse che le donne che l'usavano si considerassero parte del proprio discorso, ma piuttosto che erano consapevoli di appartenere a quella classe e sapevano che solo con l'unione sarebbero potute emergere vittoriose dalle loro lotte.

PAROLE CHIAVE: Stampa Operaria. Donne Lavoratrici. Pratiche linguistiche. Politiche Linguistiche. Sociolinguistica.

ABSTRACT

This Masters dissertation, which has Historical Sociolinguistics as theoretical basis, analyses how the writing of the working woman in the Brazilian working press in the Old Republic (1889-1930) reflected and influenced the reality of the time. Therefore, it is observed in which base the working women were in this period, trying, this way, to describe the mode of production, the relations of production, the social relations and the different social roles lived by them. It is discussed, at first, the enclosure of the voices and the ideas whilst language policy imposed to the proletariat by the ruling class in Brazil during the Old Republic. It is defended the idea that this language policy occurred through the practices that limited the possible spheres of discourse to the working class, including the censorship that the working press suffered in this historic context, the disciplining of the working class and the colonization of the working woman, through the multiple discourses of the ruling class on the so-called “women question” and through the suppose defence of their honour, done through the confinement of the ladies in the “convent”. After that, it is expatiated about the policy of the linguistic discrimination, through the discussion about two stereotypes of the working class built by the ruling class: the stereotype of a class formed by illiterate people and the stereotype of the prostituted woman. At last, it is analysed the relation between the working woman and the working press, a new sphere of discourse possible to these women. It is studied the aspects of this sphere of discourse, the discursive gender produced on it and the utterance of the working women in this sphere. It is possible to highlight three of the conclusions about this analysis. The first, the working press whilst sphere of discourse was not an egalitarian sphere, in which there was equivalence between male and female voices. The second, the discursive gender produced by women in this sphere constantly built open letters, opinion articles and invitations with a claim or argumentative style, opposite the discourse produced by men, which normally were expositive. The last, the utterances produced by women were linguistically marked by the use of the first person of plural, although this mark did not always mean the women that used it included themselves in their discourses, instead, they were aware of their class and they knew only with union they could emerge victorious from their struggles.

KEY-WORDS: Working press. Working woman. Practices of Language. Linguistic Policy. Sociolinguistics.

RÉSUMÉ

Prenant comme base théorique la sociolinguistique historique, ce travail se propose de montrer que les écrits des ouvrières dans la presse brésilienne de la Première République – República Velha (1889-1930) ont constitué un reflet de la réalité de l'époque, de même qu'ils ont influencé cette réalité. Pour cela, nous observons les bases matérielles dans lesquelles les femmes ouvrières de cette période opéraient et tentons de décrire le mode de production, les rapports de production, les relations sociales de même que les divers rôles sociaux qu'elles ont occupés. Nous discutons d'abord la claustration des voix et des idées en tant que politique linguistique imposée au prolétariat par la classe dominante brésilienne de la Première République. Nous défendons l'idée que cette politique linguistique s'est réalisée au travers de pratiques qui limitaient les sphères discursives accessibles à la classe ouvrière, parmi lesquelles on compte la censure qu'a souffert la presse ouvrière dans ce contexte historique, la discipline imposée à la classe ouvrière et la colonisation des femmes travailleuses, par le moyen des différents discours de la classe dominante sur la soi-disant «question des femmes» et à travers la prétendue défense de leur honneur, faite par l'internement des jeunes femmes dans les «couvents». Nous discutons ensuite la politique de discrimination linguistique à travers la présentation critique de deux stéréotypes sur la classe ouvrière construits par la classe dominante: celui d'une classe composée d'analphabètes et celui de la femme “de mauvaise vie”. Finalement, la relation entre les travailleuses et la presse ouvrière, cette nouvelle sphère discursive possible pour ces femmes, est analysée par le biais de l'observation des aspects de cette sphère discursive, des genres de discours qui y étaient produits et des déclarations des travailleuses dans ce domaine langagier. Trois des conclusions de cette analyse peuvent être mises en évidence. La première de ces conclusions est que la presse ouvrière, en tant que sphère discursive, n'était pas une sphère égalitaire, dans laquelle il y aurait eu un équilibre entre les voix masculines et féminines. La seconde déduction que l'on peut faire est que les genres discursifs produits par les femmes dans ce domaine consistaient systématiquement en lettres ouvertes, articles d'opinion et invitations et présentaient surtout des traits stylistiques argumentatifs et/ou revendicatifs, contrairement à ceux des hommes qui étaient habituellement expositifs. Finalement, on peut dire que les énoncés produits par des femmes étaient linguistiquement marqués par l'utilisation de la première personne du pluriel, sans que ce trait ne signifie nécessairement que les femmes qui l'utilisaient se considéraient parties prenantes de leurs discours, mais voulant dire qu'elles étaient conscientes d'appartenir à cette classe et qu'elles ne pourraient sortir victorieuses de leurs luttes qu'en restant unies.

MOTS-CLÉS: Presse ouvrière. Femmes travailleuses. Pratiques Langagières. Politiques Linguistiques. Sociolinguistique.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Redação de um jornal operário	18
Figura 2: Trabalhadoras protestam contra a carestia de alimentos na Greve Geral de 1917 ...	28
Figura 3: Redação do Jornal da Tarde, primeiro vespertino que circulou em São Paulo em 1890	54
Figura 4: Prédios de diversos jornais cariocas	54
Figura 5: Charge “Dominando pela miséria”	67
Figura 6: Fábrica de Tecidos Alliança - À esquerda, grupo de casas da Vila Operária	68
Figura 7: Projeto de casas operárias (1898), apresentadas por Guilherme Maxwell Rudge à Câmara, em atenção à Lei Municipal n. 315, de 14 de agosto de 1897.....	69
Figura 8: Vista geral onde se destacam os principais predios da Villa Scarpa (Vila Maria Zélia)	71
Figura 9: Companhia Tijuca de Tecidos - Interior da fábrica	75
Figura 10: Notícia de tentativa de suicídio.....	80
Figura 11: Mulher faminta agredida por guarda-civil, ao tentar rasgar um saco de farinha....	80
Figura 12: Morte por aborto	81
Figura 13: “Ou ama ou morre”, jovem agredida por não querer namorar soldado	82
Figura 14: “Os Centenários” Recenseamento do Rio de Janeiro (Districto Federal) Realizado em 20 de setembro de 1906.....	96
Figura 15: Centenárias no censo de 1920	101
Figura 16: Alfabetização segundo gênero/sexo no Rio de Janeiro em 1920	102
Figura 17: Profissões em 1920	109
Figura 18: A mulher oradora. Comemoração do 1º de maio em São Paulo	120
Figura 19: Milhares de pessoas participam do funeral de José Martinez, operário morto em confronto com a polícia durante Greve Geral de 1917 em São Paulo	121
Figura 20: Elvira Boni presidindo o encerramento do III Congresso Operario Brasileiro, em 1920.....	Erro! Indicador não definido.
Figura 21: Notícia sobre o encerramento do III Congresso Operario Brasileiro, em 1920 ...	125
Figura 22: Manchete sobre repressão e prisões nas eleições para a superintendência (vereadores) do Rio de Janeiro de 1928.....	126
Figura 23: Operárias presas nas eleições para a superintendência do Rio de Janeiro de 1928	127
Figura 24: Retrato de Elisa Scheid	135
Figura 25: À esquerda, carta das operárias grevistas publicada no jornal, à direita, carta distribuída pelas trabalhadoras	143
Figura 26: Retrato de Maria Angelina Soares	147

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Imigração externa de 1820 a 1930	23
Tabela 2: Jornais de grande circulação durante a República Velha	53
Tabela 3: “Proporções com que cada um dos sexos se representa nos diferentes grupos profissionais”. 1906-1920	78
Tabela 4: População – 1890-1920	94
Tabela 5: Alfabetização– 1890-1920.....	94
Tabela 6: Recenseamento da cidade do Rio de Janeiro de 1906: brasileiros x estrangeiros ...	96
Tabela 7: Quadro comparativo dos índices de alfabetização de grandes cidades do mundo...	99
Tabela 8: Presença de estrangeiros no Brasil nos anos 1856, 1870, 1890, 1906 e 1920	100
Tabela 9: Jornais Editados em Português em São Paulo	175
Tabela 10: Jornais Editados em Português no Rio De Janeiro.....	178
Tabela 11: Jornais Editados em Português em Outros Estados.....	183
Tabela 12: Jornais Editados em Idioma Estrangeiro	188

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Recenseamento da cidade do Rio de Janeiro de 1906: homens e mulheres que sabiam ou não ler em 1000 habitantes	95
Gráfico 2: Homens e mulheres que sabiam ou não ler em 1000 habitantes no Rio de Janeiro de 1920.....	102
Gráfico 3: Relação entre greves e fundação de jornais operários.....	130
Gráfico 4: Distribuição dos jornais operários no Brasil.....	132

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	16
1 OBJETO DE ESTUDO, PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E MÉTODO.....	19
1.1 DESCRIÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO E DO PROBLEMA DE PESQUISA.....	19
1.2 ASPECTOS EPISTEMOLÓGICOS E TEÓRICO-FILOSÓFICOS DA PESQUISA	29
1.2.1 A relação entre infraestrutura e superestrutura.....	31
1.2.2 As práticas languageiras, as esferas discursivas, os gêneros discursivos e os enunciados	35
1.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	40
2 O CONVENTO: A POLÍTICA DO ENCLAUSURAMENTO LINGUÍSTICO.....	46
2.1 A CENSURA NA IMPRENSA BRASILEIRA: DAS ORIGENS À REPÚBLICA VELHA	48
2.1.1 As origens da imprensa e da censura no Brasil.....	49
2.1.2 A imprensa e a censura na República Velha: a criminalização da liberdade de expressão.	53
2.2 COLONIZAÇÃO, DISCIPLINAMENTO E ENCLAUSURAMENTO	62
2.2.1 O disciplinamento da classe trabalhadora	62
2.2.2 Os conventos e a colonização da mulher trabalhadora	73
3 O CABARÉ: ESTEREÓTIPOS DA CLASSE TRABALHADORA E A POLÍTICA DO PRECONCEITO LINGUÍSTICO	83
3.1 UMA CLASSE DE ANALFABETOS?.....	85
3.1.1 Sobre as origens da escolarização e das políticas de homogeneização linguística no Brasil	86
3.1.2 A alfabetização na República Velha em números	91
3.1.3 A educação da classe trabalhadora.....	103
3.2 MULHERES PÚBLICAS	111
3.2.1 Mulheres trabalhadoras e seus cafetões.....	111
3.2.2 As feministas da classe trabalhadora na República Velha	114
4 A RELAÇÃO ENTRE A MULHER TRABALHADORA E A IMPRENSA OPERÁRIA: UMA OUTRA HISTÓRIA DE SUAS PRÁTICAS LANGUAGEIRAS.....	128
4.1 A ESFERA DISCURSIVA “IMPRENSA OPERÁRIA” BRASILEIRA NA REPÚBLICA VELHA: QUEM ESCREVE, POR QUE ESCREVE, DO QUE FALA, ONDE CIRCULA, QUEM LÊ	129
4.2 OS GÊNEROS DISCURSIVOS UTILIZADOS PELAS MULHERES TRABALHADORAS NA IMPRENSA OPERÁRIA E OS ENUNCIADOS POR ELAS PRODUZIDOS.....	138
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	153
REFERÊNCIAS	158
ANEXOS	175

APRESENTAÇÃO

Compreender um objeto significa compreender meu dever em relação a ele (a orientação que preciso assumir em relação a ele), compreendê-lo em relação à minha singularidade do existir-evento: o que pressupõe a minha participação responsável, e não a minha abstração (BAKHTIN, 2010a, p. 66).

Em 2015, quando escrevi o pré-projeto para esta dissertação, duas inquietações não saíam da minha cabeça. A primeira delas era sobre os discursos que apareciam (e ainda circulam) quando mulheres falavam em espaços públicos. Eu percebia que na maior parte das vezes que mulheres abriam a boca em público eram criticadas e até mesmo hostilizadas, não importando o poder que detinham ou a classe social à qual pertenciam.

“Putá”. “Velha”. “Sem sal”. “Gostosa”. “Malvestida”. “Feia”. “Voz aguda e chata”. “Parece um homem”. A desqualificação da fala feminina ia da trabalhadora terceirizada da limpeza à presidenta Dilma Rousseff. Eu também, enquanto mulher, fui mil vezes interrompida, calada, ou tive minha fala, meu discurso, minha linguagem julgados. Queria não ter medo de falar em público e queria poder ser representada por outras mulheres, que poderiam falar por mim.

Minha segunda inquietação era sobre a representação que se tinha da classe trabalhadora como uma classe inerte, sem partido e sem opinião, incapaz de defender suas próprias ideias, defendida através da desqualificação das pessoas a ela pertencentes: “analfabetas”, “burras”, “ignorantes”. Como professora, no EJA e depois em cursos profissionalizantes, eu via minhas alunas e meus alunos de forma diferente. Eu pensava que, se os trabalhadores tivessem a chance de falar em esferas discursivas públicas, se veria que de inerte a classe trabalhadora não tinha nada, mesmo que, muitas vezes, em suas falas aparecessem, paradoxalmente, críticas à sua própria classe e a defesa de interesses que não eram seus.

Estas duas inquietações, mais os acontecimentos da época (as manifestações de junho de 2013, que ainda reverberavam, a repressão que pessoas que eu conhecia sofreram injustamente apenas por terem falado em público contra os ataques dos governantes à classe trabalhadora, os discursos pró-ditadura mascarados de discurso contra a corrupção, o machismo no meio acadêmico, que muitas vezes, de forma velada, me tirava o direito de participar de atividades acadêmicas por ser mãe e trabalhadora, os discursos que desqualificavam a ex-Presidenta apenas por ser mulher, e não por sua atuação enquanto presidente) me fizeram escolher o objeto de estudo desta dissertação. Era necessário pensar sobre as estratégias utilizadas para calar as pessoas, sobretudo as mulheres trabalhadoras. Era necessário entender

porque muitos sujeitos explorados acabam defendendo interesses que não os seus, e, mais importante do que isto, entender como pessoas oprimidas podem defender seus próprios interesses, apesar de isto, muitas vezes, não lhes ser permitido.

Tanto as estratégias para calar as vozes dos oprimidos como as estratégias utilizadas pelos oprimidos para ter voz podem ser vistas em termos de atitudes e políticas linguísticas¹. Por tal motivo, percebi que era necessário mais do que estudar aspectos linguísticos, mais do que analisar discursos, mais do que analisar fenômenos históricos e sociais. Para que meu objeto fosse inteiramente analisado, eram necessárias uma teoria e uma metodologia que abarcassem todos os meus objetivos. A sociolinguística crítica/ histórica os abarcava. Esta teoria me permitiria analisar não apenas a relação entre língua e sociedade, mas também suas relações históricas, suas implicações na variação linguística.

Pensei então, em pesquisar sobre uma esfera discursiva capaz de tornar públicas as ideias das mulheres trabalhadoras, uma esfera que propiciasse aos seus interlocutores a capacidade de se opor à política do silenciamento. Pensei, assim, na imprensa operária.

Na época, eu vinha lendo, por interesse pessoal, microfilmes de jornais encontrados em Hemerotecas Digitais brasileiras, e a imprensa operária da República Velha me intrigava. Como poderiam existir jornais escritos por trabalhadores e por trabalhadoras, se o ensino básico não era obrigatório na época e se, segundo os censos, os índices de alfabetização eram baixíssimos? Quem lia estes jornais? Onde eles circulavam? Como poderia existir uma tiragem tão grande? Como alguns destes jornais circulavam por diversas partes do país? De onde vinha a verba para financiar estes jornais?

Se, por si só, a imprensa operária já era um objeto de estudo instigante, os textos escritos por mulheres nesta imprensa o seriam ainda mais. No entanto, encontrar estes textos nem sempre foi tarefa fácil: muitos jornais da imprensa operária contavam apenas com homens em suas redações, apesar de, na época, grande parte da força de trabalho no Brasil ser composta por mulheres².

Este fato fica mais concreto quando visualizamos a fotografia de uma redação de um jornal operário (Figura 1), publicada no livro *A imprensa operária no Brasil: 1880-1920*, de Maria Nazareth Ferreira (1978. p. 164). Desta forma, ao pensar em tratar da escrita da mulher trabalhadora, pensei em trazer à tona que, apesar de não aparecerem nas fotografias e na maioria dos trabalhos que têm como tema a imprensa operária, os periódicos operários da Primeira República tinham mulheres entre seus interlocutores.

¹ Conceituação em 1.2.1.

² Observar dados no Capítulo 1.

Figura 1: Redação de um jornal operário



Fonte: Ferreira, 1978, p. 164.

Por mais que já tenha ouvido que o fato de algumas mulheres escreverem na imprensa operária seria irrelevante, já que, afinal de contas, na época, os homens dominavam a esfera pública, e, por conseguinte, a imprensa operária, defendo que, por menor que seja a presença de textos femininos na imprensa operária, estes têm, sim, muita importância. Isto porque a participação feminina nas esferas públicas brasileiras continua pequena, uma vez que, apesar de todos os avanços que temos tido, inclusive, após a eleição de uma mulher como Presidenta da República, as mulheres continuam precisando lutar para que suas vozes sejam ouvidas.

Acredito que vislumbrar as estratégias linguísticas das mulheres trabalhadoras que escreviam na imprensa operária pode, de alguma forma, ajudar nesta luta. Afora todos os objetivos que serão listados no próximo capítulo, trazer uma contribuição acadêmica à luta pela participação das mulheres das classes menos favorecidas nas esferas de poder, e, por conseguinte, participar da luta pela sua emancipação (pela chamada “equidade”) é o objetivo principal desta Dissertação de Mestrado.

1 OBJETO DE ESTUDO, PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E MÉTODO

Neste capítulo, contextualizaremos brevemente nosso objeto de estudo. Após, apresentaremos nossos pressupostos teóricos. Por último, trataremos da metodologia empregada na presente dissertação.

1.1 DESCRIÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO E DO PROBLEMA DE PESQUISA

Como já dito na apresentação, esta dissertação tem como tema de estudo a linguagem das mulheres operárias no Brasil da República Velha. O referido estudo foi realizado, sobretudo, através dos escritos femininos na imprensa operária brasileira entre os anos de 1889 e 1930, pelo fato de estes textos constituírem um dos principais registros disponíveis das práticas languageiras³ e das visões de mundo das mulheres das classes subalternizadas desse período. Temos como objetivo principal verificar como a ampliação das esferas discursivas⁴ das mulheres trabalhadoras durante a República Velha, através da sua atuação nos jornais operários, influenciou as suas práticas languageiras e a realidade da época, assim como refletiu a complexificação e a ampliação das relações trabalhistas brasileiras.

Não empreendemos, no entanto, fazer uma reconstrução heroico-contínua, cronológica e integral da história do proletariado brasileiro da época. Concordamos com Francisco Foot Hardman em *Nem Pátria, Nem Patrão - Memória Operária, Cultura e Literatura no Brasil* (2003, versão Kindle, posição 315-317), no que diz respeito à história dos grupos sociais subalternos possuir um “caráter essencialmente descontínuo, desagregado, episódico e fragmentário”, ocasionado pela “posição mesma de subordinação vivida por esses grupos, a desigualdade da dominação de classes, a dialética da luta de classes e o papel permanente de desorganizador exercido pelo Estado”.

Ao caracterizar nosso objeto de estudo, queremos, primeiramente, salientar que consideramos “jornais operários” aqueles que tinham como temática principal a questão da exploração da classe trabalhadora e, como público-alvo e escritores, homens e mulheres trabalhadores. Estes jornais eram, na maioria das vezes, vinculados a partidos, associações e sindicatos e guiados por ideais anarquistas e socialistas. Além disso, classificamos como

³ Ver conceituação em 1.2.2.

⁴ Ver conceituação em 1.2.2.

trabalhadoras aquelas mulheres que, por não pertencerem à elite, não eram alheias ao trabalho, dependendo deste para a sua sobrevivência e para prover a subsistência de sua prole, podendo participar de atividades industriais (operárias), agrícolas (agricultoras), comerciais (vendedoras, atendentes, etc.) ou educacionais (professoras).

Ao delimitarmos o objeto de estudo desta dissertação de mestrado, ou seja, ao escolhermos como objeto de estudo a linguagem da mulher trabalhadora na imprensa operária brasileira no período da República Velha, consideramos que o período estudado seria importante por se tratar de um momento de ruptura para as mulheres no Brasil, em que elas conquistaram o direito ao espaço público (RAGO, 2014, p. 88). Além disso, avaliamos que a esfera discursiva escolhida (a imprensa operária) seria fecunda por ser a imprensa, na época, o principal meio de difusão de informações/ideias às classes letradas. Essa visão será desenvolvida a seguir e aprofundada no capítulo 4.

Uma das justificativas dessa dissertação é que, no Brasil,

apesar de alguns pontos de contato entre a história social do trabalho urbano e disciplinas como a ciência política ou a antropologia, além do apoio teórico em estudos filosóficos ou em análises linguísticas/literárias do discurso, ainda são por demais carentes os elos da pesquisa do movimento operário com a história econômica e com a economia política. (HARDMAN, 2003, versão Kindle, posição 1977-1979)

Outra justificativa para nossa pesquisa reside no fato de, na sociolinguística, muitos estudos terem no gênero/sexo um fator importante para explicar a variação linguística – nos diversos níveis fonético-fonológico e morfosintático –, visto que as diferenças no processo de socialização e nos papéis atribuídos às mulheres e aos homens interferem em suas linguagens. Assim, estuda-se o uso das variantes padrão/ não padrão por mulheres e homens, e, ao se verificar que as mulheres utilizam mais as formas padrão do que os homens, conclui-se, por exemplo, que existe “uma maior consciência feminina do *status* social das formas linguísticas” (PAIVA, 2013, p. 35). Em outros campos disciplinares, analisa-se os estilos interacionais e percebe-se que, enquanto os homens adotam um “estilo mais independente e uma postura que garanta seu prestígio, as mulheres orientam sua conversação de forma mais solidária, que busca o envolvimento do interlocutor” (TANNEN, 1990; COULTHARD, 1991 apud PAIVA, 2013, p. 35). Há pesquisas, também, que focalizam o papel inovador das mulheres quando a mudança linguística se refere a formas prestigiadas socialmente e o seu conservadorismo para aderir a variantes não prestigiadas (PAIVA, 2013, p. 36). As conclusões às quais se chega por meio destes dados também partem de estereótipos de gênero,

e não da análise sócio-histórica da época em que o estudo foi realizado ou da análise do papel social ou da classe ocupados pelas mulheres que aderem às formas prestigiadas socialmente.

Deste modo, percebe-se que em algumas pesquisas da sociolinguística o fator gênero/sexo, diversas vezes, é considerado apenas como um entorno aos fatos linguísticos, e acaba por não ser devidamente problematizado, e em outras, é considerado de maneira demasiadamente genérica, a ponto de se generalizar a “linguagem das mulheres”, sem que se diga quais são as mulheres às quais o estudo se refere, a que classe, a qual época e, até mesmo, a qual localidade pertencem. Toma-se como verdade que “as mulheres” falam de determinada forma em toda e qualquer esfera da atividade humana, perdendo de vista que em algumas esferas nem sempre lhes foi e é permitido falar e que, em outras esferas, mesmo que lhes seja permitido falar, suas vozes são silenciadas de diversas formas pelos homens.

Acaba-se acreditando, assim, em vários mitos sobre a linguagem feminina. O primeiro mito, de que as mulheres são “tagarelas”, que falam mais que os homens. Assim, é comum que se diga que “mulheres são mais verbais que homens: meninas, em média, aprendem a falar mais cedo, assim como aprendem a falar línguas estrangeiras melhor” (COULTHARD, 1991, p. 46). Estes mitos permanecem em nossa sociedade, apesar de já terem sido desconstruídos por várias pesquisas da sociolinguística (ver COULTHARD, 1991, pp. 46- 64), as quais demonstram que os homens falam muito mais do que as mulheres em diversas situações, principalmente em interações mistas e na esfera pública. Esquece-se, assim, em inúmeros casos⁵, que as esferas discursivas nas quais os ditos são produzidos condicionam os gêneros discursivos⁶, que, por sua vez, condicionam os enunciados⁷.

Desta forma, por mais pertinentes que sejam estes estudos, pelo fato de os dados serem analisados apenas com base em características socialmente construídas/atribuídas às mulheres, pouco acabam contribuindo para que sejam vistas e alteradas as condições materiais que ensejaram e ensejam que as mulheres sejam dominadas pelos homens, também na linguagem e através dela. Além disso, pela tendência existente de analisar a variável gênero/sexo isoladamente, pouco sabemos, no Brasil, a respeito da linguagem das mulheres subalternizadas, assim como pouco sabemos sobre a linguagem das mulheres em épocas específicas, para que

⁵ Por exemplo, em uma esfera discursiva como a esfera política, com uma participação feminina ainda ínfima, os discursos femininos, por razões óbvias, circularão em menor número. Em esferas sociais de poder, como a esfera política, em que as mulheres ainda batalham por espaço, a luta inclui o direito à fala, o que chamaremos de territorialização discursiva.

⁶ Ver conceituação em 1.2.2.

⁷ Ver conceituação em 1.2.2.

possa ser feito um estudo detalhado da evolução histórica das suas práticas languageiras, o que seria tão relevante para a sociolinguística.

Isto posto, pelo fato de o trabalho ser calcado em uma análise da linguagem feminina de uma classe específica, em uma época também específica, acreditamos que a presente dissertação contribuirá para o estudo do código⁸ feminista brasileiro e para a análise da proficuidade das estratégias linguísticas adotadas pelas trabalhadoras que escreviam para os jornais operários na República Velha. Além disso, considerando que a linguagem nasce e se desenvolve junto com o processo do trabalho (ENGELS, 2012), se buscamos conhecer as causas das mudanças linguísticas da referida época, uma análise sociolinguística das práticas languageiras das mulheres trabalhadoras se faz necessária.

Para contextualizarmos nosso estudo historicamente, é importante dizer que os anos que constituem a época da chamada “República Velha” (1889-1930) foram marcados por importantes mudanças econômicas e sociais no Brasil. Dentre essas mudanças, salientam-se as consequências da abolição da escravatura (em 1888), a Proclamação da República (em 1889) e o início do processo de industrialização, como nos mostra Domingos Giroletti em *Fábrica: convento e disciplina* (2002), a partir da segunda metade do século XIX, e intensificado com a Primeira Guerra Mundial, em 1914. O advento da indústria no Brasil só foi possível após 1808, com a revogação, por d. João, do alvará publicado em 1785 por d. Maria I, que proibia o estabelecimento de fábricas e manufaturas no Brasil, sob o argumento de que

com o desenvolvimento das fábricas e manufaturas, os colonos deixavam de cultivar e explorar as riquezas da terra, e de fazer prosperar a agricultura nas sesmarias, conforme haviam prometido aqueles que as receberam. Para que a agricultura e a extração de ouro e diamantes não enfraqueçam por "falta de braços", a rainha decide proibir todo tipo de fábrica e manufatura têxtil no Brasil, com exceção daquelas que produzissem tecidos grosseiros que servissem para vestuário dos negros e empacotamento de fazendas e outros gêneros. Caso se desobedecesse ao alvará, o fabricante teria que pagar multa para a justiça e a quem lhe houvesse denunciado. (Arquivo Nacional, SD)

É possível dizer que a abolição da escravatura e o início do processo de industrialização vieram acompanhados por novas relações de trabalho. Já o processo de imigração assistida de europeus veio acompanhado dos ideais anarquistas e socialistas trazidos pelos imigrantes (GIANNOTTI, 2007, p. 62-76), juntamente com as suas línguas europeias. Assim, se o Brasil da época teve mudanças significativas em sua infraestrutura (ou seja, nos processos de produção e nas relações de trabalho), certamente estas mudanças, em grande parte determinadas pela

⁸ A ideologia feminista verbalizada, a linguagem, as práticas languageiras.

imigração em massa de populações, impactaram em sua superestrutura (i.e., linguagem, discursos, ideologias).

Sobre o processo de imigração assistida, ele tinha como intuítos a substituição de mão-de-obra escravizada para a assalariada e o “embranquecimento” da população, embora, na realidade, tenha sido mais complexo do que isso. Se observarmos a Tabela 1, que mostra os números da imigração externa para o país entre 1820 e 1930, podemos ter uma ideia mais nítida de como ela ocorreu:

Tabela 1: Imigração externa de 1820 a 1930

Período	Total de Imigrantes
1820-1850	16.666
1851-1888	791.459
1889-1899	1.263.492
1900- 1909	622.407
1910-1919	815.463
1920-1930	909.259

Fonte: Adaptada de tabela feita por IBGE, 2000, p. 225.

Como é possível perceber, o número de imigrantes que entrou no Brasil até 1850 é ínfimo, se comparado aos anos seguintes. A imigração dos anos seguintes a 1850 foi motivada por uma lei daquele ano: a Lei nº 581, de 4 de setembro de 1850, a Lei Eusébio de Queirós. Esta lei proibia o tráfico de trabalhadores escravizados para o Brasil, impondo multas altas àqueles que a descumprissem, e foi motivada pelo chamado Bill Aberdeen, que teve status de lei, sendo decretado em 8 de agosto de 1845 pela Inglaterra.

O Bill Aberdeen previa que os navios negreiros brasileiros pudessem ser apreendidos, podendo ser colocados a serviço da marinha inglesa ou demolidos. A necessidade de se alterar as relações de trabalho brasileiras, assim, saíram do campo das relações diplomáticas: proibir o tráfico de trabalhadores escravizados significava proteger os interesses econômicos do país, bem como a soberania nacional, uma vez que as sanções impostas pela Inglaterra isolavam o Império brasileiro. Outro acarretamento da proibição do tráfico de escravizados foi o encarecimento desta mão-de-obra, que foi mais uma motivação para o incentivo da imigração europeia para o país.

Esse incentivo, todavia, não buscava beneficiar os imigrantes europeus, e sim os grandes fazendeiros, que teriam prejuízos com a proibição do tráfico negreiro. Prova disso foi a promulgação da Lei de Terras, que restringiu a posse de terras à compra destas, em 18 de

setembro de 1850, duas semanas após a lei Eusébio de Queirós ser anunciada.

Emília Viotti da Costa, em *Da monarquia à república: momentos decisivos*, mostra que “Os fazendeiros de café continuaram a abastecer-se de escravos, comprando-os em áreas do país em que a economia estava decadente” (COSTA, 1999, p. 14). Porém, essa realidade não se estendeu por muito tempo. A economia estava mudando, com novos tipos de investimento, que faziam com que a imobilização de capital na compra de trabalhadores escravizados fosse cada vez menos rentável. Havia o fabrico de açúcar, a construção de estradas de ferro, o desenvolvimento dos bancos, a urbanização. Além disso,

O aumento da pressão abolicionista nos centros urbanos, a promulgação de leis emancipacionistas no Parlamento e, finalmente, a agitação dos escravos, que passaram a contar com o apoio de parte da população, acabaram por desarticular a economia escravista. (COSTA, 1999, p. 16)

Com a Abolição da Escravatura, em 1888, a imigração europeia aumentou significativamente. Como mostra a Tabela 1, nos dez anos seguintes (de 1889 a 1899), ao menos 1.263.492 imigrantes entraram no país, mais que o dobro dos que entraram de 1850 até o ano da abolição.

O jornalista francês Max Leclerc escreveu, em 1890, que

A escravidão teve sobre a sociedade inteira [...] uma influência dissolvente: corrompeu a noção do dever e do respeito, desonrou o trabalho, enobreceu o ócio, abalou a hierarquia e destruiu a disciplina social. Segundo a opinião corrente, trabalhar, submeter-se a uma regra qualquer, é coisa de escravos. (LECLERC, [1890] 1942, p. 157)

Se houve a necessidade de virem contingentes de imigrantes brancos para trabalharem no Brasil na época, não era somente pela abolição da escravidão, pela industrialização, pela necessidade de mão-de-obra, ou pelas políticas de embranquecimento da população. Essa vinda era ocasionada, também, pela necessidade de desmitificar a ideia que aqui se tinha sobre o trabalho: era coisa para os trabalhadores escravizados, era coisa para negros. Tal ideia manteria inabaláveis as relações de trabalho na prática, embora, no papel, já houvesse sido abolida a escravidão, o que era um problema a ser resolvido, uma vez que gerava insatisfação entre libertos e abolicionistas, que já se organizavam, como provou a campanha abolicionista.

Sobre a resistência dos trabalhadores, entre 1889 e 1930 existia uma variedade de formas associativas populares, as quais foram, muitas vezes, responsáveis pela edição e distribuição de jornais operários. “Antes que o padrão estatal do sindicato único por categoria se impusesse,

era bastante heterogêneo o quadro sindical e associativo dos trabalhadores no Brasil” (HARDMAN, 2003, versão Kindle, posição 345-346), o que fez com que a imprensa operária desta época tivesse maior autonomia que no pós-1930.

A força de trabalho feminina constituiu um importante elemento neste processo de substituição de mão-de-obra escravizada para assalariada, sendo expressivo o número de mulheres que trabalhava nas fábricas brasileiras nas primeiras décadas da industrialização. Heleieth Saffioti, em *A mulher na sociedade de classes: mitos e realidade* (1979, p. 21), assinala que no Brasil “em 1872, quase a totalidade dos trabalhadores do setor industrial eram mulheres” e que, em 1920, “as mulheres contribuíam com 65,1% dos contingentes humanos empregados na indústria têxtil e com 69,7% da mão-de-obra do setor de confecções” (SAFFIOTI, 1979, p. 22). Além disso, destacamos o alto número de mulheres empregadas em serviço doméstico. Como aponta Sidney Chalhoub em *Trabalho, lar e botequim* (2001, p. 204), “a tabela de profissões do censo do Distrito Federal indica que, do total de 117.904 pessoas que se declararam empregadas em serviço doméstico, 94.730 eram mulheres”.

Entendendo a palavra como “o *indicador* mais sensível de todas as transformações sociais, mesmo daquelas que apenas despontam” (BAKHTIN, 2010b, p. 42, grifo do autor), podemos inferir que uma ruptura ou uma mudança nas relações entre os sexos e nas formas familiares acaba, de alguma forma, sendo refletida/refratada na linguagem. Com isso em vista, o presente trabalho tem como objetivo principal verificar o impacto que a complexificação das relações trabalhistas e o aumento da presença da mulher no mercado de trabalho teve na ampliação do seu campo de atuação linguística e na construção da sua linguagem.

Todavia, apesar de sua forte atuação no mercado de trabalho, sabemos pouco sobre as trabalhadoras do início da industrialização brasileira, problema que é asseverado pelo fato de contarmos com documentos vários, com representações diversas da mulher trabalhadora (RAGO, 2012, p. 579). No entanto, muitos dos documentos analisados em estudos sobre a época, por terem sido escritos por médicos higienistas, autoridades públicas, policiais, industriais ou militantes anarquistas ou socialistas, nos fornecem a representação masculina ou burguesa sobre a identidade das mulheres trabalhadoras, e não “sua própria percepção de sua condição social, sexual e individual” (RAGO, 2012, p. 579). Assim, através desses documentos, não chegamos a saber se estas mulheres possuíam consciência das opressões sofridas por elas devido ao seu gênero e à sua classe, nem se algo era feito por elas para mudar sua própria situação.

Desta forma, é possível dizer que a representação dominante da mulher trabalhadora foi construída em dois polos. O primeiro, do qual trataremos no Capítulo 2, o da mulher santificada, a mulher do convento, como eram chamadas as hospedagens nas quais ficavam as jovens que vinham do interior para trabalhar nas fábricas dos centros urbanizados, a fim de manterem sua honra (conf., GIROLETTI, 2002). O segundo polo dessa representação, do qual trataremos no Capítulo 3, é o da mulher do cabaré, demonizada por precisar percorrer sozinha as ruas para trabalhar e, como defendem Chalhoub (2001) e Rago (2014), por possuir relações menos desiguais com os homens, por talvez poder prover seu próprio sustento.

Por termos uma representação da mulher trabalhadora da época ora disciplinada pelo convento, ora “desvirtuada” pelo cabaré, acabamos por não buscar os seus próprios discursos. Isso porque tanto o convento quanto o cabaré, não apenas enquanto espaços físicos, mas também enquanto esferas sociais/comunicacionais/discursivas, têm os discursos neles produzidos inibidos, ocultados e restringidos, de forma que esses normalmente não permaneçam no tempo, não entrem para a história.

Contudo, as lutas protagonizadas por mulheres no Brasil da República Velha das quais mais temos notícia, no que diz respeito às questões trabalhistas, normalmente, restringem-se à conquista de espaço no mercado, não abrangendo a busca por melhores condições de trabalho para o gênero feminino. Apesar disso, por meio dos dados dos recenseamentos dos anos de 1872, 1890, 1910 e 1920 (o censo de 1900 não continha dados relacionados aos trabalhadores da época), sabe-se que grande parte da força de trabalho nas indústrias da época era composta por mulheres. Se já estavam no mercado de trabalho, estas mulheres não precisariam reivindicar espaço. Suas demandas já deviam ser outras, diferentes das que tinham as mulheres das classes dominantes, que buscavam obter espaços de atuação pública, incluindo atividades prestigiadas de trabalho, até então exercidas exclusivamente pelos homens. Por qual motivo, então, as lutas das trabalhadoras das fábricas foram historicamente tão pouco apontadas?

De acordo com Margareth Rago, em *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar*,

As operárias, tão vitimadas pelas péssimas condições de trabalho, pelos baixos salários, pela quantidade de filhos que deveriam criar, tão presas à condição biológica, eram consideradas até mesmo pelas feministas como incapazes de produzir alguma forma de manifestação cultural. (RAGO, 2012, p. 591)

Por este motivo, em seus periódicos, as feministas liberais “se diziam responsáveis pelo futuro das trabalhadoras pobres, mas pouco falavam a respeito do modo que pretendiam encaminhar, na prática, essa filantropia” (RAGO, 2012, p. 591).

A despeito do que as mulheres das classes dominantes pensavam a respeito das operárias, na imprensa operária das primeiras décadas do início do século XX, são encontrados textos de mulheres trabalhadoras que “liam os escritos de militantes famosas, como Emma Goldman⁹, comentavam os acontecimentos nacionais e internacionais, organizavam grupos de estudo e de teatro, participavam de comícios e das agitações populares” (RAGO, 2012, p. 600). Outro aspecto importante de ser destacado é que, nos documentos policiais e nas circulares dos industriais com as listas dos indesejáveis, as operárias figuravam em grande número (às vezes, em número superior aos trabalhadores do sexo masculino) como responsáveis por ‘atos de ação direta’ e por promoverem agitações populares.

Ora, se estas mulheres eram tão rebeldes e revolucionárias, a ponto de organizarem e participarem de comícios e agitações populares, de promoverem atos de ação direta e de escreverem textos em jornais, que constituíam um importante meio para a troca de informação e de ideias entre classes letradas da época (HAHNER, 1981, p. 51), é importante reconstruir suas identidades através de suas próprias palavras, já que “o que importa reencontrar são mulheres em ação, inovando em suas práticas, mulheres dotadas de vida, e não absolutamente como autômatas, mas criando elas mesmas o movimento da história” (PERROT, 1988, p. 187).

Assim, esta dissertação procura, através da análise das práticas linguageiras das mulheres trabalhadoras, contestar duas teses equivocadas, advindas do imaginário das elites. A primeira, de que as trabalhadoras do Brasil da Primeira República eram “mocinhas muito frágeis”, incapazes de reclamarem elas mesmas por seus direitos (RAGO, 2012, p. 600). A segunda, que pode ser relacionada à primeira, de que as principais lutas feministas no Brasil tiveram como protagonistas apenas mulheres das classes dominantes. Acreditamos que seja importante trazer para o estudo a voz das mulheres trabalhadoras, que foram (e ainda são) amplamente abafadas por outras vozes que lhes deveriam ser solidárias: das mulheres das classes dominantes e dos homens trabalhadores e das classes dominantes.

Apesar da tentativa de ocultamento dos discursos da mulher trabalhadora através da distorção de sua imagem e da disciplinarização imposta à sua resistência, uma outra representação nos aparece quando a procuramos nos jornais e nas revistas da época. Assim, na fotografia extraída da prestigiada revista paulistana *A Cigarra* do dia 26 de julho de 1917 (Figura 2), a qual, em sua edição número 71 noticiou a Greve Geral de 1917, vemos mulheres protestando em praça pública. Abaixo da fotografia, a legenda “Bandos de grêvistas, na maioria de mulheres operarias de varias fabricas desta capital, dirigindo-se ao largo do Palacio, a fim

⁹ (1869 -1940) escritora e anarquista lituana, que viveu grande parte de sua vida nos Estados Unidos. Promovia grandes conferências na América do Norte entre o final do século XIX e o começo do século XX.

de conferenciar com o sr. secretário da Justiça e Segurança Pública, a quem pediram providencias contra o despropositado aumento dos gêneros de primeira necessidade”.

Se estas mulheres reivindicavam na esfera pública soluções para as suas necessidades, se estas mulheres participavam de conferências na esfera política, há, com certeza, um descompasso entre o que se conta sobre elas e o modo como os seus discursos afetaram e interpretaram suas próprias realidades.

Figura 2: Trabalhadoras protestam contra a carestia de alimentos na Greve Geral de 1917



Fonte: Revista *A Cigarra*¹⁰, 26/07/1917.

É importante ressaltar que os jornais constituíam um importante meio para a troca de informação e de ideias entre classes letradas da época (HAHNER, 1981, p. 51). Heller (2006, p. 12) aponta que, embora o percentual de mulheres que sabia ler e escrever na época fosse pequeno, segundo o recenseamento de 1920 (em números arredondados, apenas 20% das mulheres recenseadas sabiam ler e escrever), este número pode ter sido subestimado,

pois é muito provável que mulheres alfabetizadas não tenham sido recenseadas, seja por residirem em bairros de difícil acesso, seja por estarem fora de suas residências, uma vez que poderiam ser trabalhadoras, seja por saberem apenas ler e não escrever. (HELLER, 2006, p. 12)

¹⁰ Várias edições desta revista estão disponíveis digitalmente no site do Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Desta forma, a escolha deste tema busca também respostas a respeito da alfabetização das mulheres trabalhadoras da época, uma vez que os números que encontramos nos censos não parecem coincidir com os indícios encontrados nos jornais operários, que tinham como autores e como público-alvo de seus textos trabalhadores e trabalhadoras.

De acordo com Ferreira (1978, p. 87), a imprensa operária é “a mais importante documentação primária para a história das classes trabalhadoras no Brasil”. Deste modo, acreditamos que os jornais operários da República Velha são uma importante fonte para o conhecimento das lutas das mulheres trabalhadoras através de seus próprios discursos.

Por sua vez, a imprensa operária também sofreu ocultamento, sendo as estratégias para silenciá-la muito semelhantes àquelas às quais as mulheres trabalhadoras foram submetidas: a censura de seus textos e o ocultamento de uma classe trabalhadora capaz de escrever para estes jornais e capaz de constituir um público leitor destes, realizada por meio da estereotipação, da criação da imagem de uma classe trabalhadora totalmente analfabeta. Sobre a censura dos jornais e sobre a estereotipação da classe trabalhadora é que falaremos nos capítulos 2 e 3 desta dissertação.

1.2 ASPECTOS EPISTEMOLÓGICOS E TEÓRICO-FILOSÓFICOS DA PESQUISA

No presente trabalho, como já apontamos, temos como objeto de análise as práticas linguageiras das mulheres trabalhadoras na imprensa operária da República Velha. Nosso objeto é, portanto, a língua como parte das práticas sociais, as quais devem servir para explicar como o sentido é construído pelos interlocutores dentro das relações sociais de poder e como o sentido constrói tais relações. Nosso trabalho tem, por isso, como base teórica, a Sociolinguística.

Pelo fato de a disciplina Sociolinguística ser atualmente dividida em algumas vertentes, sendo a predominante no Brasil a sociolinguística variacionista, a qual é, muitas vezes, confundida como a única teoria da Sociolinguística, cabe, primeiramente, salientar que os aspectos epistemológicos, teórico-filosóficos e metodológicos basilares deste estudo diferem, em alguns aspectos, dos adotados por análises do ramo variacionista.

Nosso primeiro pressuposto teórico é que a língua é desde o início um fenômeno ideológico (VOLOCHÍNOV, 2013, p. 192), uma vez que ela existe apenas enquanto interação, não existe de forma independente dos seres humanos, como existem os objetos sem significado ideológico, como os fenômenos da natureza. Também consideramos o enunciado como uma

produção conjunta, sendo os interlocutores atores sociais, produzidos e reproduzidos pelas suas relações sociais, históricas e verbais (BAKHTIN, 2016). Deste modo, visto que a linguagem se constitui num espaço de tensão entre vozes sociais, a consideramos como uma atividade responsiva e como um instrumento de ação e de poder (BOURDIEU, 2008, p. 23).

Isto posto, acreditamos que seja importante não apenas descrever a variação e a mudança linguística, mas também compreender, interpretar e explicar porque a variação e a mudança linguística ocorrem, e quais acarretamentos elas trazem à realidade. Assim, consideramos que o dado imediato, ou seja, a matéria da linguagem, não pode se restringir aos “elementos linguísticos (fonemas, morfemas e semelhantes). (...) *A linguagem não pode ser entendida dentro do sistema da natureza, mas somente dentro do sistema da história*” (VOLOCHÍNOV, 2013, p. 261-262, grifo do autor).

Por este motivo, defendemos que fatos linguísticos passados possam ser estudados a partir de fontes escritas, ou seja, a partir de uma linguística com corpus¹¹, na qual levamos em conta o discurso enraizado em um dado lugar e em um dado momento, a fim de analisar o emaranhamento entre mudança linguística e mudança social (BRANCA-ROSOFF, 2007, p. 163). Acreditamos, deste modo, que a sociolinguística não deva se restringir às possibilidades da linguística de campo, na qual deve existir, essencialmente, uma relação oral entre entrevistador e entrevistado. Nosso trabalho é sustentado, portanto, pela sociolinguística histórica, sendo metodologicamente interdisciplinar.

Epistemologicamente, temos como pressuposto que “o texto é a realidade imediata (realidade do pensamento e das vivências)”, uma vez que “onde não há texto, não há objeto de pesquisa e pensamento” (BAKHTIN, 2010c, p. 307). Consideramos que os fatos linguísticos passados possam ser estudados através dos textos a que temos acesso, pois a palavra, “que sempre quer ser ouvida, sempre procura uma compreensão responsiva e não se detém na compreensão imediata mas abre caminho sempre mais e mais à frente (de forma ilimitada)” (BAKHTIN, 2010c, p. 333).

Além disso, entendemos que é necessário levar em consideração que “qualquer enunciação (...) é só um momento, uma gota no rio da comunicação verbal, rio ininterrupto,

¹¹ Apesar de a tradução ao pé-da-letra ser “linguística de corpus”, tomei a liberdade de mudar para “linguística com corpus”. Isto porque, no Brasil, quando falamos de Linguística “de” Corpus normalmente consideramos tratar-se de um trabalho na área da Terminologia. É importante destacar que consideramos nosso corpus em relação ao seu contexto, isto é, procuramos não isolar os textos analisados de suas condições de produção. Isto porque entendemos que o corpus reificado é transformado em um monólogo, perde sua condição dialógica (YAGUELLO, 2010, p. 15). Desta forma, o contexto situacional se torna parte de nosso corpus de análise. Assim, considera-se evidente que “nenhum corpus pode levar em conta a totalidade desses contextos, mas é considerando essa multiplicidade contextual que se poderá construir corpus de maneira racional (CHARAUDEAU, 2011, p. 7).

assim como é ininterrupta a própria vida social, a história mesma” (VOLOCHÍNOV, 2013, p. 158). Conseqüentemente, os dados sociais e históricos não serão considerados nesta dissertação como apenas um entorno dos fatos linguísticos e as diferenciações sociais não serão escolhidas e correlacionadas com variantes linguísticas. Diferentemente disto, entendemos que os signos refletem e refratam o mundo (VOLOCHÍNOV, 2013, p. 195), e que, sendo a refração o modo como a diversidade e as contradições das experiências humanas se inscrevem nos signos, é esta plurivalência social que os torna vivos e móveis.

Assim, considerando que a variação linguística (fenômeno superestrutural) não deva ser tratada de forma isolada, posto que “toda esfera ideológica se apresenta como um conjunto único e indivisível cujos elementos, sem exceção, reagem a uma transformação da infraestrutura” (BAKHTIN, 2010b, p. 41), entende-se os fenômenos superestruturais e os fenômenos infraestruturais como “esferas de influência recíproca” (BAKHTIN, 2010b, p. 40). Acreditamos que somente assim os fenômenos poderão ser apreendidos não como uma “convergência superficial”, mas “num processo de evolução social realmente dialético, que procede da infraestrutura e vai tomar forma nas superestruturas” (BAKHTIN, 2010b, p. 41).

As implicações metodológicas de nossa orientação teórico-filosófica serão discutidas a seguir, em 1.3. No entanto, para que as compreendamos melhor, apresentamos, ainda, alguns conceitos que fundamentam esta dissertação, que foram brevemente citados aqui. Assim, falaremos sobre o que compreendemos por base (infraestrutura), modos de produção, relações de produção, classes sociais, esferas da atividade humana, superestruturas, “práticas languageiras”, esferas discursivas, gêneros discursivos, enunciados e signos linguísticos. Tentaremos explicar estas definições conjuntamente, pois entendemos que elas sempre estão em relação.

1.2.1 A relação entre infraestrutura e superestrutura

Em seu prefácio à *"Contribuição à Crítica da Economia Política"*, de 1859, Karl Marx explica, através de uma metáfora, a relação infraestrutura/superestrutura. Assim, Marx resume o resultado geral dos seus estudos:

na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais

determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e intelectual. (MARX, 2008, p. 49)

A partir deste postulado, é possível dizer que 1) o modo de produção, isto é, o modo como uma sociedade produz seus bens e serviços, como os utiliza e os distribui, juntamente com as relações de produção, ou seja, as relações que se estabelecem entre aqueles que detém os meios de produção e aqueles que detém apenas a sua força de trabalho, constitui a infraestrutura (base, estrutura) de uma sociedade. 2) Esta infraestrutura sustenta os/ e é sustentada pelos aspectos superestruturais desta sociedade: ideologias, relações políticas, religião, e, por conseguinte, os discursos, materializados em enunciados, que formam o que nós consideramos um “sistema linguístico”, em detrimento de um sistema de formas, que “é produto de uma reflexão sobre a língua, reflexão que não procede da consciência do locutor nativo e que não serve aos propósitos imediatos da enunciação.” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2010d p. 95). Por tal motivo, não aprendemos a língua materna (vocabulários e estrutura gramatical) através de dicionários ou gramáticas, mas sim através dos enunciados que ouvimos e reproduzimos na comunicação efetiva com as pessoas que nos rodeiam (BAKHTIN, 2016).

No entanto, a relação que se estabelece entre base e superestrutura não é uma relação direta, e sim dialética. Como nos mostra Ludovico Silva (2012, p. 49-54), muitos equívocos ocorreram por não se compreender tal relação sob um viés metafórico, que é a da construção de um edifício (superestrutura) sobre seus alicerces (infraestrutura). O autor aponta que, no caso de se considerar a metáfora de Marx como uma explicação completa, é possível entender que a superestrutura seria “montada” sobre uma estrutura material, sendo a sua parte superior, e, desta forma, acreditar que a superestrutura possa ser separada de sua parte inferior, quando, no entanto, a infraestrutura são os alicerces do edifício e a superestrutura constitui o próprio edifício. Nessa relação dialética se fundam, ou deveriam se fundar, os estudos sociolinguísticos, tal como entendemos.

Assim, defendemos a necessidade de estudar a variação existente nas práticas languageiras entre pessoas de diversas classes sociais (entre pessoas que detém os meios de produção – chamados por Marx de burgueses – e aqueles que não os detém – chamados por Marx de proletários¹²), mais do que isso, defendemos sua imprescindibilidade, uma vez que todas as demais análises de variações se tornam sem sentido ao abstermo-nos de considerar o

¹² Embora nos dias atuais a complexificação das relações de produção torne mais complexa a distinção entre as classes sociais, consideramos que ainda possamos fazer tal separação, uma vez que continuamos em um modo de produção capitalista. Por se tratar de uma dissertação na área da sociolinguística, preferimos limitar tal discussão.

fator classe social. Não há como falar de “linguagem das mulheres”, “linguagem dos jovens”, “linguagem dos brasileiros”, “linguagem dos moradores de Porto Alegre” (ou de qualquer cidade ou estado do país), sem que seja considerada a classe social a que pertencem os interlocutores de nossa análise. Do mesmo modo, não há como analisar a linguagem dos “não letrados”, “analfabetos”, “não-escolarizados”, “incultos”, etc., sem que seja feita uma relação dessa análise com dados sócio-históricos e sem que sejam problematizadas tais nomenclaturas. Sobretudo, não há como analisar atitudes e políticas linguísticas deixando de considerar as relações existentes entre as classes sociais.

Desta forma, destacamos que para analisar tais políticas e atitudes, é preciso buscar enunciados concretos dos falantes, isto é, enunciados produzidos em esferas reais da comunicação humana, e analisá-los em sua relação com os enunciados produzidos na época, visto que

A consciência de classe do proletariado não deve ser buscada numa abstrata e ideológica operação de separar a ciência e a ideologia, mas, concreta e materialmente, pode ser apreendida no exame das instituições criadas pela classe (uniões, ligas, sindicatos, jornais, partidos etc.) e nas relações mantidas por essas diferentes instituições com as classes dominantes, os setores sociais intermediários e o Estado. Isto é, a formação e o desenvolvimento das formas assumidas pelo coletivo da classe operária realizam-se no interior do processo da luta de classes. (HARDMAN, 2003, versão Kindle, posição 297-299)

Considerando como atitudes linguísticas os sentimentos dos falantes a respeito da linguagem, que acarretam comportamentos linguísticos, ou seja, reações dos indivíduos à sua própria linguagem ou à linguagem dos outros (CALVET, 2002, p. 57-60), há de se considerar que “as regras que governam a produção apropriada dos atos da linguagem levam em conta as relações sociais existentes entre o falante e o ouvinte” (GNERRE, 2009, p. 6), ou seja, que não há como desprezar o fator classe social ao verificar comportamentos que sinalizam atitudes linguísticas.

Do mesmo modo, sabendo que uma “variedade linguística “vale” o que “valem” na sociedade os seus falantes, isto é, vale como reflexo do poder e da autoridade que eles têm nas relações econômicas e sociais” (GNERRE, 2009, p. 7), no estudo das políticas linguísticas, ou seja, no estudo de um “conjunto consciente de escolhas referentes às relações entre língua(s) [e variedades linguísticas] e vida social” (CALVET, 2002, p. 133), analisar complexamente todos os elementos dos quais estas políticas advêm, inclusive, nas relações entre as classes sociais, é uma prerrogativa básica.

Nesta dissertação, ao falarmos de políticas linguísticas, consideraremos este conceito em dois âmbitos. O primeiro, das escolhas feitas pelos grupos sociais que se relacionam nas

esferas sociais nas quais se inserem as esferas discursivas¹³ que analisaremos. Desta forma, por exemplo, tomaremos como uma política linguística silenciar/dar voz às mulheres trabalhadoras em determinadas esferas. Isto porque trataremos estas posturas como contratos sociais conscientes, determinados pelas relações de poder estabelecidas na sociedade.

O segundo âmbito em que consideraremos o termo políticas linguísticas envolve os atos realizados (ou deixados propositalmente de lado) pelos governos/governantes da época, em detrimento do termo “planejamento linguístico”, que trata da implementação de uma política linguística pelo Estado. A escolha pelo termo “política linguística” se dá pelo fato de os aspectos a serem analisados, tais como a censura, o enclausuramento linguístico (delimitar as esferas discursivas das mulheres trabalhadoras) e a estereotipação generalizada (considerar a linguagem da classe trabalhadora como inculta), poderem ser tratadas no âmbito de atitudes linguísticas (individuais) e políticas linguísticas (dos grupos sociais), mas não serem frutos de um planejamento propriamente dito, mesmo porque, na República Velha, a própria multiplicidade de línguas existente na sociedade brasileira comprova que não havia uma gestão linguística por parte do Estado (ainda não bem constituído).

É importante destacar que as esferas da atividade humana¹⁴ a que nos referimos não são espaços físicos delimitados, mas a campos em que se desenvolvem as práticas sociais (práxis, atos humanos). Estas práticas, entendemos como sendo “atividade do sujeito que de algum modo aproveita algum conhecimento ao interferir no mundo, transformando-o e se transformando a si mesmo” (KONDER, 2003, p. 2). Assim, entendemos que “a linguagem é uma práxis: ela é feita para ser falada, isto é, utilizada nas estratégias que recebem todas as funções práticas possíveis e não simplesmente as funções de comunicação” (BOURDIEU, 1977, p. 18¹⁵). Temos como pressuposto que “todos os diversos campos da atividade humana estão ligados ao uso da linguagem” (BAKHTIN, 2016, p. 11). As práticas sociais que envolvem atitudes e políticas linguísticas chamamos de “práticas languageiras. As esferas em que as práticas languageiras ocorrem chamamos de “esferas discursivas¹⁶”. Destes conceitos, trataremos a seguir.

¹³ Acreditamos que as pessoas se relacionam em esferas sociais – dentro das quais podem haver diversas esferas discursivas.

¹⁴ Parte de nossa conceituação tem como referência o *Glossário do Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita* (CEALE) da Faculdade de Educação da UFMG.

¹⁵ As traduções do artigo *L'économie des échanges linguistique*, de Pierre Bourdieu (1977), foram feitas por Paula Monteiro (ver Referências) e adaptadas por Florence Carboni.

¹⁶ Este conceito pode ser também chamado de campo discursivo, ou campo de atuação linguística, ou campo de criatividade ideológica, dependendo da tradução realizada ou da obra analisada

1.2.2 As práticas languageiras, as esferas discursivas, os gêneros discursivos e os enunciados

No decorrer do trabalho, o sintagma “práticas languageiras” será muitas vezes utilizado em detrimento de “língua” ou “linguagem”, por considerarmos que não exista distinção entre os termos. Desta forma, consideramos a língua como um fenômeno superestrutural, mas não estritamente: não deixamos de considerar que a base e as superestruturas estão sempre em interação (YAGUELLO, 2010, p. 16), o que, como já dissemos, é parte essencial do ponto de vista sociolinguístico: não existe linguagem fora das relações humanas. Assim, a língua, percebida como linguagem e, mais precisamente, como práticas languageiras, constrói a realidade (a refrata), mas também a reflete (VOLÓCHINOV, 2017).

Entendemos por ideologia o conjunto de ideias de uma classe social, sendo que

A ideologia é necessariamente verbalizada. A língua nutre-se das ideologias, ao mesmo tempo que ela as veicula e as mantém. Segundo Guiraud (1971), "qualquer cultura é um código ou, melhor dizendo, um conjunto de códigos. A ideologia não é senão o código que subtende e integra todos os outros" (112). A ideologia é "uma linguagem, isto é, um código, uma grade aplicada à realidade" (Ibid). Toda ideologia é, portanto, uma linguagem e dispõe de uma linguagem¹⁷. (YAGUELLO, 1978, p. 69)

Consideramos que “por trás de cada texto está o sistema da linguagem” (BAKHTIN, 2010c, p. 309). Mas este sistema não se trata de um conjunto de formas. Pelo contrário, nosso viés sociolinguístico compreende que a “esse sistema corresponde tudo o que é repetido e reproduzido e tudo o que pode ser repetido e reproduzido, tudo o que pode ser dado fora de tal texto (o dado)” (idem, ibidem). Consideramos que a este sistema da linguagem não estão vinculados apenas os elementos repetíveis da língua (as formas), mas também “outros textos (singulares)” (BAKHTIN, 2010c, p. 310). Assim, entendemos que “tudo o que é suscetível de repetição vem a ser material e meio” (idem, ibidem) e que a língua é, assim, forma e substância, pois

Qualquer signo ideológico é não apenas um reflexo, uma sombra da realidade, mas também parte material dessa mesma realidade. Qualquer fenômeno ideológico signífico é dado em algum material: no som, na massa física, na cor, no movimento do corpo e assim por diante. Nesse sentido, a realidade do signo é bastante objetiva e submete-se unicamente ao método monista de estudo objetivo. O signo é um fenômeno do mundo externo. Tanto ele mesmo, quanto todos os efeitos por ele produzidos, ou seja, aquelas reações, aqueles movimentos e aqueles novos signos que ele gera no meio social circundante,

¹⁷ A tradução deste trecho foi feita pela Profa. Dra. Florence Carboni.

ocorrem na experiência externa. (VOLÓCHINOV, 2017, p. 94).¹⁸

Isso porque os valores que normalmente se estabilizam nas palavras são os das classes e gênero/sexo dominantes. Como como mostra Yaguello (1978, p. 69), os conflitos entre grupo dominante e grupo dominado manifestam-se por tensões no uso da língua. Os diversos grupos em conflito na sociedade puxam a língua para si, assim como se puxa um cobertor. Obviamente, nesta luta, a classe dominante sai ganhando. Deste modo, é importante problematizar a afirmação de que as palavras não são de ninguém, e que podem ser utilizadas com valores diametralmente opostos (BAKHTIN, 2010c) como correspondendo ao fato de que exista, fora do uso, uma palavra neutra.

O signo não tem existência (salvo abstrata, nos dicionários) fora de um modo de produção linguístico concreto. Todas as transações linguísticas particulares dependem da estrutura do campo linguístico, ele próprio expressão particular da estrutura das relações de força entre os grupos que possuem as competências correspondentes (ex.: língua "polida" e língua "vulgar" ou, numa situação multilinguística, língua dominante e língua dominada). (BOURDIEU, 1977, p. 19)

Entendemos que, sim, é possível, por exemplo, dizer a palavra “mulher” com um sentido positivo ou negativo, dependendo do contexto, da entonação e dos interlocutores. No entanto, a palavra “mulher” não existe apenas enquanto forma: suas potencialidades de uso envolvem poder, trazem consigo as tensões entre opressores e oprimidos.

Se o dado imediato da língua é o enunciado, um “sistema” linguístico envolve o conjunto dos enunciados de uma sociedade. Assim, defendemos que, por ser a linguagem formada pelo conjunto de enunciados de uma sociedade, quando a maior parte desses enunciados é machista, é possível dizer que a linguagem é machista. Isto porque as possibilidades expressivas dependem de um sentido mais ou menos estabilizado dos enunciados.

Como mostra Bakhtin (2010c), cada época possui um conjunto de enunciados que dão o tom, e, por isso, acreditamos que é perigoso acreditar que a palavra neutra exista realmente. Ela é uma abstração. Ela não faz parte da linguagem. A linguagem se deixa moldar, mas ela não existe fora das relações e dos falantes que a moldam, pois “A língua em si mesma é [...] sempre escrava e nunca um objetivo, serve ao conhecimento, à arte, à comunicação prática, etc.” (BAKHTIN, 2010c p. 179). Desta forma

¹⁸ Preferimos aqui a tradução de 2017, atribuída à Volóchinov, em detrimento a de Bakhtin/Vochínov 2010d, visto que na segunda tradução é apontado que “a realidade do signo é totalmente objetiva e, portanto, passível de um estudo metodologicamente unitário e objetivo” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2010d, p. 33). Acreditamos que há uma grande diferença, de um ponto de vista epistemológico, entre considerar a realidade como “passível” ou como algo que “submete-se unicamente” ao método materialista, ao estudo indissociável da forma e do conteúdo.

A situação e o auditório obrigam o discurso interior a realizar-se em uma expressão exterior definida, que se inscreve diretamente no contexto não verbalizado da vida corrente, e nele se amplia pela ação, pelo gesto ou pela resposta verbal dos outros participantes da situação de enunciação. (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2010d, p. 129)

Assim, acreditamos que as práticas languageiras podem apagar, calar e diminuir as mulheres, uma vez que a linguagem pode ser, sim, machista, pode, sim, excluir, pois ela ocorre no interior de esferas da atividade humana, de esferas discursivas, no interior das quais há sempre uma relação de poder. Entendemos que “as formas” da língua podem ser preenchidas por valores diferentes. No entanto, a língua é forma e substância, uma vez que

ao falante não são dadas apenas as formas da língua nacional (a composição vocabular e a estrutura gramatical) obrigatórias para ele, mas também as formas de enunciado para ele obrigatórias, isto é, os gêneros do discurso (...). Os gêneros do discurso, comparados às formas da língua, são bem mais mutáveis, flexíveis e plásticos; entretanto, para o indivíduo falante eles têm significado normativo, não são criados por ele, mas dados a ele. Por isso um enunciado singular, a despeito de toda a sua individualidade e do caráter criativo, de forma alguma pode ser considerado uma combinação absolutamente livre de formas da língua, como supõe, por exemplo, Saussure, que contrapõe o enunciado (*la parole*) como ato puramente individual ao sistema da língua, como fenômeno puramente social e obrigatório para o indivíduo. (BAKHTIN, 2010c, p. 285)

Como já dissemos, entendemos a língua como práticas languageiras de uma sociedade. Se a sociedade é predominantemente machista, as formas da língua podem não ser, mas suas práticas languageiras serão também machistas. Por esse motivo acreditamos que

Só se pode falar de fórmulas específicas, de estereótipos no discurso da vida cotidiana quando existem formas de vida em comum relativamente regularizadas, reforçadas pelo uso e pelas circunstâncias. Assim, encontram-se tipos particulares de formas estereotipadas servindo às necessidades da conversa de salão, fútil e que não cria nenhuma obrigação, em que todos os participantes são familiares uns aos outros e onde a diferença principal é entre homens e mulheres. (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2010d, p. 130)

A partir desta discussão, questionamos: a língua é sujeita à variação, ou ela é que varia? Entendemos que as duas formas de pensar podem ser equivocadas e nos levar a considerar a língua fora do seu aspecto social. Se a língua é social, ela é condicionada pelas/e condiciona outras superestruturas e é condicionada pela/e condiciona a infraestrutura. Assim, como já apontamos, quase tudo acaba sendo intrínseco à linguagem, porque tudo se relaciona. A

realidade da língua não é um sistema linguístico de formas.

Uma vez que “todos os diversos campos da atividade humana estão ligados ao uso da linguagem” (BAKHTIN, 2016, p. 11), todos os enunciados são marcados pela especificidade de uma esfera de comunicação. Assim, em cada esfera da atividade humana, os enunciados produzidos refletem as condições específicas e as finalidades de cada uma dessas esferas,

não só por seu conteúdo (temático) e pelo estilo verbal, ou seja, pela seleção dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua, mas, acima de tudo, por sua construção composicional. Todos estes três elementos – o conteúdo temático, o estilo e a construção composicional – estão indissolavelmente ligados *no conjunto* do enunciado e são igualmente determinados pela especificidade de um campo da comunicação. (BAKHTIN, 2016, p. 11-12)

Deste modo, cada “campo de criatividade ideológica tem seu próprio modo de orientação para a realidade e refrata a realidade à sua própria maneira. Cada campo dispõe de sua própria função no conjunto da vida social” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2010d, p. 33). Por esse motivo, o conceito de esfera discursiva é de suma importância para o entendimento de nossa análise. Assim, entendemos que “esfera não seria um lugar físico, um ambiente empírico em si, pois sua complexidade ultrapassa as barreiras físicas dos lugares nos quais se praticam atividades diversas” e consideramos “que uma esfera discursiva se constitui como lugar de produção, circulação e recepção de discursos, de ações tipificadas de linguagem, de modos de organização dos gêneros do discurso” (RIBEIRO, 2017, p. 189).

Consideramos que a noção de esfera discursiva *é compreendida como um nível específico de coerções* que, sem desconsiderar a influência da instância socioeconômica, constitui as produções ideológicas, segundo a lógica particular de cada esfera/campo. (GRILLO, 2014, p. 143, grifo meu).

Este conceito é recorrente nos textos escritos por Bakhtin e Volochínov, principais autores da chamada Teoria Dialógica do Discurso (TD), teoria essa que, acreditamos, pode trazer muitas contribuições aos estudos sociolinguísticos. Uma vez que a sociolinguística é “o estudo da comunidade social em seu aspecto linguístico” (CALVET, 2002, p. 147, grifo do autor), precisamos considerar a linguagem/as práticas languageiras como indissociáveis das esferas da atividade humana, e considerar os enunciados nelas produzidos, portanto, conforme já afirmamos, como indissociáveis da história.

Assim, cada campo, cada esfera da atividade humana constrói suas próprias esferas discursivas e é construído por estas, nas quais são produzidos seus tipos relativamente estáveis

de enunciado, os quais denominamos de gêneros do discurso” (BAKHTIN, 2016, p. 12). Iremos assim, procurar descrever e analisar a esfera discursiva “imprensa operária”, os seus gêneros discursivos e, portanto, os enunciados produzidos pela mulher trabalhadora nessa imprensa, visto que

a riqueza e a diversidade dos gêneros do discurso são infinitas porque são inesgotáveis as possibilidades da multifacetada atividade humana e porque em cada campo dessa atividade vem sendo elaborado todo um repertório de gêneros do discurso, que cresce e se diferencia à medida que tal campo se desenvolve e ganha complexidade. (BAKHTIN, 2016, p. 12).

Isto posto, analisaremos o estilo nas práticas languageiras das mulheres trabalhadoras, considerando que

“O estilo é o homem”; e nós podemos dizer, o estilo são pelo menos dois homens, ou mais exatamente, é o homem e seu grupo social na pessoa de seu representante ativo – o ouvinte, que é o participante permanente do discurso interno e externo do homem. (BAKHTIN, 2011, p. 178).

Temos como pressuposto assim, a partir da contestação de Bakhtin ao postulado de Buffon, de que “o estilo é o homem”, que o grupo social apontado por Bakhtin em tal trecho são os participantes de determinado campo da atividade humana, são os interlocutores de determinada esfera discursiva, uma vez que, para a TD, o estilo “está indissolivelmente ligado ao enunciado e às formas típicas de enunciados, ou seja, aos gêneros do discurso” (BAKHTIN, 2016, p. 17).

Desta forma, como mostra Bakhtin, o gênero, o tom e o estilo do enunciado são determinados pela esfera discursiva, por “quem fala e a quem se fala” em determinada esfera. Entendemos que

Em cada época, em cada círculo social, em cada micromundo familiar, de amigos e conhecidos, de colegas, em que o homem cresce e vive, sempre existem enunciados investidos de autoridade que dão o tom, como obras de arte, ciência, jornalismo político, nas quais as pessoas se baseiam, as quais elas citam, imitam, seguem. Em cada época e em todos os campos da vida e da atividade, existem determinadas tradições, expressas e conservadas em vestes verbalizadas: em obras, enunciados, sentenças, etc. Sempre existem essas ou aquelas ideias determinantes dos “senhores do pensamento” de uma época verbalmente expressas, algumas tarefas fundamentais, lemas, etc. (BAKHTIN, 2010c, p. 294)

Além disso, defendemos que Bakhtin, ao apontar uma hierarquia discursiva, defende uma filosofia marxista da linguagem, em que os elementos da vida material são incontornáveis

para se pensar as práticas linguísticas. Cabe ainda, apresentar a distinção feita por Bakhtin (2016) entre gêneros discursivos primários (simples) e secundários (complexos). Assim, o romance, o teatro, o discurso científico, o discurso ideológico, etc., aparecem em circunstâncias de uma comunicação cultural mais complexa e relativamente mais evoluída, principalmente escrita: artística, científica, sociopolítica. Consideramos os gêneros discursivos que analisaremos como gêneros secundários, uma vez que na sua formação, os gêneros secundários absorvem e transmutam os gêneros primários (simples) de todas as espécies, que se constituíram em circunstâncias de uma comunicação verbal espontânea. Essa transmutação fará parte de nosso estudo.

Por fim, destacamos que o conceito de esfera discursiva também é essencial para a nossa análise por ser no interior destas esferas que a luta de classes se manifesta. Assim, procuraremos analisar a equipolência das vozes dentro da esfera discursiva “imprensa operária”, ou seja, verificar se no interior dessa esfera existiam hierarquias. Além disso, verificaremos como é descrita a carnavalização nos discursos analisados. Apontamos o caráter revolucionário da carnavalização, que “precede e prepara sempre as grandes transformações” (BAKHTIN, 2010b, p. 43), pensando como um dos objetivos finais a eliminação das contradições sociais nas esferas da vida humana, a qual acarretaria o fim das hierarquias, o fim das classes sociais também nas práticas discursivas.

1.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Como já apontamos, temos como pressuposto teórico-filosófico que, “somente *na sua totalidade*” (na união entre o seu conteúdo-sentido e a realidade histórica de seu existir), um ato-atividade (uma enunciação) “é verdadeiramente real, participa do existir-evento” (BAKHTIN, 2010a, p. 42, grifo do autor). Tal pressuposto acarreta que se entenda metodologicamente que

O ato deve encontrar um único plano unitário para refletir-se em ambas as direções, no seu sentido e no seu existir; deve encontrar a unidade de uma responsabilidade bidirecional, seja em relação ao seu conteúdo (responsabilidade especial), seja em relação ao seu existir (responsabilidade moral), de modo que a responsabilidade especial deve ser um momento incorporado de uma única e unitária responsabilidade moral. Somente assim se pode superar a perniciosa separação e a mútua impenetrabilidade entre cultura e vida. (BAKHTIN, 2010a, p. 43-44)

Isto posto, visto que o nosso interesse, neste trabalho, é compreender “como a realidade (a infra-estrutura) determina o signo, como o signo reflete e refrata a realidade em transformação” (BAKHTIN, 2010b, p. 42, grifos do autor), entendemos que os pressupostos epistemológicos, teórico-filosóficos e metodológicos da sociolinguística histórica e da sociolinguística crítica possibilitam tal análise. Assim, a metodologia deste trabalho visa averiguar duas hipóteses.

Nossa primeira hipótese é que a complexificação das relações trabalhistas e o aumento da presença da mulher no mercado de trabalho impactaram o desenvolvimento e a construção da sua linguagem e do seu campo de atuação linguística e que a escrita das mulheres trabalhadoras na imprensa operária dos anos de 1889 a 1930 é capaz de fornecer uma nova interpretação sobre a realidade da época. Assim, a construção do corpus de estudo foi feita a partir dos vestígios autênticos deixados pelas mulheres trabalhadoras, e a análise deste corpus se interessa pela linguagem destas mulheres, o que inclui a análise das variedades linguísticas, mas não se limita a elas, uma vez que o uso da linguagem implica no funcionamento dessas variedades (BRANCA-ROSOFF, 2007, p. 170).

Nossa segunda hipótese é que diferentes estilos de enunciado eram produzidos nos jornais da época, dependendo do campo de atuação linguística em que se inseriam (religioso, feminista, operário, ‘popular’, etc.) e dos temas dos enunciados e das circunstâncias em que estes eram produzidos. Assim, as mulheres trabalhadoras, ao escreverem na imprensa operária, podem ter produzido um estilo próprio, visto que os gêneros discursivos são tipos relativamente estáveis de enunciados (BAKHTIN, 2010, p. 262) e é possível verificar estilos de enunciados em seus textos que diferiam dos tipos encontrados nos textos escritos por mulheres na imprensa feminista e por homens na imprensa operária da época.

Nossa terceira hipótese é que as práticas languageiras das mulheres trabalhadoras que escrevem na imprensa operária entre os anos 1889 e 1930 não se encaixam nos estereótipos sociolinguísticos que temos da dita “feminilidade”, como o mito da mulher tagarela e a ideia da mulher silenciosa/silenciada nas interações mistas e na esfera pública. Para averiguar esta hipótese, procuraremos compreender a motivação para o começo da escrita das mulheres nos jornais operários, se estas preenchem espaços vazios ou se há algum embate por estes espaços. Ainda verificaremos se seus discursos apontam para o estabelecimento de uma nova territorialidade linguística, sendo semelhantes aos dos homens que escreviam nos mesmos jornais ou diferindo deles, isto é, constituindo ou não um novo gênero discursivo.

Desta forma, seguimos a ordem metodológica para o estudo da língua proposta em *Marxismo e Filosofia da Linguagem (MFL)*, por acreditarmos que esta ordem possibilita que possamos analisar a língua em sua relação com a sociedade:

1. As formas e os tipos de interação verbal em ligação com as condições concretas em que se realizam.
2. As formas das distintas enunciações, dos atos de fala isolados, em ligação estreita com a interação de que constituem os elementos (...)
3. A partir daí, exame das formas na língua e na sua interpretação linguística habitual. (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2010d, p. 129)

Assim, nossa análise final terá como foco os aspectos mais gerais das interações verbais, ou seja, consistirá em uma descrição da esfera discursiva que chamaremos de imprensa operária. Após, procuraremos sistematizar os gêneros discursivos que circulavam na imprensa operária e, por último, analisaremos os enunciados produzidos pelas mulheres trabalhadoras nesta esfera. Explicando a partir da ordem postulada em *MFL*:

1. Descrever e interpretar as relações entre a base (modo de produção/ relações de produção e classes sociais) e as práticas languageiras da época
2. Descrever a esfera discursiva imprensa operária brasileira na República Velha;
3. Verificar os gêneros discursivos que circulavam nesta esfera;
4. Analisar os enunciados produzidos por mulheres trabalhadoras na imprensa operária, em relação com os enunciados produzidos por homens na mesma esfera e em relação com enunciados produzidos por mulheres em outras esferas discursivas.

Apontamos que a escolha por esta ordem metodológica decorre do fato de acreditarmos que seja

nessa mesma ordem que se desenvolve a evolução real da língua: as relações sociais evoluem (em função das infra-estruturas), depois a comunicação e a interação verbais evoluem no quadro das relações sociais, as formas dos atos de fala evoluem em consequência da interação verbal, e o processo de evolução reflete-se, enfim, na mudança das formas da língua. (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2010d, p. 129)

No entanto, como já explicamos, ressaltamos que não entendemos que essa mudança ocorra de forma direta e unilateral.

Assim, para verificar a veracidade de nossas hipóteses e para compreender a relação dialética entre a infraestrutura e a variação linguística a ser verificada, em um primeiro momento, foi necessário realizar um estudo sócio-histórico, para que entendêssemos as condições de produção dos textos a serem analisados. Para tanto, buscamos estudos sobre o

início da industrialização no Brasil, e, portanto, também sobre a escravização, sobre a abolição da escravatura e sobre o processo de imigração assistida. Além disso, pesquisamos sobre a chamada “questão da mulher” na época, sobre a escolarização, sobre a imprensa operária, além de buscar estudos sobre questões mundiais que possam ter interferido nas superestruturas (linguagem, discursos, ideologias) brasileiras da época, como a Revolução Russa em 1917. Isto porque entendemos que

Para explicar o discurso, é preciso conhecer as condições de constituição do grupo no qual ele funciona: a ciência do discurso deve levar em conta não somente as relações de força simbólicas que se estabelecem no grupo em questão – que fazem com que alguns estejam impossibilitados de falar (por exemplo, as mulheres) ou devam conquistar seu público enquanto que outros estão em país conquistado – mas também as próprias leis de produção do grupo que fazem com que certas categorias estejam ausentes (ou representadas somente por porta-vozes). Essas condições ocultas são determinantes para compreender o que pode ou não ser dito num grupo. (BOURDIEU, 1977, p. 21)

Conforme metodologia proposta por Hardman (2003, versão Kindle, posição 2047-2048), além da busca e da leitura de fontes impressas e manuscritas procuramos, onde fosse possível, combiná-las “com técnicas de história oral e com a análise iconográfica de imagens antigas e contemporâneas dos temas investigados”. Assim, procuramos não tratar as fotografias, as gravuras e demais imagens apenas “como “ilustração” dos fatos a serem analisados, tentando fazê-las “presentes na própria desmontagem ideológica das representações envolvidas” nos processos a serem analisados. Deste modo, o material iconográfico, em nosso estudo, não substitui

as funções documentais da palavra escrita, mas complementam significados fragmentários dos textos, auxiliando na composição de um quadro histórico factualmente mais rico e aberto a múltiplas interpretações. Em especial no plano das “mentalidades” e criações simbólicas, as imagens visuais e a palavra falada podem desvendar aspectos que permaneceriam obscuros caso se restringissem às fontes escritas. (HARDMAN, 2003, versão Kindle, posição 2047-2048)

Juntamente com o estudo sócio-histórico, foi preciso selecionarmos os jornais a serem analisados. Desta forma, devido ao vasto número de jornais e de periódicos produzidos pela imprensa operária brasileira na referida época e devido à dificuldade de encontrar microfílm desses nos arquivos públicos, alguns critérios foram definidos para a seleção dos jornais e periódicos que serão analisados no Capítulo 4 do trabalho. Assim, foram selecionados para a análise jornais da imprensa operária com base nos critérios: tiragem (preferimos jornais com mais de uma edição), língua em que foram redigidos (a seleção privilegiou jornais escritos em

língua portuguesa, visto que na época circulavam no Brasil jornais em diversas línguas, como italiano, francês, alemão e espanhol), local em que foram redigidos (em um primeiro momento, mapeamos os locais de publicação com maior tiragem de jornais publicados) e possibilidade de serem encontrados em arquivos públicos digitais, como a Hemeroteca da Biblioteca Nacional, o Arquivo Público do Estado de São Paulo e o Arquivo Edgard Leuenroth, da Biblioteca da Unicamp.

Para podermos analisar os textos escritos por mulheres no todo em que estão inseridos, para que o nosso corpus não fosse descartável e para facilitar a sua utilização em futuros estudos, ao selecionarmos os jornais nas hemerotecas digitais, de acordo com os critérios já mencionados, procedemos a catalogação destes. Na catalogação, portanto, não nos restringimos aos textos escritos por mulheres, buscando tornar possível a observação dos seus escritos em relação aos demais textos dos jornais, visto que uma análise isolada poderia nos levar a uma interpretação errônea e um recorte simples dos textos escritos por mulheres não nos possibilitaria sua comparação com os demais textos. É importante ressaltar novamente que, por se tratar de uma análise calcada em um dado lugar e um dado momento, o estudo da história foi de grande importância para o trabalho, constituindo-se como fonte para a verificação da mudança social na referida época, e para compreendermos as práticas linguageiras das mulheres trabalhadoras em seu contexto de produção e de recepção.

Pelos motivos mencionados, ao catalogarmos os jornais, tentamos descrevê-los de acordo com os itens abaixo (como é possível verificar na tabela do Anexo 1):

- a) nome do jornal
- b) link/local de consulta
- c) data de publicação do jornal
- d) local de publicação do jornal (neste item, quando possível verificar, inserimos o local de circulação dos jornais)
- e) número de edições que teve o jornal
- f) número da edição analisada
- g) número de páginas da edição analisada
- h) número de textos da edição analisada
- i) se os textos eram assinados
- j) se entre os textos assinados havia textos assinados por mulheres
- k) se havia informações adicionais sobre autoria
- l) breve descrição do teor dos textos assinados por mulheres

- m) breve descrição do teor dos textos assinados por mulheres em relação aos demais textos
- n) tamanho do(s) texto(s) assinado(s) por mulher(es) em relação aos demais textos
- o) marcas linguísticas do(s) texto(s) assinado(s) por mulher(es)
- p) localização do texto assinado por mulher no jornal
- q) recorte dos textos escritos por mulheres
- r) presença de textos com temática sobre a mulher trabalhadora
- s) outros recortes relevantes do jornal
- t) presença de editor/revisor no jornal analisado

A partir dos dados verificados, procedemos à análise das práticas languageiras das trabalhadoras que os escrevem, observando, além do que já foi apontado, como o discurso e a ideologia destas se relaciona com os discursos dos homens na imprensa operária.

Para averiguar nossas hipóteses, organizamos o trabalho da seguinte maneira: no Capítulo 2, denominado “O convento: a política do enclausuramento linguístico”, falaremos sobre a disciplina e sobre a censura a que foi submetida a classe trabalhadora da época. Assim, discutiremos como o disciplinamento da classe trabalhadora foi uma política linguística para enclausurar os discursos dos trabalhadores. Analisaremos também como a colonização da mulher trabalhadora influenciou suas atitudes linguísticas. Além disso, trataremos sobre a censura a que foi submetida a imprensa operária na República Velha.

No Capítulo 3, “O cabaré: estereótipos da classe trabalhadora e a política do preconceito linguístico”, discorreremos a respeito dos seguintes temas, tendo como alvo a referida época (República Velha): as origens da escolarização no Brasil; a escolarização nos censos da República Velha; a educação da classe trabalhadora; o socialismo, o anarquismo e o sindicalismo neste contexto; as mulheres trabalhadoras, suas relações sociais e o que era dito sobre elas; a participação das mulheres feministas na esfera pública e o feminismo na classe trabalhadora.

No Capítulo 4, apresentaremos, analisaremos e contextualizaremos dados gerais e sócio-históricos sobre a esfera discursiva imprensa operária, tendo como base, além das fontes históricas e dos estudos sobre o período, a nossa própria análise destes jornais. Por fim, descreveremos os gêneros discursivos utilizados pelas mulheres trabalhadoras e os enunciados produzidos por elas nestes jornais.

2 O CONVENTO: A POLÍTICA DO ENCLAUSURAMENTO LINGUÍSTICO

Mulheres enclausuradas, como chegar até vocês?
(PERROT, 1988)

Em *Fábrica: convento e disciplina*, Domingos Giroletti transcreve o seguinte diálogo do romance *Fazenda da Ponte* (1968), escrito por Maria Helena Ribeiro, uma ex-operária mineira:

-... Aquela casa comprida, à direita, que foi recentemente construída, é o Convento.
- Convento?
- Sim senhora. Mas não passa de um *pensionato* para moças. E talvez pelo fato de viverem ali as moças algum tanto *enclausuradas*, apelidaram à calma vivenda de Convento. (RIBEIRO apud GIROLETTI, 2002, p. 237)

Neste trecho, a ex-operária traz sua visão sobre os chamados “conventos” de Minas Gerais, os quais, conforme Giroletti (2002, p. 238). “foram organizados pelos empresários para abrigar moças reunidas com a finalidade de trabalhar nas fábricas”. Assim, devido à possibilidade de abrigarem muitas moças em um espaço pequeno, os conventos eram “uma forma barata de recrutar mão de obra necessária porque evitavam, em primeiro lugar, a imobilização de capital na construção de casas para operários” (GIROLETTI, 2002, p. 238).

Enclausurar as mulheres trabalhadoras nos conventos não era apenas uma forma de manter suas honras, havia o nexo monetário envolvido nesta prática. Além dos baixos custos que os empresários tinham com estas moradias, estas residências também constituíam uma das formas de disciplina aplicadas às mulheres trabalhadoras. Enclausuradas nestes pensionatos, as moças seguiam as rotinas impostas por seus patrões, os quais, em troca de trabalho, davam a elas apenas o suficiente para as suas subsistências (GIROLETTI, 2002). Questionamos, então, quais às práticas languageiras possíveis para estas mulheres, das quais temos uma imagem silenciosa, característica dos conventos.

Além disso, destacamos que, embora o ‘aproveitamento’ ou a exploração da força de trabalho feminina tenha ocorrido desde o início da colonização do Brasil, foi apenas com a industrialização que os debates acerca do trabalho feminino começaram a surgir publicamente. Assim, como destaca Eliane da Silva Lopes, em sua dissertação *Fragmentos de Mulher: dimensões da trabalhadora*, “a burguesia, os legisladores, os anarquistas e os socialistas, médicos, advogados, educadores, discutem uma série de questões até aí consideradas novas” (LOPES, 1985, p. 11). Tais discussões a respeito do trabalho feminino tinham o intuito de

colonizar as mulheres trabalhadoras, levando-as de volta ao lar, e impor “o modelo imaginário de família criado pela família burguesa” (RAGO, 2014, p. 86).

A disciplina imposta às trabalhadoras e aos trabalhadores do Brasil da República Velha também é apontada por Margareth Rago (2014), que nos mostra que

Contra as estratégias de enquadramento do proletariado ao modelo disciplinar imaginado pelos dominantes, a criatividade operária opõe inúmeras formas de resistência, surdas, difusas, organizadas ou não, mas permanentes, efetivadas no interior do espaço de produção. (RAGO, 2014, p. 44).

Deste modo, é possível depreender que gestos e discursos contra a disciplinarização eram produzidos nas esferas discursivas do trabalho fabril, de modo que as tentativas dos patrões de controlar as trabalhadoras e os trabalhadores restavam muitas vezes falhas.

Artur José Renda Vitorino mostra, em seu livro *Máquinas e operários*, que, no Brasil, a imprensa, desde o seu surgimento, foi usada para divulgar “uma produção doutrinária e opinativa” (2000, p. 15). Assim, mesmo que Portugal já fizesse uso da imprensa desde o século XV e já tivesse instituído a impressão tipográfica em suas colônias orientais desde o século XVI, no Brasil, a primeira oficina tipográfica foi surgir apenas no século XVIII (no Rio de Janeiro, em 1747). No entanto, esta oficina foi fechada pela provisão, e todo o seu material foi apreendido logo que Portugal soube de sua existência. Foi, então, apenas com a “mudança do governo português para o Rio de Janeiro, em 1808, que se deu a instalação de uma imprensa para a publicação de atos oficiais” (VITORINO, 2000, p. 23-24). Toda e qualquer outra publicação, nesta época, precisava ser submetida à análise de conteúdo. Esta censura não se limitava apenas aos textos escritos no Brasil: para importar livros de outros países era necessário também pedir autorização à autoridade imperial.

Apesar deste controle, nesta época, “jornais e folhetos circularam anonimamente na cidade do Rio de Janeiro e nos principais centros urbanos do país” (VITORINO, 2000, p. 26). Em nossa pesquisa nas hemerotecas, vimos que diversos jornais tinham suas edições descontinuadas, devido ao seu fechamento, como é o caso do jornal *A Classe Operaria*, criado em 1925 e fechado no mesmo ano, após poucas publicações, sendo reaberto em 1928 e tendo os seus períodos de clandestinidade, devido à censura e à repressão¹⁹. Assim, é possível dizer que, desde o seu surgimento, a imprensa brasileira, seja ela operária ou não, teve seus momentos de liberdade e de censura, servindo, muitas vezes, à luta política, seja de forma oficial ou clandestina.

¹⁹ Sobre esses fatos, discorreremos a seguir.

No entanto, mesmo com toda a censura existente na época, entre 1889 e 1930, existia uma variedade de formas associativas populares, as quais eram muitas vezes responsáveis pela edição e distribuição de jornais operários. Assim, “antes que o padrão estatal do sindicato único por categoria se impusesse, era bastante heterogêneo o quadro sindical e associativo dos trabalhadores no Brasil” (HARDMAN, 2003, versão Kindle, posição 345-346), o que fez com que a imprensa operária desta época tivesse maior autonomia ideológica que no pós-1930. Pode-se, assim, concluir que a censura na República Velha buscava impedir que as ideias da classe trabalhadora circulassem, dificultando a abertura dos jornais, além de recriminar os discursos socialistas e anarquistas publicados na imprensa, impedindo-os de circular após a sua escrita.

Por outro lado, o padrão estatal do sindicato único por categoria, criado após a República Velha, buscou controlar as ideologias das trabalhadoras e dos trabalhadores, o que impedia já a produção de determinados tipos de discurso. Por este motivo, o período que analisaremos, mesmo com a censura, pode ter sido um período-chave para a luta de classes no Brasil.

Assim, neste capítulo, discorreremos sobre o enclausuramento de vozes e de ideias enquanto política linguística imposta ao proletariado pela classe dominante no Brasil durante a República Velha. Defendemos a ideia que esta política linguística ocorreu através de práticas que limitavam as esferas discursivas possíveis à classe trabalhadora: a) a censura que sofreu a imprensa operária da época, limitando a difusão de ideias e a denúncia das condições precárias de trabalho da época, que possibilitariam uma consciência de classe e uma luta unitária, b) o disciplinamento da classe trabalhadora, por meio de políticas higienistas e de seu encerramento no interior das fábricas, muitas vezes comparadas com presídios; e c) a colonização da mulher trabalhadora, através dos múltiplos discursos da classe dominante sobre a chamada “questão da mulher” e através da suposta defesa de sua honra, feita pelo internamento das moças nos chamados “conventos”.

2.1 A CENSURA NA IMPRENSA BRASILEIRA: DAS ORIGENS À REPÚBLICA VELHA

De acordo com Oswaldo Francisco de Almeida Júnior (1997, p. 41), em *Sociedade e Biblioteconomia*, com a invenção da imprensa por Gutenberg, no final do século XV, não ocorreu uma transformação imediata da produção e distribuição de livros. Assim, a ampliação do público leitor e consumidor de livros e de jornais “não se deu imediatamente após a implantação da imprensa. Não bastou o equipamento, a matéria prima para o desenvolvimento

do mercado editorial”. O autor aponta que o público, “que dependia necessariamente da alfabetização e do gosto pela leitura, deveria ser formado, implicando em ações muito mais amplas e que ultrapassavam o mero acesso físico ao livro”. Segundo Almeida Junior, “essa realidade não estava restrita ao Brasil colônia ou à Portugal, ela possuía um caráter universal” (ALMEIDA JÚNIOR, 1997, p. 41).

No entanto, a produção e distribuição de livros e de jornais no Brasil foi mais demorada que nos demais países. De acordo com a Agência Nacional de Jornais (ANJ, SD, p. 1), a “imprensa brasileira teve um nascimento tardio, como tardios foram o ensino superior, as manufaturas, a própria independência política e a abolição da escravatura”.

É importante destacar que em Portugal a imprensa iniciou antes do descobrimento do Brasil, com uma publicação em 1487²⁰. Na América espanhola, a imprensa iniciou logo após o seu descobrimento. No Peru, já em 1594, havia a circulação de impressos. No século XVIII, já circulavam em território latino-americano e na América Central jornais comparados aos que eram editados na Europa, no entanto, com duração curta. Assim, na época, ao “contrário da América espanhola, que conheceu muito cedo, mal se firmara a Conquista, a imprensa e o ensino universitário, não havia em todo o Brasil uma só tipografia, uma só universidade” (FRIEIRO apud ALMEIDA JÚNIOR, 1997, p. 41).

Podemos dizer, portanto, que a imprensa brasileira teve um início tardio devido a vários fatores, entre eles, a censura imposta por Portugal. A seguir, procuraremos traçar um breve histórico da censura à imprensa em suas origens, para, depois, podermos compreender melhor a censura imposta à imprensa durante República Velha.

2.1.1 As origens da imprensa e da censura no Brasil

“Quando a imprensa é livre, pode ser boa ou má, mas seguramente sem a liberdade, a imprensa não pode ser senão má.”
Albert Camus

Em *História da Imprensa no Brasil*, Nelson Werneck Sodré (1983, p. 9) aponta que em Portugal, na época do descobrimento do Brasil, os livros estavam sujeitos a três censuras: “a episcopal ou do Ordinário, a da Inquisição, e a Régia, exercida pelo Desembargo do Paço, desde 1576, cuja superioridade firmava-se nas Ordenações Filipinas, que proibiam a impressão de qualquer obra, sem primeiro ser vista e examinada” pelas três entidades censoras. Assim, Sodré

²⁰ Trata-se do *Pentateuco*, obra em hebraico, impressa por Samuel Gacon, em Faro, no atual Algarve.

aponta que, a partir de 1624, em Portugal, “os livros dependiam das autoridades civis para serem impressos, isto é, das autoridades reconhecidas pelo Estado, entre as quais, para esse fim, estavam as da Igreja”. Pombal, em 1768, substituiu este regime pela Real Mesa Censória, a qual teve fim em 1787. Sodré defende, assim, que se havia esta grande censura em Portugal, obviamente que na colônia não seria diferente.

Matías Molina, em *A história dos jornais no Brasil* (2015), assinala que não se tem notícia de alguma proibição específica da Corte ou dos governadores às artes gráficas ainda no segundo século da colonização. Segundo autor, apesar de no período inicial da colonização a instalação de uma tipografia ser considerada supérflua, não há motivos para que Portugal mantivesse a mesma postura em meados do século XVII, quando o Brasil era considerado por João IV a “vaca de leite” do reino, com o aumento da população e da importância econômica do Brasil.

De acordo com Molina, a Coroa espanhola, que governou o Brasil de 1580 a 1640, não se preocupou em desenvolver no país a atividade gráfica, apesar de tê-lo feito em suas outras colônias. Durante o período em que o Brasil esteve sob governo holandês, na primeira metade do século XVII, também não houve imprensa no Brasil, apesar de Maurício de Nassau, que achava que a impressão local de documentos seria útil para a administração da colônia, solicitar o envio de um prelo, tipos e um impressor à Companhia das Índias Ocidentais em Amsterdam. Até mesmo os jesuítas, que chegaram a contar com uma tipografia na região das missões, no território argentino, no primeiro quartel do século XVIII, imprimindo obras de alto padrão gráfico. Assim, uma das hipóteses defendida por Molina é de que, se não havia uma norma que proibisse a imprensa no Brasil nesta época, era porque não foi preciso: até o momento não havia nenhuma tentativa de instalação de tipografia no Brasil.

No entanto, assim que teve notícia da instalação da primeira tipografia em território brasileiro, Portugal tratou de reprimi-la (MOLINA, 2015). Como mostra Artur José Renda Vitorino em *Máquinas e operários: mudança técnica e sindicalismo gráfico* (São Paulo e Rio de Janeiro, 1858-1912), a primeira²¹ oficina tipográfica brasileira, implantada no Rio de Janeiro em 1747 por Antônio Isidoro da Fonseca, um dos principais tipógrafos de Lisboa, foi fechada

²¹ Há uma discordância sobre os dados da primeira tipografia brasileira: “Em 1706, uma Carta Régia, enviada ao governador Francisco de Castro Moraes, ordenava o sequestro das “letras impressas e notificar os donos delas e os oficiais da tipografia que não imprimissem nem consentissem que se imprimissem livros ou papéis avulsos”. O material supostamente pertenceria a um impressor de Recife cujo nome é até hoje desconhecido. Mais que isso: não se tem qualquer informação sobre sua identidade, seu prelo ou o produto de seu trabalho. A única referência documental a eles, portanto, é a medida repressiva a respeito de cuja data exata os historiadores também divergem. É possível, até, que nunca tenha existido de fato” (ANJ, SD, p. 2). Tal discussão é irrelevante para a nossa análise, por isso nos limitaremos a apresentar estes dados, sem opinar sobre os mesmos.

no mesmo ano de sua abertura, sob o pretexto “da inconveniência e da inutilidade dos impressores trabalharem em seu ofício no Brasil” (VITORINO, 2000, p. 21).

Após o seu fechamento, com a mudança do governo português para o Brasil, em 1808, devido à invasão de Portugal pelas tropas napoleônicas, estabeleceu-se uma imprensa para a publicação dos atos oficiais do governo português. Fato importante de ser destacado é que o número de operários tipógrafos existentes era escasso na época, e que este fato levou o governo a dispensar soldados da Brigada Real da Marinha, que tinham prática no serviço de tipografia, para exercerem a função em terras brasileiras (VITORINO, 2000).

Em 1821, ainda no chamado “período joanino” (1808-1821), um decreto foi publicado, anunciando que “a censura não se fazia mais sobre os manuscritos, mas sobre as provas tipográficas. E continuavam proibidos os escritos contra a religião, a moral, os bons costumes, a Constituição, a pessoa do rei, a tranqüilidade pública [...]” (SODRÉ, 1983, p. 41).

Todavia, no Brasil colônia, aqueles que pertenciam à classe dominante tiveram acesso aos livros, mesmo proibidos, de forma clandestina. Os jovens, que iam estudar na Europa, retornavam com livros na bagagem, e homens da maçonaria e marinheiros traziam encomendas de livros e jornais, de forma ilegal (SODRÉ, 1983, p. 12).

Em Portaria de 19 de janeiro de 1822 (apud SODRÉ, 1983, p. 41), ano da Independência do Brasil, José Bonifácio dizia que não se permitiria a impressão de escritos anônimos no país, uma vez que, pelos abusos que contivessem, deveria responder o autor, ainda que seu nome não tivesse sido indicado, e, na falta deste, o editor ou impressor, como se achava prescrito na lei que regulava a liberdade de imprensa. De acordo com Sodré, a continuidade desta norma, advinda do período joanino, utilizada por D. Pedro e demais membros do chamado Conselho de Estado durante o processo de Independência, indica que a classe dominante, que buscava a separação do Brasil de Portugal, direcionou seus esforços apenas à Independência, uma vez que se restringia a liberdade de imprensa, não permitindo o anonimato e exigindo que as provas tipográficas fossem submetidas ao procurador da Coroa, ou seja, mantendo a mesma censura anterior à Independência. Sodré, defende, assim, que “a liberdade tem conteúdo e forma dependentes da correlação de forças econômicas, sociais e políticas: cada classe tem o seu conceito de liberdade, que supõe absoluto e eterno, e defende-o – para defender-se” (SODRÉ, 1983, p. 42).

Apesar disso, alguns historiadores consideram que no chamado Segundo Reinado (1840-1889), no Reinado de Pedro II, havia pouca censura em comparação

tanto com a situação dos países vizinhos quanto com a registrada na Era

Republicana, circunstância em muito decorrente da postura tolerante do monarca frente às críticas escritas e ao deboche das caricaturas que na ausência das fotografias eram a principal forma de ilustração. Especialmente notável a esse respeito é o fato de que os jornais que pregavam a mudança da forma de governo nunca foram reprimidos por isso, ao contrário do que ocorreria com as publicações monarquistas, após a Proclamação da República. A situação era diferente nas províncias, principalmente naquelas onde ocorreram conflitos armados, mas na capital, mesmo durante a Guerra do Paraguai, não houve cerceamento à imprensa. (ANJ, SD, p. 5)

Assim, Sodré também afirma que o período de 1830 a 1850 foi um momento importante para a imprensa brasileira, que, embora fosse “fraca em técnica, artesanal na produção, com distribuição restrita, [...] encontrou, entretanto, na realidade política a fonte de que se valeu para exercer sobre essa realidade, por sua vez, influência extraordinária, considerando as condições da época”. (SODRÉ, 1983, p. 180).

Segundo a Agência Nacional de Jornais (SD, p. 6), ainda durante o Império, ampliou-se a variedade de jornais, que até então se limitavam a tratar de política, ou eram voltados para a atividade comercial e a informação geral. Assim, passaram a surgir jornais para outros públicos, como periódicos ilustrados, jornais femininos ou voltados para imigrantes e operários. Além disso, a ideologia dos escritos nos jornais tornou-se mais ampla: “no último quarto do século XIX, a segmentação deu-se em torno de duas clivagens: entre monarquistas e republicanos, [...] e entre abolicionistas e partidários da ordem escravocrata” (ANJ, SD, p. 6).

Na década de 1850, a construção das primeiras ferrovias possibilitou uma maior facilidade na distribuição dos jornais. Em 1852, passaram a ser introduzidos no Brasil os telégrafos elétricos, embora ainda não fossem de acesso público. No entanto, nos anos que se seguiram, “a rede operada pela Repartição Geral dos Telégraphos foi ampliada paulatinamente”, principalmente após a inauguração, em 1874, de um trecho transatlântico, através de um cabo submarino que partia de Londres e chegava a Recife, ampliando a rede nacional de telégrafos.

Em maio de 1889, essa rede “media 10.755Km, com 172 estações entre o Pará e o Rio Grande do Sul e ramificações para cidades do interior de diversos estados” (ANJ, SD, p. 6). Assim, embora o custo e as condições de transmissão não favorecessem o envio de mensagens longas, “permitiram aos jornais das maiores cidades brasileiras receber informações sobre os principais acontecimentos no mesmo dia em que ocorriam” (ANJ, SD, p. 6).

2.1.2 A imprensa e a censura na República Velha: a criminalização da liberdade de expressão

Como mostra Sodré (1983, p. 251), a Proclamação da República, em 1889, não alterou o cenário da imprensa brasileira: os grandes jornais continuaram os mesmos, embora tivessem se multiplicado os jornais pequenos, o que “sempre acontecera e continuaria a acontecer nas fases de agitação, desaparecendo em seguida”. Entre os grandes jornais editados na época, impressos principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo estavam: *Jornal do Commercio*, *O Paiz*, *Gazeta de Notícias*, *Jornal do Brasil*, *Jornal da Tarde*, *Diário de Notícias*, *O Estado de São Paulo*, *Folha da Noite*, *O Jornal*. Dados sobre local, ano de fundação e tiragem aproximada podem ser vislumbrados na Tabela 2²².

Tabela 2: Jornais de grande circulação durante a República Velha

Nome	Fundação	Tiragem diária
<i>Jornal do Commercio</i>	Rio de Janeiro, 1827	20 mil exemplares (entre 1900 e 1908)
<i>Gazeta de Notícias</i>	Rio de Janeiro, 1875	35 a 40 mil exemplares diários entre 1900 e 1908
<i>O Estado de São Paulo</i>	São Paulo, 1875	8 mil exemplares em 1890, 18 mil em 1897 e 100 mil em 1930
<i>O Paiz</i>	Rio de Janeiro, 1884	26 mil exemplares em 1889, em edições comemorativas a tiragem subia para 60 mil
<i>Diário de Notícias</i>	Rio de Janeiro, 1885	5 mil exemplares
<i>Jornal do Brasil</i>	Rio de Janeiro, 1891	60 mil exemplares
<i>Correio do Povo</i>	Porto Alegre, 1895	2 mil exemplares em sua fundação, passando para 4,5 mil exemplares em 1898 e 10 mil em 1910.
<i>Jornal da Tarde</i>	São Paulo	Não foram encontrados dados
<i>Correio da Manhã</i>	Rio de Janeiro, 1901	3 mil exemplares em sua fundação e 30 mil em 1910, chegando a atingir tiragens superiores a 200 mil em datas comemorativas.
<i>O Jornal</i>	Rio de Janeiro, 1919	Não foram encontrados dados
<i>Folha da Noite</i>	São Paulo, 1921 (atual <i>Folha de São Paulo</i>)	Não foram encontrados dados
<i>Diário Nacional</i>	São Paulo, 1927	684 mil exemplares em 1927, atingindo 1.224.000 em 1928 (de acordo com Sodré, necessita ser verificado)

Fonte: Elaborada pela autora

²² Os dados aqui esquematizados foram extraídos de Sodré (1983), de Marialva Barbosa (2010) e de artigos sobre diversos jornais publicados pela Biblioteca Nacional e verbetes da Fundação Getúlio Vargas na internet (ver. Referências)

Nas Figuras 3 e 4, é possível verificar, respectivamente: uma fotografia na sede do *Jornal da Tarde*, em 1890 e os imponentes prédios do *Jornal do Commercio*, de *O Paiz*, da *Gazeta de Notícias* e do *Jornal do Brasil*.

Figura 3: Redação do *Jornal da Tarde*, primeiro vespertino que circulou em São Paulo em 1890



Fonte: Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo

Figura 4: Prédios de diversos jornais cariocas



Fonte: BRASIL, 1923

A Proclamação da República Brasileira ocorreu em 15 de novembro de 1889. Pouco mais de um mês depois, em 23 de dezembro, foi assinado o Decreto 85-A, por Marechal Manoel Deodoro da Fonseca (Chefe do Governo Provisório) e por outros integrantes do governo, entre eles, Quintino Bocaiuva e Aristides da Silveira Lobo, dois jornalistas. O Decreto ordenava que:

Art. 1º Os individuos que conspirarem contra a Republica e o seu Governo; que aconselharem ou promoverem, por palavras, escriptos ou actos, a revolta civil ou a indisciplina militar; que tentarem suborno ou alliciação de qualquer genero sobre soldados ou officiaes, contra os seus deveres para com os superiores ou fórma republicana; que divulgarem nas fileiras do Exercito e Armada noções falsas e subversivas tendentes a indispô-los contra a Republica; que usarem da embriaguez para insubordinar os animos dos soldados: serão julgados militarmente por uma commissão militar nomeada pelo Ministro da Guerra, e punidos com as penas militares de sedição. (BRASIL, 1890a, p. 316)

Analisando o Decreto, vemos a proibição de discursos contrários à República, incluindo discursos escritos, como é o caso dos textos jornalísticos. Assim, é possível inferir que a imprensa na República Velha sofreu censura desde a instauração do Governo Provisório. De acordo com a Associação Nacional de Jornais, com

a Era Republicana a imprensa atravessou um novo ciclo de transformações. Do ponto de vista institucional, a primeira consequência foi uma volta aos tempos de cerceamento da liberdade e dos atos de violência, no início sobretudo contra os poucos jornais que se mantinham monarquistas, por parte de agentes e simpatizantes do governo. (ANJ, SD, p. 8)

Sobre os decretos, o jornalista francês Max Leclerc, enviado para o Brasil como correspondente para acompanhar os desfechos dos acontecimentos de novembro de 1889, escrevia, em janeiro de 1890:

Sucediam-se os decretos sem que o povo se dignasse sair de sua indiferença habitual. A separação da Igreja e do Estado, o casamento civil haviam passado por cima das cabeças sem sequer fazê-las moverem-se; tratava-se de "conquistas morais" e talvez bastasse regozijar-se interiormente. Mas o decreto sobre bancos teve outra repercussão: foi um violento pontapé no formigueiro adormecido; cada qual correu imediatamente a seus interesses, inquieto, agitado. Num piscar de olhos todo o mundo dos negócios se achava a postos: alguns para tentar aproveitar-se da medida tomada, outros - mais numerosos - para protestarem contra ela. Rio de Janeiro tornou-se durante alguns dias um espetáculo muito curioso.

Após o decreto instituindo a lei marcial e ameaçando com severas penas quaisquer veleidades oposicionistas por meio da pena, de palavras ou atos, contra as medidas tomadas pelo governo provisório; depois que a "Tribuna Liberal", único jornal francamente hostil foi suprimido, os jornalistas julgaram

prudente manter-se calados e os simples cidadãos, de costume faladores e despreocupados com o alcance de suas palavras, tornaram-se reservados, misteriosos até. Mas isso não podia durar meses, pois é preciso que nas ruas, nas praças públicas, nos inúmeros bondes que cortam a cidade em todos os sentidos, o fluminense [carioca] se espanda francamente; é preciso que ele possa tagarelar à vontade; o espírito crítico que lhe é natural não poderia dormir ou ser contido durante muito tempo. Quanto aos jornalistas, reduzidos ao registo dos decretos e das pequenas notícias nos seus periódicos, tardava-lhes retomar a pena que outrora corria livremente sobre o papel. O senhor Rui Barbosa aliviou as angústias dessa gente toda. Já a 15 e 16 de janeiro, por ocasião da partida do ministro das relações exteriores, o despeito provocado pela sua campanha diplomática das missões principiara a brotar na imprensa. Depois do decreto sobre os bancos, um jornalista brilhante e corajoso, Ferreira de Araujo, deu o sinal de ataque na "Gazeta de Notícias" e todas as línguas se despregaram, e todas as penas se puseram a correr de novo sobre o papel mas nem todas para agrado do senhor Rui Barbosa. Estava-se persuadido, no público, de que a liberdade de imprensa fora suspensa; ora aconteceu que ninguém chamou à ordem os que arriscam o nariz, a cabeça, e em seguida o corpo, fora de sua tenda, de modo que, sem entendimento prévio, mas com maravilhosa união, em poucos dias todos se achavam mobilizados. (LECLERC, 1942, p. 117-119)

Os Decretos feitos nos primeiros meses após a Proclamação da República tinham, assim, repercutido, segundo Leclerc, sobretudo entre a classe dominante: banqueiros, industriais e políticos, que se viam ameaçados economicamente. Porém, conforme Leclerc, “ninguém chamou à ordem” àqueles que se arriscaram a falar contra o governo.

Talvez isso ocorresse por conta daquilo que Leclerc já constatava: “Só se pede paz e possibilidade de tratar dos próprios negócios, só se exige do governo que mantenha a ordem. Assim raciocinava o mundo dos negócios, em verdade o mais numeroso e poderoso” (p. 122), ou seja, porque aqueles que se arriscavam falar contra o governo pertenciam à classe dominante. A conclusão de Leclerc sobre a força dos decretos é óbvia, mas merece ser dita. “Nada consegue prevalecer contra os interesses dos homens de negócios, negociantes, industriais, fazendeiros, nem contra a força de inércia do povo brasileiro” (p. 124).

Apesar da pressão que sofria, o governo não cedeu, pelo contrário, endureceu a censura. Afinal de contas, os republicanos também defendiam os seus próprios interesses e também pertenciam à classe dominante. Talvez, em janeiro de 1890, ainda não se tinha chamado à ordem os que contestavam o governo por ainda não existir legislação penal sobre o tema.

Essa situação, porém, durou pouco. Ainda no início da Primeira República, o cerceamento da liberdade passou a se apoiar, inclusive, em previsão penal, baseada na promulgação do Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890, o Código Penal de 1890. Dos atos criminalizados neste código, destacamos dois: o primeiro ato que destacamos era o de promover resistência ou conspiração por escritos impressos ou litografados distribuídos para mais de 15

pessoas, como indicava o Art. 126 do citado decreto:

Art. 126. Provocar directamente, por escriptos impressos ou lithographados, que se distribuïrem por mais de 15 pessoas, ou por discursos proferidos em publica reunião, a pratica de crimes especificados nos capitulos 1º e 3º deste titulo e nos diversos capitulos do precedente:
Pena - de prisão cellular por um a tres mezes.
(BRASIL, 1890b)

O segundo ato de criminalização dos discursos que destacamos do Código Penal de 1890 indiciava aquele que cometesse “calúnia” em panfleto impresso ou litografado, distribuído para mais de 15 pessoas, como indicava o Art. 316:

Art. 316. Si a calumnia for commettida por meio de publicação de pamphleto, impresso ou lithographado, distribuido por mais de 15 pessoas, ou affixado em logar frequentado, contra corporação que exerça autoridade publica, ou contra agente ou depositario desta e em razão de seu officio:
Penas - de prisão cellular por seis mezes a dous annos e multa de 500\$ a 1:000\$000. (BRASIL, 1890b)

A partir da década de 1890 houve uma modernização das tipografias brasileiras, que passaram a utilizar máquinas de impressão rotativa. Segundo Vitorino (2000), esta modernização foi necessária devido ao aumento do número de leitores, ocasionado, também, pelo início da venda avulsa de jornais nos centros urbanos brasileiros.

Em 3 de novembro de 1891, o Marechal Deodoro da Fonseca dissolveu o Congresso. Em 23 de novembro, Deodoro renunciou, devido à crise que se instaurou, assumindo o governo o vice-presidente, Floriano Peixoto.

No governo de Floriano, conforme Sodré (1983), houve uma repressão ainda maior à imprensa monarquista, inclusive, com a publicação, no *Diário Oficial*, de nota sobre o *Jornal do Brasil*, para o qual escreviam José Verissimo e Joaquim Nabuco, dizendo que a campanha monarquista do jornal contrariava formalmente os interesses da República. Sodré destaca que a publicação desta nota mostra como divergia a função do *Diário Oficial* na época, visto que nos dias atuais o *Diário* “é entendido apenas como órgão de divulgação de atos oficiais, sem matéria redacional” (SODRÉ, 1983, p. 258). A repressão culminou na invasão e na depredação da redação do *Jornal do Brasil* por uma multidão armada, aos gritos de “mata Nabuco”, em 16 de dezembro de 1891. Como o governo se pronunciou a respeito, dizendo que não poderia garantir a vida de quem defendesse a monarquia, no dia 18 do mesmo mês noticiou-se a venda do jornal e a mudança dos redatores e editores.

Em 1892 as lutas políticas do governo Deodoro da Fonseca se agravaram. A repressão

e a censura, também. Diversos jornais são invadidos e fechados. Em abril, irrompe um motim na capital, sendo decretados estado de sítio e suspensão de direitos constitucionais por Floriano Peixoto, através do Decreto nº 791, de 10 de Abril de 1892.

No entanto, os monarquistas se colocavam apenas contra a República, mas não a favor da classe trabalhadora. No *Jornal do Brasil*, por exemplo, que tinha entre os seus colaboradores nomes de peso, entre eles, ainda, Joaquim Nabuco, sob pseudônimo, se destacava a “Questão Social”, dizendo que as greves dos ferroviários atrapalhavam o comércio e as populações do interior (SODRÉ, 1983).

A imprensa se diversificava. Surgiam, em várias localidades do país, jornais em línguas estrangeiras, jornais para mulheres, jornais anarquistas, jornais marxistas:

A 2 de julho de 1893, aparecia *Fanfulla*, semanário domingueiro dirigido por Vitalino Rotellini, [...] órgão italiano; a 2 de junho de 1897, apareceria a *Deutscher Zeitung*, semanario dirigido por W. Lehfeld, [...] órgão da colônia alemã. Surgia, em Santos, em 1894, com oficinas próprias, *A Tribuna*; na mesma cidade, em 1895, Silvério Fontes, provavelmente o primeiro socialista brasileiro de formação marxista, fundava o quinzenário *A Questão Social*. [...] em 1896, aparecia ali *O Socialista*, como órgão do Centro Socialista de São Paulo, redigido em português, italiano, espanhol e alemão; em 1º de maio de 1899, Euclides da Cunha e Pascoal Artese fundavam, em S. José do Rio Pardo, o jornal socialista *O Proletário*; a 20 de outubro de 1900, aparecia, na capital do Estado, o *Avanti*, [...] órgão socialista, redigido em italiano [...]. (SODRÉ, 1983, p. 265)

Um dos motores dessa diversidade pode ter sido a modernização da imprensa e a venda dos antigos equipamentos aos pequenos jornais, como mostra Sodré (1983, p. 81)

Junto com a criação dos jornais, surgiam, também, outras leis para reprimir as liberdades em geral (ANJ, SD, p. 8) e garantir a censura na imprensa. Dentre estas, as chamadas “Leis Adolfo Gordo”, como ficou conhecido o conjunto de leis propostas pelo republicano Adolfo Afonso da Silva Gordo, que exerceu vários mandatos como deputado e senador pelo estado de São Paulo. Este conjunto era composto por quatro leis: a primeira Lei de Expulsão de Estrangeiros (de 1907, modificada em 1913), a segunda Lei de Expulsão de Estrangeiros (de 1919), a Lei de Acidentes no Trabalho (de 1919) e a Lei de Imprensa (de 1923).

De acordo com o verbete “Leis Adolfo Gordo” do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), elaborado por Alice Beatriz da Silva Gordo Lang, os atritos entre os imigrantes e seus empregadores, e os questionamentos feitos pelos imigrantes anarquistas e socialistas a respeito da própria sociedade fizeram com que a classe dominante buscasse uma forma de expulsar os “indesejáveis”. Assim, a discussão sobre a

expulsão de estrangeiros de parte ou de todo o território nacional iniciou com projeto apresentado em 1894 (Projeto nº 109-B), que fora aprovado pela Câmara dos Deputados, mas não pelo Senado. Após, o mesmo aconteceu com o projeto nº 317-A, apresentado em 1902. Já em 1906, o projeto de Adolfo Gordo foi aprovado na Câmara e no Senado, sendo sancionado em 1907.

O Decreto n. 1.641, de 7 de janeiro de 1907, chamado de “Lei de Expulsão de Estrangeiros”, dispunha, em seu artigo 1º que “O estrangeiro que, *por qualquer motivo*, comprometter a segurança nacional ou a tranquillidade publica, póde ser expulso de parte ou de todo o territorio nacional” (grifo nosso). Assim, ao dizer que a expulsão poderia ocorrer “por qualquer motivo”, a lei não deixava claras quais circunstâncias causariam tal expulsão, sendo assim, também, uma lei passível de criminalizar discursos contrários à classe dominante. Desta forma, a lei de 1907 representava uma constante ameaça aos estrangeiros, visto que os “jornais operários, fazendo-se porta-vozes de colonos e operários, denunciavam arbitrariedades e intimidação policial” (LANG, SD, p. 3).

No entanto, mesmo com toda ameaça, os movimentos operários continuavam insuflando greves e manifestações, de modo que a classe dominante passou a considerar esta lei insuficiente para reprimi-los. Assim, foi aprovado e sancionado em 8 de janeiro de 1913 um projeto que revogava os artigos que diziam que não poderia ser expulso o estrangeiro que residisse no território brasileiro por dois anos contínuos, ou por menos tempo quando casado com brasileira ou viúvo com filho brasileiro. Também foi revogado o artigo que garantia que o estrangeiro pudesse recorrer da expulsão, através do Poder Judiciário Federal.

No seu primeiro discurso em defesa do projeto que revogava os artigos citados, em 29 de novembro de 1912, Adolfo Gordo (2006) defendia que um estrangeiro residente no país há mais de dois anos poderia ser mais perigoso do que um estrangeiro recém-chegado. Sobre a restrição de expulsão de estrangeiros casados com brasileiras ou viúvos com filhos brasileiros, o então deputado federal defendeu que a expulsão não atingia os familiares, que poderiam ou não acompanhar o expulso. Além disso, sobre o artigo que se referia à possibilidade de recorrer à expulsão, Adolfo Gordo garantiu que a legitimidade deveria ser julgada pelo Poder Executivo, e a legalidade deveria ser julgada pelo Poder Judiciário, se tratando a expulsão de um caso de legitimidade.

O deputado defendeu também o fato de que vários países possuíam leis rígidas de expulsão de estrangeiros, citando casos de expulsão, principalmente, da França. Por esse motivo, de acordo com Afonso Gordo, manter aquelas restrições (dos artigos 3º e 4º da Lei de 1907) era “colocar o Brasil em situação de verdadeira inferioridade em relação às demais

nações”, fazendo com que o Brasil se constituísse em “um refúgio de anarquistas e fomentadores de desordens”. O fato de a legislação visar coibir os ideais libertários fica claro no seguinte trecho do discurso do deputado, aqui transcrito:

Informa este documento que tenho em mãos, (mostrando um papel) emanado de uma repartição pública de São Paulo, que já há naquele Estado 26 sociedades anarquistas. Os chefes dos grupos anarquistas limitavam-se, a princípio, a fazer propaganda de suas idéias libertárias em Santos e na Capital, agitando as várias classes operárias, provocando greves que se repetiam com muita freqüência, e prejudicando consideravelmente a vida industrial daquelas cidades. Uma das últimas greves que tiveram lugar na Capital, durou mais de 30 dias e nela estiveram envolvidos cerca de 10.000 operários.

Ultimamente, porém, têm eles feito uma propaganda intensíssima no interior do Estado, junto aos colonos, com o intuito de desorganizarem completamente o serviço agrícola, promovendo, durante a colheita, uma greve geral. [...]

Para mostrar até que ponto vai a ousadia e vai a insolência desses estrangeiros a que se refere o projeto, vou ler o seguinte trecho de um artigo publicado no jornal «O operário» editado em Sorocaba e assinado por Joseph Joubert Rivieri (lê):

«Ao Governo Federal». «Ao Governo do Estado e ao Povo». Ao Supremo Chefe do Poder Executivo, ao representante de 23 milhões de habitantes deste infeliz país digno de melhor sorte, devolvo a patente de tenente da guarda nacional, restituo-lhe o título de eleitor e de cidadão brasileiro e me declaro rebelde contra todas as suas leis, decretos ou qualquer outra forma sancionadas para enganar o povo. Não quero e não devo mais tempo pertencer a um país cuja constituição se tornou um qualquer toilet de latrina».

Em recente reunião realizada para festejar a fundação do jornal «A Barricada» foram proferidos violentíssimos discursos contra a polícia, contra o governo do Estado e da União, orando Gigi Damiani e José Barrobio em termos sediciosos e agressivos contra os Srs. Rodrigues Alves, Rivadavia e Marechal Hermes. Essa reunião terminou com «morras» às autoridades constituídas e vivas à anarquia!

É manifesto, Sr. Presidente, que o país não pode manter-se de braços cruzados por mais tempo: é indispensável resolver já este problema e para isso basta-lhe inspirar-se nos exemplos e legislações dos povos cultos, eliminando da lei as restrições que aquelas legislações não consagram. (GORDO, 2006)

Assim, ao deixar a lei ainda mais rigorosa, como mostra o discurso de Adolfo Gordo, um dos intuitos era conter as greves e proibir a proliferação de jornais operários anarquistas, censurando os seus discursos. Em 1919 foi aprovada uma nova lei, que não regulava apenas a expulsão de estrangeiros do Brasil, mas também as condições para a entrada destes.

Outra lei proposta por Adolfo Gordo e sancionada durante a República Velha foi o Decreto nº 4.743, de 31 de outubro de 1923, que regulava a liberdade de imprensa. Entre as proibições deste decreto, estavam a “ofensa feita pela imprensa ao Presidente da Republica no

exercício de suas funções ou fóra delle, e a algum soberano ou chefe de Estado estrangeiro, ou aos seus representantes diplomáticos”. No entanto, a sanção mais controversa deste decreto era exigir a assinatura em todos os artigos publicados pelos jornais.

Enquanto essa lei transitava na Câmara dos Deputados, em 1922, ocorria o I Congresso do Partido Comunista (SODRÉ, 1983, p. 322). De acordo com Sodré (1983), o congresso foi noticiado pelo mensário *Movimento Comunista*, que apesar do decreto de Adolfo Gordo, manteve-se até julho de 1923. Mesmo com a censura imposta pela legislação vigente, em 1º de maio de 1925, foi criado o jornal do Partido Comunista Brasileiro, *A Classe Operaria*, tendo uma tiragem inicial elevada: cinco mil exemplares. No entanto, no seu primeiro ano de funcionamento, o jornal foi fechado, ainda em 1925, sendo reaberto em 1928. Em 1929 “a redação foi invadida e depredada, como numerosos sindicatos” (SODRÉ, 1983, p. 322). Daí por diante, “tipografias foram espasteladas pela polícia, às dezenas, gráficos e redatores, às dezenas, foram presos, torturados e mortos” (idem, *ibidem*).

Um relato interessante dessa censura foi feito no jornal *Voz do Povo*, de 16 de abril de 1920. Nele, os autores satirizam o fato de a polícia ter apreendido uma máquina de escrever, por essa ser uma máquina anarquista. Além disso, em alusão à Lei de Expulsão dos estrangeiros, se perguntam se a máquina também seria expulsa do país, por ser importada:

A policia prende uma machina de escrever
No assalto dado pela policia a casa de Ítalo Benasse na noite de 10 para 11, encontrou e carregou uma máchina de escrever, marca <Oden>. De posse desta importante descoberta, não perdeu tempo, informou imediatamente a reportagem que uma machina de escrever anarchista havia sido apprehendida, não sabemos si contra esta audaciosa anarchista será feito processo e como estrangeira, terá que seguir barra fora, parece-nos que ella abdicará das idéas e será uma machina policial... (*Voz do Povo*, 16/4/1920)

O fato de termos acesso, ainda nos dias atuais, a jornais da imprensa operária, nos indica a resistência proletária à censura. No entanto, ressaltamos que nem sempre o cerceamento aos discursos é feito de forma oficial, como nos exemplos aqui citados. Nem sempre existem leis escritas a regular os discursos, tanto da imprensa, quanto em demais esferas discursivas. No entanto, os discursos são, sempre, regulados. Por este motivo, acreditamos que

A ciência adequada do discurso deve estabelecer as leis que determinam quem pode falar (de fato e de direito), a quem e como (por exemplo, num seminário, a possibilidade de tomar a palavra é infinitamente menor para uma mulher do que para um homem). *Entre as censuras mais radicais, mais seguras e melhor escondidas, estão aquelas que excluem certos indivíduos da comunicação (por exemplo, não os convidando para os lugares de onde se fala com autoridade, ou colocando-os em lugares sem palavra)*. (BOURDIEU, 1977, p. 21, grifo do autor)

Dessas censuras mais radicais, que excluem indivíduos da comunicação, fato que chamamos de “enclausuramento linguístico”, é que trataremos a seguir.

2.2 DISCIPLINAR, COLONIZAR E ENCLAUSURAR

Em *Do cabaré ao lar*, Margareth Rago defende que as políticas higienistas da época não eram apenas uma forma de diminuir a proliferação de doenças entre os trabalhadores, mas também de higienizar, transformar os papéis sociais desempenhados no interior do espaço doméstico:

Instituir hábitos moralizados, costumes regrados, em oposição às práticas populares promíscuas e anti-higiênicas observadas no interior da habitação operária, na lógica do poder, significava revelar ao pobre o modelo de organização familiar a seguir. Nessa utopia reformadora, a superação da luta de classes passava pela desodorização do espaço privado do trabalhador de duplo modo: tanto pela designação da forma da moradia popular, quanto pela higienização dos papéis sociais representados no interior do espaço doméstico que se pretendia fundar. (RAGO, 2014, p. 86-87)

Embora os homens trabalhadores não escapassem desse disciplinamento, essa higienização dos papéis sociais passava pela promoção de um novo modelo de feminilidade para a classe trabalhadora, a “esposa-dona-de-casa-mãe-de-família”, modelo que foi muitas vezes defendido pelo movimento operário, liderado por homens (RAGO, 2014, p. 86). Assim, a colonização da mulher trabalhadora consistia em domesticá-la, não apenas no sentido de fazer com que mantivesse no lar, mas também de lhe impor um comportamento regrado, imposição esta comum às situações de dominação.

A seguir, discorreremos sobre essa tentativa de reformar os papéis sociais desempenhados pela classe trabalhadora, através do seu disciplinamento e do seu enclausuramento. A respeito das mulheres trabalhadoras, mostraremos as estratégias utilizadas pela classe dominante e pelos homens trabalhadores para colonizá-las.

2.1.1 O disciplinamento da classe trabalhadora

“Na prática de um processo de qualificação de mão-de-obra, com o treinamento técnico ou com a criação/interiorização de novos valores, já se está formando um trabalhador disciplinado” (GIROLETTI, 2002, p. 183). Simone Weil (1979), em seu escrito sobre a

racionalização do trabalho, mostra como esta visava o disciplinamento do trabalhador. Weil aponta como a palavra “racionalização” é vaga ao designar métodos de organização do trabalho pouco racionais, que eram apresentados “como métodos de organização científica do trabalho” (WEIL, 1979, p. 111).

A autora mostra como a ciência, que antes estudava as leis da natureza, proporcionando a invenção de máquinas e as “descobertas de processos que permitiam utilizar as forças da natureza” (idem, *ibidem*), passou a ser aplicada no emprego da força de trabalho humana. Ao se dizer que o a revolução industrial foi ocasionada apenas pela invenção das máquinas, ou seja, focalizando a sua causa na produção, acabamos esquecendo que ela também foi ocasionada “pela utilização científica da matéria viva, isto é, dos homens” (WEIL, 1979, p. 112), acabamos esquecendo que a revolução industrial foi ocasionada pelo disciplinamento da força de trabalho.

O disciplinamento da força de trabalho foi realizado pelos dois métodos científicos propostos na época: o taylorismo (1895) e o fordismo (1914). Embora no Brasil estes dois métodos tenham demorado para serem implementados formalmente (oficialmente, temos a implementação do taylorismo com a criação do Instituto de Organização Científica do Trabalho- IDORT, nos anos 1930), muitas vezes já se afinavam com este mesmo diapasão (RAGO, 2014, p. 60). O método de Taylor consistia basicamente em

primeiro, estudar cientificamente os melhores procedimentos a empregar em qualquer trabalho [...], depois, estudar os tempos decompondo cada trabalho em movimentos elementares que se reproduzem em trabalhos muito diferentes conforme diversas combinações; e, uma vez medido o tempo para cada movimento elementar, chega-se facilmente ao tempo necessário para operações muito variadas. [...] Finalmente, intervém a divisão do trabalho, entre os chefes técnicos. Antes de Taylor, um contramestre fazia tudo; vigiava tudo. Atualmente, nas fábricas, há vários chefes para uma mesma seção: há o controlador, há o mestre, etc. (WEIL, 1979, p. 119)

A taylorização do trabalho nada mais era do que uma forma de disciplinar os trabalhadores. “Os contramestres egípcios tinham chicotes para levar os funcionários a produzirem; Taylor substitui o chicote pelos escritórios e pelos laboratórios, com a cobertura da ciência” (WEIL, 1979, p. 119). Léon Trotsky compartilhava a ideia de Weil, mostrando como, historicamente, a burguesia buscou disciplinar a classe trabalhadora.

Em momentos diferentes e em proporções diferentes, a burguesia empregou simultaneamente o ferro quente, a repressão e os métodos persuasivos. Para este efeito, os sacerdotes apresentaram-lhe um concurso sem preço. [...] A burguesia adaptou a escola, a imprensa, os municípios e o parlamento ao seu propósito de modelar as ideias da classe trabalhadora. As várias formas de

salário (por jornada, por trabalho por peça, por convenção coletiva) não constituíam em suas mãos senão meios diferentes para que o proletariado trabalhasse. [...] O ponto culminante de todas essas estratégias foi o sistema taylorista, em que os elementos de organização científica do processo de produção foram combinados com os procedimentos mais avançados do sistema diaforético²³. (TROTSKY, 2005, p. 157, tradução nossa²⁴)

O fordismo, que consistia na elaboração de um sistema de montagem em cadeia, que “permitiu substituir operários especializados por ajudantes especializados em trabalhos em série” (WEIL, 1979, p. 124), isolava ainda mais os trabalhadores uns dos outros. Esse sistema produziu a monotonia no trabalho, que trouxe perdas significativas aos trabalhadores. No entanto, é uma visão errônea e culpabilizante dizer que essas perdas ocorriam porque os operários se acomodavam a essa monotonia. Pelo contrário. Era o trabalho monótono, que não lhes dava o direito de pensar, nem de falar, que lhes tornava “incapazes de fazer outra coisa” (WEIL, 1979, p. 125).

Estes métodos tinham em sua base a divisão da classe trabalhadora. Se a cada momento do trabalho o operário precisava calcular para saber quanto ganhou, por conta das metas impostas, ele ficava ainda mais isolado dos demais. Se o trabalho em série fazia com que o trabalhador precisasse repetir o mesmo movimento inúmeras vezes, exigindo sua concentração nesta repetição, por outro lado, o atrapalhava de pensar na sua própria condição, de partilhá-la com os demais, de solidarizar-se com a condição dos outros trabalhadores. Como defende Weil,

A disciplina nas fábricas, a sujeição, é uma característica do sistema, é mesmo o caráter essencial, e é a finalidade para a qual foi inventada, já que Taylor fez suas pesquisas exclusivamente para quebrar a resistência de seus operários. Impondo-lhes tais e tais movimentos em tantos segundos, ou outros tais em tantos minutos, é evidente que nenhum poder de resistência resta ao operário. Disso é que Taylor se mostrava mais orgulhoso, e isso é o que ele desenvolvia de preferência, acrescentando que seu sistema permitia que acabasse o poder dos sindicatos nas fábricas. (WEIL, 1979, p. 125)

No Brasil, no entanto, o taylorismo foi defendido inclusive pela imprensa operária, para otimizar a distribuição de jornais. No periódico a *Classe Operaria* de 4 de julho de 1925, sob o título de “Taylorizemo-nos!” se explicava:

²³ O termo “diaforético” significa “o que causa suor”. O sistema de remuneração diaforético correlacionava a remuneração dos trabalhadores à produtividade do trabalho.

²⁴ Original: “En diversas épocas y en proporciones diferentes, la burguesía há empleado simultáneamente el hierro candente, la represión y los métodos persuasivos. A este efecto, los sacerdotes la han presentado un inestimable concurso. [...] Adoptó la escuela, la prensa, los municipios y el parlamento a su propósito de modelar las ideas de la clase trabajadora. Las diversas formas de salario (con jornal, a destajo, por contrato colectivo) no constituían en sus manos sino medios diversos de conseguir que el proletariado trabajara. [...] La culminación de toda esta labor ha sido el sistema Taylor, en el cual los elementos de organización científica del proceso de la producción se combinan con los procedimientos más perfeccionados del sistema diaforético.”

Taylorizar, palavra originada do nome do americano Taylor, significa obter, com o mesmo esforço, um rendimento maior, - obter o rendimento máximo. Citemos casos concretos.

Temos, por exemplo, 2 horas de folga. Desejamos empregal-as na propaganda da CLASSE OPERARIA. Pois bem: em vez de empregarmos as 2 horas em propagar o nosso jornal numa pequena officina de 10 operarios, preferimos propagal-o numa grande fabrica de 500 ou 1.000 operarios.

O esforço é o mesmo, mas o resultado é muito maior na grande fabrica.

Outro caso: preferimos fazer propaganda do nosso jornal num grande sindicato do que em um sindicato esquelético.

Terceiro caso: concentremos mais energias nas grandes fabricas do Rio e de São Paulo do que em qualquer outro lugar do Brasil.

Quarto caso: preferimos vender 30 jornaes, no valor de 3\$, numa grande fabrica a receber 10\$ de um unico operario de categoria ou de um pequeno burguez sympathizante.

Creemos que, com esses quatro casos concretos, os trabalhadores menos cultos compreenderão o que queremos dizer, lançando a palavra de ordem di trabalho imediato:

-- Taylorizemos o nosso esforço! Obetenhemos com o mesmo esforço o máximo de resultado.

(A CLASSE OPERARIA, 04/07/1925)

O disciplinamento do trabalho não era visto com bons olhos pelos proletários, que tinham consciência de que este lhes restringia a liberdade. No jornal operário *A Terra Livre*, de 12/04/1906 (apud RAGO, 2014, p. 37), por exemplo, vemos a comparação das indústrias com presídios e com regimes totalitaristas, em que haviam czares:

OS PRESÍDIOS INDUSTRIAIS

A Companhia Paulista

O chefe da estação Jundiaí da Companhia Paulista de Vias Férreas é um modelo de tirania, um carcereiro exemplar, e é por isso que a Cia. o estima e ampara. É este pequeno czar que estabelece regulamentos despóticos que pesam sobre os empregados como uma barra de chumbo. (*A Terra Livre*, 12/04/1906, apud RAGO, 2014, p. 37)

No entanto, o disciplinamento não se restringia à esfera da indústria e do trabalho. A burguesia buscava disciplinar a classe trabalhadora em todas as esferas de sua atuação, inclusive na esfera privada. Para este disciplinamento, a criação das vilas operárias teve um importante papel. Assim, na primeira fase da industrialização brasileira, proliferaram-se vilas operárias nos espaços contíguos às fábricas, principalmente em regiões do interior, próximas da zona rural e em grandes fábricas do setor têxtil de São Paulo e do Rio de Janeiro.

De acordo com Hardman (2003), nas cidades, os bairros proletários eram uma forma de "aprisionamento" do proletariado, condenando-os à segregação étnico-espacial. Essa segregação se dava entre classe dominante e classe trabalhadora, uma vez que, apesar dos

conflitos étnicos existentes na classe trabalhadora, não existia, na época, uma separação étnico-espacial entre imigrantes europeus, brasileiros trabalhadores brancos e ex-escravizados.

Acreditamos, porém, que embora não existisse uma separação étnico-espacial entre a classe trabalhadora, o mesmo não pode se dizer das esferas discursivas, nas quais há indícios de forte segregação. Sidney Chalhoub (2001) diz que há um consenso entre os historiadores sobre o fato de que os conflitos étnico-raciais (entre ex-trabalhadores escravizados, brasileiros brancos e imigrantes europeus) foram uma das maiores limitações do movimento operário brasileiro. Entre as causas dos conflitos, Chalhoub aponta as antigas “contradições senhor-patrão branco versus escravo-empregado negro, e colonizador-explorador versus colonizado-explorado brasileiro” (2001, p. 60), que faziam com que houvesse, no nível das mentalidades e atitudes/discursos, a concepção do imigrante, que acreditava ser racialmente e culturalmente superior aos brasileiros, e o ressentimento que os negros possuíam dos brancos em geral, devido à sua escravização recente.

Outro aspecto importante desta segregação é a formação, na época, de um mercado de trabalho com superabundância de oferta, que aumentou a competição entre os trabalhadores, dificultando a organização de lutas reivindicatórias (CHALHOUB, 2001, p. 62). Acreditamos, assim, que esta tensão entre imigrantes europeus e negros constitui, também, uma marca do enclausuramento linguístico dos proletários, principalmente dos negros, uma vez que, “no desenrolar das rivalidades nacionais e raciais [...] provenientes da competição pela sobrevivência na cidade do Rio de Janeiro [e, acrescentamos, nas demais cidades brasileiras] da Primeira república, os brasileiros de cor foram, ou continuaram a ser, os grandes perdedores” (CHALHOUB, 2001, p. 88-89).

Importante para a defesa das vilas operárias eram os discursos higienistas contrários aos cortiços. Como mostra Margareth Rago (2014), o cortiço e a favela eram vistos como lugares onde se originavam as epidemias, os vícios e as revoltas. Para conter estes males, a classe dominante criou, em São Paulo, uma polícia higienista, que inspecionava as habitações operárias, aplicando multas àqueles que desobedecessem às normas higiênicas.

No jornal *A Plebe* de 11 de dezembro de 1920, sob o título “Dominando pela miséria”, é publicada uma charge (Figura 5) com a seguinte legenda:

Logo que foi declarada a greve na Companhia Docas de Santos, a poderosa empresa mandou despejar todos os trabalhadores que habitavam os barracões infetos de sua propriedade, pretendendo com este ato brutal e desumano, abafar o grito de fome do operariado. Assim procedem todos os tiranos até que um dia o rude trabalhador, num gesto viril de revolta conquiste o direito de viver para todos. (A Plebe, 11/12/1920)

Podemos concluir, através da prática realizada, de despejar os trabalhadores que fizeram greve, que as vilas operárias forneciam, também, a possibilidade de um maior poder para os patrões. Tendo a propriedade dos lares dos trabalhadores, os proprietários das grandes empresas possuíam propriedade sobre as suas vidas, podendo, através disto, reprimir suas revoltas.

Figura 5: Charge “Dominando pela miséria”



Fonte: A Plebe, 11/12/1920

A intervenção das políticas higienistas consistia, também, em isolar os bairros da burguesia dos bairros dos proletários, fato que não é exclusivo das relações entre classes no Brasil. Em 1845, Engels já dizia, analisando a urbanização na Inglaterra:

Todas as grandes cidades possuem um ou vários ‘bairros de má reputação’ – onde se concentra a classe operária. É certo que é freqüente a pobreza morar em vielas escondidas, muito perto dos palácios dos ricos, mas, em geral,

designaram-lhes um lugar à parte onde, ao abrigo dos olhares das classes mais felizes, tem de se safar sozinha, melhor ou pior. (ENGELS, 1985 [1845], p. 38)

Em *Tempos Difíceis*, romance de 1854, Charles Dickens também já descrevia a divisão espacial entre classes sociais na urbanização, dizendo que as cidades industriais possuíam

algumas ruas grandes, parecidas umas com as outras, muitas ruas pequenas, ainda mais parecidas uma com as outras, habitadas por pessoas ainda mais parecidas com as demais, todas indo e voltando nas mesmas horas... para fazer o mesmo trabalho; e para as quais todos os dias são iguais a ontem e a amanhã, e cada ano é contrapartida do último e do próximo. (DICKENS apud LÖWY, 2012, p. 39, tradução do autor)

Em Laranjeiras, Rio de Janeiro, a vila operária formada ao redor da Fábrica de Tecidos Aliança (Figura 6) parece ter saído da narrativa de Dickens. Nela, vemos o grupo de casas dos operários, umas muito iguais a outras. No entanto, o bairro das Laranjeiras já havia sido um bairro aristocrático, com diversos palacetes no setecentos (CAVALCANTI, 2004). Cercado por montes, o bairro passou a ter maior circulação após ser construído um túnel no local, em 1887. Com a instalação da fábrica, a composição da população do bairro e sua arquitetura sofreram mudanças radicais (CAVALCANTI, 2004). Obviamente, os palacetes setecentistas não foram utilizados como residência pelos operários. Assim, foram construídas casas pequenas, “de porta-e-janela”, se espalhando, além das construções da própria fábrica, que foi uma das mais importantes da indústria têxtil da República Velha.

Figura 6: Fábrica de Tecidos Aliança - À esquerda, grupo de casas da Vila Operária

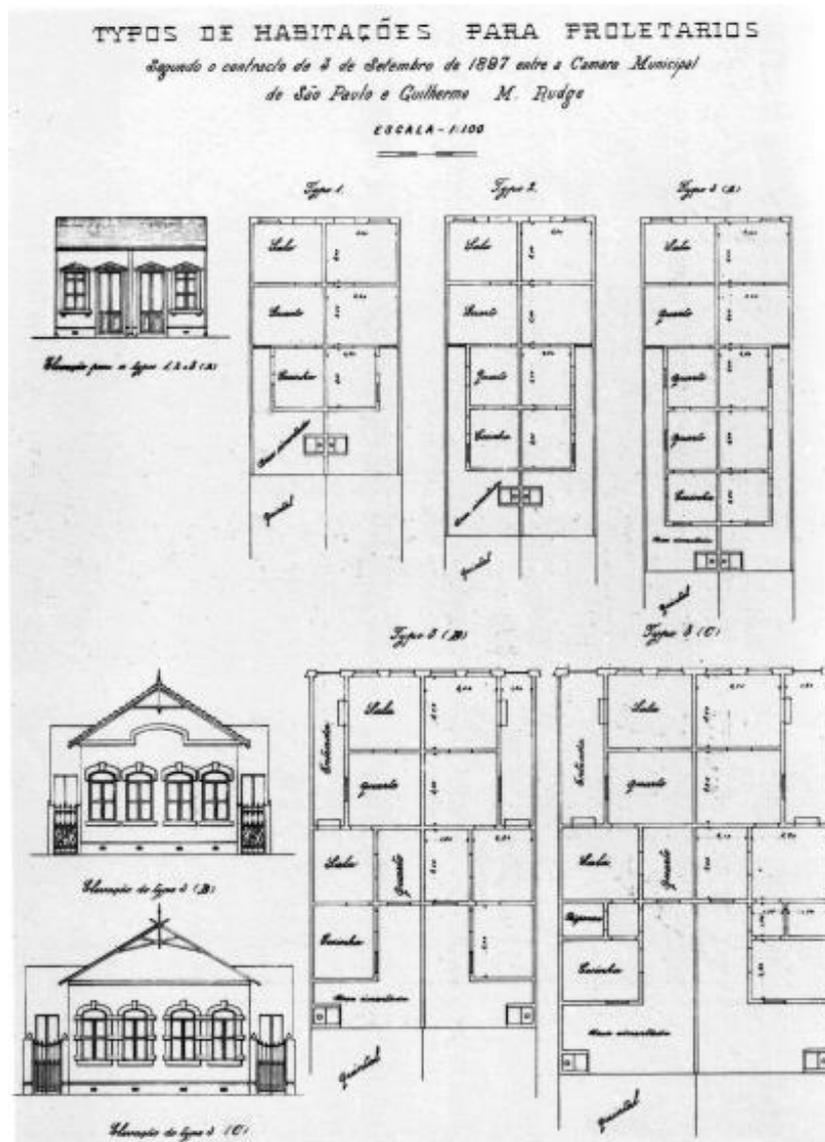


Fonte: Laboratório de História Oral e Imagem da Universidade Federal Fluminense (UFF)

(Autor: Augusto Malta – 1907. Arquivo Fotográfico Augusto Malta/Museu da Imagem e do Som – RJ)

A criação de vilas operárias era amplamente discutida pela burguesia na República Velha. Tanto que foram criadas leis para regular sua construção, inclusive, com projetos para as habitações dos proletários (Figura 7). No projeto de casas operárias de 1898, apresentadas por Guilherme Maxwell Rudge à Câmara de São Paulo, vemos que havia, por parte dos governantes, a tentativa de normatizar a construção destas casas.

Figura 7: Projeto de casas operárias (1898), apresentadas por Guilherme Maxwell Rudge à Câmara, em atenção à Lei Municipal n. 315, de 14 de agosto de 1897



Fonte: Acervo Arquivo Histórico Municipal Washington Luís (AHMWL) apud Campos (2008)

De acordo com o Informativo do Arquivo Histórico Municipal de São Paulo - AHM (JUCÁ; LOPES, 2008) sobre casas e vilas operárias da cidade de São Paulo construídas entre o fim do século XIX e o início do século seguinte, a Vila Maria Zélia, situada no bairro do

Belenzinho, em São Paulo, foi uma das mais importantes vilas operárias brasileiras. Esta vila era considerada um modelo para a época, tendo sido projetada pelo arquiteto francês Paul Pedarrieux, construída entre 1912 e 1916 e inaugurada em 15 de maio de 1917, para abrigar os operários que trabalhavam na Companhia Nacional de Tecidos de Juta, “de propriedade do médico e empresário Jorge Street (1863-1938) – considerado um dos precursores da indústria brasileira e dos direitos sociais dos trabalhadores” (JUCÁ; LOPES, 2008). Assim, sobre a Vila Maria Zélia, Jorge Street declarou que

[...] Trabalhei sempre no número dos industriais que não se limitaram a dirigir dos seus escritórios o movimento dos seus negócios, mas que tinham especial prazer em manter com os operários íntimo contato na sua vida de trabalho. Esse prazer aliava-se a um sentimento íntimo e instintivo de dever, que me fazia visitar diariamente as fábricas, percorrendo todas as suas seções e assistindo mesmo muitas e muitas vezes a entrada e a saída dos operários. Tive, como é natural em tais condições, ocasião de os ver também nas suas tristes moradas. A impressão que dessas visitas trazia era desoladora, tal a promiscuidade e as condições moral e higienicamente inadmissíveis que em geral ali existiam. Nasceu daí a minha tentativa de procurar dar aos que comigo trabalhassem condições melhores de existência. [...] Resolvi pois tomar pessoalmente a direção da organização a vir e que aos meus olhos não ia constituir nenhuma obra de caridade, mas sim uma obra de justiça e de direito social.

Morada são com bastante sol e luz e os cômodos de acordo com as necessidades das famílias operárias mais comuns. Dois, três e quatro quartos foram os tipos adotados, dando-se a eles um aspecto alegre e convidativo, construindo as casas em um só pavimento e em ruas largas, tirando assim em aparência e de fato qualquer idéia de promiscuidade. [...]

O adulto morava com a sua gente e a sua prole, pois no sentido social a morada não deve ser unicamente um abrigo, mas deve servir para constituir um lar. Para isso, a grande preocupação é a criança [...]

Daí nasceu para mim a inevitável necessidade da creche, do jardim maternal e das escolas, inclusive as de aperfeiçoamento ou do ensino profissional.

A creche estava num edifício adequado. Possuía seis salas dormitórios com 15 leitos cada uma. [...] Estas [as crianças] nos eram entregues pelas mães ao entrarem para a fábrica, que comunicava com a vila pelos seus portões, justo em frente ao edifício da creche e do jardim maternal. [...] Recebíamos as crianças desde os primeiros dias do nascimento até atingirem três ou quatro anos, conforme o seu desenvolvimento. [...]

As mães que trabalhavam na fábrica tinham a necessária licença para em horas adequadas irem amamentar seus filhinhos, passando com eles alguns instantes, e isto sem qualquer perda ou desconto nos seus ganhos diários.[...] No mais, dormida vigiada, brinquedos das idades em áreas cobertas ou descobertas, com muita luz e sol. A hora do fechamento da fábrica estavam todos a postos, para a entrega dos que nos tinham sido confiados. Levavam as mães, quando por nós julgado necessário uma ou duas garrafinhas de leite para o alimento

dos seus filhos. Aos sábados era-lhes também entregues o necessário para o domingo. Tudo era naturalmente gratuito, sem a menor remuneração por parte dos pais. (STREET, 1937, apud JUCÁ; LOPES, 2008, grifo nosso)

Na entrevista de Jorge Street, é possível perceber que não havia apenas uma preocupação com a condições de moradia dos trabalhadores, mas também com as condições morais e higienistas. Talvez por isso, a Vila Maria Zélia, mais tarde chamada de Villa Scarpa, não possuía apenas moradias, mas também uma grande infraestrutura, que mostrava a grande preocupação com a educação (escola – dividida por sexos, jardim de infância, creche) e com a saúde (consultório médico, farmácia) dos operários, como é possível verificar na fotografia de 1926 (Figura 8).

Figura 8: Vista geral onde se destacam os principais prédios da Villa Scarpa (Vila Maria Zélia)
 “1 - Igreja; 2 - Club e restaurant; 3 - Theatro e casa de machinas; 4 - gabinete medico e pharmacia; 5 - rua n.1; 6 - Grupo Escolar; 7 - Jardim de Infância; 8 - Créche; 9 – Emporio Commercial.”



Fonte: Lembrança Villa Scarpa, 1926 apud Jucá e Lopes, 2008.

A partir do depoimento de uma antiga funcionária, D. Deolinda, vemos como o discurso de Street, sobre garantir melhores condições para os trabalhadores, era, na verdade, também uma forma de garantir seus lucros. Do salário dos trabalhadores, tirando o aluguel e o que era gasto no armazém, “da própria firma”, “às vezes, depois do desconto, sobrava um pouco”. D. Deolinda também relata que estudou apenas até o primeiro ano. Aos seis anos, começou a trabalhar na fábrica. Podemos inferir, deste fato, que, se a escola não era paga, também não era obrigatória. Também podemos verificar que, aos pais trabalhadores, não era garantido um salário que provesse as necessidades de sua família, uma vez que os filhos precisavam trabalhar, ao invés de seguirem os estudos:

Estou aqui desde 1918. Na fábrica trabalhava minha mãe e meu pai. Nós morávamos na rua 4. O aluguel era dois mil réis. Eu fui criada no grupo. Minha irmã no Jardim da Infância e a outra na creche. A mãe acabava a dieta e a criança já podia estar na creche. Ficava o dia inteiro. A mãe só vinha para

amamentar. Minha mãe vinha três ou quatro vezes dar de mamar. No armazém, se comprava e descontava no pagamento. Não tinha dono, o armazém era da firma. Às vezes, depois do desconto, sobrava um pouco. Médico e remédio não pagava. Nem escola, creche, nem dentista. Aqui era a sede do clube. Faziam festa baile, vinham dançar. Tinha um bar (tem até hoje). Uma família não podia dar festa pra mocidade que trabalhava na fábrica. Se casava, não tinha festa não. Baile tinha nos sábados, domingo, num dia de festa assim [...] Só fiz o primeiro ano porque na idade de seis anos, seis e pouco, eu já comecei a trabalhar na fábrica [...]. (BLAY apud JUCÁ & LOPES, 2008)

A “firma” lucrava não apenas com os produtos advindos da mão-de-obra dos operários, mas também com o monopólio do comércio no interior da vila operária. Além disso, segundo o regulamento imposto, não era permitido que se fizessem festas, sendo os bailes realizados sob as condições do empresário.

Mesmo com as atividades culturais e esportivas oferecidas na vila, seu cotidiano era permeado por um regulamento, que fixava horários para a circulação dos habitantes e restringia o acesso de visitantes, por meio de um controle. O regulamento, era, assim, uma forma de estabelecer a disciplina entre os moradores, que reclamavam na imprensa operária:

[...] a fiscalização vai até às visitas recebidas pelos operários. É certo que as casas dos operários estão num recinto cercado de arame, propriedade particular: mas nelas habitam homens *livres?*, inquilinos que pagam, e muito, e não servos da gleba [...] (A Terra Livre. 16/5/1906 apud RAGO, 2014, p. 239)

A situação dos habitantes da Vila Maria Zélia era diversas vezes comparada a uma situação de “escravos livres”, com queixas do isolamento social que sofriam:

“No Feudo *Maria Zélia*, um escândalo em foco”
Referimo-nos à fábrica *Maria Zélia*, a cujo redor a Companhia Nacional Juta construiu uma cidadela isolada inteiramente do convívio social e onde a vontade patronal, tendo por servidores seus capatazes e o padre da igreja da vila, impera discricionariamente, de maneira absoluta, encontrando-se os que por necessidade ali vivem numa situação de escravos livres. (A Plebe, 18/12/1920 apud RAGO, 2014, p. 240)

Em 1924, a vila operária Maria Zélia foi adquirida pela Sociedade Anônima Scarpa, juntamente com a fábrica. Desativada em 1931, a fábrica foi utilizada como um presídio político durante a Ditadura Vargas, fato curioso, uma vez que diversas vezes, ainda enquanto bairro proletário, a Vila Maria Zélia havia sido comparada a um presídio²⁵.

²⁵ Apontamos este fato, apesar de ter ocorrido após o período estudado, pois entendemos que pode ser relevante para a compreensão da vila operária enquanto esfera discursiva, enquanto campo de atividade dos proletários. As

Para finalizar, apontamos que, ao elaborar esta seção, tentamos não encerrar a história operária nela mesma. Um dos fatos principais aqui apontado foi a tentativa da classe dominante de isolar a classe trabalhadora em outras esferas sociais, através do seu isolamento espacial. No entanto, esse enclausuramento, seja no trabalho monótono, seja nas habitações proletárias, como mostramos, não se deu sem conflitos. E, muito embora a classe dominante tenha sempre tentado mostrar em seus discursos que seus interesses eram os mesmos que tinham os operários, de melhores condições de vida e de trabalho, estes mostravam ter consciência das opressões que sofriam através das ações da burguesia.

2.1.2 Os conventos e a colonização da mulher trabalhadora

“Milhões de mulheres não encontravam nem sua subsistência, nem o sentido de suas vidas no seio da família. Mas essa questão da mulher, tanto quanto se pode chamar assim, foi resolvida naquele tempo pelos conventos.” (ZETKIN, 1896)

Em Minas Gerais, como mostra Giroletti (2002, p. 235), e, acreditamos, talvez em todo o país, a maioria das fábricas adotava “como política de recrutamento, a preferência por operários solteiros” de ambos os sexos, criando alojamentos para obrigar aqueles que não residiam com a sua família. Os alojamentos femininos eram chamados, em muitas localidades, de “convento”, que apesar da concepção romântica que possa existir acerca de sua denominação, de esfera religiosa, essa percepção “não coincide com as opiniões emitidas pelos empresários nem se ajusta aos objetivos para os quais aquela instituição foi criada” (GIROLETTI, 2002, p. 237):

Os conventos foram organizados pelos empresários para abrigar moças reunidas com a finalidade de trabalhar nas fábricas. Era uma forma barata de recrutar a mão-de-obra necessária porque evitava, em primeiro lugar, a imobilização de capital na construção de casas para operários. A execução de obras novas era objeto de queixas (“censuras”) constantes dos acionistas, que viam nessa realização o sorvedouro do lucro e da parte de dividendos que lhes cabia. A preferência pela mão-de-obra feminina era justificada pela falta de casas para operários e pela impossibilidade de construir novas casas. (GIROLETTI, 2002, p. 238)

prisões ocorreram entre os anos 1936 e 1937, após o chamado Levante Comunista, ficando presos no local membros ligados ao movimento sindical e ao Partido Comunista, como o historiador Caio Prado Junior e o cineasta Paulo Emílio Salles Gomes. Devido ao fato de muitos presos políticos serem letrados, criaram no local algumas formas de resistência, como a Universidade Maria Zélia, na qual faziam estudos e leituras coletivas.

Como apontamos na introdução deste capítulo, enclausurar moças solteiras nos conventos não era apenas uma forma de garantir suas honras, ou de proporcionar moradia àquelas que necessitavam. Os empresários lucravam com essa prática, fazendo com que as mulheres trabalhadoras que habitavam estes conventos contraíssem dívidas desde a sua viagem, como mostra o trecho da carta a seguir, sobre o recrutamento de trabalhadoras para a Companhia Cerro Cachoeira (CCC), de Minas Gerais:

Tenho ainda a comunicar-lhe que por um amigo a quem incumbi de agenciar moças para esta Companhia, fui informado de que obteve para o trabalho das fábricas 15 ou 20 moças; mas que são excessivamente pobres e por isso pedem algum dinheiro de adiantamento para poderem fazer as despesas necessárias com os preparativos da viagem. Se convier ao amigo fazer o adiantamento exigido, queira transmitir suas ordens, a fim de que eu possa providenciar sobre a ida dessas moças, ficando assentado, conforme aí me disse o amigo, que a Companhia fará todas as despesas da viagem até a fábrica. (Carta de José Mortner Daryell ao superintendente da CCC, 02/11/1896, apud GIROLETTI, 2002, p. 244)

De acordo com Giroletti (2002), nos conventos, assim como nas vilas operárias, o convívio social era controlado. O convento da fábrica do Cedro, por exemplo, era cercado por um muro de três metros de altura, como os conventos e mosteiros religiosos da época. O muro, além de garantir o controle dos contatos das moças com o mundo externo, “era uma técnica para discipliná-las na medida em que facultava ainda a criação de um espaço social fechado, passível das mais diversas regulamentações” (GIROLETTI, 2002, p. 249).

Diferentemente das vilas operárias de São Paulo e Rio de Janeiro, que tinham no discurso higienista uma forma de disciplinamento, nos conventos e vilas operárias de Minas Gerais isto não ocorria, devido à falta de inspeções que poderiam verificar as condições sub-humanas às quais era submetida a classe trabalhadora mineira. Tal precariedade foi apontada em carta escrita pelo gerente de uma das fábricas, na qual dizia que “as pobres operárias dormiam em cubículos infectos e havia sempre um grande número de enfermas” (GIROLETTI, 2002, p. 259). Giroletti defende que esta característica advém da herança escravocrata dos primeiros empresários mineiros, que não eram muito favoráveis à introdução de melhores condições de vida e de trabalho às classes oprimidas.

Assim como nos conventos, a vida das trabalhadoras nas fábricas era, também, regulada.

Como se vê na Figura 9, do interior da fábrica da Companhia Tijuca de Tecidos, as operárias trabalhavam em separado dos homens, embora no mesmo espaço. A divisão sexual do trabalho torna-se nítida ao visualizarmos esta fotografia.

Figura 9: Companhia Tijuca de Tecidos - Interior da fábrica



Fonte: Laboratório de História Oral e Imagem da Universidade Federal Fluminense (UFF)

(Autor: Augusto Malta – 1907. Arquivo Fotográfico Augusto Malta/Museu da Imagem e do Som – RJ)²⁶

Nesta divisão sexual do trabalho, a mulher trabalhadora era oprimida não apenas pelas condições de trabalho precárias e pelos baixos salários, mas, também, pelos homens trabalhadores. Em texto publicado no jornal *Voz do Povo* de 10/02/1920, por exemplo, operários que “se orgulhavam em ser propagandistas de sua associação de classe” anunciam, em texto não assinado, uma greve na fábrica de tecidos em que trabalhavam. O motivo: após uma greve anterior, tinham conseguido a transferência de uma operária da fábrica. No entanto, a operária conseguiu retornar, sob a proteção do gerente da fábrica, que demitiu os homens que haviam pedido sua transferência, alegando não precisar da mão-de-obra desses, devido à falta de matéria prima para a produção de tecidos. No recorte abaixo, é possível perceber um discurso bastante machista, no qual os operários justificam sua ação (de fazer greve), dizendo que “reagiram como homens” e apresentam a operária inimiga como “indigna”.

²⁶ Imagem disponível digitalmente, no Laboratório de História Oral e Imagem da Universidade Federal Fluminense (UFF), na Coleção O Operariado do Rio de Janeiro no início do Século XX. De acordo com resumo sobre a coleção, disponível no site: “teve como objetivo recuperar as imagens do operariado do Rio de Janeiro nas duas primeiras décadas do século XX. Essa coleção fez parte do projeto integrado “Campo e cidade no complexo regional: Rio de Janeiro e sua área de influência, 1850-1950”, coordenado pela professora Ismênia de Lima Martins, e do subprojeto “Condições de vida do operariado no Rio de Janeiro, 1889-1930”, coordenado também pela professora Ismênia Martins e por Eulália Lobo. Esses projetos, que foram pioneiros na metodologia da História Oral, deram origem ao LABHOI em 1982.

A coleção possui séries de imagens de diversas fontes, como do Arquivo Histórico do Museu Imperial (Petrópolis – RJ); do Arquivo Fotográfico Augusto Malta, presente no Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro; e de fotografias da Revista “O Malho”, hoje disponibilizadas no Museu da República. O responsável pela pesquisa iconográfica, reprodução, processamento e montagem dessa coleção foi Antônio Ribeiro de Oliveira Júnior.

[...] Os operários que hontem tinham feito com que os patrões assignassem um acordo que entre outras concessões estipulara o afastamento da secção d'essa operaria, que é indigna de viver no meio dos trabalhadores, *reagiram como homens* e imediatamente abandonaram o serviço e só o retomarão quando for cumprido á risca o acordo que esses sur, assignaram com a União, isto é, que essa mulher seja afastada da secção de teares e que sejam readmitidos seus companheiros. (Voz do Povo, 10/02/1920, grifo nosso)

A colonização da mulher trabalhadora não se encerrava, todavia, na divisão sexual do trabalho, nem na sua exploração e no seu disciplinamento pelos empresários. Os homens trabalhadores buscavam, também, exercer sua dominação sobre as mulheres de sua classe. Chalhoub, em *Trabalho, Lar e Botequim* (2001) argumenta que

as condições materiais de vida da classe trabalhadora na cidade do Rio de Janeiro no início do século XX levavam a tipos de relação homem-mulher que se caracterizavam por uma maior simetria – ou seja, a experiência de vida dessas pessoas não oferecia bases concretas que justificassem uma pesada dominação masculina no relacionamento de um casal, o que resultava num papel mais ativo da mulher na relação. (CHALHOUB, 2001, p. 228)

Entre as condições materiais apontadas por Chalhoub, estão: a) o fato de muitas mulheres sustentarem, através de seu trabalho, suas casas; b) serem encontrados nos registros policiais crimes passionais realizados por mulheres, que, assim como os homens, garantiam suas honras após traições; c) o fato de parentes, compadres e amigos ficarem, muitas vezes, ao lado das mulheres nas brigas conjugais. Embora as condições materiais não justificassem a opressão sofrida pelas mulheres trabalhadoras por parte dos homens de sua classe, esta opressão existia.

Uma das principais causas da colonização da mulher trabalhadora era o discurso dominante sobre os papéis sociais que deveriam ser exercidos por homens e mulheres. O homem “aprendia pelos estereótipos dominantes que a mulher era a sua propriedade privada, o que o tornava ainda mais frustrado ao perceber que a prática da vida não autorizava que ele exercesse aquele poder ilimitado que o possuidor tem [...] sobre aquilo que é possuído” (CHALHOUB, 2001, p. 228), o que fazia com que sua relação com sua companheira pudesse ser ainda mais violenta.

O ideal de família pregado pela classe dominante da época previa a total submissão da mulher trabalhadora ao seu marido, como já ocorria com as mulheres daquela classe, o que, para alguns, ao contrário do que a classe dominante defendia, significava o fim da família. Em 1890, o jornalista francês Max Leclerc apontava que

Como consequência fatal da escravidão, a família - no sentido estreito e elevado em que a compreendemos - deixara de ser a célula social: não tinha

os limites precisos nem a disciplina moral que dela fazem o elemento primordial das sociedades modernas. Maculada pelo contacto permanente do escravo perdera a sua pureza e chefes de família havia tempo que introduziam em seu lar os filhos naturais tidos no comércio com as escravas. A mulher legítima, inerte e resignada, sofria tais afrontas sem se revoltar; parecia mesmo ter perdido a consciência da humilhação. A autoridade do pai e a dignidade da mãe eram assim profundamente atingidas e entre as crianças o respeito filial e o orgulho doméstico se esvaíam. (LECLERC, 1942, p. 157)

A mulher da classe dominante, “Tratada como inferior, enclausurada por um marido ciumento, desprovida de instrução, abafada na sua personalidade, devotou-se aos cuidados da casa” (LECLERC, 1942, p. 158). A mulher trabalhadora, no entanto, não podia se dar a esse luxo de dedicar-se somente aos seus afazeres domésticos.

Sobre a vida dos trabalhadores nos bairros operários é destacado por Chalhoub (2001) que, nas favelas e nos cortiços dependia da articulação de redes de auxílio mútuo, as quais eram, na maioria das vezes, exercidas entre casais, tendo as mulheres um papel importante no estabelecimento destas. Assim, eram as mulheres que auxiliavam os outros casais nos cuidados com os filhos, eram elas que cozinhavam nas reuniões entre os “compadres”, eram elas que, na falta de gêneros alimentícios nas casas vizinhas, eram responsáveis por ofertar, caso tivessem, os empréstimos destes aos amigos do casal, do mesmo modo que, nos momentos de penúria, eram elas as responsáveis por pedir estes empréstimos e por pedir auxílio no cuidado com seus filhos. “O rompimento de uma relação, então, era visto pelo homem pobre como uma desarticulação de seu modo de vida, com o agravamento imediato de seus problemas de sobrevivência” (CHALHOUB, 2001, p. 219). Isso, certamente, fazia com que os homens trabalhadores quisessem manter seus casamentos, ao custo da submissão das mulheres de sua classe.

Foi grande, assim, na época, a opressão sofrida pelas mulheres trabalhadoras. Nesta opressão, havia a pressão para que essas voltassem ao lar, feita de inúmeras formas, sobretudo, através de discursos que desqualificavam a importância do seu trabalho na sociedade brasileira.

Um destes discursos é visto no recenseamento de 1920, no qual aponta-se que “houve todo o cuidado em evitar, quer na coleta dos elementos estatísticos quer na apuração dos resultados, o registro de informações menos verdadeiras quanto á profissão das mulheres” (BRASIL, 1923, p. CXIX). Essa preocupação talvez passasse pela desvalorização do trabalho doméstico, considerado obrigação feminina, visto que o número de mulheres empregadas no serviço doméstico diminuiu drasticamente sem comparação à 1906: 58.895 mulheres, ou 49,22 %, em 1920, contra 94.730 mulheres, ou 75,72 %, em 1906).

Além disso, nesse recenseamento havia uma longa defesa da submissão econômica da

mulher ao seu marido, embora se admita que muitas mulheres na época trabalhavam, inclusive, fora do setor de serviços domésticos:

No Rio de Janeiro,- como, aliás, se observa, actualmente, em toda parte, é já bastante apreciavel o numero de mulheres que aproveitam as suas aptidões em trabalhos estranhos aos misteres domesticas Além do magisterio publico, a que outr'ora limitava a sua actividade fóra do lar, é evidente na actualidade o auxilio que o sexo fragil vae prestando, com real vantagem, em quasi todos os ramos profissionaes. No commercio, nas industrias, na administração e até mesmo nas profissões liberaes, é assás commum encontrar hoje numerosas representantes do sexo feminino Em todo caso, o trabalho da mulher no Brazil não tem feito até agora concurrencia notavel ao dos homens, como succede, em geral, na Europa. *Ella goza ainda, no Rio de Janeiro e em todo o paiz, do privilegio de viver, na sua maior parte, sob o amparo de um chefe de família, a quem compete quase exclusivamente manter o domicilio, - o que explica a grande porcentagem do sexo feminino no rol dos inactivos, não obstante a sua cooperação progressiva no exercício de varias especies de profissões, antigaInente a cargo exclusivo do sexo masculino.* (BRASIL,1923, p. CXIX, grifo nosso)

Neste mesmo recenseamento, em que é dito que o trabalho feminino não era uma concorrência notável ao trabalho masculino, é apresentada uma tabela (Tabela 3), que mostra a proporção entre homens e mulheres em diversos setores de trabalho. Percebe-se, a partir da tabela, que a proporção de mulheres nos mais variados setores, principalmente na indústria e nas atividades de profissionais liberais, fazia, sim, grande concorrência ao trabalho masculino:

Tabela 3: “Proporções com que cada um dos sexos se representa nos diferentes grupos profissionais”.
1906-1920

PROFISSÕES	1906			1920		
	H	M	T	H	M	T
Exploração do solo e sub solo	85,1	22,6	65,7	80,2	13,0	63,5
Industrias	353,9	178,1	297,4	311,3	346,3	320,0
Transportes	85,9	0,8	58,6	118,7	8,8	91,4
Commercio	233,6	8,3	161,2	234,8	25,9	183,0
Força Publica	62,4	—	42,3	68,4	—	51,5
Administração	46,7	0,7	31,9	92,9	13,7	73,3
Profissões liberaes	35,4	21,6	31,0	48,4	80,7	56,4
Pessoas que vivem de suas rendas	8,3	10,7	9,1	9,9	19,4	12,2
Serviço domestico	87,7	757,2	302,8	35 4	492,2	148,7
TOTAL	1 000 0	1 000,0	1 000 0	1 000,0	1 000,0	1 000,0

(1) Recenseamento realizado no Rio de Janeiro (Districto Federal) em 20 de Setembro de 1906, pags 105 e 106

Fonte: Recenseamento de 1920.

Além disso, é apontado no censo que

O grande desenvolvimento das indústrias observado nestes últimos anos na cidade do Rio de Janeiro, além de concorrer para diminuir, proporcionalmente, o número das pessoas empregadas no comércio, com vantagem notável em favor do crescimento verificado nas taxas relativas ao trabalho fabril, tanto no sexo masculino como no sexo feminino, tem igualmente concorrido para reduzir, quer entre os homens quer entre as mulheres, o contingente proporcional dos indivíduos ocupados no serviço doméstico, - conforme demonstra, com toda a evidência, o confronto supra dos algarismos relativos, em 1906 e 1920. (BRASIL, 1923, p. CXX)

Tal dado mostra que, diferentemente do que foi defendido, que o número de mulheres empregadas no trabalho doméstico diminuiu porque em 1906 os dados obtidos não correspondiam à realidade, este número diminuiu porque muitas mulheres, com o desenvolvimento da indústria, foram empregadas pelo setor fabril.

O discurso dos homens trabalhadores reproduzia, também, o discurso colonizador das elites, reproduzia, como ideal, o modelo de família burguesa. Em assembleia da União dos Operários em Fábricas de Tecidos, um operário tecelão discutia a substituição do homem pela mulher nas indústrias têxteis:

[...] nós não devemos ensinar (o trabalho) a essas mulheres que amanhã nos virão substituir, mas devemos fazer-lhes compreender que o seu lugar é em casa, a tratar e educar seus filhos [...]; oxalá que elas saibam compreender seu papel de educadoras daqueles que amanhã serão nossos substitutos na luta do pão e na conquista do bem-estar da humanidade, pois, assim, demonstrarão à sociedade serem as verdadeiras rainhas do lar; o papel de uma mãe não consiste em abandonar seus filhos em casa para ir para a fábrica trabalhar, pois tal abandono origina muitas vezes consequências lamentáveis, quando melhor seria que somente o homem procurasse produzir de forma a prover as necessidades do lar (A Razão, 29/07/1919 apud RAGO, 2014, p. 96)

Essa visão de “masculinidade com a capacidade de mando” (SAFFIOTI, 1979, p. 73) que os homens trabalhadores adotaram da classe dominante, atribuindo às mulheres trabalhadoras um papel social de inferioridade, fez com que os empresários pudessem explorá-las ainda mais. A ideia dos homens trabalhadores de que deveriam ganhar maiores salários e de que a responsabilidade pela criação e educação dos filhos era exclusivamente feminina beneficiou somente os empresários, que, com os homens trabalhadores ao seu lado, puderam explorar ainda mais a mão-de-obra feminina, pagando às trabalhadoras salários irrisórios e impondo-lhes uma disciplina ainda mais severa, com o aval dos homens de sua classe, que lhes deveriam ser solidários.

Para finalizar este capítulo, destacamos que encontramos inúmeras notícias, nos jornais

analisados, sobre mortes por aborto, sobre suicídios femininos, sobre mulheres mortas pelos seus companheiros, sobre mulheres trabalhadoras agredidas por homens. Ao invés de transcrevê-las e analisá-las uma a uma, encerramos o capítulo com os recortes destas notícias dos microfilmes dos jornais, pois elas falam por si só. A colonização da mulher trabalhadora constituiu-se de ações violentas, que muitas vezes, causaram-lhes a perda da vida, como em alguns casos vistos nas notícias a seguir.

Figura 10: Notícia de tentativa de suicídio

Tentativa de suicidio

Delphina de Oliveira, empregada da casa n.º 62 da rua São Clemente, tentou hontem suicidar-se, ingerindo forte doze de lysol, porque não era correspondida nos amores que nutria pelo chauffeur daquela casa.

A Assistencia pol-a fóra de perigo.

Fonte: *Voz do Povo*, 11/02/1920

Figura 11: Mulher faminta agredida por guarda-civil, ao tentar rasgar um saco de farinha

O governo cearense, tyrante como em regra o são os governos estaduaes, deu mão forte aos commerciantes de-tenlores dos generos, mandando a policia dispersar os famintos. Surgiram, como sempre, conflictos, sendo um delles provocado por um guarda-civil, que aggreDIRA a pontapé uma mulher faminta, quando esta tentava rasgar um sacco de farinha.

Fonte: *Voz do Povo*, 06/02/1920

Figura 12: Morte por aborto

HORROR A' VIDA

Teria morrido em conse-
quencia de um aborto?

Em principios da semana passada, a joven Irene Teixeira, amante de Nestor Cardozo, morador á rua Real Grandeza n. 112, casa 4, sentindo-se ameaçada de uma proxima «delivrance», procurou uma parceira curiosa, sendo por esta aconselhada a provocar um aborto.

Irene, seguindo o conselho ingeriu varias drogas com aquelle fim.

Logo depois da ingestão, a infeliz começou a sentir terribes dores, sendo por isso obrigada a guardar o leito.

Ha dias, pessoas de sua familia, vendo-a doente, internaram-na na 29 enfermaria da Santa Casa, onde veiu Irene a fallecer, hontem.

O dr. Costa Ferreira, assistente daquella enfermaria, convencido de que Irene morrera em consequencia das drogas ingeridas, fez remover o cadaver para o Necroterio da Policia, afim de ser autoptizado.

Essa diligencia será feita hoje.

Eis os resultados do malthrusianismo inconsciente. Se consciencia houvesse da parte de Irene, talvez victima do ludibrio de algum figurão que campeia por ahi, a fazer novas conquistas, a solução seria bem outra, mais humana e criteriosa.

Figura 13: “Ou ama ou morre”, jovem agredida por não querer namorar soldado

Soldado agressor
O anspçada nº. 112 da 3ª
companhia do 4º batalhão da
Brigada Policial, agrediu a
sabre no Leblon, a menor He-
lena dos Santos, de 18 annos
residente á rua dos Arcos n. 7,
porque ella não o queria.
Helena foi medicada pela
Assistencia e o soldado preso
pela policia do 12º districto.
Eis uma interpretação com-
mum na «liberdade» de amar.
Ou ama ou morre. Processo
inquisitorial.

Fonte: *Voz do Povo*, 12/02/1920.

3 O CABARÉ: ESTEREÓTIPOS DA CLASSE TRABALHADORA E A POLÍTICA DO PRECONCEITO LINGUÍSTICO

Já apontamos que as representações da classe trabalhadora pela classe dominante na República Velha situavam-se em dois polos e mostramos como, o primeiro polo, envolvia o seu enclausuramento, a sua colonização. O segundo polo dessa representação, no entanto, foi construído a partir de uma outra dicotomia, que envolvia criar estereótipos para a classe trabalhadora. Essa estereotipação fazia com que as representações imaginárias das trabalhadoras e dos trabalhadores fossem construídas com base em características positivas e negativas.

De um lado, temos o preconceito, construído a partir da representação imaginária “do operário bêbado, fumante, decaído, selvagem e arruaceiro”; de outro, temos a exaltação do “trabalhador sóbrio, sério e produtivo”. E, no caso da mulher trabalhadora, de um lado temos a representação da prostituta, que ameaça o ideal de família burguesa; de outro, “a trabalhadora esposa-dona-de-casa-mãe-de-família” (RAGO, 2014, p. 155).

Deste modo, a estereotipação e o preconceito se transformam, para o proletariado, em uma nova clausura:

Aprisionado numa representação imaginária que o infantilizava, o trabalhador urbano se viu perseguido para além dos muros da fábrica, nos momentos de não trabalho. A imagem negativa de uma alteridade assustadora – o povo selvagem, incivilizado, bruto – suscitava inquietações e mal-estar nos setores mais privilegiados da sociedade, demandando um conhecimento minucioso do modo de vida que se configurava nos cortiços, favelas, botequins, parques e ruas, progressivamente invadidos por esta nova “espécie humana” (RAGO, 2014, p. 86)

Em relação à dicotomia acima sugerida, o fato de as mulheres trabalhadoras terem conquistado o espaço público urbano na República Velha não fez com que fossem libertadas da dominação masculina (RAGO, 2014). O que ocorreu foi justamente o oposto: quanto mais elas escapam “da esfera privada da vida doméstica, tanto mais a sociedade burguesa lança sobre os seus ombros o anátema do pecado, o sentimento de culpa diante do abandono do lar, dos filhos carentes, do marido extenuado pelas longas horas de trabalho” (RAGO, 2014, p. 88-89).

Como mostramos no capítulo anterior, à medida que a mulher trabalhadora da época busca a sua emancipação, mais e mais medidas são tomadas para a sua colonização. “Todo um discurso moralista e filantrópico acena para ela, [...] com o perigo da prostituição e da perdição

diante do menor deslize” (idem, *ibidem*). Esse discurso moralista tinha a finalidade de limitar a liberdade das trabalhadoras de circularem nos espaços públicos e de barrar a busca por uma maior simetria na relação entre homens e mulheres.

É construída assim, pelos homens trabalhadores, pelos médicos higienistas, pelos legisladores e pela burguesia, a figura da mulher pública, mulher selvagem, prostituta, que tem preguiça de trabalhar honestamente e por isso se entrega ao modo mais fácil de garantir a sua sobrevivência, em oposição à figura “da mulher honesta, casada, boa mãe, laboriosa, fiel e dessexualizada” (RAGO, 2014, p. 122). Destacamos que tal estereotipação fez com que as mulheres da esfera pública fossem, assim, também no campo da linguagem, silenciadas por esta estratégia que desqualifica seus discursos.

Surge, a partir da constatação da exploração sofrida pelas mulheres trabalhadoras, a defesa da sua instrução como forma de resistência. No jornal operário *O Amigo do Povo* de 17/01/1904, a anarco-comunista Matilde Magrassi²⁷ defende a educação das mulheres trabalhadoras “a fim de melhorar um pouco vossa crítica situação” (MAGRASSI, apud RAGO, 2014, p. 131). A existência de textos como este, que se dirigem às mulheres trabalhadoras, nos faz questionar outro estereótipo da mulher trabalhadora, e da classe trabalhadora como um todo, criado pela classe dominante: a figura de uma classe analfabeta, incapaz de reivindicar seus direitos.

Desta forma, como destacamos no capítulo anterior, já na última década do século XIX, época que nos interessa no presente trabalho, houve uma modernização das tipografias brasileiras, que passaram a utilizar máquinas de impressão rotativa. Vitorino (2000) defende que esta modernização foi necessária devido ao aumento do número de leitores, ocasionado, também, pelo início da venda avulsa de jornais nos centros urbanos brasileiros. Sobre o número de leitores destes jornais, parece existir uma lacuna entre os números publicados pelos censos da época, a respeito da alfabetização, e a tiragem e a variedade de jornais escritos em língua portuguesa e em língua estrangeira durante a República Velha.

²⁷ Conforme o *Dicionário Histórico-Biográfico do(s) Anarquismo(s) no Brasil*, citado por Jussara Valéria de Miranda (2006, p. 12) “Italiana que viveu no Rio de Janeiro e em São Paulo na última década do século XIX e primeira do século XX. Integrou os primeiros grupos libertários e de teatro social fundados no Rio de Janeiro. Ajudou na feitura do jornal *Novos Rumos*, lançado em maio de 1906. Colaborou no jornal *O Chapeleiro*, publicado em São Paulo, em idioma italiano, sob a responsabilidade de José Sarmento Marques. Participou do grupo de redatores do jornal *O Libertário* (Rio de Janeiro, 1904) - veículo de um grupo inicialmente anarco-comunista, depois anarco-sindicalista. Escreveu artigos tratando de temas ‘não-feministas’, enfocando temas mais gerais relativos à exploração capitalista e à condição operária. Colaborou no *O Amigo do Povo* a partir de 1903, quando Manuel Moscoso e Luigi Magrassi o dirigem. Este jornal acentua suas posições anarco-sindicalistas de Matilde Magrassi. Colaborou esporadicamente em *A Luta Proletária*, órgão da “Federação Operária de São Paulo”. Mudou-se, juntamente com o marido Luigi Magrassi, para Buenos Aires”.

Heller (2006) aponta o fato de parte das mulheres recenseadas terem sido classificadas como analfabetas por saberem apenas ler e não escrever. Destacamos que, na época, foram inseridas, entre os não alfabetizados, pessoas que não sabiam ler ‘ou’ escrever. Desta forma, é possível dizer que, devido à sua metodologia, os recenseamentos contribuíram para a visão que temos hoje da classe trabalhadora da época: de iletrada.

Acreditamos que tal estereotipação, assim como a feita com as mulheres que circulavam na esfera pública, contribuiu também para o silenciamento das trabalhadoras da época, afetando também os trabalhadores. Desta forma, destacamos o preconceito linguístico ao qual foi submetida a classe trabalhadora da Primeira República, que fez com que suas vozes soassem enfraquecidas nas esferas discursivas políticas. Podemos, através do nosso conhecimento geral, apontar que essa prática que se firmou nos primórdios das relações de trabalho livre no Brasil se manteve e continua sendo empregada como estratégia das classes dominantes para calar a classe trabalhadora.

Nesse capítulo, discorreremos sobre a política do preconceito linguístico, através da discussão sobre dois estereótipos da classe trabalhadora construídos pela classe dominante. O primeiro ponto dessa discussão terá como foco o estereótipo de uma classe formada por analfabetos. Analisaremos como isso contribuiu para a política do preconceito linguístico, bem como para delimitar as esferas sociais e discursivas possíveis para a classe trabalhadora brasileira. Para isso, verificaremos, primeiramente, como a classe dominante através das políticas de homogeneização linguística e do condicionamento da educação formal da época para restringir as práticas languageiras dos trabalhadores, ou para delas, de alguma forma, usufruir. Depois, analisaremos os dados dos recenseamentos da época sobre a escolarização/alfabetização no Brasil, contrastando-os com os dados sobre a educação da classe trabalhadora e com os dados da imprensa operária da época.

O segundo ponto dessa discussão será o estereótipo da mulher prostituída. Essa discussão se dará através da análise da representação feita pela classe dominante a respeito das trabalhadoras construída nas notícias da imprensa da época. Procuraremos analisar em seus não-ditos a sombra da resistência e das lutas protagonizadas por estas mulheres.

3.1 UMA CLASSE DE ANALFABETOS?

“Ignorante, incapaz, cego, dependente, portador de uma doença grave que precisa ser extirpada. [...] Alguém que precisa de carta de alforria, porque vive em uma espécie de escravidão”: as representações do analfabeto com as quais nos deparamos “estão inscritas nessa

rede de discursos que foram elaborados e disseminados ao longo da nossa história” (SOARES e GALVÃO, 2005, p. 257).

A classe trabalhadora da República Velha foi uma classe de analfabetos, como mostram as representações feitas pela classe dominante? Talvez. No entanto, os dados dos recenseamentos da época parecem não fechar quando calculamos a porcentagem de jornais que circulavam no país para o número de alfabetizados. Cabe trazer a luz esses dados e, para isso, é importante que possamos compreender a política do preconceito linguístico no país e o ideal normativizador da língua, reforçado pela classe dominante da época (que permanece, ainda, nos dias atuais).

Para isso, nesse subcapítulo, iremos problematizar as informações sobre a alfabetização na República Velha encontradas nos censos da época. Além disso, procuraremos mostrar como a criação dessa representação da classe trabalhadora foi um processo longo, desenvolvido a partir do preconceito em torno da população que “não sabia” falar português, da população “analfabeta” que se instalou no Brasil desde a época da colonização do país.

3.1.1 Sobre as origens da escolarização e das políticas de homogeneização linguística no Brasil

De acordo com Mário Maestri, em 1500, os tupis que habitavam a costa do território brasileiro “não conheciam qualquer organização estatal, não tendo sistemas ideológicos organizados, nem uma língua única, gramatizada e associada a sentimentos identitários nacionais” (MAESTRI apud CARBONI et al, 2017, p. 4).

No entanto, em Portugal, em 1536, o sacerdote Fernão de Oliveira já publicava a sua *Grammatica da lingoagem portuguesa*, defendendo que a língua portuguesa, “[...] língua de tão nobre gente e terra como é Portugal viverá contente e folgará de se estender pello mundo” (OLIVEIRA, 2012 (1536), p. 47). Fernão de Oliveira argumenta que alguns povos “[...]formam suas vozes mais no papo, como caldeus e arabigos, e outras nações cortam vozes apressando-se mais em seu falar”. Por esse motivo, Oliveira defendia que a língua portuguesa tinha vantagem: “porque ella é antiga ensinada, prospera e bem conversada: e também exercitada em bos tratos e officios” (OLIVEIRA, 2012 (1536), p. 53). Em Portugal, assim, a língua portuguesa já possuía status de língua nacional, sendo, inclusive, defendido que fosse expandida para outros países.

Quanto às origens da escola no Brasil, nos séculos XVI, XVII e XVIII, a maioria dos estudos garante que

O primeiro grande projeto educacional desenvolvido no Brasil resultou do projeto evangélico dessa política catequética, executado sobretudo pelos jesuítas, que aportaram na Bahia com o governador-geral Tomé de Sousa, em 1549, e aqui permaneceram até 1759, quando foram expulsos pelo marquês de Pombal. Nesses 210 anos, consolidou-se a prática pedagógica talvez mais marcante e bem documentada da história colonial brasileira, responsável pelo estabelecimento das condições dentro das quais leitura e escrita, como modelos de ação coletivos e institucionais, firmaram-se entre nós. (LAJOLO e ZILBERMAN, 1991, p. 16)

José Ribamar Bessa Freire, em sua tese de doutorado, *Da língua geral ao português: para uma história dos usos sociais das línguas na Amazônia* (2003), e em seu livro *Rio Babel: a história das línguas na Amazônia* (2004), aponta que, além do objetivo de catequizar os índios, outra grande finalidade que os jesuítas possuíam ao ensinar a eles uma Língua Geral era explorar sua força de trabalho. Por esse motivo, Freire defende que, nos estudos sobre as práticas languageiras da época, “uma análise da política de mão-de-obra pode trazer respostas muito mais relevantes sobre o destino das línguas que um estudo limitado às particularidades da política de línguas” (FREIRE, 2003, p. 120).

Por conta da preocupação dos jesuítas com a catequização e com a exploração da força de trabalho indígena, de acordo com Freire (2003), já em 1626 era criada a primeira escola no Maranhão e Grão-Pará pelo padre Luís Figueira para os filhos de portugueses. Em 1653, o padre Vieira informava que essa escola contava com mais de setenta alunos, todos eles bilíngues, pois recebiam lições de catecismo em português e em Língua Geral. Quase todas as aldeias de repartição possuíam uma casa de taipa, “destinada às escolas de ler, escrever e contar” (FREIRE, 2003, p. 54), nas quais os índios aldeados eram doutrinados com aulas de catequese, na primeira parte da manhã, sendo, depois, ensinados trabalhos agrícolas e alguns ofícios artesanais, “enquanto apenas os mais hábeis aprendiam a ler e escrever” (idem, *ibidem*).

Conforme relatos dos padres responsáveis pelo ensino, na maioria das vezes, eram as mulheres mais resistentes que os homens à troca de sua língua materna pela Língua-Geral. A violência da imposição da Língua Geral às mulheres indígenas é vista no relato de um padre jesuíta, chamado João Daniel, em 1757:

Como porém as confissões das tapuias por intérprete trazem consigo muitos inconvenientes, tem-se empenhado muitos missionários a desterrar este abuso, já com práticas, e já com castigos: e posto que já vai em muita diminuição, contudo ainda há algumas, que nem a pau querem largar este abuso, tanto que já houve algumas às quaes o seu missionário mandou dar palmatoadas até elas dizerem basta ao menos pela lingua geral (DANIEL apud FREIRE, p. 99)

A Língua Geral se expandiu com o incentivo da Coroa Portuguesa, que, inclusive, reconheceu a Língua Geral como língua oficial do estado do Maranhão e Grão-Pará, através da

Carta Régia de 30 de novembro de 1689, repreendendo, inúmeras vezes, carmelitas e franciscanos por não serem tão fluentes na Língua Geral quanto os jesuítas (FREIRE, 2004). Além disso, a administração portuguesa na colônia americana subsidiava os custos e protegia as escolas, apesar de fazer isso não-oficialmente (LAJOLO e ZILBERMAN, p. 27). Maria Carlota Rosa (1992, p. 91) também refere que, em 1694, Padre Vieira teria afirmado que, em São Paulo, famílias de portugueses e de índios estavam tão ligadas umas com as outras que falavam em casa a língua dos índios, sendo a língua portuguesa aprendida na escola, pelos meninos.

Em 1727 a situação muda: a Carta Régia de 12 de setembro de 1727 proibiu o uso da Língua Geral, determinando que tanto os moradores como os missionários deviam organizar o ensino do português aos índios. Todavia, até o Tratado de Madri, em 1750, a Língua Geral, mesmo proibida, continuou o seu processo de expansão pela colônia.

No Tratado de Madri, o critério adotado para delimitar as fronteiras da América Portuguesa acabou sendo linguístico: o território português iria até onde se falasse a Língua Portuguesa. Assim, para consolidar as fronteiras, Portugal precisava que os habitantes do Brasil falassem o português.

Para isso, foram tomadas algumas medidas para lusitanizar a linguagem nesta época. Na Lei de 07 de junho de 1755, conhecida como Diretório dos Índios, elaborada pelo Marquês de Pombal. De acordo com Freire (2004), depois desta lei, de 1755, a escravidão indígena nunca mais foi legalmente reinstalada no Brasil. No entanto, o mesmo não ocorreu com a exploração do trabalho compulsório dos índios.

Nesta época, “os portugueses desembarcaram nas principais capitânicas da costa do Brasil um grande número de cativos da África, levando a escravidão a tornar-se essencialmente negra já no século XVII” (MAESTRI, 1994, p. 40-41), ou seja, antes do decreto de Pombal. Segundo Leite e Callou (2002, p. 13), às “vésperas da Independência, o Brasil possuía uma população estimada de 1.347.000 brancos e 3.993.000 negros e mestiços”.

Uma das medidas portuguesas para fazer com que suas ordens fossem cumpridas foi renomear as aldeias que haviam sido apelidadas em Língua Geral. Outra medida foi o incentivo da imigração de portugueses, “com a concessão gratuita de terras (sesmarias) e de instrumentos agrícolas aos novos colonos, bem como a isenção de impostos régios. Os portugueses que se casassem com mulheres indígenas receberiam, além disso, privilégios adicionais” (MOREIRA NETO apud FREIRE, 2003, p. 108). Além dessas, uma medida importante seria dar instruções para o funcionamento das escolas em toda a colônia, com o ensino em língua portuguesa:

haverá em todas as Povoações duas Escólas públicas, huma para os Meninos, na qual se lhes ensine a ler, escrever, e contar na forma, que se pratica em todas as Escólas das Naçoens civilizadas; e outra para as Meninas, na qual, além de serem instruidas na Doutrina Christãa, se lhes ensinará a ler, escrever, fiar, fazer renda, cultura, e todos os mais ministérios proprios daquelle sexo. (PORTUGAL, 1755)

Como já apontamos no Capítulo 2, no Brasil Colônia, até meados do século XIX, não havia uma só tipografia, ocorrendo o mesmo com as universidades. De acordo com Dermeval Saviani (2010), o ensino superior foi instituído no Brasil apenas em 1808, com a chegada de D. João VI, com cursos isolados, como os de engenharia da Academia Real da Marinha (1808) e da Academia Real Militar (1810), os de Cirurgia da Bahia (1808) e do Rio de Janeiro (1808). Isto pode ter sido impulsionado devido ao fato de a grande maioria dos 10 a 15 mil imigrantes portugueses, vindos com a corte portuguesa, serem pertencentes à elite portuguesa, e, portanto, alfabetizados. As informações coletadas por Henrique Rodrigues (apud VENÂNCIO, 2007), corroboram essa hipótese, e

revelam índices de imigrantes alfabetizados da ordem de 80 a 90%, cifra três ou quatro vezes mais elevada do que a identificada entre a população portuguesa da época, o que novamente reforça o predomínio não de pobres, mas de indivíduos originários de camadas intermediárias, ou superiores, dentre os que imigraram para o Brasil. (VENÂNCIO, 2007, p. 71)

Com a Independência do Brasil, em 1822, a instrução da população passou a ser vista com outros olhos. Em 15 de outubro de 1827, foi promulgada a Lei de Instrução Pública, que autorizava a abertura de escolas nas vilas mais populosas do país, inclusive para meninas (DUARTE, 2016, p. 39). Com a influência nacionalista na literatura romântica das primeiras décadas do século XIX, “surgiu no Brasil a questão de saber em que língua deveria expressar-se a literatura brasileira” (ILARI; BASSO, 2006, p. 214).

Nessas obras, a identidade nacional brasileira é exaltada, sendo muito apontada a relação entre língua e nação. Por esse motivo, iniciou-se o empreendimento de renomear a língua falada no Brasil, como forma de colocar o país enquanto nação independente de Portugal, “e muitos intelectuais optaram por denominações como "língua nacional" ou mesmo "língua brasileira" – denominações nas quais Portugal não estava presente” (ILARI; BASSO, 2006, p. 214).

“Alguns escritores foram além de uma atitude meramente programática, usando uma linguagem literária em que os "brasileirismos" tinham um papel considerável”, sendo José de Alencar um dos maiores representantes dessa corrente (ILARI; BASSO, 2006, p. 214). De acordo com Peter Burke (1995), a preocupação destes escritores “eram nacionais – ou mesmo nacionalistas – e não sociais. Eles estudavam a história interna das línguas, a história de sua

estrutura, mas negligenciavam aquilo que tem sido chamado de sua história externa, ou em outras palavras, a história de seu uso” (BURKE, 1995, p. 11).

No entanto, a opinião de José de Alencar, ao contestar a afirmação do jornalista e político português Pinheiro Chagas de que “a gramática é um padrão inalterado a que o escritor se há de submeter rigorosamente”, aponta, justamente, que a mudança linguística ocorre devido ao uso da língua pelos falantes:

Acusa-nos o Sr. Pinheiro Chagas a nós escritores brasileiros do crime de insurreição contra a gramática de nossa língua comum. Em sua opinião estamos possuídos da mania de tornar o brasileiro uma língua diferente do velho português!
Que a tendência, não para a formação de uma nova língua, mas para a transformação profunda do idioma de Portugal, existe no Brasil, é fato incontestável. *Mas, em vez de atribuir-nos a nós escritores essa revolução filológica, devia o Sr. Pinheiro Chagas, para ser coerente com sua teoria, buscar o germe dela e seu fomento no espírito popular, no falar do povo, esse "ignorante sublime" como lhe chamou.* (ALENCAR, 1977, p. 329, grifo nosso)

A abolição da escravatura, em 1888, e a proclamação da República, em 1889, permitiram que se criassem as condições materiais favoráveis a profundas mudanças socioeconômicas, algumas das quais iniciaram ainda em fins do século XIX, mas que se intensificaram nas décadas de 1930-1940 (FARACO, 2016, p. 150), e que teriam efeitos profundos sobre a realidade sociolinguística do país. Entre essas mudanças, podemos destacar a urbanização crescente, e a migração interna, consequências diretas da industrialização, assim como a crescente e “maciça presença dos meios de comunicação social”, a expansão da rede escolar de ensino fundamental e, conseqüentemente, a diminuição dos índices de analfabetismo (FARACO, 2016, p. 151).

Como nos mostra Faraco (2016, p. 150), observando as características do período, decorrentes das modificações sociais e econômicas no país, pode-se perceber dois movimentos, oriundos da tradicional polarização socioeconômica, que existia no país desde o início da colonização, um em direção ao plurilinguismo, e outro em busca de uma suposta unificação da língua falada no país, a partir, sobretudo, de atitudes discriminatórias.

Trabalhadores escravizados, após a sua libertação, em 1888, passaram a participar do espaço público de uma outra forma, tendo a possibilidade de usar gêneros discursivos antes não utilizados. Se durante a escravidão falar em algumas esferas discursivas não lhes era possível, com a abolição, isto começou a mudar, embora de forma bastante demorada. Suas línguas africanas foram sendo substituídas no cotidiano pela língua dominante, o português,

embora se mantivessem (e continuem vivas até os dias atuais), de maneira muito reduzida, em suas religiões de matriz africana, sob a forma de língua ritual (SANT'ANNA, 2003, edição kindle, posição 17-19).

No entanto, embora passassem a participar do espaço público, sua fala nas esferas públicas era bastante restrita e abafada. O ex-cativos foram estigmatizados já nos primeiros meses que se seguiram à abolição. Apelidados de os “13 de maio” (GOMES, 2005), ex-trabalhadores escravizados, assim como muitos das classes subalternizadas, tiveram desde o início sua participação nos espaços públicos restringida, tanto nos espaços de lazer quanto nos espaços políticos. Assim, foram criadas associações de cunho recreativo apenas para negros, o que evidencia esta exclusão.

A defesa da suposta “harmonia” entre os brasileiros, através de uma exaltação patrioteira, que, no ensaio “Uma palavra instável”, segundo Candido (2004, p. 217), “hoje parece disfarce ideológico”, se deu de forma a ocultar as diferenças sociais, culturais e, até mesmo, econômicas presentes no país. Assim, foram menosprezadas a línguas e os dialetos não pertencentes à classe dominante, fato que vem sendo combatido pelos linguistas nos dias atuais, mas que continua presente em nosso cotidiano.

Junto com o ocultamento das diferenças, vieram, sob a forma de leis ou não, políticas linguísticas que procuraram, em um primeiro momento, em apenas deter a africanização e a “indigenização” da língua falada no país e dificultar o acesso dos libertos e dos indígenas a possíveis direitos políticos, a exemplo do direito ao voto. Isto se vê através da legislação eleitoral brasileira, que com o avanço da campanha abolicionista, em 1881, proibiu o voto dos analfabetos com a chamada Lei Saraiva. Com a proibição, a maioria dos libertos foi privada do direito de votar²⁸.

3.1.2 A alfabetização na República Velha em números

Como apontamos, um dos maiores estereótipos da classe trabalhadora brasileira do período que analisamos envolve a questão do analfabetismo. Acreditamos que essa estereotipação é um dos fatores que vem gerando a continuidade do sistema meritocrata no

²⁸ Apenas com a Constituição Federal de 1988, tornou-se facultativo o voto dos analfabetos. No entanto, em seu artigo 5º, a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, nosso atual código eleitoral, proíbe o alistamento de estrangeiros, além dos “que não saibam exprimir-se na língua nacional”, fato que não foi analisado pela Constituinte de 1988 e que pode ser decorrente tanto de uma visão nacionalista xenófoba, quanto de uma visão anti-imperialista. Das duas formas, vale salientar a exclusão da maior parte dos indígenas do direito ao voto até os dias atuais, pelo fato de muitos não falarem a língua portuguesa.

Brasil, que tem em suas bases a ideia de que o acesso aos bens materiais e culturais, bem como o status social são alcançados por aqueles que merecem, que normalmente pertencem à classe dominante. É essa representação um dos aspectos que faz com que trabalhadoras e trabalhadores não consigam participar de algumas esferas discursivas.

Uma das principais problemáticas dessa representação das trabalhadoras e dos trabalhadores, enquanto analfabetos, está no fato de o conceito de alfabetização poder ser visto de diferentes perspectivas. Pode-se pensar que alfabetizado é aquele que frequentou a escola formal, aquele que sabe ler e escrever, aquele que sabe descodificar o alfabeto, aquele que compreende o que lê.

Deste modo, ao longo do século XX, o

conceito de alfabetização foi sendo progressivamente ampliado, em razão de necessidades sociais e políticas, a ponto de já não se considerar alfabetizado aquele que apenas domina o sistema de escrita e as capacidades básicas de leitura e escrita, mas aquele que sabe usar a linguagem escrita para exercer uma prática social em que essa modalidade da língua é necessária. (SOARES, 2005, p. 47)

Como nos mostra Magda Soares (2003), houve uma ampliação do conceito de alfabetização, inclusive nos censos. Foi essa ampliação que deu origem ao conceito de letramento (SOARES, 2005, p. 47). De acordo com a autora, o conceito de alfabetização foi sendo ressignificado. Assim, até os anos 1940, para verificar a alfabetização os questionários do censo perguntavam se a pessoa sabia ler e escrever. De 1950 até o último censo (2000), os questionários passaram a perguntar se a pessoa sabia ler e escrever um bilhete simples, o que sugere que se passou a considerar como alfabetizado aquele que sabe usar a leitura e a escrita para exercer uma prática social em que a escrita é necessária.

Durante a Primeira República, isso também foi problematizado. Discutiu-se, no *Recenseamento do Rio de Janeiro* (Distrito Federal) de 1906, os quesitos para se estabelecer o número de pessoas alfabetizadas e a finalidade de se acrescentar esses quesitos:

N'um inquerito censitario é de imprescindível necessidade a formação de dois grandes grupos demographicos - o das pessoas que sabem e o das que não sabem ler e escrever. Assim decidiu o Congresso Estatístico de S. Petersburgo, em 1872, adoptando as conclusões do parecer de Bondenheimer. Essa decisão foi confirmada em 1897 pelo Instituto Internacional de Estatística, de accôrdo com o relatorio apresentado pelo illustre Korosi. O mesmo Instituto, discutindo, na sessão de Roma, em 1887, as discriminações dos quádras censitarios, já havia firmado, mediante proposta do mesmo Korosi, a necessidade de apurar, pelo menos, o numero dos analphabetos de 15 annos. ("

O quesito relativo ao gráo de instrucção, quanto á leitura e á escripta, figura,

com efeito, nos recenseamentos de muitos paizes, taes como a Irlanda., Russia, Austria, Belgica, França, Portugal, etc., limitando-se alguns, como a Italia, a apurar apenas o numero dos que sabem ler. A Dinamarca, a Noruega, a Hollanda e a Suissa desprezam aquelle quesito nos seus recenseamentos, porque a cultura elementar dos seus habitantes o torna hoje inteiramente superfluo. Entre nós, porém, não é ainda tão satisfactoria a diffusão do ensino primário para dispensar investigações dessa natureza. As pesquisas sobre o analfabetismo não se devem restringir sómente aos indivíduos maiores de 15 annos. Ha conveniência em conhecer-se tambem o gráo de analfabetismo da população nas edades onde é natural a frequencia escolar, isto é, dos 5 ou 6 até os 14 ou 15 annos. (BRASIL, 1907, p. 107)

Podemos depreender da argumentação proposta pelos recenseadores que a pesquisa do grau de instrução da população, em 1906, advinha da necessidade de conhecer o grau de analfabetismo da população, para embasar a difusão do ensino primário.

Em entrevista à João do Rio, em 1907, Olavo Bilac falava a respeito da pouca preocupação que os governantes tinham com a instrução da população:

O jornalismo é para todo o escritor brasileiro um grande bem. É o único meio do escritor se fazer ler. O meio de ação nos falharia absolutamente se não fosse o jornal – porque o livro ainda não é coisa que se compre no Brasil como uma necessidade. O jornal é um problema complexo. Nós adquirimos a possibilidade de poder falar a um certo número de pessoas que nos desconheciam se não fosse a folha diária; os proprietários de jornal veem limitada, pela falta de instrução, a tiragem de suas empresas. *Todos os jornais do Rio não vendem, reunidos, cento e cinquenta mil exemplares, tiragem insignificante para qualquer diário de segunda ordem na Europa. São oito os nossos! Isso demonstra que o público não lê [...]. E porque não lê? Porque não sabe!* Tenho estatísticas aterrorizadoras, fenomenais. *Era natural que decrescesse a lista de analfabetos à medida que a população aumentasse em número e civilização. Pois dá-se ao contrário. Há hoje mais um milhão de analfabetos que em 1890! E digam depois que não é preciso criar escolas e difundir a instrução. Um povo não é povo enquanto não sabe ler.* (BILAC apud RIO, 1994, p. 6, grifo nosso)

Olavo Bilac defende, assim, que, apesar de ser a imprensa em geral uma esfera discursiva capaz de fazer com que os textos dos escritores brasileiros circulassem, ela ainda era, em 1907, bastante restrita, tendo em vista o grande número de analfabetos no país. Acreditamos, no entanto, que as considerações de Bilac, embora defendam a instrução, giram em torno de um grande preconceito a respeito da população brasileira: população analfabeta, que “não é povo enquanto não sabe ler”. Bilac, vai mais além: diz que o brasileiro é “uma raça em formação, na qual lutam pela supremacia diversos elementos étnicos” (BILAC apud RIO, 1994, p. 5) e que, por isso, não é capaz de produzir arte e literatura verdadeiras, que não sejam imitação, porque “não basta haver talentos e belos livros para que haja uma literatura”, é preciso “que a raça esteja formada” (idem, ibidem).

Durante a República Velha, os dados que temos sobre a escolarização são, no mínimo, questionáveis. Nas tabelas publicadas no *Anuário Estatístico do Brasil de 1996*, referentes aos anos 1890, 1900 e 1920, podemos ter uma ideia melhor destes números:

Tabela 4: População – 1890-1920

Ano	Total	Homens	Mulheres
1890	14.333.915	7.237.932	7.095.983
1900	17.438.434	8.900.526	8.537.908
1920	30.635.605	15.443.818	15.191.787

Fonte: Adaptado de Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 1996.

Tabela 5: Alfabetização– 1890-1920

Ano	Sabem ler e escrever	Não sabem ler e escrever	Sem declaração	Total
1890	2.120.559	12.213.356 ²⁹	-	14.333.915
1900	3.380.451	6.348.869	22.791	9.752.111
1920	6.155.567	11.401.715	-	17.557.282

Fonte: Adaptado de Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 1996.

Já nas cidades mais urbanizadas, como Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador, o número de alfabetizados era consideravelmente maior durante a Primeira República. De acordo com o recenseamento da cidade do Rio de Janeiro de 1906, dos seus 811.443 habitantes, 421.072 sabiam ler e escrever e 390.371 não sabiam. Dos que sabiam ler e escrever, 160.131 eram mulheres e 260.941 eram homens. A taxa de analfabetismo da época, de acordo com o censo, ficava em 48,10%, sendo de 43,70% entre os homens e de 53,98% entre as mulheres, menores que as taxas do Brasil como um todo em 1900: 65,10% de analfabetos.

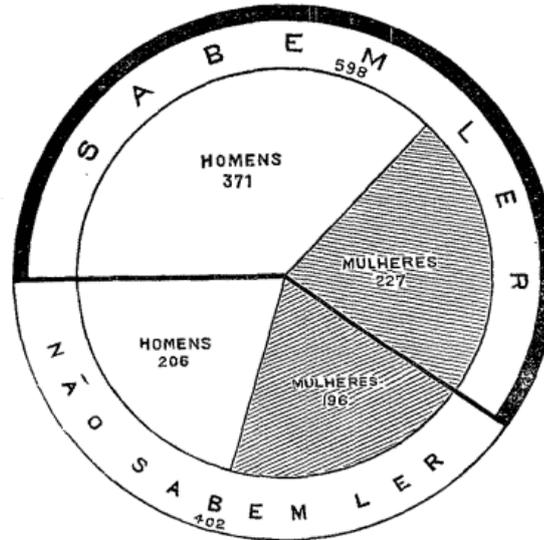
No entanto, no próprio recenseamento de 1906, essa porcentagem é divergente. É apontado textualmente que o “coeficiente do analfabetismo é, por conseguinte, menor em 1906 do que em 1890, isto é, 402 contra 483 por 1.000 habitantes” (BRASIL, 1907, p. 110), ou seja, de 40,2%. Enquanto isso, como dissemos, os números apontam 48,10%. No Gráfico 1, vemos as estatísticas do recenseamento de 1906. Apesar de um pouco maior, se comparada com as estatísticas do Brasil com um todo, a porcentagem de mulheres alfabetizadas permanece

²⁹ Como é possível verificar, no recenseamento de 1890 considerou-se, para calcular os índices de alfabetização, a população total, incluindo crianças abaixo de 6 anos de idade.

pequena, e parece não coincidir com o que nos mostram os jornais operários da época, nos quais encontramos inúmeros textos redigidos por mulheres trabalhadoras e direcionados a elas.

Gráfico 1: Recenseamento da cidade do Rio de Janeiro de 1906: homens e mulheres que sabiam ou não ler em 1000 habitantes

Em 1.000 habitantes quantos homens e quantas mulheres sabem e não sabem ler



Fonte: Brasil, 1907, p. 110

No recenseamento do Rio de Janeiro de 1906, além da distribuição entre homens e mulheres, foi pesquisada a relação entre alfabetização e nacionalidade. Os dados mostram que, na correspondência entre gênero/sexo, alfabetização e nacionalidade, os homens estrangeiros levavam vantagem: a taxa de alfabetização entre os homens estrangeiros era de 62,90%, maior que a dos brasileiros, de 54,72%. Enquanto isso, as mulheres brasileiras tinham vantagem sobre as estrangeiras 47,64% das brasileiras sabiam ler, para 41,92% das estrangeiras.

No entanto, destacamos o baixo número de mulheres estrangeiras presentes nessa tabela: apenas 53.588 mulheres estrangeiras, para 142.306 homens estrangeiros. Destacamos que, mesmo que o número de mulheres estrangeiras presentes no Brasil na época fosse menor, o número apontado pelo recenseamento pode ter sido subestimado, pois, como já dito, é possível que um grande número de mulheres, por estar trabalhando nas fábricas ou em lugares que não permitiam o acesso dos recenseadores, tenha ficado de fora dessas estatísticas.

Não sabemos, porém, se, nesta tabela, entre os números de estrangeiros, estavam também os ex-trabalhadores escravizados, que entraram no Brasil antes de 1850, quando a importação de escravos foi proibida, como mostramos no capítulo 1, ou se foram considerados apenas os imigrantes europeus. Sabemos que, quando a escravidão foi oficialmente abolida, os

ex-cativos passaram a poder requerer a cidadania brasileira e que em outro levantamento, neste mesmo recenseamento, os africanos foram considerados estrangeiros.

Tabela 6: Recenseamento da cidade do Rio de Janeiro de 1906: brasileiros x estrangeiros

NACIONALIDADE	SABEM LER			NÃO SABEM			SEM DECLARAÇÃO			TOTAL		
	H.	M.	T.	H.	M.	T.	H.	M.	T.	H.	M.	T.
Brazileiros.....	171.066	137.389	308.455	135.719	145.392	281.111	5.788	5.574	11.362	312.573	288.355	600.928
Estrangeiros..	89.511	22.469	111.980	49.520	29.629	79.149	3.275	1.490	4.765	142.306	53.588	195.894
N. ignorada...	364	273	637	634	607	1.241	7.576	5.167	12.743	8.574	6.047	14.621
	260.941	160.131	421.072	185.873	175.628	361.501	16.639	12.231	28.870	463.453	347.990	811.443

Fonte: Brasil, 1907, p. 110

Especificamente sobre a alfabetização dos ex-cativos, o único vestígio que temos está na seção destinada aos centenários, em que, dos 8 homens que sabiam ler, 4 eram “africanos³⁰”, e em 14 mulheres, 2 eram africanas. Entre estes, um “africano” chamado João da Mina, que, segundo a legenda da foto, era solteiro e sabia ler e escrever.

Figura 14: “Os Centenários” Recenseamento do Rio de Janeiro (Districto Federal) Realizado em 20 de setembro de 1906



*João Mina Africano, com 100 anos de idade.
Solteiro, africano, sabendo ler e escrever.*

Fonte: Brasil, 1907, p. 155

³⁰ Ressaltamos que, tanto no censo de 1906 quanto no de 1920, rotulasse como “africano” todos os ex-trabalhadores escravizados, sem que seja apontado o seu país de origem.

Ressaltamos alguns relatos feitos sobre estes centenários, para que possamos buscar compreender como foram alfabetizados. O primeiro relato que apontamos, é sobre Anastacia Maria da Conceição, que aprendeu a ler e escrever com uma baronesa, no Rio de Janeiro, quando trabalhava em sua casa como ama seca.

Anastacia Maria da Conceição, com 100 annos de idade, solteira, brasileira, sabendo lêr e escrever, recenseada na estrada da Freguezia n. 65. Nasceu na Ilha do Governador e veio muito moça morar no centro da cidade. *Até a idade de 20 annos exerceu a profissão de ama secca, servindo depois como cozinheira em diversas casas _ de familias conhecidas, taes como a do Barão de Lavradio, onde esteve mais de 20 annos.* Conheceu muito de perto D. Pedro II e toda a familia Imperial. Está em Jacarépaguá ha 10 annos. E' bastante forte, vê e ouve bem. *Aprendeu a lêr e escrever com a Baroneza de Lavradio.* (BRASIL, 1907, p. 164)

O segundo relato que apontamos é sobre Rechelina Babtista, uma lavradora que teve 12 filhos e sabia ler e escrever:

Rechelina Baptista, com 109 annos, viuva, brasileira, sabendo lêr e escrever, lavradora, recenseada no morro das Caboclas (casa s/n). Nasceu em Campo Grande e mora ahi com um filho. Casou-se aos 20 annos com Manuel Antonio Baptista, já fallecido. Teve 12 filhos, dos quaes só existe um com 82 annos e sem descendentes. Até bem poucos annos, dedicou-se aos serviços da lavoura; actualmente quasi não faz nada, porque vê e ouve pouco e anda com difficuldade. (BRASIL, 1907, p. 165)

O terceiro relato é de Ricardo Antonio de Oliveira, lavrador, que, lia jornais ainda aos 102 anos de idade.

Ricardo Antonio de Oliveira, com 102 annos de idade, casado, brasileiro, sabndo lêr e escrever, lavrador, recenseado no Morro das Caboclas (casa s/u). Vê, ouve e anda bem. [...] Lê jornaes e discute todos os assumptos. Todo o serviço da sua lavoura é fiscalisado por elle ; trabalha ainda de enxada quando é preciso. (BRASIL, 1907, p. 168)

Finalizamos com o relato sobre João Mina, africano que trabalhou como operário “e residiu algum tempo na Bahia” onde, provavelmente, trabalhou como escravizado, embora esse dado seja omitido de todos os relatos apresentados. Lutou na Guerra do Paraguai (1864-1870), na qual trabalhadores escravizados alistaram-se – a fim de conseguirem sua liberdade - ou foram recrutados para servir nas tropas de primeira linha ou no exército dos “Voluntários da Pátria”.

João Mina, com 100 annos de idade, solteiro, africano, sabendo lêr e escrever, operario, recenseado no Asylo de S. Francisco de Assis. Veiu para o Brazil com 15 annos de idade e residiu algum tempo na Bahia. Tomou parte na guerra do Paraguay. (BRASIL, 1907, p. 155)

No jornal *Voz do Povo*: órgão da Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro e do Proletariado em geral, de 06 de fevereiro de 1920, defende-se que

No Brasil, a educação e o ensino sobrelevam, em importancia, a qualquer outro problema nacional. As estatísticas desolam a todos aquellos que têm o coração em seu logar e que não o substituíram por nenhum seixo áspero e brutal.

População: 25.000.000, sendo, 18.750.000 completamente analphabetos; 4.700.000 lendo mal e escrevendo peor, e somente 1.550.000 mais ou menos cultos.

[...]

O profundo analphabetismo da quasi totalidade da população do paiz, especialmente da que habita o interior, é um flagello, cujas desoladoras consequências todos nós sabemos: o analphabetismo abre cova á dignidade humana, annullando os indivíduos e estagiando o progresso. Ha, no Brasil inteiro, pouco mais de 5.000 escolas: é pouco. Regem-nas professores que, infelizmente, em sua maioria faz do magistério meio de vida: é vergonhoso! (VOZ DO POVO, 1920)

De acordo com o recenseamento realizado em 1920, mesmo ano da publicação destes dados no jornal operário carioca citado, a população brasileira era de 30.635.605, sendo que, destes, apenas 17.557.282 possuíam a idade mínima para terem sido escolarizados. Dos 17.557.282, 11.401.715 não sabiam ler e escrever (64,94%). Apesar de apenas 6.155.567 habitantes saberem ler e escrever (35,06%) segundo o recenseamento, este número é maior que o divulgado no jornal: 25% de alfabetizados (sendo, destes, de acordo com o jornal, apenas 6,2% “mais ou menos cultos”).

No Recenseamento do Brasil realizado em 1920, na 1ª Parte do Volume II, que se refere à população do Rio de Janeiro, na época, Distrito Federal, defende-se o avanço brasileiro em matéria de instrução. Na parte que se refere à população segundo o grau de instrução (BRASIL, 1923, p. 105), defende-se que apesar de “Em materia de instrucção publica elementar, a capital do Brazil” ainda não ter alcançado os índices de outros centros urbanos de igual importância, como, por exemplo, “da Hollanda, da Noruega, da Dinamarca e da Suissa, que aboliram por inutil, nos inqueritos censitarios, o quesito relativo ao analfabetismo”, era evidente o progresso que se obtinha sob o ponto de vista da instrução primária. Assim, a “porcentagem dos analphabetos em relação á população total baixou de 63,8 %, em 1872, a 38,7% em 1920”, chegando a 28% se fossem eliminadas do cálculo as crianças com idade inferior a 7 anos.

No mesmo recenseamento, apresenta-se a comparação (Tabela 7), em números, dos dados sobre alfabetização da capital brasileira com os de outras cidades importantes do mundo. Assim, percebe-se que o Rio de Janeiro apresentava os seguintes índices de alfabetização:

61,3% da população de todas as idades sabiam ler, sendo que, na zona urbana, esse índice subia para 65,6%. Entre os maiores de 7 anos, esse índice era maior: 72% da população sabia ler, sendo que na zona urbana tinha-se 75,7%, enquanto entre os maiores de 15 anos o índice era de 74,2% no distrito federal e de 77,2% na zona urbana do Rio de Janeiro, ficando com os índices próximos aos da cidade de Madrid.

Assim, em comparação com cidades de outros países, os dados do recenseamento mostram que os índices de alfabetização da capital brasileira eram superiores aos da cidade do México (42,5% da população total), Santiago (57,4% da população total) e Lisboa (44% da população total e 56,8% da população urbana). No entanto, os índices de alfabetização da capital brasileira eram menores que os de Buenos Aires (82,2% dos maiores de 7 anos e 69,4% da população total), Montevideo (65,3% da população total), das cidades dos Estados Unidos (em que os índices de alfabetização superavam os 90% dos maiores de 7 anos), de Bruxelas (88,4%), Paris (92,5% dos maiores de 7 anos) e Roma (84,5% dos maiores de 7 anos e 75,7% da população total).

Tabela 7: Quadro comparativo dos índices de alfabetização de grandes cidades do mundo

CIDADES	ANNO	TODAS AS IDADES		7 E + ANNOS		15 E + ANNOS	
		Sabem ler	Não sabem ler	Sabem ler	Não sabem ler	Sabem ler	Não sabem ler
Buenos Aires (<i>capital federal</i>)	1914	694	306	822	178	—	—
Mexico (<i>distrito federal</i>)	1900	426	574	—	—	—	—
Montevideo	1908	653	347	—	—	756	244
Santiago	1907	574	426	—	—	680	320
Washington (<i>district of Columbia</i>)	1920	—	—	(1) 972	(1) 28	(2) 970	(2) 30
Chicago (<i>cidade</i>)	1920	—	—	(1) 954	(1) 46	(2) 948	(2) 52
New York (<i>cidade</i>)	1920	—	—	(1) 938	(1) 62	(2) 934	(2) 66
Philadelphia (<i>cidade</i>)	1920	—	—	(1) 960	(1) 40	(2) 957	(2) 43
Rio de Janeiro (<i>Distrito Federal</i>)	1920	613	387	720	280	742	258
Rio de Janeiro (<i>zona urbana</i>)	1920	656	344	757	243	772	228
Berlim	—	—	—	—	—	—	—
Bruxelas (<i>arrondissement administratif</i>)	1910	784	216	884	116	892	108
Bruxelas (<i>communa</i>)	1910	818	182	887	113	890	110
Lisbôa (<i>districto</i>)	1920	440	560	—	—	—	—
Lisbôa (<i>cidade</i>)	1911	568	(3) 432	641	(3) 359	644	(3) 356
Madrid (<i>provincia</i>)	1900	631	369	718	282	(2) 717	(2) 283
Madrid (<i>capital</i>)	1900	695	305	777	223	(2) 781	(2) 219
Paris	1911	—	—	(4) 925	(4) 75	941	59
Roma (<i>communa</i>)	1911	757	(3) 243	845	(3) 155	841	(3) 159
Vienna	—	—	—	—	—	—	—

Sobre a relação entre alfabetização e nacionalidade, o censo aponta que em 1920 já havia diminuído a proporção de estrangeiros residentes no país, em comparação à 1906, como mostra a Tabela 8:

Tabela 8: Presença de estrangeiros no Brasil nos anos 1856, 1870, 1890, 1906 e 1920

NACIONALIDADE	1856	1870	1890	1906	1920
Brazileiros	55,9	66,6	76,2	74,1	79,2
Estrangeiros.....	44,1	33,4	23,8	25,9	20,8

Fonte: BRASIL, 1923, p. LI

Em 1920 são contestados os dados sobre os centenários do censo de 1906. Além disso, poucos relatos são encontrados sobre a vida dos centenários, dificultando o entendimento sobre a sua alfabetização. Os recenseadores são bastante sucintos sobre a nacionalidade dos recenseados, dizendo que quanto “aos centenários estrangeiros, revelam os algarismos censitários, apurados em 1920, a sua predominância entre os africanos e portugueses (25 africanos e 7 portugueses)”, não indicando quantos destes são homens e mulheres. Sobre a instrução destes, também há um breve resumo, que não indica a relação entre sexo e grau de instrução:

Em materia de instrucção são muito precarias as condições dos centenários. Os coefficients de analphabetismo, verificados no inquerito de 1920, atingem entre elles a 90%, sendo quasi identicas as taxas correspondentes aos brasileiros e aos estrangeiros (91% entre os primeiros e 89% entre os segundos) (BRASIL, 1923, p. CIV)

Entre os poucos relatos apresentados nesse recenseamento, temos os sobre Eugenia da Rocha Bittencourt, brasileira, que sabia ler e escrever e Emilia de Jesus Bernardes, portuguesa, que também sabia ler e escrever (Figura 15). Sobre suas vidas, não temos muito o que recuperar com os breves relatos apresentados no censo. No entanto, acreditamos que, como os números apresentados, ou até mais do que estes, os relatos nos esclarecem sobre o quadro da alfabetização durante a República Velha.

Figura 15: Centenárias no censo de 1920



Fonte: BRASIL, 1923, p. LI

Neste mesmo recenseamento, os gráficos (Gráfico 2) mostram que o número de mulheres alfabetizadas na cidade do Rio de Janeiro aumentou em 1920 em relação a 1906, de 38,03% para 65,7%.

Na Figura 16, podemos ver essa relação em números: dos homens, 398.144 sabiam ler, enquanto 200.163 não sabiam. Das mulheres, 312.108 sabiam ler, enquanto 247.458 não sabiam. Ao observar a imagem, extraída do recenseamento, um aspecto salta aos olhos.

Um aspecto curioso da ilustração é que a ilustração relativa aos “Homens que sabem ler” traz um homem carregando um livro em uma mão e uma caneta em outra, o que pode simbolizar que estes não sabiam apenas ler, sabiam escrever também. Enquanto isso, a ilustração relativa às “Mulheres que sabem ler” traz uma mulher carregando algo que parece ser um jornal em uma mão e uma bolsa em outra.

Figura 16: Alfabetização segundo gênero/sexo no Rio de Janeiro em 1920

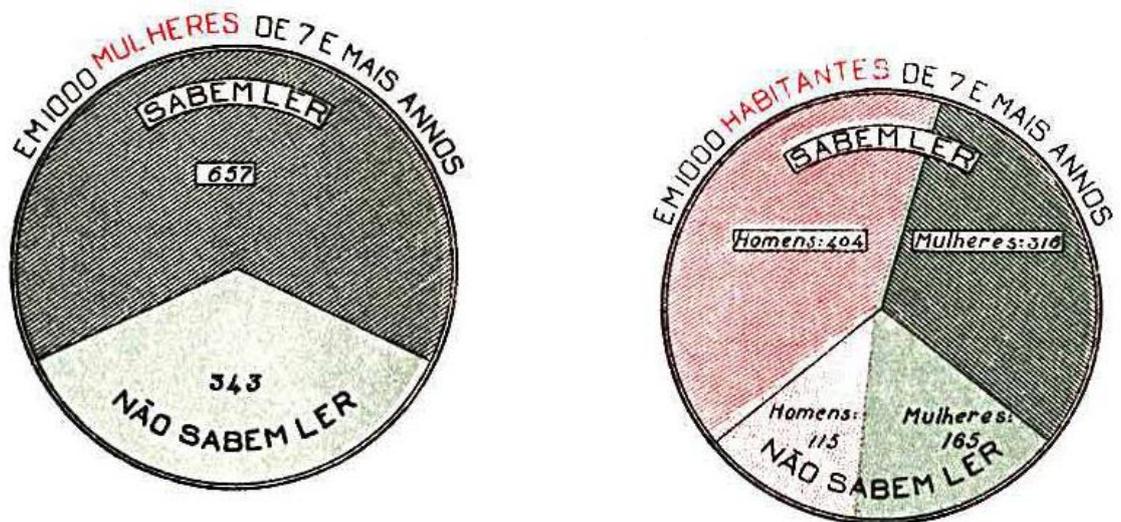
POPULAÇÃO DO RIO DE JANEIRO (DISTRICTO FEDERAL) SEGUNDO O GRAU DE INSTRUÇÃO



Fonte: BRASIL, 1923, p. 113

Nos gráficos do censo (Gráfico 2), vemos que, em 1920, já são menos desproporcionais os índices de alfabetização das mulheres em relação aos números do gráfico do recenseamento de 1906.

Gráfico 2: Homens e mulheres que sabiam ou não ler em 1000 habitantes no Rio de Janeiro de 1920



Fonte: BRASIL, 1923, p. 113

No recenseamento de 1920, é defendido que no “confronto da população nacional com a estrangeira, sob o ponto de vista do gráo de instrucção, demonstra que no grupo de 15 e mais annos os coeficientes de analphabetismo são muito maiores entre os estrangeiros do que entre os brasileiros, quer no sexo masculino, quer no sexo feminino” (BRASIL, 1923, p. CXI). Assim, é dito que 83,5% dos homens brasileiros com mais de 15 anos sabiam ler, enquanto que, entre os homens estrangeiros, esse número caía para 77,1%. Entre as mulheres, 69,8 das brasileiras sabiam ler, enquanto apenas 54% das estrangeiras eram alfabetizadas, de acordo com o censo. As estatísticas de 1920, portanto, negam as de 1906, em que o número de estrangeiros alfabetizados era maior que a dos brasileiros, como já apontamos.

Para finalizar, apontamos que não temos os dados de 1930, pois, apesar do Decreto-lei nº 5.730, de 15 de outubro de 1929, o V Recenseamento Geral da população não ocorreu no ano posterior. De acordo com o IBGE (1996) foram motivos de ordem política que fizeram que não ocorresse. Entre esses motivos, destacamos a chamada Revolução de 1930, que marca o fim da República Velha.

3.1.3 A educação da classe trabalhadora

Embora contestemos os dados dos censos e a sua utilidade, é importante lembrar que, no Brasil da Primeira República, muitas trabalhadoras (e principalmente elas) e trabalhadores não sabiam ler nem escrever. Esse fato talvez exigisse que os jornais e boletins dos sindicatos e grupos fossem lidos “em voz alta, em grupo, nos locais de trabalho, à hora do almoço, ou nas sedes das associações para que a maioria de analfabetos pudesse ouvir, compreender as idéias, os métodos de luta, memorizá-los, assimilá-los!” (RODRIGUES, 1992, p. 48), o que explica um pouco da disparidade entre os números apontados e a realidade da imprensa operária. No entanto, essa explicação não faz com que tenhamos dados satisfatórios para compreender como se dava a relação entre a classe trabalhadora, o ensino, a leitura, a escrita e a imprensa operária.

Como mostra Maria Alice Rosa Ribeiro (2005, p. 209), “o ensino industrial tem sido um dos temas esquecidos pela historiografia econômica. Ribeiro defende que as abordagens que estudam a constituição do mercado de trabalho para a indústria têm sem preocupado mais em quantificar o contingente de trabalhadores do que em verificar como esses trabalhadores adquiriam uma formação profissional. Busquemos alguns dados.

O primeiro aspecto que destacamos é que entre os trabalhadores, em algumas regiões do país, como na cidade de São Paulo,

[...] certos fatores contribuíram para difundir a alfabetização, se não mesmo uma instrução compensadora. As tipografias da cidade tornaram possível a existência de cartilhas baratas. Uma lei provincial de março de 1874 levou avante a intenção de reforma de 1846 tornando compulsória a educação de meninos de 7 a 14 anos e meninas de 7 a 11 anos em todas as cidades que tivessem escolas oficiais ou oficialmente subvencionadas. Em números redondos, a taxa de alfabetização na cidade de São Paulo (para pessoas de mais de 6 anos) subiu de 5% (1836) para 30% (1872) e 45% (1887). (MORSE, 1970, apud VITORINO, 2000, p. 64)

Tendo como objetivos aumentar a participação nas organizações e alfabetizar os trabalhadores, anarquistas e sindicalistas procuraram fundar centros, escolas e ateneus ou grêmios culturais. A ação destes procurava contribuir para aumentar o conhecimento dos trabalhadores, alicerçada na ideia de que uma nova sociedade passava por uma nova educação. Desta forma, muitos trabalhadores foram alfabetizados “através das escolas de militantes, de oradores, fundadas nos sindicatos, as seções de leituras comentadas, os debates ideológicos, as conferências, as controvérsias, os círculos de estudos, os grupos teatrais” (RODRIGUES, 1972, p. 43).

Havia, inclusive, a defesa, nessas escolas, de uma educação específica para a classe trabalhadora, não ortodoxa e não oficial. No anúncio da Escola Libertária Germinal, em Bom Retiro, São Paulo, feito no jornal *O Amigo do Povo* de 26 de novembro de 1904 vemos essa defesa:

Trabalhadores, não vos iludais!... Ai! do deserdado que confia na providência dum deus quimérico, na tutela do governo ou na beneficência burguesa!... Trabalhadores, despertai!... Nas escolas subsidiadas, ortodoxas, oficiais, esgota-se a potencialidade mental e sentimental dos vossos pequeninos, com a masturbação vergonhosa e constante de mentirosa solidariedade no trabalho, na expansão e nas calamidades pátrias ... Animai os promotores ou regentes de escolas racionalistas, das quais sejam rigorosamente banidas as superfluidades e traições do ensino ortodoxo. (cf. *O Amigo do Povo*, n.63, 26.11.1904, p. 4, apud FOOT HARDMAN e LEONARDI, p. 327).

Isso porque, muitas vezes, as escolas organizadas pelos industriários visavam disciplinar a classe trabalhadora, fazendo com que essa, pela gratidão ao patrão que proporcionava sua alfabetização, não reivindicasse seus direitos. Essa tentativa de fazer com que a classe trabalhadora fosse grata aos seus patrões é visível na argumentação do seguinte texto, publicado no jornal *A Ordem*, órgão do Partido Republicano Mineiro, de 7 de setembro de 1922:

[...] Facultativo como é o trabalho noturno, não impede os operários analfabetos de frequentarem a escola primária que funciona á noite nesta cidade, o que geralmente fazem com proveito.

No Cedro existe uma escola Estadual, creada a pedido do Cel. Francisco Ribeiro, chefe da firma Ribeiro & Costa, a fim de beneficiar os filhos dos operarios da fabrica daquela localidade.

Essa criteriosa organização industrial deixa aos operarios, ao mesmo tempo, o campo aberto ao aumento de seus salários e os meios fáceis de se desalfabetizarem. Assim, operarios de Montes Claros! Sempre que tiverdes vossos braços amestrados movendo as machinas productivas das industrias de nossa terra, deveis ter o pensamento elevado a Deus, em agradecimento por haver legado uma patria liberal, onde patrões e operarios vivem no mesmo plano, mãos nas mãos, confundidos pela democracia, solidarios, fraternizados. (A ORDEM, 7/9/1922)

Várias eram as escolas criadas pelos patrões. De acordo com relato de Palmira Petratti Teixeira, citado no *Informativo do Arquivo Histórico Municipal de São Paulo - AHM* (JUCÁ; LOPES, 2008) havia, como vimos no Capítulo 2, na Vila Operária Maria Zélia, em 1924 denominada Vila Scarpa, uma estrutura escolar bastante organizada, da creche ao “grupo escolar”:

[...] Da creche a creança após a idade de 4 annos passa para o Jardim da Infancia onde as creanças de 4 a 7 annos recebem instrucção segundo o desenvolvimento de cada uma. [...] Como a creche o predio da creche, o do jardim obedece a um plano intelligente. Occupa uma quadra inteira onde se encontram. [...] O prédio é dotado ainda de três dormitorios, com 20 leitos cada um, refeitório, copa, cozinha, aparelhos sanitarios com rigorosa hygiene e, por fim, lavanderia electrica para a quotidiana limpeza de 360 peças de roupa.[...] O “Jardim da Infancia” foi instituido sómente para as creanças, filhas dos operarios que trabalham na fabrica, quando estas não têm em casa quem tome conta das mesmas.[...]

Chegada a creança a idade de 7 annos passará para o Grupo Escolar installado num prédio com 10 salões bem illuminados, esplendidos recreios, aparelhos sanitarios, agua filtrada, mobiliario de carteiras isoladas, seguindo em tudo os mhetodos da pedagogia moderna. As creanças aprendem a ler, contar e escrever. [...]

Funcionam 4 classes no periodo da manhã para meninos, e 4 no periodo da tarde para meninas, e 2 classes no periodo da noite para rapazes e moças operárias. [...]

O total dos alumnos que frequentam os períodos nocturnos e diurnos do Grupo é de 419, que adicionados as 56 crianças da creche e as 103 do Jardim da Infância, somam 578 filhos de operários educados gratuitamente [...]

Ao lado do gabinete está a pharmácia com a sua pharmaceutica e auxiliares. Ahi se aviam as receitas dos operarios a preço minimo, sendo que os remedios applicados pelo medico da casa ás crianças da creche e jardim, são distribuidos gratuitamente [...]. (TEIXEIRA apud JUCÁ; LOPES, 2008, sp)

O ensino profissional também teve grande importância na época. Em São Paulo, por exemplo, a partir da década de 1880, foi criado o Liceu de Artes e ofícios pelos fazendeiros, profissionais liberais e empresários da construção civil. Os cursos profissionalizantes substituiriam os cursos de alfabetização “das classes mais desfavorecidas”, ministrados pela

antiga Sociedade Promotora de Instrução (RIBEIRO, 2005, p. 211). Em Porto Alegre, o Instituto Técnico Parobé, de forma semelhante ao Liceu, foi fundado em 1906, com a mesma finalidade, de ministrar cursos profissionalizantes. No entanto, essas instituições não buscavam qualificar as mulheres trabalhadoras, uma vez que os cursos oferecidos, de mecânica, engenharia, eram oferecidos apenas para homens. Um exemplo disso é que uma dessas instituições, a Escola Masculina do Brás, de São Paulo, já apresentava esse intuito em seu nome.

Havia, porém, escolas para a educação das operárias. Um exemplo foi a escola paulista organizada pelo Centro Feminino Juvenil Idealista³¹ (CFJI) em 1915, em que eram ministradas, para a instrução primária das operárias, aulas dominicais gratuitas. O CFJI também organizou uma pequena biblioteca (LOPES, 1985). Matilde Soares³² anunciava a escola no jornal *a Plebe* de 31 de agosto de 1920:

Escola Para Operárias:

O Centro Feminino Jovens Idealistas, esforçando-se por proporcionar as operárias oportunidade de conseguir uma situação despida dos falsos tradicionalismos e preconceitos sociais, criou duas escolas gratuitas, que estão funcionando na Rua Borges de Figueiredo, 37, e na Rua Jolí, 125. Dias e horários das aulas; às quintas feiras das 19 às 21 horas, e aos domingos, das 14 às 17 horas. (*A Plebe*, 31/08/1920)

No Rio de Janeiro, a União Operária do Engenho de Dentro, também disponibilizava educação popular, na escola operária Elisa Scheid, aos associados da instituição e aos seus familiares. O intuito desta, segundo Elisa Scheid³³ defendeu no jornal *União Operaria* de 1º de maio de 1904, era fazer com que os operários conseguissem seus direitos políticos, uma vez que, na época, o voto era proibido aos analfabetos.

Ficou assim organizado pela directora da instrução propagadora e mantida

³¹ Também chamado de Centro Feminino Jovens Idealistas. Criado pelas mulheres anarquistas da família Soares: as quatro irmãs do militante anarquista Florentino de Carvalho - Maria Angelina Soares, Maria Antônia Soares, Matilde Soares e Pilar Soares - e pela mãe destas, militante espanhola Paula Soares. (cf. OLIVETTI, 2016)

³² Uma das idealizadoras da escola, anarquista, operária, professora (ver notas 35 e 61).

³³ Professora, escritora e sindicalista. Foi redatora do jornal *A União Operaria*, Órgão da União Operaria do Engenho de Dentro e do Partido Operário Independente. Foi presidente da União Operaria do Engenho de dentro e do Partido Operário Independente. Acreditamos que Elisa foi a primeira mulher a ser presidente de um partido político, a primeira a ser presidente de uma associação de trabalhadoras e a primeira a ser redatora de um jornal operário. Assinou a coluna “Operários” ou “Operariado”, no *Jornal do Brasil*, entre 1903 e 1908. São várias as notícias neste jornal de conferência nas quais Scheid foi oradora. Além da escola destacada, encontramos notícias de uma escola para mulheres trabalhadoras em Pernambuco, fundada em 1905, que recebeu seu nome, para homenageá-la. Escreveu uma série de artigos sobre a questão dos índios brasileiros, que foram publicados no jornal *Correio da Manhã*. No *Correio da Manhã* também encontramos notícias suas e da União Operária da qual fazia parte, na seção “Vida de Operário”. Seu livro sobre a questão dos índios teve o seu pedido de impressão negado pelo Senado. O fato foi noticiado pelo jornal *O Paiz* de 30/11/1902. Sua escrita sobre os índios era influenciada pela sua ascendência: era filha de uma índia. O fato foi registrado na revista *Renascença* de 11 de novembro de 1905, na qual um artigo sobre a biografia de Scheid foi publicado. No artigo, é dito que Elisa, filha de um alemão socialista e de uma índia criada na natureza, tinha a alma duplamente livre.

por esta associação, a sócia d. Elisa Scheid, de accordo com os professores, o horário das aulas nocturnas: segundas, quartas e sextas, portuguez, das 7 ás 8, arithmetica das 8 ás 9, francez das 9 ás 10; terças, quintas e sabbados, portuguez das 7 ás 8, sociologia das 8 ás 9, desenho das 9 ás 10. Para as aulas diurnas a professora em exercicio seguirá um regimento interno especial (Correio da Manhã, 23/04/1905).

Desta escola e das ideias pedagógicas de Elisa Scheid, temos inúmeras notícias na imprensa da época. Contamos ao menos cem. No jornal *A Imprensa*, que tinha Rui Barbosa como redator chefe, é publicado em 30 de outubro de 1899 que a escola fundada por Elisa Scheid havia conseguido subvenção da prefeitura. A mesma notícia é dada no jornal *Gazeta de Notícias* de 25 de outubro de 1901. Em 8 de fevereiro de 1903 é publicado um edital da prefeitura cidade nesse mesmo jornal, solicitando que os professores da escola fossem à prefeitura, para que essa verificasse sua habilitação. No *Jornal do Brasil* de 7 de julho de 1901, é publicado um artigo de Elisa Scheid sobre creches para os filhos das mulheres trabalhadoras. Na apresentação do artigo, é dito que

Em tempos ventilou-se na imprensa desta capital [Rio de Janeiro] a idéa para permanencia, durante o dia, das criancinhas cujas mães necessitam trabalhar fora de suas casas, em fabricas, estabelecimentos de costuras e outros centros de trabalho. [...] A inteligente senhorita Elisa Scheid, uma das mais fervorosas propagandistas dessa altruística idéa, enviou ao *Jornal do Brasil* o artigo que adiante publicamos, applaudindo a criação da creche. (*Jornal do Brasil*, 07/07/1901)

No artigo, Elisa defendia, em um tom bastante religioso, apelando para a caridade das mulheres da classe dominante que

[...] Na quadra que atravessamos – quadra de penosas dificuldades e dolorosas privações para a classe operaria e para aqueles que amanhã só podem contar com o escasso producto do trabalho de hoje – a fundação de uma creche será como uma benção do Céu. Virá suavisar a miseria que campeia em muitos lares, porque libertando os braços da pobre família, ella poderá confiante e alegre, buscar no trabalho cotidiano, pelo menos algum conforto para a sua prole. [...] (*Jornal do Brasil*, 07/07/1901)

Nos anos 1920, nas instituições profissionalizantes, foi iniciada a defesa da racionalização do trabalho, impulsionada pelas teorias tayloristas e fordistas, citadas no capítulo anterior. Assim, “era preciso preparar trabalhadores para que executassem seu trabalho de modo a eliminar todo e qualquer movimento inútil e que produzissem mais em um menor tempo de trabalho” (RIBEIRO, 2005, p. 219).

Outra importante fonte para a instrução da classe trabalhadora foram os jornais

operários. Na época, mais de 350 jornais circulavam pelo país (vide tabelas do Anexo 1³⁴), com tiragens elevadas (até 10.000 exemplares, de acordo com Ferreira, 1978). Nestes, temos, muitas vezes, inclusive, a tentativa de ensinar regras gramaticais, como é o caso do jornal *O Artista*: órgão da classe operária, que circulava no Pará. Nele, vemos explicações feitas por um professor:

CARTA AO PROFESSOR

ISMAEL NOVAES

Prezado Collega e Amigo.

Como amo a literatura e o collega é um excellent preceptor, desejo que me responda á estas perguntas:

Como é melhor dizer-se:

—Uma porção dos taes individuos vieram ou veio da igreja ?

A meu ver, estes modismos são *mui portuguezes*; é certo, porém, que no primeiro a phraseologia está alterada.

Os melhores escriptores da língua portugueza, em taes casos, empregam o verbo no plural, como V. não ignora.

Uns exemplos dos verbos haver e jazer:

— Ha meninos, etc—

—As moças que haviam chegado ao ribeiro, etc—

—Aqui jaz ou jazem os restos mortaes de...

O verbo do primeiro exemplo está no singular.

«O verbo concorda em numero e pessoa com o sujeito» (Gram. port.)

Mas o sujeito não é meninos, sim a terra ou planeta que habitamos; ficando esta syntaxe:

A terra tem meninos.

O verbo do segundo exemplo está bem empregado.

O verbo do terceiro exemplo fica no singular, porque- de direito, o meio é esse:

Aqui jaz F. de tal em restos mortaes.

Concorda?

[...]

Seu humilde collega, José Accacio (*O Artista*, 2/08/1891)

Mesmo que não defendamos a “disposição que leva a "se vigiar", a "se corrigir", a procurar a "correção" através de correções permanentes” (BOURDIEU, 1977, p. 20) por acreditarmos que a padronização está a serviço da legitimação de certas variedades linguísticas, o que acaba por silenciar outras formas de falar, pensamos que esse exemplo mostra a preocupação dos jornais operários pela instrução da classe trabalhadora.

Nessa mesma edição do jornal *O Artista*, vemos a notícia sobre uma escola criada na cidade de Cameta no Pará para a classe trabalhadora. Na notícia, é apontado pelos editores “que será creada uma do sexo feminino para o mesmo lugar e que a indigitada para rege-la é a Ser^a.

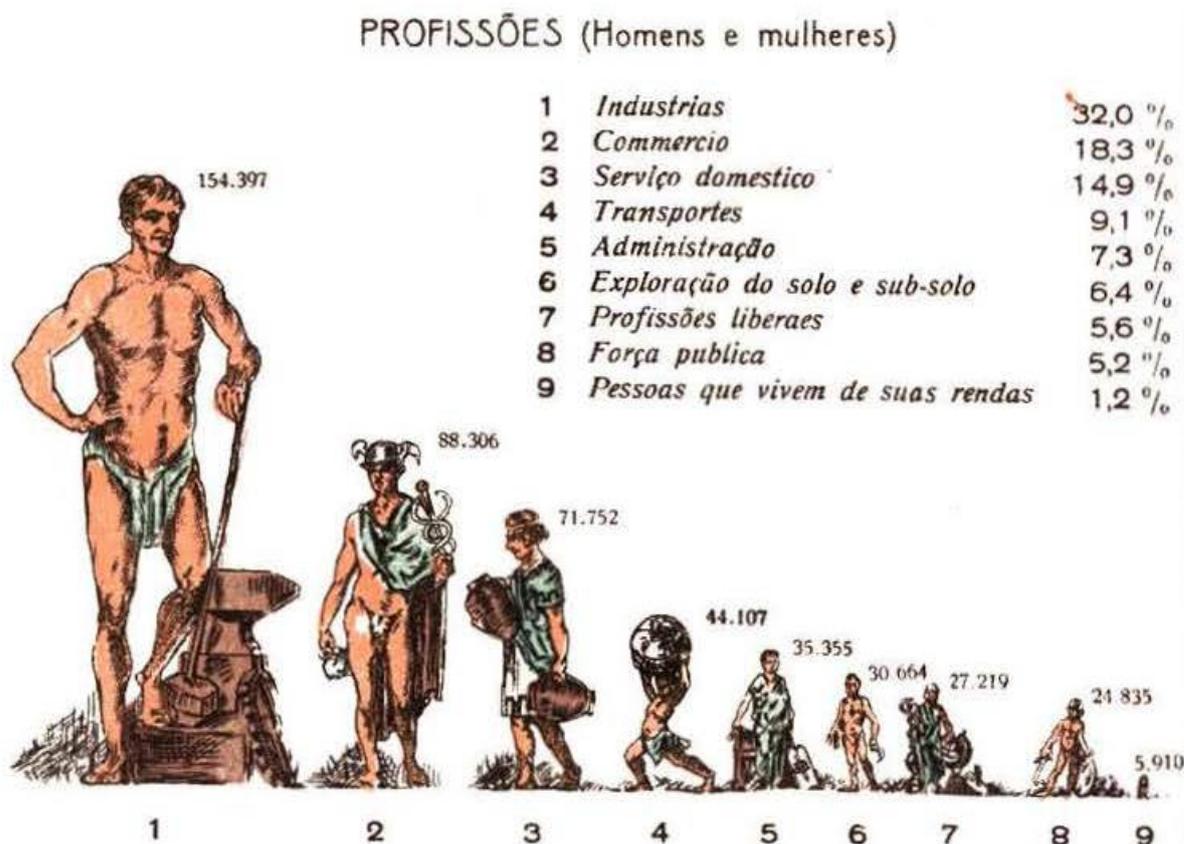
³⁴ Tabelas adaptadas de FERREIRA, 1978. Nas tabelas, inserimos alguns jornais que pesquisamos e algumas informações que julgamos pertinentes (destacamos em itálico).

D. Roza Nery” (O Artista, 2/08/1891). Tal fato mostra que a educação da classe trabalhadora não era uma preocupação exclusiva dos principais centros industriais do país, nem se restringia aos homens trabalhadores.

O número de jornais e periódicos operários publicados no Brasil da República Velha, bem como sua tiragem, nos traz dúvida sobre o público leitor. Dizia-se que a classe trabalhadora era uma classe de analfabetos. No entanto, como dissemos, havia no Brasil da época ao menos 350 jornais operários, com tiragens de mil a 10 mil exemplares, fora os jornais operários escritos em língua estrangeira, que passavam de 60 e os jornais populares, amplamente distribuídos, como o *Jornal do Commercio*, *O Paiz*, *Gazeta de Notícias*, *Jornal do Brasil*, *Jornal da Tarde*, *Diário de Notícias*, *O Estado de São Paulo*, *Folha da Noite* e *O Jornal*, que possuíam tiragens a partir de 20 mil exemplares, citados no capítulo 2.

Conforme os censos, o número de alfabetizados no Brasil em 1920 não foi relacionado à renda. Podemos, no entanto, fazer uma estimativa superficial, conforme os dados publicados no censo de 1920 do distrito federal - Rio de Janeiro - (Figura 17), sobre as profissões em 1920.

Figura 17: Profissões em 1920



Fonte: Brasil, 1923, p. CXVIII

O número de pessoas que sabia ler e escrever correspondia a 72% da população da capital, sendo que apenas 13,7% da população correspondia à classe dominante³⁵, mesmo que se considere que toda a população da classe dominante era alfabetizada, os 58,3% restantes deveriam pertencer à classe trabalhadora. Ou seja, das 710.752 pessoas alfabetizadas, 675.040 pertenciam à classe trabalhadora.

Em *Máquinas e operários: mudança técnica e sindicalismo gráfico* (São Paulo e Rio de Janeiro, 1858-1912), Artur José Renda Vitorino aponta que, de modo geral,

No que se refere aos consumidores de bens culturais, há de se presumir que existia um público leitor. Afinal, mesmo com dificuldades em averiguar quantas publicações aparecem e a tiragem dos periódicos, pode-se constatar uma variedade de títulos de jornais e revistas existentes naquela época em língua portuguesa e estrangeira.

Neste sentido, um outro aspecto importante a salientar é que a própria difusão da imprensa formou um público consumidor, apesar de uma grande maioria da população constituir-se de analfabetos e de semi-analfabetos. Ou seja, ao se propagar, a própria imprensa tornou-se meio de alfabetização. E o público alfabetizado tornou-se um consumidor de produtos literários e jornalísticos. (VITORINO, 2000, p. 63-64)

No jornal *Voz do Povo*: órgão da Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro e do Proletariado em geral, de 7 de fevereiro de 1920, é anunciado o “Grupo Feminino de Estudos Sociaes”, convidando as mulheres trabalhadoras para dele participarem. Segundo o anúncio:

O Grupo estudará com carinho e debaterá com ardor os palpitantes problemas da questão social e procurará elevar, por meio de conferencias, congressos, escolas e cursos de sciencias e artes o nível intellectual e moral de suas associadas, para que se abra assim na muralha negra, tenebrosa e compacta da rotina, do egoismo, da ignorancia e da hypocrisia, de todos os preconceitos e de todas as opressões, uma brecha, uma fresta, uma frincha por onde livremente irradie um pouco de Vida e do Ideal. (*Voz do Povo*, 7/2/1920)

Certamente, estes grupos de estudos não entraram para as estatísticas oficiais, dos censos e dos governos. Mais uma vez, destacamos que a realidade da classe trabalhadora da época só pode ser recuperada através de seus fragmentos, que precisam ser encontrados.

³⁵ Consideramos pertencentes a esta as pessoas que trabalhavam na administração pública e privada (os dados não permitem distinguir cargos), na chamada “força pública” (exército, polícia, armada e bombeiros, sobre os quais os dados disponíveis não permitem distinguir patentes) e as pessoas que viviam de suas rendas, conforme nomenclatura utilizada no censo de 1920 (BRASIL, 1923). É importante destacar, no entanto, que, por não haver no censo dados sobre a renda da população (distribuição/concentração), é difícil levantar um número exato das pessoas que pertenciam à classe dominante. Acreditamos que a porcentagem de 13,7% seja maior que a porcentagem verdadeira, justamente por, entre as pessoas que trabalhavam na força pública e na administração pública não haver distinção de cargos e patentes. Além disso, ressaltamos que a estimativa que fizemos cumpre somente os fins dessa análise. Não se pretende, de forma alguma, empreender uma análise econômica detalhada da época, embora fosse útil.

3.2 MULHERES PÚBLICAS

Muito já foi dito sobre a dificuldade de se escrever a história das classes populares a partir de arquivos provenientes das classes dominantes, e sobre a exclusão ainda mais forte sofrida pelas mulheres, visto que “trabalhadora ou ociosa, doente, manifestante, a mulher é observada e descrita pelo homem” (PERROT, 1988, p. 186). Da mesma forma, apesar de existirem muitos estudos sobre a história da industrialização no Brasil, na maioria deles, não são relatados alguns aspectos importantes deste processo: o papel da mulher trabalhadora, das suas lutas, das suas reivindicações e da sua voz.

Segundo Perrot (1988, p. 186), a “carência de fontes diretas [...] constitui um tremendo meio de ocultamento”. Acreditamos que essa carência de fontes diretas fez com que, até recentemente, as trabalhadoras urbanas brasileiras fossem mostradas apenas como figuras sem nenhuma possibilidade de resistência.

Como já apontamos no capítulo anterior, mesmo que o ‘aproveitamento’ ou a exploração da mão-de-obra feminina tenha ocorrido desde o início da colonização do Brasil, foi apenas com a industrialização que os debates acerca do trabalho feminino começaram a surgir publicamente. Ora, certamente estas discussões não surgiram ao acaso. Exploradores e dominadores não têm por costume elucidar a situação dos explorados e dos dominados.

Apesar do que as classes dominantes falavam sobre elas, as mulheres trabalhadoras, como destacamos brevemente no Capítulo 1, escreviam na imprensa operária, participavam de agitações, promoviam greves e discursavam na esfera pública. Assim, nesse capítulo, refutaremos a tese de que as principais lutas feministas no Brasil tiveram como protagonistas apenas mulheres das classes dominantes, mostrando algumas das formas de luta protagonizadas pelas mulheres trabalhadoras. Também destacaremos a argumentação feita por estas mulheres negando o ideário “mulher pública x mulher prostituída”, que tanto restringia a participação dessas nos espaços públicos.

3.2.1 Mulheres trabalhadoras e seus cafetões

O discurso moralista, o discurso da colonização da mulher trabalhadora, como apontamos em 2.1.2, tinha a finalidade de limitar a liberdade das mulheres de circularem nos espaços públicos e de barrar uma maior simetria na relação entre homens e mulheres trabalhadores que se desenhava na Primeira República.

Quanto às mulheres prostituídas, embora tivessem o rótulo de “mulheres públicas”, elas também eram, muitas vezes, proibidas de circularem no espaço público. Prova disso é a notícia do jornal *A Noite*, de 22 de outubro de 1928, que conta que mais de cem mulheres foram presas. Ele conta que um novo delegado havia assumido o seu cargo e chamado as “proprietárias de pensões alegres” para uma reunião.

A estas, então, o suplente ordenou varias medidas a respeito de suas inquilinas. Eram medidas severíssimas, inclusive não ficarem as raparigas às janelas, sequer, salvo se a estas fossem adaptadas venezianas, por onde olhariam para a rua.

Nas calçadas, ás portas dos cafés, não seria, absolutamente, permitido.

[...]

Essa autoridade, hontem, saiu a passear pelas referidas ruas.

Foi uma conflagração! Noite de domingo, as raparigas estavam em grande numero ás janelas, umas, e nas calçadas outras.

[...]

Não havia logar mais para acomodar tantas mulheres presas.

(*A Noite*, 22/1/1928)

A colonização da mulher trabalhadora, da qual tratamos no capítulo anterior, buscava, também, submeter a sua linguagem à autoridade dos homens. Não foi à toa que nomeamos essa seção “Mulheres trabalhadoras e seus cafetões”: fossem eles seus pais, maridos ou patrões, eram pessoas que possuíam, ou eram autorizados pelos costumes a possuir, autoridade sobre as práticas languageiras femininas. Isso porque o direito à palavra pressupunha que a linguagem da mulher fosse autorizada. Mas, se na época, o homem possuía total autoridade sobre as mulheres, como podiam essas terem o direito à palavra? Como mostra o sociólogo francês Pierre Bourdieu,

A estrutura da relação de produção linguística depende da relação de força simbólica entre os dois locutores, isto é, da importância de seu capital de autoridade (que não é redutível ao capital propriamente linguístico): portanto, a competência é também capacidade de se fazer ouvir. A língua não é somente um instrumento de comunicação ou de conhecimento, mas um instrumento de poder. Não procuramos apenas ser compreendidos, mas também acreditados, obedecidos, respeitados, reconhecidos. Daí a definição completa da competência como direito à palavra, isto é, à linguagem legítima, enquanto linguagem autorizada, linguagem de autoridade. (BOURDIEU, 1977, p. 20)

Tanto o modelo de família imposto pela classe dominante, quanto esta imagem “desvirtuada” da mulher da esfera pública eram amplamente combatidos pelas mulheres que escreviam na imprensa operária. Maria Lacerda de Moura³⁶, autora já destacada em diversos

³⁶ 1887-1945. Anarquista, escritora, pioneira do feminismo no Brasil. Escreveu diversos livros sobre o ensino, sobre a questão da mulher e sobre sua visão política em geral (contra o fascismo, contra o clericalismo, etc.).

estudos sobre a imprensa operária da época, por exemplo, em seu livro *Han Ryner e o Amor Plural*, de 1928, argumenta sobre o fato, mostrando o nexó entre a mulher prostituída, submetida ao cafetão, e a mulher casada, submetida ao marido:

E o homem continua a querer entrar-lhe os movimentos e, portanto, cercar-lhe o progresso. A mulher só tem direito de sair, de se locomover se vai trabalhar, ganhar dinheiro.
 Continua dando conta ao homem de todos os seus passos e até do seu salário.
 É outra espécie de exploração.
 É o caftismo em família [...]. (MOURA apud RAGO, 2014, p. 135)

Esse caftismo que aponta Maria Lacerda de Moura, era, inclusive, autorizado por lei. No Código Civil de 1916, muitos são os artigos que garantem a submissão da mulher ao homem. A respeito da família, o Código coloca os direitos do marido em relação à sua mulher, sua propriedade, sendo ele “o chefe da sociedade conjugal”:

Art. 233. O marido é o chefe da sociedade conjugal.
 Compete-lhe:
 I. A representação legal da família.
 II. A administração dos bens comuns e dos particulares da mulher, que ao marido competir administrar em virtude do regime matrimonial adaptado, ou do pacto antenupcial (arts. 178, § 9º, nº I, c, 274, 289, nº I, e 311).
 III. O direito de fixar e mudar o domicílio da família (arts. 46 e 233, nº IV). (Vide Decreto do Poder Legislativo nº 3.725, de 1919).
 IV. O direito de autorizar a profissão da mulher e a sua residência fora do tecto conjugal (arts. 231, nº II, 242, nº VII, 243 a 245, nº II, e 247, nº III).
 V. Prover à manutenção da família, guardada a disposição do art. 277.
 (BRASIL, 1916)

A discussão sobre a submissão da mulher trabalhadora ao seu marido era recorrente na imprensa operária antes mesmo da promulgação do Código Civil de 1916. Em um texto no jornal *O Amigo do Povo*, de 1902, uma mulher que se apresenta como “Tibi, mulher anarquista”, defende que

O matrimonio apenas serve para abreviar a duração do amor, tornar odiosa a união no lar, a mulher é a escrava, o homem é o senhor; este tem o direito de mandar, aquela o direito de... obedecer. [...] Ao menos a prostituta não precisa fingir. Todos sabem que seu amor é vendido, a ninguém engana. A emancipação da mulher há de ser obra dela própria.
 (O Amigo do Povo, 2/8/1902 apud RAGO, 2014, p. 141)

Assim, muitas mulheres trabalhadoras tinham a consciência de que não podiam esperar que os homens as emancipassem. Dessas mulheres, a que chamamos de “feministas”, é que trataremos a seguir.

3.2.2 As feministas da classe trabalhadora na República Velha

Existiam feministas da classe trabalhadora na República Velha? Sim, defendemos que existiam. No entanto, nem sempre assim eram nomeadas ou se autoneameavam. Ao contrário disso, a palavra “feminista” era muitas vezes malvista pelas mulheres trabalhadoras.

Tal fato é perceptível no artigo “O que deveria ser a mulher”, de Josefina Stefani Bertacchi³⁷ (Giuseppina Stefani Bertacchi), publicado no jornal *A Terra Livre*, de 15 de junho de 1910. Josefina teve noticiadas muitas conferências sobre a questão da mulher, o anti-clericalismo e o anti-militarismo (LOPES, 1985). No entanto, no seu artigo, ela defende que

Entre a *feminista ultra*, forma híbrida, e a *massaia*, no sentido romano da palavra: <Stetti in casa e filò lana> existe o justo meio: a *verdadeira mulher*. A mulher, nem patroa nem escrava, nem femina nem angélica, nem assetica nem Messalina: mas a mulher amante e amada, que, recebendo no seu seio novo germen, maturando-o na dor, consagrando-o com seu sangue, dá a humanidade o milagre da vida para ella, nella e com ella, eternamente se renovando até o infinito.

Deixemos as longas e inuteis discussões de se a mulher é igual ou mais ou menos inteligente do que o homem. A mulher não é homem porque é mulher; e o homem não é mulher porque é homem.

Um e outro, tendo órgãos diferentes e por isso funções diferentes por graus e por qualidades, entre si se completando e se aperfeiçoando, relacionam-se com a função da natureza, que se quisesse um só sexo, tel-o-ia feito, sem pedir conselhos ás estridulas e antipaticas feministas e sufragistas. (*A Terra Livre*, 15/06/1910)

Josefina segue a sua argumentação contra o fato de que homens e mulheres são iguais, atribuindo a isso o fato de poucas mulheres, com exceção de Marie Curie, terem feito descobertas científicas, quando, nas mais diversas áreas, elas se destacavam. Precisamos destacar, no entanto, que o fato de no Brasil, na época, poucas mulheres atuarem na ciência era devido à proibição do ingresso das mulheres às poucas faculdades existentes. A médica Maria Augusta Estrella³⁸ já apontava, na época do Império, essa desigualdade, que a fez precisar viajar

³⁷ Professora de Letras e Pedagogia.

³⁸ De acordo com Luzilá Gonçalves Ferreira, citada por Constância Lima Duarte no dicionário ilustrado *Imprensa feminina e feminista no Brasil: Século XIX* (2016, p. 256), “Maria Augusta Estrella era uma intelectual. Nasceu em 1860 e aos 16 anos, já que as mulheres do Império eram impedidas de ter seu ingresso nas faculdades do Império, com Josepha Agueda, que obtivera uma bolsa da província de Pernambuco para estudar medicina nos Estados Unidos, numa campanha defendida por Tobias Barreto, então deputado, fora estudar no New Yoir Medical College and Hospital for Women. Nos Estados Unidos, as duas fundaram e redigiram o jornal – em português! – *A Mulher*, que teve sete números. Por razão de doença, Josepha Agueda é obrigada a voltar. Maria Augusta tencionava acompanhar a amiga, já que o pai, falindo, não pudera continuar a pagar-lhe os estudos. O comerciante, entretanto, escreveu ao Imperador D. Pedro II que, por decreto, concedeu à jovem uma bolsa anual no valor de “um conto e quinhentos mil réis”. Ela concluiria seus estudos em 1879, mas só receberia o diploma em 1881, pois era indispensável ter 21 anos para ser graduado em Medicina àquela época”. Apontamos que parece existir uma

aos Estados Unidos para estudar medicina em uma faculdade exclusiva para mulheres que lá existia na época. Maria Augusta, ao contrário de Josefina, defendia que a fisiologia feminina não fazia da mulher inferior ao homem:

Com as mãos trêmulas pegamos na pena para discutir uma das mais delicadas matérias: a justificação de que a mulher é inteligente, e digna de grandes cometimentos.

Para justificar a nossa opinião, escudamo-nos na história.

Queremos ver se podemos, autorizadas pela ciência e pela história, provar irrecusavelmente que os homens emitem uma opinião falsa, afim de reconhecer que não falam diante de uma sociedade ignorante como presumem. É uma questão fisiológica e de alta transcendência, que as mulheres reconheçam que os homens são injustos para com elas, julgando-as incapazes de concepções sublimes e cometimentos científicos. [...]

E o que dirão os leitores quando apresentar-se-lhes os nomes dessas mulheres veneradas que abrilhantam a história das ciências especulativas e exatas? Que são histórias de jornais para lisonjear as mulheres, e nós lhe diremos que a sua opinião é apenas para rebaixar o sexo feminino; causando espanto e horror que os homens formados em medicina e outras ciências cerrem as pálpebras à luz da civilização moderna, considerando a mulher um átomo incapaz de pensar, criar e decidir.

Pobre mulher vítima da iracunda dos homens que te querem conduzir ao abismo eterno da ignorância e da estupidez. (*A Mulher*, 01/01/1881, apud DUARTE, 2016, p. 256-257)

A professora Andradina de Oliveira³⁹ defendia a mesma posição, no jornal *Escrinio*, do qual era proprietária e redatora. Ela, no entanto, destacava mulheres brasileiras que se formariam como engenheiras na Argentina:

Sairão este ano da Faculdade de Agronomia de Buenos Aires, diplomadas com o título de engenheiros agrônomos, as senhoritas Célia Silva Lynch e Amália Vicentini. Comentando a notícia, diz *La Verdad*, importante revista portenha: “assim se inicia um novo rumo para as atividades femininas na mais nobre das carreiras, a que nos ensina a fazer produzir a mãe terra. Amanhã o espírito intuitivo da mulher fará da terra um paraíso”. (*Escrinio*, 02/01/1898, apud DUARTE, p. 377, 2016).

Voltando à Josefina Bertacchi, mesmo que fosse contra a chamada “feminista ultra”, a professora continua sua argumentação com a defesa da divisão do trabalho doméstico, o que indica que a equidade entre os sexos/gêneros fazia parte de sua ideologia. Destacamos também

confusão de datas nos apontamentos de Ferreira. Se Maria Augusta e Josepha fundaram o jornal que em 1881 teve o seu primeiro número, Josepha ainda se encontrava, na época, nos Estados Unidos.

³⁹ Conforme Constância Lima Duarte no dicionário ilustrado *Imprensa feminina e feminista no Brasil: Século XIX* (2016, p. 377): “A feminista Andradina América de Andrade e Oliveira nasceu em Porto Alegre em 12 de junho de 1864 e faleceu em São Paulo em 19 de junho de 1935. Professora, contista romancista, poetisa, biógrafa, dramaturga e jornalista, colaborou em diversos jornais e revistas do país, e publicou inúmeros livros, entre eles *O Sacrifício de Laura* (drama, 1897), *Preludiando* (contos, 1897), *Viúva e virgem* (drama, 1902), *A mulher rio-grandense: escritoras mortas* (1907), *Cruz de pérolas* (crônicas, 1908), *O perdão* (romance, 1910), *Divórcio?* (tese social, 1912) e *O abismo* (romance, 1912).”

que, ao adjetivar como “ultra” o feminismo do qual é contrária, Josefina mostrava a existência de um outro feminismo, do qual, no entanto, ela poderia ser partidária. O texto segue da seguinte forma:

(...) Se de um lado nós condenamos a *feminista ultra*, porque, estando fôra da naturêza, é um absurdo; doutro lado não queremos tão pouco a mulher maquina, a mulher besta de carga, a chamada governadeira. (...)

Todos sabem que a perfeição do trabalho depende de ele ser dividido e subdividido. (...)

Com a subdivisão do trabalho, pelo contrario, satisfeita a tarefa que lhe compete como costureira, tecedeira, lavadeira, cozinheira e educadora, artista ou talvez médica, tarefa que, limitada a 4 ou 6 horas por dia, a mulher fará muito bem por habito e voluntariamente para satisfazer ao dever da solidariedade, poderpa depois dispor a seu bel prazer das horas livres, quer dedicando-se ao estudo ou a exercícius artísticos, quer gozando as diversões a todos proporcionados pela vida social.

Em relação aos exagerados deveres matrimoniaes, até hoje tão pesados, o seu principal cuidado será salvaguardar a sua propria saúde e a do futuro petiz. (...) (A Terra Livre, 15/06/1910)

De acordo com Céli Regina Jardim Pinto, em *Uma história do feminismo no Brasil* (2003), a luta mais ou menos organizada pelo direito à cidadania e por uma existência fora do lar, que não fosse uma existência religiosa ou demonizada (por acusações de prostituição e bruxaria), avançou mundialmente desde a Revolução Francesa, em 1789. O movimento sufragista se espalhou pela Europa e pelos Estados Unidos, chegando seus ecos ao Brasil em 1920, com a liderança de Bertha Lutz⁴⁰, que em 1918 redigiu um texto de grande repercussão, publicado na *Revista da Semana*, em resposta a um jornalista carioca que afirmou que os progressos femininos em outros países não teriam muita influência na vida das mulheres brasileiras.

Em seu artigo, Bertha Lutz chama outras mulheres a formar uma associação para os direitos da mulher. Sob o título de "Somos filhos de tais mulheres", assinando com o pseudônimo de Iracema, Bertha defende que

Tudo quanto está sucedendo estava previsto. As democracias vão começar aprendendo a ser a expressão fiel, sincera de um regime social e político da igualdade humana. [...] As mulheres russas, finlandesas, dinamarquesas, norueguesas, suecas, alemães e inglesas - quer dizer, uns cento e vinte milhões de mulheres na velha Europa - já partilham ou brevemente partilharão do

⁴⁰ Conforme Schumacher (2000, p. 99-100): “(1894-1976). Líder feminista e bióloga. Adolescente, foi completar sua educação na Europa. Lá tomou contato com a explosiva campanha sufragista inglesa. Em 1918, em Paris, licenciou-se em ciências na Universidade de Sorbonne, voltando em seguida ao Brasil, onde ingressou, através de concurso público, como bióloga no Museu Nacional. Desde seu regresso, aos 24 anos, Bertha tornou-se uma defensora incansável dos direitos da mulher no país. Em 1919, com outras mulheres, entre as quais Maria Lacerda de Moura, criou, em 1919, a Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher, que foi o embrião da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF).

governo, não só contribuindo com o seu voto para a eleição dos legisladores, como podendo ser elas próprias eleitas para o exercício do poder legislativo. Essas mulheres libertadas na Europa são as mulheres louras, das raças anglo-saxônicas, germânica, escandinava e eslava. No nosso continente o mesmo vai suceder às mulheres louras nos EUA. Só as mulheres morenas continuam, não direi cativas, mas subalternas. [...] Todos os dias se leem nos jornais e revistas do Rio apreciações deprimentes para a mulher. Não há talvez cidade no mundo onde se respeite a mulher. Existem, até, seções de jornais que se dedicam a corrompê-la ou a injuriá-la. [...] (*Revista da Semana*, 14/12/1918)

O feminismo de Bertha Lutz, no entanto, é definido por Céli Pinto como “face bem-comportada”⁴¹ do feminismo brasileiro do período, por não ter nunca definido “a posição de exclusão da mulher como decorrência da posição de poder do homem” e por tentar a cidadania da mulher na sociedade “sem mexer com a posição do homem” (2003, p. 14-15). Mesmo que concordemos com esta afirmação, assinalamos que o feminismo de Bertha Lutz possuía consciência étnica-racial, como é possível ver no texto citado, e possuía também uma defesa da classe trabalhadora, e não apenas da classe dominante, como é possível verificar em suas ações.

De acordo com o *Dicionário mulheres do Brasil: De 1500 até a atualidade - Biográfico e ilustrado*, organizado por Maria Aparecida Schumacher, em 1919, Bertha Lutz representou o Brasil, juntamente com a paulista Olga de Paiva Meira, “no Conselho Feminino Internacional, órgão da Organização Internacional do Trabalho (OIT), onde foram aprovados os princípios de salário igual para ambos os sexos e a inclusão da mulher no serviço de proteção aos trabalhadores” (2000, p. 99-100).

Assinalamos, também, que Bertha Lutz participou da campanha para melhores condições para as mulheres presas, fortemente empreendida após 1921, pelo Patronato das Mulheres Encarceradas. Lutz destinou ao debate a página inteira da seção assinada por ela e por Ormind Bastos⁴², intitulada “Feminismo”, no jornal *O Paiz*, de 23 de março de 1928. No entanto, mesmo atuando em tantas frentes, a luta em que mais se destacou foi pelo direito ao

⁴¹ Embora considere-se, muitas vezes, o feminismo de Bertha Lutz como “bem-comportado” e elitista, visão difundida pela Anarquista Maria Lacerda de Moura, consideramos neste trabalho Lutz como mulher trabalhadora, por esta ter trabalhado (de acordo com o que definimos no Capítulo 1). Também destacamos sua atuação devido ao fato de Bertha Lutz ter atuado em prol da mulher da classe trabalhadora

⁴² Conforme Schumacher (2000, p. 423-452): “(1899-1971) Feminista, professora, advogada e jornalista. Nasceu em Manaus em 12 de abril de 1899. Ainda criança, foi com os pais para Belém (PA), onde estudou e formou-se pela Faculdade Livre de Direito do Pará, em 1922. Era jornalista, professora de grego e de latim do Colégio Estadual Paes de Carvalho, espírita praticante e advogada no Fórum de Belém. Até 1925, sua atuação sufragista no Pará manteve-se diretamente ligada ao jornalismo impresso, além de conferências proferidas às mulheres na Liga Cooperativa das Operárias de Fábrica.

Seus artigos escritos na imprensa paraense causavam polêmica na sociedade tradicional do estado, que não aceitava o fato de a mulher votar porque seria chamada de “mulher pública”.

voto feminino.

Em alguns jornais destinados a mulheres da elite, eram refutadas as ideias feministas, principalmente em relação ao voto, o que pode ser visto em um discurso marcado pelo preconceito, publicado sob a assinatura de M. Vieira, no *Jornal das Moças*⁴³, em 26 de fevereiro de 1925:

Semeiem primeiro

Da tribuna da Camara foi ha pouco justificado um projecto que concede á mulher o direito do voto e o ingresso nos postos políticos dependentes ou não do sufragio popular.

Prematuro, muito inoportuno mesmo, foi esse gesto, a nosso ver.

Estamos ainda muito afastados do dia em que, generalizadas e aceitas por todos estes Brasis as idéas reivindicacionarias da causa feminista, possam as nossas então concidadãs correr garrulamente ás urnas, para dar o seu votinho, ou disputar uma cadeira no Congresso, etc.

[...]

Depois, sendo esta terra “um vasto hospital” e outras cousas peiores, não obstante ser “essencialmente agrícola” e, em parte, “um coração de ouro engastado num peito de ferro” é o Brasil um paiz de analphabetos.

Por outro lado, restricto e fraquissimo é o circulo feminista brasileiro.

[...]

(Jornal das Moças, 26/2/1925)

A defesa de que o voto feminino no Brasil era prematuro foi feita, assim, em cima da argumentação de que era o Brasil “um paiz de analphabetos”. Assim, a proposta do jornal era de que, antes de reivindicar o direito ao voto, as feministas deveriam fundar jornais e realizar conferências “emquanto o Jéca se vae desanalphabetizando...” (Jornal das Moças, 26/2/1925). Dessa forma, consideramos que a defesa do voto não foi uma pauta “comportada”, uma vez que contradizia os ideais da classe dominante.

As feministas (autointituladas) eram, muitas vezes, satirizadas e ridicularizadas também pelos homens trabalhadores. No jornal *A Esquerda*, de 15 de agosto de 1928, noticiou-se alguns eventos esportivos. Entre eles, havia um festival promovido pelo America Football Club. Uma das atrações principais do evento seria “um ‘Sketch’ de Bastos Portella, intitulado ‘Sob o domínio de Eva’”, “que é uma satyra alegre aos propósitos do feminismo”.

Entendemos, contudo, que, sendo ou não chamadas de feministas, muitas eram as trabalhadoras anônimas, que buscavam a emancipação da mulher e lutavam pelos seus direitos, e algumas outras tiveram seus nomes escritos na história e nas notícias dos jornais. A partir daqui, trataremos dos feminismos chamados por Céli Pinto de “feminismo menos-comportado”

⁴³ O *Jornal das Moças* era um jornal direcionado às jovens da classe dominante, que contava, algumas vezes, com textos escritos por mulheres. Não tivemos acesso a muitas edições deste para saber se M. Vieira era ou não uma mulher.

e “feminismo mal-comportado” da Primeira Onda do feminismo brasileiro.

O feminismo menos-comportado é apontado pela autora como um feminismo difuso, não organizado, através do qual mulheres cultas, como professoras, escritoras ou jornalistas, defendiam a educação feminina e criticavam a dominação masculina. O feminismo mal-comportado é aquele empreendido pelas militantes anarquistas e comunistas, pelas mulheres operárias. Segundo a historiadora, este feminismo mal-comportado teve como expoente a anarquista Maria Lacerda de Moura. Destacaremos, também, outros nomes.

Nossa trajetória partirá de algumas lutas empreendidas pelas mulheres trabalhadoras da época. Os protestos contra a deportação de milhares de revolucionários russos para a Sibéria (entre eles, Trótsky e Stálin), nos primeiros anos do século XX tiveram, entre seus protagonistas, a socialista italiana Ernestina Lesina⁴⁴, que discursou em nome das mulheres proletárias no Cassino Paulista, em 07 de agosto de 1904 (LOPES, 1985, p. 198-199).

Entre 1910 e 1911, as mulheres trabalhadoras de São Paulo protagonizaram inúmeros protestos por conta do conhecido “Caso Idalina”, em que uma menina, residente em um orfanato católico, foi estuprada por um padre, sendo, em sua tentativa de fuga, assassinada por outro padre da instituição.

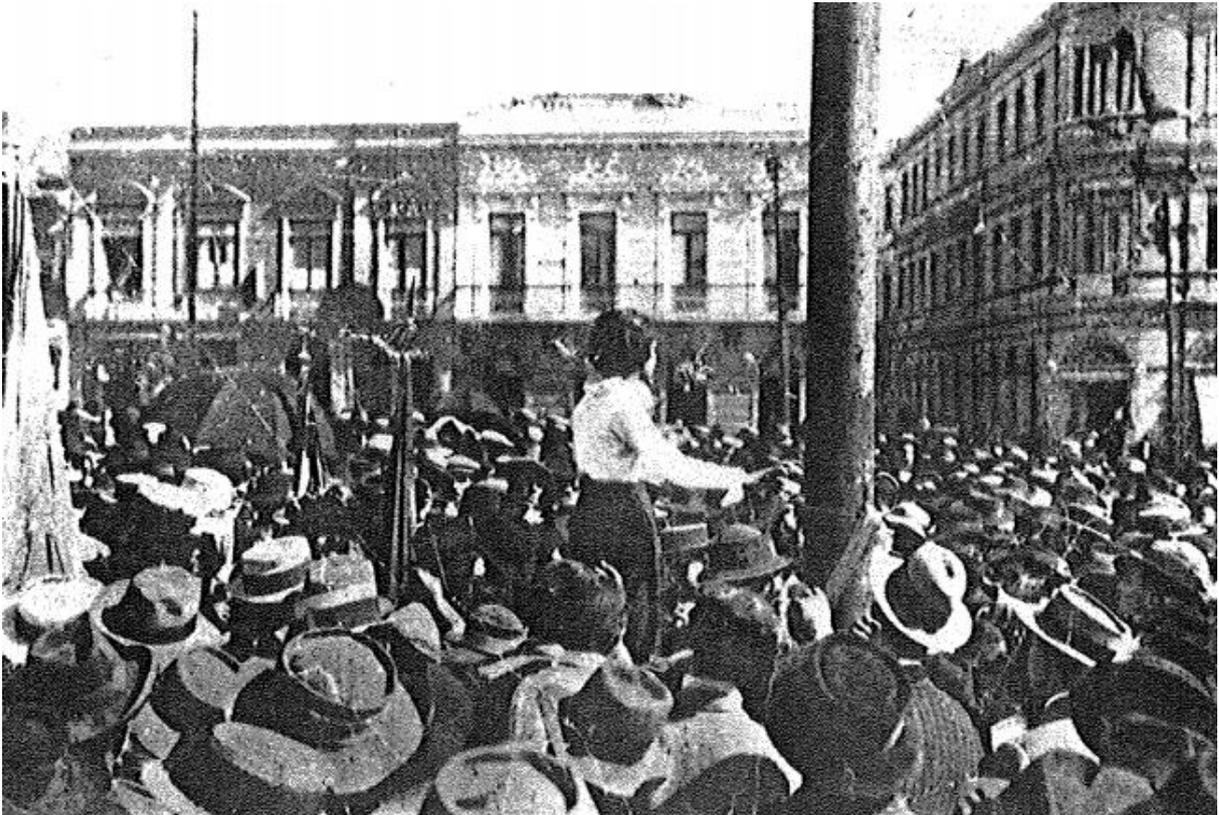
Em fevereiro e março de 2011, a Sociedade Feminina da Educação Moderna, instituição anarquista, realizou a preparação para o comício por ela chamado. As reuniões preparatórias foram realizadas na sede da Sociedade Feminil. Nos comícios, foi forte a repressão policial, sendo inúmeras pessoas detidas, entre elas, Edgard Leuenroth⁴⁵, importante jornalista da causa operária, e as sócias da Associação Feminil de Instrução Moderna, Celina Nerva, Ana Bressau e Antonietta Cuella (LOPES, 1985).

Nas comemorações do 1º de maio, também é possível ter notícias de discursos de trabalhadoras. Uma das mulheres oradoras da comemoração do 1º de maio em São Paulo foi registrada em fotografia (Figura 18). Embora não tenhamos conhecimento de seu nome, é possível vislumbrar a multidão de homens para a qual ela discursou.

⁴⁴ Conforme Esmeralda Rizzo e Ines M. Minardi (2012, p. 5) “Ernestina Lesina, anarquista, dedicada à defesa das mulheres operárias, foi uma das fundadoras do jornal operário *Anima Vita* em São Paulo. Considerada uma brilhante oradora junto aos trabalhadores, defendeu a emancipação das mulheres e da classe operária. Participou da formação da Associação de Costureiras de Sacos, em 1906, lutando pela redução da jornada de trabalho e pela organização sindical”.

⁴⁵ Edgard Frederico Leuenroth (1881-1968) foi um dos mais notáveis anarquistas da Primeira República. Era tipógrafo, jornalista, arquivista e propagandista. Fundou diversos jornais e colaborou em diferentes funções junto a outros. Na tabela anexa, apontamos oito jornais operários de São Paulo editados por ele.

Figura 18: A mulher oradora. Comemoração do 1º de maio em São Paulo



Fonte: Prefeitura do Município de São Paulo, Departamento do Patrimônio Histórico, 1987.

Em 1914, as anarquistas passam a combater o militarismo da Primeira Guerra Mundial:

Agitação Feminina: O Centro Feminino Juvenil Idealista (CFJI) vai tentar levar a efeito uma agitação feminina de propaganda contra a guerra.

Com esse fim, vai realizar-se uma reunião por ele promovida amanhã.

[...]

Para tomar parte estão convidados todos os que estão de acordo com as aspirações pacifistas dos homens animados pelos ideais de emancipação social.

(A Lanterna, 17/10/1914 apud LOPES, 1985)

Na Greve Geral de 1917, como apontamos no Capítulo 1, também foi de grande importância a participação feminina. A Greve Geral ocorreu em julho de 1917, logo após a Revolução de Fevereiro na Rússia (em março pelo calendário ocidental) – que derrubou a autocracia do Czar Nicolau II⁴⁶ – e durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918).

No mesmo ano, eclodiram greves em diversos países, como Itália, Espanha, Portugal e Argentina. A greve foi impulsionada pelas condições críticas de trabalho em alguns

⁴⁶ A Revolução de Fevereiro abriu as portas para a Revolução Russa de Outubro (que ocorreu em novembro pelo calendário ocidental), na qual o Partido Bolchevique, derrubou o Governo Provisório e impôs o governo socialista soviético.

estabelecimentos fabris e pelo aumento dos preços dos alimentos (ocasionado pela inflação decorrente da guerra), mas teve como força motriz a grande organização do movimento operário da época (BIONDI, 2009).

A greve foi bem violenta para a classe trabalhadora. A repressão policial levou à morte alguns operários. Entre eles, a menina Eduarda Piudo, de 12 anos, sepultada poucos dias depois do anarquista espanhol José Martinez, em 9/07/1917, cuja morte mobilizou muitos operários. No funeral de José Martinez, inúmeras pessoas atravessaram a cidade até o cemitério, como é possível ver na Figura 19. Houve também a mobilização de muitas pessoas para o funeral de Eduarda, relatado no jornal *A Razão* de 16 de julho de 1917:

Havia uma grande compunção pela heroína de 12 annos, fuzilada na praça publica pela policia.

Affrontando todos os receios e todos os perigos, muita gente foi ao campo santo render homenagem á heroica Eduarda.

Desde pela madrugada esteve o cemitério de Araçá guardado por numerosa força municuada. [...]

Notavam-se, entre os presentes, muitos operarios. Isso inquietava o comandante da força, que tinha ordens severas para impedir quaisquer manifestações. Os grevistas, porém, compungidos pela cerimonia que lhes evocava o heroísmo da frágil creança que andava á frente deles, como o anjo da Redempção, incitando-os á luta. [...] (*A Razão*, 16/07/1917).

Figura 19: Milhares de pessoas participam do funeral de José Martinez, operário morto em confronto com a polícia durante Greve Geral de 1917 em São Paulo



Fonte: Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes e Logística (CNTTL), 2017

Por conta da violência policial, durante a greve, circulou, tanto sob a forma de panfletos, entregues pelas mulheres grevistas, tanto nos jornais operários, um manifesto, que teve grande repercussão na imprensa da época. O texto, que pedia que os soldados não agissem com tanta violência, será analisado no Capítulo 4, embora sua repercussão caiba neste capítulo. No jornal *A Noite*, de 15 de julho de 1917, é dito que haveria, naquela data, uma reunião na Federação Operária, na qual seriam

estudados os manifestos hoje recebidos de seus colegas, manifestos esses que damos adiante, na integra [...] distribuídos em São Paulo pelas mulheres grevistas. Esse boletim foi o que produziu grande efeito na força policial daquela capital, de modo a determinar as precauções tomadas pelo governo estadual, entre as quaes a de requisitar o auxilio das forças do Exercito. (*A Noite*, 15/07/1917)

Talvez se tratasse do comício anarquista realizado no Rio de Janeiro dia 15 de julho, que foi noticiado pelo jornal *A Noite* e pelo jornal *A Razão*, de 16 de julho de 1917. A notícia do primeiro jornal dizia que o comício contou com mais de 3 mil pessoas, e que lá discursou o já citado jornalista Edgard Leuenroth. A notícia do jornal *A Razão* dizia:

Uma grande surpresa: o “meeting” realizado hontem á tarde pelo Grupo Anarchista Renovação em frente ao Theatro Municipal.
Surpresa porque muita gente pensou que o sr. Aureliano Leal, ofendendo o direito da reunião em praça publica, fizesse tolher a palavra aos oradores, desfazendo a multidão que fossse ouvil-os.
Nada disso. Os operarios estavam dispostos a gozar daquele direito, e o chefe da polícia a attendel-os em aspiração tão justa. (*A Razão*, 16/07/1917)

Entre os quatro oradores citados pelo jornal, foi destacada “Uma mulher oradora”, uma operária que fala em língua castelhana, chamada Joana Buela⁴⁷. A ela o espaço dado na reportagem foi de destaque, em relação aos espaços dados aos discursos feitos pelos homens:

Pallida, de olhos brilhantes, uma expressão reveladora de grande energia, quer no olhar, quer nos seus gestos nervosos, a referida mulher subiu por sua vez a escadaria do municipal. Era a operaria D. Joana Buela.
Revelando grande intelligencia e preparo intellectual apreciável, d. Joana discursou com alta vibração emotiva.
- Sente-se perfeitamente, diz a oradora, em lingua castelhana – sente-se perfeitamente que a luta travada pelos operarios de S. Paulo, não é apenas em pról do estomago, mas tambem do espirito!

⁴⁷ Cremos que se tratava de Juana Rouco Buela, (Madrid, 1889 - Buenos Aires, 1969) operária costureira, anarquista comprometida com a emancipação da mulher e figura central do anarco-sindicalismo argentino. Foi diretora e co-fundadora do periódico *La Nueva Senda* em 1909 em Montevideo. Esteve no Brasil entre 1914 e 1917, onde trabalhou como operária e atuou no movimento operário. Em 1921, na Argentina junto com um grupo de mulheres, funda o Centro de Estudios Sociales Argentino, do qual nasce o periódico anarquista *Nuestra Tribuna*, que é a primeira publicação anarquista de carácter internacional. (Fonte: adaptado de CONFEDERACION NACIONAL DEL TRABAJO PUERTO REAL, 2011)

Ha qualquer coisa notável na greve de S. Paulo, que a imprensa venal finge não ter compreendido. Ella exprime um sentimento de revolta pela – hypocrisia – que reina em todo o mundo no momento presente. Os operarios de S. Paulo, como os da Russia, da Hespanha, de Portugal e de todas as demais nações, querem fazer sentir a sua opinião sincera em face do actual estado de coisas.

Ataca em termos vehementes a sorte do operariado brasileiro e diz que muitos jornaes, prestando concurso aos governos, adoptam a “censura”, afim de que muitos factos não sejam notificados ao povo.

Assim aconteceu com determinado matutino carioca, cujo actual diretor escrevia de Londres para aqui as mais formosas chronicas, que a oradora ainda conserva guardadas.

Hoje, porém, mudou-se o modo de pensar desse eminente jornalista, de modo que é elle o primeiro a permitir que o seu jornal chame de perigosos “anarchistas” estrangeiros, tanto a oradora como a todos que permaneciam ali presentes.

Presta homenagem aos operários de São Paulo e diz que é necessário que os obreiros cariocas mirem o espelho fornecido pelos seus camaradas em greve. (A Razão, 16/07/1917)

No jornal A Plebe, de 15 de setembro de 1917, o CFJI denunciava os abusos cometidos pela polícia contra as mulheres trabalhadoras, a quem os policiais insultavam e “arrancavam as roupas”.

Outra mulher que teve sua história escrita nos jornais foi a operária Elvira Boni⁴⁸, que

⁴⁸ Conforme o *Dicionário mulheres do Brasil, De 1500 até a atualidade* - Biográfico e ilustrado, organizado por Maria Aparecida Schumacher, (2000, pp. 183-184) “Elvira Boni de Lacerda (1899-1990) Ativista política e líder grevista.”

Anarquista e líder da greve das costureiras de 1919 no Rio de Janeiro. [...] Filha dos imigrantes italianos Tercila Aciratti Boni e Angelo Boni. Conheceu as ideias socialistas dentro de casa, com seu pai, operário metalúrgico, e seus irmãos. Aos 8 anos, sua família mudou-se para a cidade do Rio de Janeiro. Um irmão doente ocupou-a e Elvira não completou nem o curso primário; aos 12 anos começou a trabalhar como aprendiz numa oficina de costura. [...]

Em maio de 1919 fundou, com Elisa Gonçalves de Oliveira, Aida Moraes, Isabel Peleteiro, Noêmia Lopes, Carmen Ribeiro e outras profissionais, a União das Costureiras, Chapeleiras e Classes Anexas. Três meses depois, a entidade promoveu greve vitoriosa por melhores salários e jornada de oito horas. Essa greve foi noticiada pelo *Jornal do Brasil* como “a greve das abelhas de luxo”.

A União das Costureiras participou do III Congresso Operário Brasileiro, realizado em abril de 1920. Elvira e Noêmia Lopes foram escolhidas como representantes das costureiras. Elvira chegou a presidir a sessão de encerramento deste congresso. Foi tesoureira da União de 1919 até 1922, quando a entidade fechou, segundo seu depoimento, por falta de interesse das mulheres em participar do movimento sindical. As mulheres temiam a repressão patronal; a própria Elvira teve que mudar de emprego depois da greve de 1919. Além disso, elas se viam mais como artistas do que como operárias, o que atrapalhava o recrutamento para ação sindical.

A participação de Elvira num grupo de teatro operário, o Grupo Dramático 1º de Maio, a fez conhecer em 1917 o comerciário Olgier Lacerda, homem instruído e um dos fundadores do Partido Comunista Brasileiro, em 1922. O casamento dos dois coincidiu com o fechamento da União das Costureiras, ocasião em que Elvira deixou de trabalhar fora, passando a costurar em casa. Entre 1925 e 1929, o casal morou no Rio Grande do Sul, onde nasceram as filhas Vanda (a atriz Vanda Lacerda) e Zeni. Nessa época, ocupada com as crianças pequenas, Elvira pouco pôde participar da atividade política. Ainda assim, engajou-se no Socorro Vermelho, organização comunista internacional que recolhia e encaminhava fundos para famílias de trabalhadores presos e perseguidos.

Apesar de grande colaboradora da causa comunista, Elvira nunca se filiou ao PCB. Em 1938, foi morar em Santa Teresa, na cidade do Rio de Janeiro, e lá, em 1949, fundou com outras mulheres a Associação de Senhoras de Santa Teresa, que desenvolveu importante trabalho comunitário de proteção à infância, por melhorias no bairro e contra a carestia. Morreu no Rio de Janeiro em 1990.

presidiu a mesa de trabalhos do III Congresso Operário Brasileiro, realizado em 1920, e também a sua sessão de encerramento, conforme é possível verificar nas Figuras 20 e 21. Na Figura 21, verificamos também a legenda da foto, publicada no jornal *Voz do Povo*, de 1º de maio de 1920: “Dois aspectos da sessão de encerramento: [...] a mesa que dirigiu os trabalhos, presidida pela camarada Elvira Boni [...] em baixo, um aspecto da assembleia”. Notamos, nas fotos, o número elevado de mulheres neste congresso, possível de verificar nas fotografias. Na mesa, no entanto, apenas Elvira.

Figura 20: Elvira Boni presidindo o encerramento do III Congresso Operario Brasileiro, em 1920



Fonte: Memória Sindical apud Angela Maria Roberti Martins (2013)

Figura 21: Notícia sobre o encerramento do III Congresso Operário Brasileiro, em 1920



Fonte: *Voz do Povo*, Rio de Janeiro, 1º de maio de 1920

Em relato feito pelo militante Santos Barboza, transcrito por Beatriz Loner (1998), sobre a abertura do Congresso, é dito que

Estando terminados os trabalhos na mesa, foram convidados a ocupar os lugares os escolhidos na reunião de anteontem.

Assim é que, sob uma salva de palmas a direção dos trabalhos foi assumida por Elvira Boni da União das Costureiras, tendo como secretários José Salazar, A. Canteiros de Jaú e Orlando Martins da F.O. do R.G.S.

Logo após a camarada Elvira agradeceu a escolha feita pelo congresso para presidir os trabalhos, submetendo-se à apreciação da assembléa uma proposta feita à mesa para que fosse cantada a 1ª estrofe da “Internacional”.

Todos presentes aplaudiram a proposta e as notas vibrantes do hino dos trabalhadores, em coro uníssono, elevam-se no ar. (BARBOZA apud LONER, 1998)

A partir do relato, é possível perceber a importância de Elvira no movimento operário, visto que ela foi escolhida para presidir a mesa de abertura do Congresso, e discursou, sendo

muito aplaudida. A operária, que, segundo o *Dicionário mulheres do Brasil, De 1500 até a atualidade* - Biográfico e ilustrado, organizado por Maria Aparecida Schumacher (p. 183-184), não havia completado nem o primário, gozava do respeito da classe trabalhadora, conquistando espaço na em esferas discursivas políticas.

Já em 1928, o jornal *A Manhã*, na época, um dos principais jornais de grande circulação no país, tinha a seguinte manchete (Figura 22):

Figura 22: Manchete sobre repressão e prisões nas eleições para a superintendência (vereadores) do Rio de Janeiro de 1928



Fonte: *A Manhã*, RJ, 10/11/1928

A manchete citada dizia respeito à repressão e às prisões nas eleições para a superintendência do Rio de Janeiro, de 1928. Nestas eleições, apesar de ainda não possuírem direito ao voto, inúmeras trabalhadoras fizeram campanha para o candidato comunista, Maurício de Lacerda, conseguindo elegê-lo. Na apuração dos votos, no entanto, foram surpreendidas pela polícia. Algumas dessas mulheres foram à redação do jornal *A Manhã* dar o seu depoimento sobre o que sofreram. Foram essas Sylvia Xasino⁴⁹, Isaura Casemiro Nepomuceno⁵⁰ e Erecine Borges Lacerda⁵¹. A última, era cunhada de Maurício Lacerda. Elas estão na foto do jornal a seguir (Figura 23).

⁴⁹ Acreditamos se tratar de Sylvia Carini, militante do PCB.

⁵⁰ Participou do Comitê das Mulheres Trabalhadoras, do PCB, junto de Laura Brandão, fazendo trabalho importante nas portas das fábricas e oficinas, nos bairros operários e subúrbios pobres. Em 1928, em nome do Bloco Operário e Camponês, discursou aos operários, chamando-os à organização e à luta.

⁵¹ Esposa de um dos fundadores do PCB, Maurício Paiva de Lacerda, Erecine (Cina) foi militante do PCB. Nascida em família rica, se proletarizou. Foi a primeira mulher elevada ao Comitê Central (CC), de acordo com Augusto Buonicore e Fernando Garcia (2012), por imposição da Internacional Comunista. No entanto, de acordo com o militante Leôncio Basbaum, a imposição foi feita pelo marido. Por conta da oposição de Basbaum, Cina assumiu um cargo técnico no partido, sendo responsável "pelo secretariado e pelo serviço burocrático em geral, o que lhe dava, todavia, uma importância tremenda, como se verificou depois. Ela fazia a correspondência, mantinha contatos com as direções regionais, guardava o arquivo, expedia cartas para o exterior, e para isso tinha todos os endereços necessários. Mas nenhuma participação política" (BUONICORE; GARCIA). Em 1932, deixou o marido e os filhos para trabalhar em Moscou e nos Estados Unidos, com um dirigente do Partido Comunista dos Estados Unidos

Figura 23: Operárias presas nas eleições para a superintendência do Rio de Janeiro de 1928



Fonte: A Manhã, RJ, 10/11/1928

Sobre Erecine Lacerda, o jornal publicou uma nota, intitulada “Quem é a Sra Erecine Lacerda”. Nessa, é apontado que “tanto ella como seu marido se tornaram um dos fervorosos e adeptos do comunismo. Desde logo Erecine Lacerda abandonou todas as commodidades da vida burguesa, proletarizando-se” (A Manhã, RJ, 10/11/1928).

Finalizamos o capítulo destacando que, se os estereótipos da classe trabalhadora durante a República velha eram muitos, ainda mais estereótipos existiam quando se tratava da mulher trabalhadora. No entanto, como mostramos, é preciso desconstruir essas representações. Como disse Rosa Luxemburgo, é apenas a luta que produz o ser humano. São nessas lutas que devemos buscar uma representação mais concreta da classe trabalhadora.

4 A RELAÇÃO ENTRE A MULHER TRABALHADORA E A IMPRENSA OPERÁRIA: UMA OUTRA HISTÓRIA DE SUAS PRÁTICAS LINGUAGEIRAS

As mulheres não são passivas nem submissas. A miséria, a opressão, a dominação, por reais que sejam, não bastam para contar a sua história. Elas estão presentes aqui e além. Elas são diferentes. Elas se afirmam por outras palavras, outros gestos. Na cidade, na própria fábrica, elas têm outras práticas cotidianas, formas concretas de resistência – à hierarquia, à disciplina – que derrotam a racionalidade do poder, enxertadas sobre seu uso próprio do tempo e do espaço. Elas traçam um caminho que é preciso reencontrar. Uma história outra. Uma outra história.
(Michele Perrot)

Neste capítulo, evidenciaremos a relação entre a mulher trabalhadora e a imprensa operária, considerando esta uma nova esfera discursiva possível na República Velha. Apontamos que, por mais que as mulheres trabalhadoras já tivessem (por vezes) reivindicado seus direitos em outras esferas, como mostramos no capítulo anterior, não havia, antes do surgimento da imprensa, esfera pública que permitisse que seus discursos reivindicatórios de direitos permanecessem no tempo.

Destacaremos, primeiramente, os principais aspectos da imprensa operária enquanto esfera discursiva. Tentaremos compreender por onde circulavam os jornais estudados e quais os papéis sociais desempenhados pelas interlocutoras e pelos interlocutores que participavam desse campo social.

Após, procuraremos compreender os gêneros discursivos produzidos por mulheres nessa esfera: os conteúdos temáticos recorrentes, o seu estilo e a sua estrutura composicional. A estes, contraporemos os gêneros utilizados por homens na imprensa operária, para verificar se possuíam as mesmas características ou diferiam. Na mesma seção, analisaremos os enunciados produzidos pelas mulheres através da utilização destes gêneros. Verificaremos algumas marcas linguísticas, como o uso das pessoas do discurso, o uso de estrangeirismos, etc.

Voltamos a destacar que não procuramos reconstruir exhaustivamente os enunciados produzidos pelas mulheres trabalhadoras no período. Pelo contrário, sabemos que o trabalho aqui empreendido recupera apenas alguns enunciados da comunicação verbal das mulheres trabalhadoras, comunicação que, apesar do enclausuramento, do disciplinamento, da colonização, da censura, da estereotipação e do preconceito sofridos por elas terem sido ininterruptos, ainda produz ecos.

4.1 A ESFERA DISCURSIVA “IMPREENSA OPERÁRIA” BRASILEIRA NA REPÚBLICA VELHA: QUEM ESCREVE, POR QUE ESCREVE, DO QUE FALA, ONDE CIRCULA, QUEM LÊ

Como defende Maria Nazareth Ferreira em *A Imprensa Operária no Brasil* (1978, p. 87), os jornais, de modo geral, são importantes fontes para o estudo da história (e, acrescentamos, da linguagem), desde que sejam analisados os fatores que pesam sobre a imprensa, entre eles, a sua dependência econômica e a impossibilidade de separarmos o imparcial do tendencioso, o verdadeiro do falso, nos discursos por ela vinculados. No entanto, como mostra Ferreira,

no caso da imprensa operária, este problema fica descaracterizado pelo fato de que ela sempre foi – principalmente na época abordada pelo presente estudo [1880-1920] – totalmente desvinculada da ordem instituída, sendo mesmo de oposição ao Sistema e tendo que agir muitas vezes clandestinamente. É evidente que, mesmo nestas condições, os deslizes da parcialidade e do tendencioso existiram e precisam ser considerados no devido valor. (FERREIRA, 1978, p. 87)

Mesmo com estes “deslizes da parcialidade e do tendencioso” (ou, destacamos, talvez por conta desses deslizes), Ferreira (1978, p. 87) aponta que “a imprensa operária parece ser a mais importante documentação primária para a história das classes trabalhadoras no Brasil”.

Segundo os manuscritos de Astrojildo Pereira⁵² para uma conferência que fez na Associação Brasileira de Imprensa (ABI) em 1947 (1990 [1947]), sobre a imprensa operária, o jornal brasileiro mais antigo com ideais socialistas “intitulava-se *O Socialista da Província do Rio de Janeiro*, publicado em Niterói, a partir de 11 de agosto de 1845”. Era um jornal que saía a cada três dias. No seu primeiro número, era explicado o motivo da denominação:

O vocábulo - Socialista - sob cuja denominação sai hoje à luz a nossa folha, define exuberantemente o objetivo principal com que ela é publicada: a conservação e melhora do pouco de bom que existe entre nós; a extirpação de abusos e vícios provenientes da ignorância, falsa educação e imitação sem critério; a introdução de novidades do progresso universal; enfim, todo o aperfeiçoamento de que for suscetível a sociedade, provincial, nacional e universal, quer na parte moral, quer na material, em que naturalmente está dividida a morada humana ao mundo terreno. Assim, pois, o Socialista tratará de agronomia prática, economia social, didática jacobista, política preventiva e medicina doméstica, e sobretudo do Socialismo, ciência, novamente

⁵² Astrojildo Pereira Duarte Silva (1890-1965) foi um ex-anarquista, escritor, jornalista, crítico literário e político brasileiro, fundador do Partido Comunista Brasileiro, em 1922. Os manuscritos constituem o roteiro preparado por Astrojildo para uma conferência sobre a imprensa operária, que pronunciou na Associação Brasileira de Imprensa, ABI, no Rio de Janeiro, em julho de 1947, com o objetivo de angariar fundos para a imprensa comunista, promovida pelo Movimento de Auxílio à Tribuna Popular (diário do PCB).

explorada, da qual basta dizer que seu fim é ensinar os homens a se amarem uns aos outros. (*O Socialista da Província do Rio de Janeiro*, 11/08/1845 apud PEREIRA, 1990 [1947], p. 82)

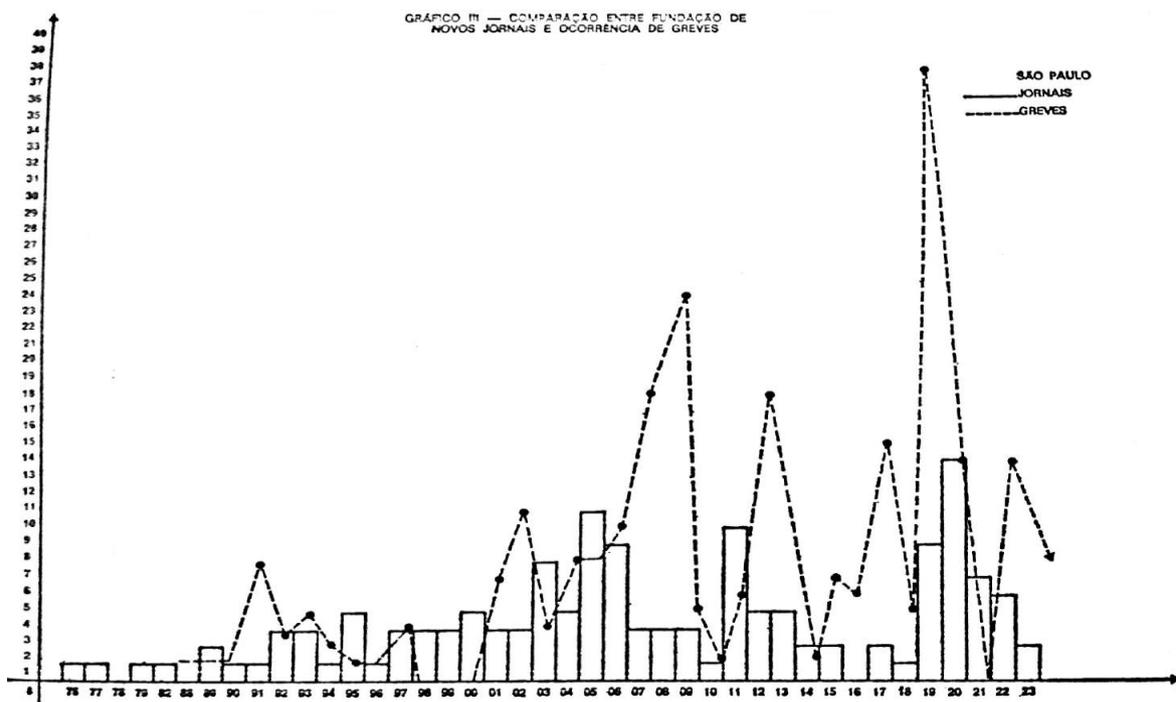
De acordo com Pereira, seguiram sendo publicados outros jornais de ideal socialista, como *O Progresso* (Recife, 1846). No entanto, segundo Astrojildo, estes não eram ainda publicações operárias, “visto que a própria classe operária como tal mal começava a formar-se entre nós” (1990 [1947], p. 83). O jornalista aponta que o

primeiro jornal realmente operário, feito por operários, que se publicou no Brasil, foi o *Jornal dos Tipógrafos*. Sua importância histórica não resulta apenas do fato de ter sido o primeiro, mas sim do fato de ter surgido como um órgão de luta operária, como o porta-voz de trabalhadores em greve. (PEREIRA, 1990 [1947], p. 83)

O *Jornal dos Tipógrafos* surgiu em 1867, como forma desta classe reivindicar melhores salários aos donos dos grandes jornais da época (*Jornal do Comércio*, *Jornal do Brasil*, etc.).

Sobre o fato de os trabalhadores utilizarem o jornal operário como forma de disseminarem movimentos de greve, Maria Nazareth Ferreira elaborou um gráfico bastante interessante, fazendo uma comparação entre a fundação de jornais operários e a ocorrência de greves em São Paulo no período por ela estudado (1890-1920). O gráfico mostra que a ocorrência de greves pode ser relacionada com a criação de novos jornais operários.

Gráfico 3: Relação entre greves e fundação de jornais operários



Fonte: FERREIRA, 1978, p. 89

A imprensa operária surgiu antes mesmo da Proclamação da República. Astrojildo enumerou diversos jornais existentes antes de 1889, em várias províncias do país e destacou a presença de um Partido Operário em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, que tinha conseguido “eleger vereadores e deputados à Assembléia provincial” (p. 84). No entanto, segundo Astrojildo, era apenas no Rio Grande do Sul que na época existia um partido operário organizado, que possuía vários núcleos distribuídos pela província.

Progredindo temporalmente, o jornalista mostra que com

a abolição da escravatura e o advento de República, o movimento operário brasileiro alcança um certo grau de independência, ganhando corpo e ampliando-se, principalmente nos centros urbanos mais importantes. Os periódicos operários crescem de importância e são um reflexo vivo do progresso que se vai acentuando, de ano para ano. Nas organizações corporativas e nas lutas de classe, greves e reivindicações, sustentadas não raro com extraordinária bravura e tenacidade. Repetem-se, no Rio, em São Paulo e noutros pontos do país, as tentativas de organização partidária socialista. Mas já nos primeiros anos deste século, as tendências anarquistas e anarco-sindicalistas, favorecidas pelas próprias condições econômicas do país, em que predominam formas artesanais [sic] de trabalho, começam a penetrar nos centros operários e também em certos meios intelectuais e pequeno-burgueses. (PEREIRA, 1990 [1947], p. 84)

Após, Astrojildo faz um levantamento dos jornais que circulavam na República Velha, destacando mais de 50 títulos editados em todo o país. Em nossa pesquisa, cruzamos os dados fornecidos por Astrojildo Pereira, com os que encontramos nas hemerotecas e com os da pesquisa de Maria Nazareth Ferreira (ver Anexo).

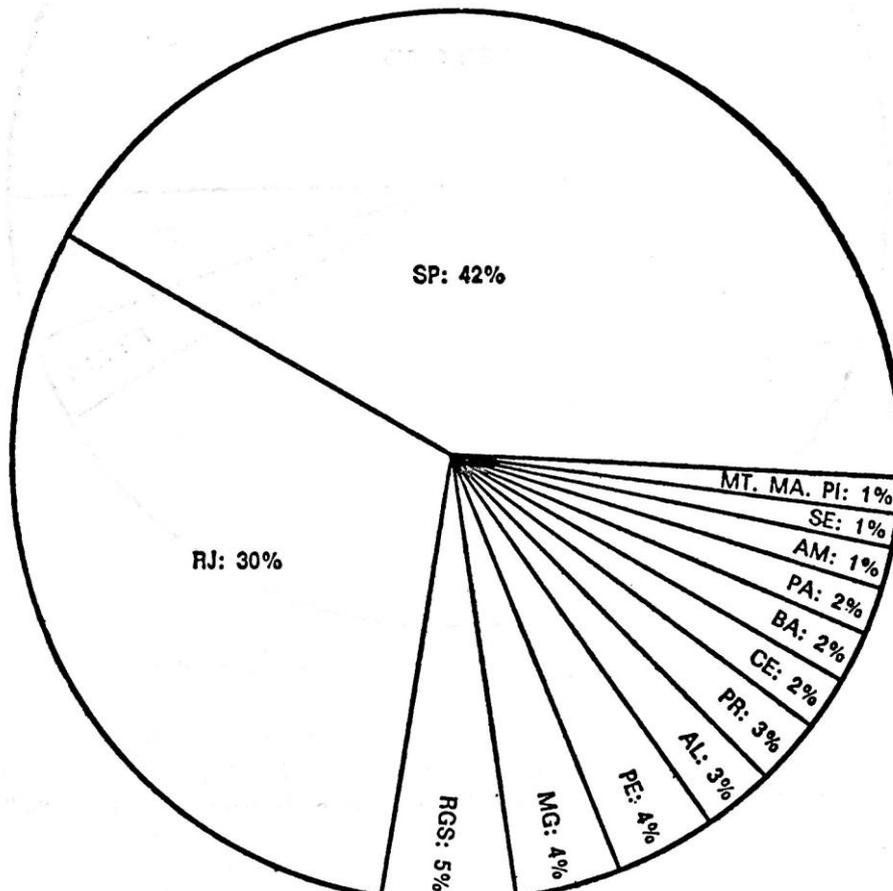
Ferreira (1978, p. 89) mostra que, do total de 343 títulos encontrados em sua pesquisa, 149 eram publicados no estado de São Paulo (22 fora da capital), 100 eram editados no Rio de Janeiro (7 fora da capital) e os demais eram publicados em outros estados (94), entre eles Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Pernambuco, Alagoas e Paraná. No entanto, destacamos que muitos jornais, mesmo sendo publicados em determinadas cidades, circulavam, muitas vezes, por várias localidades, principalmente onde havia a organização de trabalhadores em associações de classes; alguns circulavam por todo o país, como foi o caso do jornal do PCB, *A Classe Operaria*.

No gráfico (Gráfico 3) elaborado pela autora, com base em levantamento⁵³ de 343 títulos de jornais espalhados pelo território brasileiro (Anexo 1), sobre a distribuição da imprensa

⁵³ Levantamento que não pretendia ser exaustivo, tendo como base, além de jornais consultados e propaganda de outros jornais nestes, relações de jornais recebidos por bibliotecas de sindicatos e obras sobre movimento operário no Brasil. Foram acrescentados ao levantamento feito por Ferreira alguns dados que encontramos ao longo da nossa pesquisa e os dados fornecidos por Astrojildo Pereira.

operária no Brasil entre os anos de 1880 e 1920, vemos que os jornais operários circulavam predominantemente nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro.

Gráfico 4: Distribuição dos jornais operários no Brasil



Fonte: FERREIRA, 1978, p. 89

As tiragens desses jornais, de acordo com a pesquisa de Ferreira, variavam de 1.000 a 10.000 exemplares, sendo impressos trimestralmente, mensalmente, semanalmente ou até diariamente. No seu levantamento, também foram encontrados mais de 60 títulos de jornais operários escritos em língua estrangeira, conforme é possível verificar na Tabela 12 (Anexo).

De acordo com a autora, o grande número de jornais em língua estrangeira e em mais de um idioma existentes no país da época mostram uma preocupação comum dos editores de jornais operários: chegar ao maior número de trabalhadores. Acreditamos que, por terem como objetivo a propaganda de ações do movimento operário e de ideias anarquistas e comunistas, tal preocupação em atingir seu público-alvo deve ser salientada.

Sobre o público leitor, como vimos nos capítulos 3 e 4 da presente dissertação, este era difícil de ser atingido, devido às condições de trabalho, que restringiam o tempo livre do

trabalhador a poucas horas de descanso, à falta de preocupação do governo com a escolarização e à sua heterogeneidade: a classe trabalhadora era formada por brasileiros e imigrantes; religiosos (católicos, praticantes de religiões afro-brasileiras) e ateus anticlericalistas; anarquistas e comunistas, ou ainda liberais e conservadores; brancos e negros; homens e mulheres; e, ainda, nos primeiros anos da República, por republicanos e monarquistas. Contudo, o cenário da época, por se tratar de um período marcado por várias rupturas, como apontamos nos capítulos anteriores – abolição, proclamação, imigração, industrialização, urbanização –, propiciava o debate de ideias. Este debate era amplamente aproveitado pela imprensa operária.

Como estudamos no capítulo 2, houve forte censura na República Velha, sobretudo, na imprensa. Havia, por esse e por outros motivos, irregularidade na distribuição destes jornais, que tinham como constante o nome “de seus redatores principais, o que demonstra a força de vontade dessa liderança” (FERREIRA, 1978, p 104). Dos redatores principais, destacamos:

- a) Edgard Leuenroth, já apresentado neste trabalho, do qual contamos a participação na edição de ao menos oito jornais em São Paulo (1899- *Folha do Braz*, 1901- *A Lanterna*, 1903- *Sempre Avanti*, em italiano, 1905- *A Terra Livre*, 1908- *Folha do Povo*, 1911- *A Vanguarda*, 1917- *A Plebe*, 1920- *A Patuléia*);
- b) Neno Vasco, que participou de ao menos quatro jornais, em São Paulo e no Rio de Janeiro (1902- *O Amigo do Povo*, 1904- *O Libertário*, 1905- *A Terra Livre*, 1905- *A Aurora*);
- c) Mariano Garcia, que foi redator de dois jornais, um em São Paulo e outro no Rio de Janeiro (1906- *Gazeta Operaria*, 1909, *A Tribuna do Povo*);
- d) Florentino de Carvalho, irmão das irmãs Soares, redator de três jornais (1911- *A Revolta*, 1913- *Germinal*, 1914- *A Rebelião*);
- e) Everardo Dias, também redator de três jornais (1903- *O Livre Pensamento*, 1911- *A Guerra Social*, 1915- *O Livre Pensamento*);
- f) Paschoal Artese, que fundou dois jornais (1917- *A Defesa do Povo*, 1920- *A Resenha*);
- g) J. Motta Assumpção, redator de ao menos dois jornais (1899- *O Protesto*, 1911- *A Vanguarda*);
- h) Luigi Magrassi, casado com Matilde Magrassi, que fundou ao menos dois jornais, sendo um em italiano (1903- *La Nuova Gente*, 1905- *Novos Rumos*);
- i) Gigi Damiani, redator de ao menos cinco jornais em língua italiana (1893- *Il Risveglio*, 1901- *La Battaglia*, 1903- *La Barricata*, 1911- *A Guerra Social*, 1914- *Pro*

Vittime Poliche d'Italia);

j) Manuel Moscoso redator de quatro jornais (1903- *O Amigo do Povo*, 1904- *O Libertário*, 1905- *A Terra Livre*, 1908- *A Liberdade*).

Todos estes nomes masculinos, tão importantes para a imprensa operária, não foram destacados sem um objetivo para o nosso trabalho, mesmo que meramente comparativo.

Apenas um dos 368 jornais operários levantados pela nossa pesquisa, pela de Astrojildo Pereira e pela pesquisa de Maria Nazareth Ferreira, tinha entre os seus redatores uma mulher. Tratava-se de Elisa Scheid, já apresentada no capítulo 3, que foi redatora do jornal *União Operária*, de Engenho de Dentro, no Rio de Janeiro.

O jornal era um órgão da União Operária do Engenho de Dentro e do Partido Operário Independente, tendo sido fundado em 1904. Além de redatora chefe, ao lado de Pinto Machado, Elisa Scheid escreveu um grande número de artigos para o jornal. A maioria de seus textos versava sobre a questão do ensino, o que se justifica pelo fato de ela ter sido professora, atuando como concursada na prefeitura do Rio de Janeiro.

Como já apontamos no Capítulo 3, acreditamos que Elisa Scheid foi a primeira mulher eleita presidente de um partido político (o Partido Independente), a primeira mulher a presidir uma associação de classe (a União Operária do Engenho) e a primeira mulher a ser editora de um jornal operário⁵⁴. Além disso, Elisa foi uma pesquisadora da questão da catequização e da

⁵⁴ Não temos dados precisos sobre a primeira mulher que redigiu um jornal na imprensa em geral. O dicionário ilustrado *Imprensa feminina e feminista no Brasil*, de Constância Lima Duarte (2016) cita alguns jornais comandados por mulheres na época. Entre 1871-1927 a escritora portuguesa Guiomar Torrezão, seguida por sua irmã, Felismina Torrezão, editorou o *Almanach das Senhoras*. Entre 1889-1890, a professora e jornalista mineira Francisca Senhorinha da Motta Diniz comandou, com suas filhas, o jornal feminino *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*. Francisca já tinha editorado outros jornais antes do período republicano, a exemplo do importante *O Sexo Feminino* (1873-1889). Entre 1890-1893, Pórcia Constância de Mello, que, de acordo com Duarte “pertencia à elite econômica representante do patriarcado nordestino”, foi redatora-responsável pelo jornal *A Rosa* – “Periódico Crítico e Científico”, que circulou em Recife. Em 1891, Constança A. Garcia, que talvez tenha sido escritora, visto que comandava um jornal literário, foi proprietária do jornal *A Bonina*, em Minas Gerais. Entre 1897-1900, a jornalista e escritora, fundadora da Academia Paulista de Letras, Presciliana Duarte de Almeida comandou uma revista literária *A Mensageira*, que contou com inúmeras colaboradoras célebres, como Júlia Lopes de Almeida. Entre 1898-1910, a professora, escritora e jornalista feminista Andradina de Oliveira foi proprietária e redatora do jornal feminista *Escrínio*. Entre 1898-1901, a escritora e jornalista Anália Franco Albuquerque dirigiu a revista literária *Album das Meninas*, laboratório de ideias da Associação Feminina Beneficente e Instrutiva (AFBI). Em 1898 Esmeralda Cervantes, Luisa de Araújo e Cassilda Martins, com Laulino de Brito, redigiram em Belém a revista *O Anjo do Lar*, voltado para a defesa de creches. Antes disso, datada de 1831, encontramos no dicionário organizado por Duarte uma folha de edição única, intitulada *Verdadeira Mãe do Simplicio* ou *A Infeliz Viúva Peregrina* publicada por D. Fortunata Eugênia de Mello, da qual não temos maiores informações, a não ser que seu filho deixara sua herança para os tios que o criaram, motivo da edição. Apesar de não ter tido continuidade, a folha foi amplamente divulgada na imprensa da época, e inspirou o título de inúmeros novos jornais. O dicionário aponta, no entanto, que o primeiro jornal dirigido por uma mulher no Brasil teria sido *A Mulher do Simplicio* ou *A Mulher Fluminense Exaltada*, publicado entre 1832-1846. No entanto, embora se possa chegar a essa conclusão devido à assinatura dos textos com as palavras “Da Autora” ou “Da Redactora”, não se tem notícia de quem se

educação indígena, tendo escrito um livro sobre o tema, que não sabemos se chegou a ser publicado. Filha de um alemão socialista e de uma índia, a jornalista, professora, escritora e militante trabalhista, embora não se definisse socialista, era defensora dos direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras. No jornal *União Operária*, por ela redigido, encontramos a profissão exercida por cada um daqueles que assinavam os textos. Acreditamos que a indicação da profissão das pessoas que escreviam os textos não fazia com que houvesse uma hierarquia entre estes. Pelo contrário, colocava no mesmo plano operárias e operários de variados setores industriais, estudantes e professoras.

Em sua biografia, publicada em 1905 pela revista *Renascença*, encontramos um retrato seu. No retrato, vemos Elisa apoiada em uma escrivaninha repleta de livros, segurando em uma de suas mãos um jornal, com o título de “O Trabalho”, a outra mão segurando o rosto, em postura pensativa. Acreditamos que este retrato ilustre fidedignamente os aspectos que levantamos a respeito de Elisa Scheid (Figura 24).

Figura 24: Retrato de Elisa Scheid



ELISA SCHEID

Fonte: Revista *Renascença*, 11/11/1905

tratava e o verbete aponta que o jornal era editado por Francisco de Paula Brito. Acreditamos que, mesmo que uma mulher tenha realmente assinado os textos, o jornal era dirigido por seu editor.

Outra mulher que participou da fundação de um jornal operário foi Matilde Magrassi, também apresentada no capítulo 3. O jornal *Novos Rumos* foi lançado em maio de 1905. Matilde, no entanto, não consta entre os nomes dos redatores: Joel de Oliveira, Luiz (Luigi) Magrassi e M. Assumpção. Matilde era casada com Luigi Magrassi, um dos idealizadores do jornal.

Exercendo outras funções na imprensa operária, muitas vezes, as mulheres também tinham papéis importantes. Laura Brandão, militante do Partido Comunista Brasileiro e esposa de um dos idealizadores do jornal do citado partido, chamado *A Classe Operária*, é apontada pelo marido, Otávio Brandão, como quem transcrevia, passava a limpo as cartas dos correspondentes operários e camponeses (BRANDÃO, 1978). Não sabemos se à transcrição Laura aliava a revisão dos textos. Sabemos, no entanto, que, se não fosse o fato de Otávio Brandão ter apontado em seu livro o importante papel desempenhado por Laura, ainda não saberíamos deste trabalho feito por ela, visto que não havia nenhuma indicação disto no próprio jornal.

Assim como ocorria com a redação/edição, a participação feminina na escrita de cartas abertas, artigos, notícias, relatos e até mesmos de poemas na imprensa operária também é, em termos de quantidade, relativamente menor que a participação masculina. Um fato que dificultou nossa pesquisa foi que, apesar de a legislação proibir a publicação de textos anônimos, como vimos no capítulo 2, os textos anônimos foram mais da metade dos que encontramos. Das cem edições analisadas, apenas 68 possuíam assinatura em alguns artigos. Em todos os artigos, apenas 12. Além disso, apenas 37 possuíam informações adicionais sobre autoria (por exemplo, a profissão daquele que assina o artigo), muito embora, pelo que percebemos, este era um ato bastante valorizado na época, que mostrava o pertencimento do indivíduo a uma classe.

Acreditamos, também, que as informações adicionais, quando se tratava de informações sobre o trabalho daquele que escrevia, colaboravam para a atribuição de um certo status social, uma vez que, entre os ideais da classe dominante assimilados pelos trabalhadores, estava o ideal da dignificação pelo trabalho, que contribuía para o seu disciplinamento, conforme vimos no Capítulo 2.

Das 68 edições analisadas que possuíam assinatura em seus artigos, apenas 31 possuíam textos femininos. Dentre os jornais que entre suas edições possuíam textos de autoria feminina, estão: *A Classe Operaria*, *A União Operaria*, *A Terra Livre*, *A Plebe*, *A Voz do Povo*, *O Amigo do Povo*, *O Chapeleiro*, *O Libertário*, *Novos Rumos*, *A Luta Proletária*, *A Razão* e *A Lanterna*.

Concluimos que a imprensa operária não se constitui enquanto esfera discursiva igualitária, apesar de ser uma esfera discursiva na qual trabalhadoras e trabalhadores expunham suas condições de trabalho e reivindicavam seus direitos. Como já apontamos, no Brasil, o movimento operário, liderado por homens trabalhadores, em geral, “atuou no sentido de fortalecer a intenção disciplinadora de deslocamento da mulher da esfera pública do trabalho e da vida social para o espaço privado do lar” (RAGO, 2014, p. 89). Neste sentido, não haveria motivos para que a escrita da mulher na imprensa operária se desse sem embate.

Desta forma, a territorialização de seus discursos na imprensa operária, ou seja, a conquista desta esfera discursiva pelas mulheres, a expansão de seu campo de atuação linguística, não se deu de forma horizontal, através da ocupação de um espaço vazio, ou cedido pelos homens. A territorialização discursiva das mulheres na imprensa operária deu-se através de embates, sendo preciso que elas ultrapassem não apenas as fronteiras impostas pelas classes dominantes, mas também as fronteiras impostas pelos homens trabalhadores, já que estes consideravam que as mulheres eram uma ameaça à valorização da força de trabalho masculina (RAGO, 2014, p. 91).

Vemos vestígios desse embate nos textos que circulavam na própria imprensa operária. Em texto publicado no jornal *Voz do Povo* de 10/02/1920, por exemplo, operários da Fábrica de Tecidos Santo Antônio, que “se orgulhavam em ser propagandistas de sua associação de classe” anunciam, em texto não assinado, uma greve na fábrica de tecidos em que trabalhavam. O motivo: após uma greve anterior, tinham conseguido a transferência de uma operária da fábrica.

No entanto, a operária conseguiu retornar, sob a proteção do gerente da fábrica, que demitiu os homens que haviam pedido a sua transferência, alegando não precisar da mão de obra desses, devido à falta de matéria prima para a produção de tecidos. No recorte abaixo, é possível perceber um discurso bastante machista, no qual os operários justificam a sua ação (de fazer greve), dizendo que “reagiram como homens” e apresentando a operária inimiga como “indigna”.

[...] Os operários que hontem tinham feito com que os patrões assignassem um acordo que entre outras concessões estipulara o afastamento da secção d’essa operaria, que é indigna de viver no meio dos trabalhadores, *reagiram como homens* e imediatamente abandonaram o serviço e só o retomarão quando for cumprido á risca o acordo que esses sur, assignaram com a União, isto é, que essa mulher seja afastada da secção de teares e que sejam readmitidos seus companheiros. (*Voz do Povo*, 10/02/1920, grifo nosso).

Assim, a despeito da igualdade defendida pelos ideais anarquistas e comunistas, que deveria acarretar a equipolência entre os discursos femininos e masculinos na imprensa operária, vemos que as mulheres, na maioria dos jornais, ao invés de serem sujeitos de seus discursos, eram objetos dos discursos dos homens. Aquilo que chamamos de colonização da mulher trabalhadora teve seus ecos também na imprensa operária.

4.2 OS GÊNEROS DISCURSIVOS UTILIZADOS PELAS MULHERES TRABALHADORAS NA IMPRENSA OPERÁRIA E OS ENUNCIADOS POR ELAS PRODUZIDOS

Por não serem os textos da imprensa operária escritos por apenas um autor, consideramos esta uma esfera discursiva, em detrimento de considerá-la, como um todo, como um gênero discursivo secundário, como um gênero híbrido, como poderia ser considerado um jornal. Nesta seção, procuraremos nos textos os seus enunciados típicos, dos gêneros discursivos, e analisaremos as formas dos enunciados em geral (morfo sintáticas e lexicais).

Entre os gêneros discursivos que eram utilizados pelas mulheres trabalhadoras na imprensa operária, destacamos, primeiramente, um, que, pela sua finalidade, pelo seu estilo, pela sua estrutura composicional e pelo seu conteúdo temático, chamaremos de “Carta Aberta”. Nos jornais analisados em nossa pesquisa, foi o gênero discursivo mais encontrado, talvez pelo fato de o gênero carta, até o advento da internet e do e-mail, ter sido um gênero bastante trabalhado na instrução primária.

Acreditamos que a nomenclatura seja adequada, embora não seja mais importante do que a sua função na comunicação discursiva. Com a função de relatar uma situação ou de reivindicar algo, ao nosso ver, a carta aberta é um gênero discursivo que se destina à comunicação coletiva, ou seja, normalmente não possui um destinatário específico, e, quando possui, este é uma instituição, uma classe ou um grupo de pessoas. Por esse motivo, o remetente da carta aberta também não é, normalmente, um sujeito específico, e sim um grupo de pessoas com os mesmos interesses.

Nos textos que analisaremos, as redatoras tinham como objetivo principal reivindicar algum direito, instruir outras mulheres para que reivindicassem seus direitos ou protestar por alguma injustiça sofrida. Para tanto, elas expunham sua situação, informavam sobre algo que havia acontecido e, principalmente, argumentavam sobre a sua posição a respeito do assunto sobre o qual falavam.

Iniciaremos pela análise da pequena carta aberta escrita pela bibliotecária da União do

Engenho de Dentro, Appolonia Thereza Leite da Silva, publicada no jornal *A União Operaria*, de 1º de maio 1904. No texto, dirigido aos trabalhadores em geral, chamados de “Companheiros”, a bibliotecária fala sobre o 1º de maio, defendendo a união da classe operária.

Companheiros!...

É hoje o dia em que a classe operaria de todo o mundo sae ruas afóra mostrar a força que teriam, se fossem unidos.

Ochalá que futuramente os obreiros continuem unidos com a predisposição benéfica que ora se aspira na União Operaria do Engenho de Dentro.

Salve 1º de Maio.

Appolonia Thereza Leite da Silva

Bibliothecaria da União Operaria do Engenho de Dentro

(A União Operaria, 01/05/1904)

Vemos, assim, que o estilo, a estrutura composicional e o conteúdo temático do texto são típicos dos textos do gênero carta aberta. No entanto, esta carta é o único texto do gênero analisado que foi assinado por uma só pessoa.

O texto trata de um tema, que, como vimos, era bastante caro à classe operária: a comemoração do 1º de maio. Como vimos nos capítulos anteriores, na época, o 1º de maio era um dia de luta da classe trabalhadora brasileira; inúmeros jornais operários publicaram edições nesta data. No 1º de maio, normalmente aconteciam festejos pelas mais variadas cidades; era uma data em que integrantes da classe trabalhadora (tanto homens quanto mulheres) viravam oradores da praça pública.

Sobre as marcas lexicais, vemos as saudações “ochalá” (sic) e “salve”; sobre o vocábulo “oxalá”, tudo leva a crer que venha do árabe in shaa Allaah, que significa “que queira Alá” ou “que queira Deus”. Também é uma expressão usada em certos ritos afro-brasileiros, que denota Ochalá ou Obbatala uma das deidades da religião iorubá e também uma das deidades mais importantes da umbanda. Pode ser que ela tenha sido importada para o Brasil através dos iorubás, que tiveram contato secular com os árabes muçulmanos.

O segundo texto que analisaremos foi uma carta vinculada no jornal *A Terra Livre*, de 28 de julho de 1906, escrita pelas operárias Tecla [Teresa] Fabbri⁵⁵, Teresa Cari [Carini]⁵⁶ e

⁵⁵ Conforme Schumacher (2000, p. 466-467): Teresa Fabri [sic] era uma anarquista. O dicionário não aponta dados importantes sobre ela, a não ser a assinatura do artigo que citamos, apenas com a indicação do jornal em que foi publicado e do ano.

⁵⁶ Conforme Schumacher (2000, p. 467-468): “Teresa Maria Carini (1863-1951) Ativista política da luta operária. nasceu na [...] Itália. [...] Quando estava com 26 anos, perdeu o pai, e seus irmãos, em acordo com a família Sanvitale, decidiram casá-la com o músico Guido Rocchi. [...]”

Em 1890, a orquestra em que Guido Rocchi trabalhava chegou ao Rio de Janeiro para uma série de apresentações pelo Brasil Vários músicos contraíram febre amarela e acabaram morrendo. Os Rocchi, no entanto, decidiram permanecer no Brasil por mais algum tempo. De fato, nunca mais retornaram à Itália.

Maria Lopes⁵⁷, A carta, destinada às jovens costureiras de S. Paulo tem, como conteúdo temático, uma crítica às costureiras que não reivindicavam seus direitos e que não participaram das greves anteriores, tendo como objetivo convencê-las a participar da greve que estava sendo chamada.

Seu estilo traz como marcas a exposição da não participação daquelas na greve, a argumentação da legitimidade da greve e da importância da participação das jovens operárias e a injunção para que, desta vez, as demais costureiras fizessem parte do movimento. Vemos, como principal marca da estrutura composicional do gênero carta aberta, a presença da indicação das destinatárias da carta e das remetentes da mesma. A carta, na íntegra, pode ser conferida a seguir:

Às jovens costureiras de S. Paulo
COMPANHEIRAS!

Em vista da apatia que vos domina e que ninguém ainda pôde sacudir, nesta cidade em que somos tão exploradas, resolvemos nós fazer uma nova tentativa em defesa de todas, esperando que não nos deixareis sós a reclamar os direitos que nos cabem indiscutivelmente. É justo recordar que já por vezes alguns amigos nas colunas do *Avanti!*, de *La Battaglia* e da *Terra Livre*, surgiram em nossa defesa e as suas palavras não foram ouvidas. Mas esperemos que não nos deixareis, a nós também, pregar no deserto.

Devemos demonstrar enfim que somos capazes de exigir o que nos pertence; e se todas forem solidárias, se nos acompanharem nesta luta, se nos derem

Estabeleceram-se primeiramente em Santos (SP) e mais tarde na capital do estado. [...] Teresa se envolvia com a luta operária e anarquista: tomou parte na fundação de ligas operárias, apoiou movimentos grevistas e interessou-se, sobretudo, pela questão da emancipação feminina. Fez de sua casa um ponto de encontro de correligionários da causa operária e de artistas, a despeito da oposição do marido. Em 1906, assinou um manifesto, destinado às costureiras paulistas, que foi sendo publicado ao longo do ano em várias edições do jornal *A Terra Livre*. [...] [não localizamos o texto em outras edições, cabe procurá-lo].

O destaque dado à leitura como prática necessária para elevar o nível cultural do indivíduo era muito caro ao movimento socialista brasileiro naqueles tempos. A própria Teresa era uma leitora voraz. Apreciava os poetas italianos e estava atualizada com a literatura socialista e anarquista; simpatizava com as posições políticas dos anarquistas. mas nutria especial admiração pela Revolução Russa.

Por volta de 1910, Teresa decidiu se separar do marido e mudar para o interior. Optou pela pequena cidade de Poços de Caldas (MG), onde passou a dar aulas de tricô, italiano e francês. Em Poços, encontrou novos amigos e viveu até sua morte. Mesmo afastada do calor da luta operária na capital paulista, cultivou por toda a vida amizades com ativistas do movimento, como Edgard Leuenroth. Manteve sempre, e acima de tudo, uma atitude revolucionária [...].”

⁵⁷ Conforme Schumacher (2000, p. 369-370): “Costureira e ativista política. A operária paulista Maria Lopes foi signatária, junto com Teresa [sic] Fabri* e Teresa Carini*, em 1906, de um manifesto dirigido às trabalhadoras de São Paulo, publicado no pioneiro jornal anarquista *A Terra Livre*. [...]”

A assinatura de Maria nesse manifesto permite supor que ela tinha naqueles tempos um papel destacado no movimento operário. Nos anos 1920, encontrou-se outro registro sobre Maria Lopes, agora militante do Partido Comunista do Brasil (PCB), no Rio de Janeiro. Não foi possível estabelecer se esta é a mesma Maria de 1906; de semelhante tem-se o mesmo envolvimento com a classe trabalhadora. No Rio de Janeiro, Maria atuava em uma articulação de base junto às mulheres operárias, percorrendo as portas de fábricas e associações. Seu prestígio político no meio partidário é atestado pela organização do Comitê das Mulheres Trabalhadoras na segunda metade dos anos 1920 e a sua designação como representante deste Comitê, junto ao Bloco Operário Camponês (BOC). Este foi um importante espaço que agrupava associações operárias e camponesas, criado em 1926 sob a direção do PCB, com objetivo de participar do processo eleitoral daqueles anos. O BOC elegeu no Distrito Federal dois vereadores em 1928, o que indica a força política da agremiação na capital federal”.

ouvidos, nós começaremos por desmascarar a cupidez dos patrões sanguessugas.

No ultimo movimento de greve geral nesta cidade, ficou provado claramente que a nossa classe é a mais ignorante, a mais atrasada. Nesse movimento de solidariedade operária tomaram parte todas as corporações de officio, desde o mecanico ao marceneiro, desde o ferreiro ao carpinteiro, chapeleiros, pedreiros, segeiros, quasi todos os trabalhadores gráficos, os operários e as operarias das fábricas de fósforos, de tecidos, de camisas, etc., os marmoristas, os ourives e muitos outros. Em Jundiahy, o comercio fez causa comum com os grevistas, fechando as portas. Aqui, em S. Paulo. os proprios estudantes manifestaram as suas simpatias pelos operarios, tendo de ser fechada a Faculdade. E nós as costureiras, que fizemos?

Nós passamos indiferentes pelo meio dos grevistas que enchiam as ruas da cidade e fomos trabalhar, mostrando que não tínhamos sentimentos, que não tínhamos sangue nas veias. E no entanto naquella multidão estavam nossos pais, nossos irmãos, nossos noivos, por entre os quais nós passamos sem pensar que elles reclamavam um direito para nós também. E assim demonstramos ainda que não tínhamos affectos de familia nem amor!

Reflecti, companheiras, que devemos, nós também, ser sempre solidarias com os que lutam pela libertação do trabalho, se queremos igualmente ser ajudadas nas nossas mais do que justas reclamações.

Companheiras! É necessario que recusemos trabalhar tambem de noite, porque isso é vergonhoso e deshumano. Em muitas partes, os homens conseguiram a jornada de 8 horas. Já desde 1856; e nós, que somos do “sexo fraco”, temos que trabalhar até 16 horas! - o dôbro das horas de trabalho delles, que são do “sexo forte”! Pensai, companheiras, no vosso futuro de mãis e que, se continuarmos a consentir que nos depauperem, nos tirem o sangue deste modo, depois, tendo perdido a nossa energia fisica, a maternidade será para nós um martirio e nossos filhos serão palidos e doentes.

E vós, os que sois nossos pais, certamente nos ajudareis, porque não temos força para trabalhar, muitas vezes até ás 11 horas da noite! Não deveis falar só quando estamos em casa, mas na cara dos nossos deshumanos patrões, cujos negocios crescem dia a dia. Ide á noite protestar á bengalada, se for preciso, contra esses vilíssimos ladrões!

Vinde, quando tardemos, arrancar-nos com energia ás garras dos avidos exploradores! Tereis muito que perder? Que nos dão elles, os abutres, em paga de tanta fadiga? Um salario ridiculo. Uma miseria!

E nós também queremos as nossas horas de descanso para dedicarmos alguns momentos á leitura, ao estudo, porque, quanto a instrução, temos bem pouca; e se esta situação continua, seremos sempre, pela nossa inconsciencia, simples máquinas humanas manobradas á vontade pelos mais cupidos assassinos e ladrões.

Como se pode ler um livro, quando se vai para o trabalho as 7 da manhã e se volta para casa as 11 da noite? Das 24 horas, só nos ficam 8 de repouso, que nem bastam para recuperar no sono as forças exaustas! Nós não temos horizontes, ou antes, temos um horizonte sem luz; nascemos para que nos explorem e para morrer nas trevas como brutos.

Mas esperamos que não nos abandonareis, companheiras, e que nos ajudareis a desnudar e a fustigar a infame atrocidade dos patrões, que deve ter um fim. Sim! contamos com o vosso apoio de irmãs e de companheiras. E, e assim a victoria será nossa. Mãos á obra!

TECLA FABBRI, TERESA CARI, MARIA LOPES

(*A Terra Livre*, 28/07/1906)

Ressaltamos os indícios de que as autoras possuíam grande consciência de gênero e

classe. O texto, dirigido às costureiras, as autoras apontam que seria necessário solidariedade, seria preciso que participassem da greve, para que, como classe, abandonassem sua ignorância e fossem atrás de seus direitos.

O terceiro texto que analisaremos foi um “manifesto”, uma carta aberta remetida aos soldados, que foi distribuída por diversas operárias em junho e julho de 1917, sendo também publicada em diversos jornais, como a *Gazeta de Notícias*, *O Paiz*, o *Diário Fluminense*, e outros, entre 15 e 16/07/1917, após os guardas matarem vários operários, fuzilando-os em praça pública. Aqui, analisaremos a carta publicada no jornal *A Razão*, de 16 de julho de 1917.

Optamos por não transcrever o texto, e colocá-lo lado a lado com o panfleto distribuído, para fins de comparação (Figura 25).

Comparando os dois textos, vemos que são idênticos: trazem os mesmos dizeres, a mesma estrutura.

É importante destacar que as características do gênero carta aberta, ao se dirigir a um grupo de pessoas, ao ser assinada coletivamente, ao reivindicar direitos mais amplos, faz com que esta possa ser publicada em diferentes suportes, como foi o caso da carta das operárias grevistas de 1917.

O texto publicado no jornal *A Razão*, tinha como remetente “Um grupo de operárias grevistas”, tendo como conteúdo temático a crítica aos soldados que agiam truculentamente com os operários e as operárias durante a Greve Geral de 1917, sobre a qual falamos na seção 3.2.2. Seu estilo é marcado pelo uso da injunção, ao dizer aos soldados que não deviam “perseguir seus irmãos da miséria”. É marcado, também, pela exposição do fato vivido: a fome. Além disso, há a argumentação de que os patrões colocaram as armas nas mãos dos soldados para “garantir o seu direito de esfomear o povo”.

Como o outro texto, traz em sua estrutura composicional a referência clara do destinatário e do remetente. A diferença é que, na carta aberta distribuída pelas grevistas, por esta ter circulado anteriormente fora da esfera jornalística, há, também a indicação da data na qual foi escrita ou na qual começou a ser distribuída: junho de 1917.

Destacamos, também, um aspecto importante desta carta aberta: ela possuía, como objeto do discurso, os homens. Em uma sociedade em que, como mostramos, as mulheres eram, na maioria das vezes, objeto do discurso alheio e não enunciadoras de seu próprio discurso, certamente esta carta marca certa transgressão, do ponto de vista do conteúdo temático e do ponto de vista de seu objeto.

Figura 25: À esquerda, carta das operárias grevistas publicada no jornal, à direita, carta distribuída pelas trabalhadoras

Aos soldados!

Soldados! não deveis perseguir os nossos irmãos de miséria. Vós, também sois da grande massa popular e, si hoje vestis a farda, voltareis a ser amanhã os camponeses que cultivam a terra, ou os operários explorados das fabricas e officinas.

A fome reina nos nossos lares, e os nossos filhos nos pedem pão! Os perniciosos patrões contam, para soffocar as nossas reclamações, com as armas de que vos armaram, oh! soldados.

Essas armas elles vol-as deram para garantir o seu direito de esfomear um povo.

Mas, soldados, não façaes o jogo dos grandes industriaes que não têm patria.

Lembrae-vos que o soldado do Brazil sempre se oppoz á tyrannia e ao assassinato das liberdades.

O soldado brasileiro recusou-se no Rio, em 80, a atirar sobre o povo quando protestava contra o imposto do vinhem, e, até o dia 13 de maio de 1888 recusou-se a ir contra os escravos que se rebellavam, fugindo ao captiveiro!

Que bello exemplo a imitar!

Não vos presteis, soldados, a servir de instrumento de oppressão dos Matarazzo, Crespi, Gamba, Hoffmann, etc., os capitalistas que levam a fome ao lar dos pobres, e gastam os milhões mal adquiridos e que esbanjam com as cocottes.

Soldados!

Cumpri o vosso dever de homens! Os grevistas são vossos irmãos na miséria e no soffrimento; os grevistas morrem de fome, ao passo que os patrões morrem de indigestão!

Soldados! Recusae-vos ao papel de carrascos!

S. Paulo, junho de 1917.—UM GRUPO DE MULHERES GREVISTAS.

Aos soldados!

Soldados! não deveis perseguir os nossos irmãos de miséria. Vós, também, sois da grande massa popular, e, si hoje vestis a farda, voltareis a ser amanhã os camponeses que cultivam a terra, ou os operários explorados das fabricas e officinas.

A fome reina nos nossos lares, e os nossos filhos nos pedem pão! Os perniciosos patrões contam, para soffocar as nossas reclamações, com as armas de que vos armaram, oh! soldados.

Essas armas elles vol-as deram para garantir o seu direito de esfomear um povo.

Mas, soldados, não façaes o jogo dos grandes industriaes que não têm patria.

Lembrae-vos que o soldado do Brazil sempre se oppoz á tyrannia e ao assassinato das liberdades.

O soldado brasileiro recusou-se no Rio, em 80, a atirar sobre o povo quando protestava contra o imposto do vinhem, e, até o dia 13 de Maio de 1888 recusou-se a ir contra os escravos que se rebellavam, fugindo ao captiverio!

Que bello exemplo a imitar!

Não vos presteis, soldados, a servir de instrumento de oppressão dos Matarazzo, Crespi, Gamba, Hoffmann, etc. os capitalistas que levam a fome: ao lar dos pobres, e gastam os milhões mal adquiridos e que esbanjam com as cocottes.

Soldados!

Cumpri o vosso dever de homens! Os grevistas são vossos irmãos na miséria e no soffrimento; os grevistas morrem de fome, ao passo que os patrões morrem de indigestão!

Soldados! Recusavos ao papel de carrascos!

S. Paulo, Junho de 1917

Um Grupo de Mulheres grevistas

São, por favor, com distribuir estas cartas em grande escala, aos soldados.

Fontes: *A Razão*, 16/07/1917 e Memória Sindical, 2012.

O último texto que analisaremos do mesmo gênero foi uma carta aberta escrita pelas operárias charuteiras de S. Félix, dirigida ao jornal *A Classe Operaria*:

As operarias charuteiras da Bahia appellam para "A Classe Operaria"
 Os salarios incriveis - O charuto de quebra - Os dois dias - A caneca - Os tamboretos - A exploração inominável - O 1º de Maio não pôde ser comemorado
 -S. Félix, 12 de maio
 Levamos ao conhecimento do proletariado industrial e agrícola os horrores que soffremos. Somos tratadas como seres inferiores.

Por dia, podemos fazer no máximo 300 charutos “a pau”, isto é, comuns. Sendo a mão, as companheiras mais ligeiras só conseguem fazer de 100 a 140. Os patrões pagam por um cento de charutos 1\$500, 1\$, \$800, \$ 700, \$640, \$620, \$600 e até \$500. Os charutos a mão são pagos 2\$ o cento.

Quando fazemos mais de 100, os patrões descontam, alegando que ha alguns charutos com defeito. E, então, perdemos o feitio.

Nosso salario regula entre 15\$ e 20\$ semanaes.

Em cada cento, deixamos um charuto para o patrão. Havendo 600 operarios e operarias só na casa Costa e Ferreira, podemos calcular que estes srs. ficam diariamente com 1.200 charutos grátis. São, portanto, no fim do anno, 360 mil charutos gratis.

Deixamos a mais dois dias de trabalho. Estes dois dias só são recebidos de seis em seis mezes. Imagine o proletariado do Rio o que valem dois dias arrancados de 600 operarios e operarias que ganham 2\$ e 3\$ por dia, e isto só quando aceitam aviamento!

Somos empreiteiras. Ganhamos pelo que fazemos. Os diaristas deste trabalho são poucos; trabalham em outra secção como a “banca da capa”, que aprompta os aviamentos.

Bebemos água em uma caneca. A caneca é uma lata de creolina, que adaptamos. O deposito d’água são duas jarras.

Ha pouco, com a greve, os burgueses d’aqui augmentaram 40 e 60 réis em um cento de charutos, fazendo de nós mendigas.

As companheiras grávidas continuam a sentar nos mesmos tamboretos de pão tosco.

Os que, nas grandes cidades, nas casas elegantes, fumam os charutos finos do S. Félix, mal sabem a exploração innominavel a que somos submetidas.

Nossas aspirações são as seguintes:

(A) Economicas:

1^a- Salario fixo de \$5 diarios, por 250 charutos a pau ou 100 charutos a mão;

2^a – Nenhum desconto quando a conta passar de 100 charutos.

3^a- Nem um só charuto de quebra.

4^a- Pagamento semanal de todos os dias trabalhados.

5^a - Extincção das empreitadas.

6^a- Licença de 15 dias para as companheiras no parto e pagamento integral.

(B) Hygienicas:

7^a- Agua pura e copos;

8^a- Bancos especiais para as companheiras gravidas.

(C) Politicas:

9^a- Direito de livre associação;

10^a- Não sermos despedidas quando commemorarmos o primeiro de maio.

Taes são as nossas aspirações imediatas.

O 1º de maio é feriado por lei, em todo o paiz, menos em S. Felix. Este anno os Srs. Costa Ferreira e Penna prohibiram que comemorássemos o nosso dia sob a ameaça de irmos para a rua.

As operarias charuteiras de S. Félix (A Classe Operaria, 30/05/1925)

É possível perceber as mesmas características marcadas nos textos anteriores: a carta possui um destinatário que não é uma pessoa específica, e sim um grupo de pessoas, os redatores e leitores do jornal. Possui também a indicação do local e da data em que foi escrita “S. Félix, 12 de maio”.

Neste, todavia, o caráter reivindicatório, o estilo injuntivo, perpassa o destinatário. Ao invés de se dirigir ao jornal, as operárias charuteiras estão solicitando aos seus patrões que

sejam atendidas as suas aspirações, a quem elas tornam, além de objetos de seu discurso, destinatários implícitos da carta. O texto é assinado coletivamente, como a maior parte dos textos que analisamos.

Na seção anterior, citamos uma carta aberta escrita por homens trabalhadores:

[...] Os operários que hontem tinham feito com que os patrões assignassem um acordo que entre outras concessões estipulara o afastamento da secção d'essa operaria, que é indigna de viver no meio dos trabalhadores, *reagiram como homens* e imediatamente abandonaram o serviço e só o retomarão quando for cumprido á risca o acordo que esses sur, assignaram com a União, isto é, que essa mulher seja afastada da secção de teares e que sejam readmitidos seus companheiros. (*Voz do Povo*, 10/02/1920, grifo nosso).

Ao comparar as cartas abertas de autoria feminina com a de autoria masculina, é possível verificar a presença de um estilo mais argumentativo nos recortes de autoria feminina e de um estilo mais expositivo no recorte de autoria masculina. Percebemos, assim, que até mesmo em textos do mesmo gênero discursivo, com a mesma função, de reivindicar, são utilizados estilos diferentes para atingir o objeto pretendido. Desta forma, enquanto as operárias charuteiras de S. Félix expunham suas aspirações, explicando seus motivos, os operários da Fábrica de Tecidos Santo Antonio relatavam que haviam paralisado seu serviço e só retornariam se o acordo feito entre eles e o seu patrão fosse cumprido. Ainda, enquanto na maioria dos textos analisados assinados por mulheres é utilizada a primeira pessoa do plural, o texto que trata dos homens nem mesmo é assinado, sendo utilizada a terceira pessoa do plural, de modo impessoal. Podemos atribuir o modo impessoal e a autoria não marcada à valorização do masculino na linguagem, uma vez que uma das características do Português Brasileiro é ter como “gênero neutro” o gênero masculino (“o homem”).

Passemos ao próximo gênero discursivo utilizado pelas mulheres trabalhadoras: o “artigo de opinião”. Este gênero tem como característica o uso da argumentação, para persuadir o interlocutor de determinada opinião. Normalmente, estes textos são escritos na primeira e terceira pessoa, ou, ainda, utilizando verbos impessoais, sendo sempre assinados pelo(a) autor(a), visto que demonstram a opinião deste(a) sobre temas polêmicos da época (temas atuais). Por isso, normalmente os verbos destes textos são conjugados no presente e no imperativo.

O primeiro artigo que analisaremos, assinado por Anna de Castro Osório, publicado no jornal *Voz do Povo* de 11 de fevereiro de 1920, trata da questão da educação moderna, defendendo uma pedagogia voltada para os povos latinos, que não fosse imitação da anglo-saxã. No artigo, vemos o uso alternado da primeira pessoa do plural e da terceira pessoa do

singular. Além disso, vemos que o conteúdo temático era uma polêmica da atualidade da época: “a educação moderna”, como resolver a questão da instrução dos povos latinos, atrasados em comparação com os anglo-saxões.

UM PROBLEMA A RESOLVER
EDUCAÇÃO E ENSINO
EXCERPTOS E ARTIGOS DE MESTRES E DISCÍPULOS
Educação moderna
IV

Os melhores preparados serão os triunfadores; mas poderão os latinos duma nervosidade tão intensa, duma compreensão tão fácil, duma estrutura tão delicada, duma intelligencia tão generalizadora, frugais e abstenios em grande maioria, principalmente no sexo feminino, lutar em competência com a forte raça anglo-saxonia, bem equilibrada, abundantemente alimentada, posta na vida com uma simplicidade que não admite tergiverções nem desanimos, de intelligencia lenta, mas segura do que aprende raciocinadamente?...

Poderá a nossa raça latina, que tantas qualidades de assimilação e concécção distinguem, vencer no estudo paciente, demorado, quasi material, á força de especializado, que faz a grande força da erudita, da paciente da laboriosa raça germânica?

Não pôde, certamente. A raça latina tem as suas grandes e bellas qualidades, que não pôde nem deve desprezar numa servil imitação do que fazem outros, diferentemente dotados.

O que pode, o que deve, é *conhecer-se a si mesma*, como mandava o espirito tão altamente criterioso e soberbo da clara Grécia escrevendo esse preceito no frontão de um dos seus mais venerados templos.

A imitação servil só consegue fazer monstros ou impotentes.

Qual a maneira de dar aos povos latinos uma educação integral e útil que os torne fortes pelo desenvolvimento das suas qualidades especiaes, não inferiores, mas diferentes das outras raças?

E' o que deveremos estudar e pôr em pratica, com a energia, a coragem e a persistencia que unicamente são capazes de assegurar o triunfo...

A civilização latina foi uma das mais bellas e vivazes que têm existido nos tempos históricos e a sua influencia chegou até nós, conquistando a rudeza dos próprios dominadores.

Pois necessário se torna reviver todas as grandes qualidades que tornaram os latinos uns verdadeiros dominadores mais pela alma, pelo sentimento e pelo espirito, do que pela força bruta das suas legiões de mercenários.

Porque uma irrita e leva ao ódio que gera a revolta, outra impõe-se a conquista os próprios inimigos que não podem resistir á sua influencia envolvente e doce.

E nós seremos ainda e sempre os verdadeiros triunfadores.

Anna de Castro Osório (*Voz do Povo*, 11/02/1920)

Anna de Castro Osório⁵⁸ era das mais importantes escritoras e feministas portuguesas das primeiras décadas do século XX. Seu prestígio explica que tenha um artigo de opinião seu publicado no jornal: suas ideias eram importantes. No entanto, mesmo com a importância dada na época para as ideias da autora, vemos uma argumentação bastante rasa: a “raça” latina

⁵⁸ Ana de Castro Osório (1872 - 1935), escritora (precursora da literatura infantil em Portugal), jornalista, pedagoga e feminista.

deveria se elevar à raça [sic] anglo-saxã.

Ressaltamos, também, a defesa dos latinos como dominadores “mais pela alma, pelo sentimento e pelo espírito, do que pela força bruta das suas legiões de mercenários”. Ora, a quais dominadores latinos Anna de Castro se referia, que não aos próprios portugueses, colonizadores do Brasil, e aos demais europeus, falantes de línguas latinas? Aos “latinos” brasileiros certamente não era. Acreditamos que este texto, em sua recepção brasileira, não tenha sido examinado por este aspecto. Ao contrário, por ser um jornal lido por imigrantes italianos, talvez se tenha acreditado que o texto se referia a um episódio da história mais antigo do que a colonização.

Maria Angelina Soares⁵⁹ (Figura 26), cujo artigo de opinião foi publicado no jornal *A Plebe* de 27 de novembro de 1920 também possuía notoriedade.

Figura 26: Retrato de Maria Angelina Soares



Fonte: Olivetti, 2016

Segundo Marina Tannús Valadão e Christina da Silva Roquette Lopreato (2008), Maria Angelina Soares vinha de uma família de anarquistas:

As quatro irmãs do militante anarquista Florentino de Carvalho e filhas da militante espanhola Paula Soares – Maria Angelina Soares, Maria Antônia Soares, Matilde Soares e Pilar Soares – contribuíram, através da imprensa, do teatro, da música e do ensino anarquista para a divulgação das ideias ácratas e conscientização do proletariado. (VALADÃO; LOPREATO, 2008, p. 14)

⁵⁹ (1906-1985) Anarquista, escritora e bordadeira.

Lívia Olivetti (2016, p. 1) aponta que “Florentino foi dos mais ativos no movimento operário e na militância anarquista, professor racionalista, dirigiu a Escola Moderna nº 1 de São Paulo, deu inúmeras palestras e conferências”. Como destacamos na seção anterior, Florentino, (talvez com o apoio das irmãs, o que é apontado por OLIVETTI), trabalhou na produção e edição dos jornais *A Revolta* (1911), *Germinal* (1913), *A Rebelião* (1914). As irmãs foram fundadoras do Centro Feminino de Educação e do Centro Feminino Juvenil Idealista, o qual possuía uma escola popular para mulheres trabalhadoras, conforme citamos no capítulo anterior. Na imprensa operária, são encontrados diversos textos assinados pelas irmãs.

De Maria Angelina, destacamos os artigos “Em nós o oriente social”, publicado no jornal *A Voz da União*, “A formosura da mulher”, publicado no jornal *A Plebe* em 4 de abril de 1918, “O Voto Feminino”, publicado em duas partes nos dias 17 e 28 de janeiro de 1920, em *O Grito Operário*. No jornal *A Plebe*, em 1917, na cidade de São Paulo, Angelina passa a assinar uma coluna, intitulada “Assuntos Femininos”. O artigo de opinião que analisaremos foi um dos que a autora escreveu para esta coluna:

ASSUNTOS FEMININOS

O QUE É PRECISO

Fala-se muito na sorte da mulher. Por toda à parte ouve-se lamentar, sendo todos ou quasi todos, unanimes em destacar que é detestável, digna de compaixão a sua sorte.

Uns clamam contra isto em nome do direito e da razão, outros em nome da piedade.

Tendendo a melhora na condição da mulher, surgiram as ideias de emancipação feminina. Reclamam-se direitos, exigem-se liberdades.

E, estudando o assunto, ouvindo as opiniões a respeito conclue-se que o problema fica assim posto: a mulher sofre e muito, moral e fisicamente; a causa desse sofrimento reside na condição de inferioridade em que ela foi colocada.

Esse sofrer encontra a sua fonte na sociedade, e na sociedade se reflete de uma fôrma desoladora.

Nenhuma conveniência ha em prolongar esse estado de coisas. Tudo indica que a humanidade inteira muito tinha a ganhar no moral e no físico, si a sorte da mulher fosse melhorada.

Assim sendo, conclue-se facilmente que o remedio a empregar é elevar a mulher na escala social: emancipal-a da escravidão a qual tem sido condenada.

Mas, como? Em que consiste a felicidade da mulher, qual a fôrma de outorgar-lhe a verdadeira emancipação?

Uns opinam pelo voto, outros crêm bastar-lhe a independencia economica.

De todos os recantos partem clamores diversos, apregoando o remedio mais seguro: a Instrução, o governo, a igualdade de salários, a liberdade, a adoração!

Mas não é, não! A verdadeira emancipação da mulher não consiste nisso nem com isso apenas se consegue.

Cada coisa dessas, separadamente, pouco vale (e algumas nada, como o voto, por exemplo) e o conjunto fica ainda imperfeito.

Ha uma coisa, no entanto, de que ninguém se lembra, que raras vezes se invoca

e que se deveria colocar em primeiro lugar, como principal que é. Essa coisa, que bastaria por si só talvez, para elevar moralmente a mulher e emancipá-la é o respeito.

Ó, vós, sublimes sonhadores que no desejo de tornar a humanidade feliz procuraes sinceramente arrancar a mulher à ignorância e à escravidão e que leal e ardentemente a desejais livre e decidida, tendo em conta isto: é preciso convencer, provar, a homens e mulheres que cada sexo representa na vida a metade de um grande todo que só existe e se move pelo impulso de ambas as metades, complemento uma da outra!

Alguns dos propugnadores da emancipação da mulher, pretendem que esta deve ser amimada como flôr delicada; outros, adorada como ser divino e outros ainda julgam que se a deusa tratar com a paciência com que se tratam os doentes e com a indulgência que nos merece um ser fraco, impotente.

Nenhum desses processos é o indicado para elevar a mulher ao nível que se pretende.

O mal foi causado justamente por se ter estabelecido diferenças entre o homem e a mulher. É preciso que esta não se julgue nunca superior ou inferior àquele. E para isso, os homens que pretendem emancipar-nos só têm um meio: tratar-nos, não com mimos e salamaleques, nem tampouco com desdém ou benevolência e sim, simplesmente, com respeito.

Não me refiro, note-se bem, a esse falso respeito fruto dos costumes burguezes em voga, respeito feito de mentira e hipocrisia, grotesca caricatura da veneração. Refiro-me ao verdadeiro respeito, espontâneo nas pessoas educadas, formado de delicadeza e consideração.

Respeitando-as os homens, elas, as mulheres, acabarão por respeitarem a si próprias, - que é o sintoma mais certo da formação da individualidade - e respeitarão também os seus semelhantes, coisa que até agora só têm feito em aparência.

Por outro lado o sexo masculino, acostumando-se a respeitar o feminino, fará desaparecer aos poucos, do seu íntimo, todos os resquícios dos vetustes preconceitos que o predispoem contra as suas companheiras e que tanto mal têm causado á humanidade: a tola convicção de uma pretendida superioridade, com a qual não tem conseguido outra coisa que escravizar-se escravizando-nos.

Não sei o que pensarão as minhas companheiras sobre isto. Por mim digo que não discuto se um sexo é superior ao outro, nem me importo muito com isso; mas estou convencidíssima que ambos os sexos foram colocados no mundo do fôrma a terem que compartilhar a existência em comum, que ambos têm o mesmo direito á felicidade, e que é estúpido isso de pretender pôr barreiras onde a lógica e a natureza não as admitem e finalmente que, todo o mal existente explica-se pelo fato de que; salvo raras exceções, os seres humanos não sabem respeitar-se mutuamente .

O respeito, o respeito entre nós, presos, afinal, á mesma algema, apesar da diferença de sexos é o que é preciso.

MARIA A. SOARES.

(A Plebe, 27/11/1920)

O texto de Maria Angelina Soares possui as características dos artigos de opinião. É um texto argumentativo, que defende a ideia de que, para que a emancipação da mulher ocorra, é necessário, em primeiro lugar, que ela seja respeitada. É um texto assinado, publicado em uma coluna do jornal, o que mostra que as ideias da autora gozavam de prestígio.

As ideias da autora corroboram a defesa do capítulo anterior. Existiam feministas na

classe trabalhadora. A defesa da emancipação feminina só pode comprovar este fato.

No artigo, vemos o uso da terceira pessoa (ela, a mulher), que a torna objeto de sua argumentação, que também é uma forma de fazer com que a resposta do interlocutor seja sobre este objeto, e não sobre aquela que enuncia, que tem responsabilidade sobre o que diz. Isso faz com que seus argumentos não sejam facilmente relativizados. Como afirma Bakhtin (2010c, p. 328) “ao objetificar a mim mesmo (isto é, ao colocar de fora a mim mesmo) ganho a possibilidade de uma relação autenticamente dialógica comigo mesmo”, o que torna, talvez, mais fácil a argumentação.

No entanto, vemos que, nas soluções apresentadas por Maria Angelina, é utilizada a primeira pessoa do plural: “E para isso, os homens que pretendem emancipar-nos só têm um meio: tratar-nos, não com mimos e salamaleques, nem tampouco com desdem ou benevolência e sim, simplesmente, com respeito”.

O terceiro gênero discursivo que apontamos é o gênero “convite”. Embora talvez pudéssemos inserir os textos que destacamos no gênero carta aberta, acreditamos que principalmente pelo seu estilo não argumentativo, cabe analisar estes textos sob uma outra ótica.

Assim, o convite feito pelo Comitê Feminino Pró-Festival Proletario, traz, em sua estrutura composicional de forma marcada os seguintes elementos: a) é um convite destinado às operárias e ao “elemento feminino de S. Paulo em geral; b) quem convida é o próprio comitê; c) traz a descrição do evento para o qual convida, no caso, a organização do evento; d) indica quando o evento irá acontecer, no dia 15/11/1920 e e) indica onde o evento irá acontecer, na sede da Escola Feminina. O convite, na íntegra, pode ser lido a seguir:

Ás Operarias

Ao elemento feminino de S. Paulo em geral

Sabendo que as associações operarias desta cidade organizaram uma festa de confraternização proletaria, a realizar-se no dia 21 do corrente, no parque S. Jorge, um grupo de mulheres, concordando com a iniciativa e desejando prestar lhe todo o apoio devido, acaba de constituir um comitê denominado "Comitê Feminino Pró-Festival Proletario", o qual está prompto a prestar todo o auxilio possível á commissão organizadora da referida festa. É mistér que esse acto festivo, de tão alta significação para a classe laboriosa de S. Paulo, se revista do maior brilhantismo, obtenha o maior êxito. Assim o deseja o Comitê Feminino, que nesse sentido convida a todas as mulheres de S. Paulo, operarias ou não, a prestar o seu concurso da obra tão importante, devendo as que o quizerem fazer, enviar a sua adhesão á caixa postal 195 e comparecer á reunião que se effectuará na segunda-feira, 15 do corrente, na séde da Escola Feminina, na rua Joly, 125, sobrado, ás 7 1/2 horas da noite. pessoas de bõa vontade que o attenderem, fica desde já grato.

O Comitê

(A PLEBE, 13/11/1920)

O último texto que analisaremos foi redigido pelo Grupo Feminino de Estudos Sociais, sob o título de “Um manifesto á mulher brasileira”, no jornal *Voz do Povo* de 7 de fevereiro de 1920. O convite mescla as características de todos os gêneros discursivos que analisamos. Da carta aberta, podemos perceber o estilo injuntivo, que busca convencer outras mulheres de que é importante libertar o sexo feminino mental e socialmente.

Do artigo de opinião, vemos a argumentação sobre a decadência moral da época: sobre o melindrosismo, o adultério e a prostituição. Do convite, vemos a proposta de agremiar todas as mulheres emancipadas do Brasil. No entanto, neste, não temos um local nem uma data marcada. Pressupõe-se que as leitoras soubessem.

No texto, rechaça-se a prostituição a que eram submetidas as mulheres trabalhadoras (o que pode indicar uma reprodução do discurso dominante, que, como mostramos, demonizava a mulher pública, a mulher do cabaré) e exalta-se a emancipação das mulheres, independentemente de sua profissão:

Grupo Feminino de Estudos Sociais

Um manifesto á mulher brasileira

O Grupo Feminino de Estudos Sociais, fundado nesta capital em 22 de janeiro de 1920, propõem-se a agremiar todas as mulheres emancipadas do Brazil, afim de combater systematica e eficazmente a escravisação clerical, a escravisação economica, a escravisação moral e a escravisação jurídica que asphyxiam, degradam e aviltam o sexo feminino.

O Grupo estudará com carinho e debaterá com ardor os palpitantes problemas da questão social e procurará elevar, por meio de conferencias, congressos, escolas e cursos de sciencias e artes o nível intelectual e moral de suas associadas, para que se abra assim, na muralha negra, tenebrosa e compacta da rotina, do egoísmo, da ignorância e da hypocrisia, de todos os preconceitos e de todas as oppresses, uma brecha, uma fresta, uma frincha por onde livremente irradie um pouco de Vida e do Ideal.

O Grupo aceitará como sócias todas as mulheres dignas, sem differenças de raça, nacionalidade, crença ou profissão, desde que estejam de acordo com os princípios acima fixados o que mensalmente paguem, sem sacrificio, a quota minima de 1\$000. Reúnir-se-ha o Grupo quinzenalmente em assembléa geral, que terá as suas resoluções effectivadas por uma comissão executiva, que durará um semestre e compor-se-ha de duas secretarias e uma tesoureira.

Companheiras:

Urge elevar, engrandecer, dignificar o nosso sexo, liberta-lo mental e socialmente. Precisamos de combater a escravidão em que sempre nos prenderam, e que tem sido em todos os tempos a causa única dos desvios da humanidade.

A época contemporânea oferece quadros desoladores de decadência moral; é o melindrosismo feito nota chic nos salões burguezes, é o adultério estabelecido como regra quasi geral entre gente rica, a prostituição segregada e infante tornada profissão regulada policialmente. Rolamos para o abysmo da dissolução, da corrupção e do desvario, como outrora na Roma immoral dos Césares.

Ainda é tempo, de reagir, para que se não atinjam enlaivecimento total. Que as mulheres dignas e honestas se remiam, se agrupem, se fortaleçam e por todos os meios combatam as causas que abastardam a mulher, arruinando a sociedade.

Professoras, funcionárias, costureiras, floristas, operárias em fábricas e “ateliers”, trabalhadoras em artes domésticas: vinde, vinde até nós que sereis jubilosa e fraternalmente acolhidas.

(Voz do Povo, 7/02/1920).

Apesar de possuir todas as características dos gêneros discursivos citados anteriormente, acreditamos que, pela sua função, o texto assinado pelo Centro feminino de Estudos Sociais trata-se de um convite, devido até mesmo à escolha lexical: “vinde até nós”. Destacamos o uso do termo “escravizar”, assim como no texto de Maria A. Soares, para denotar a situação feminina da época. Menos de meio de século após a abolição da escravatura (1888), a palavra ainda parecia bastante banalizada.

Por fim, acreditamos que mesmo que pareçam um gênero discursivo pouco relevante, estes convites representam a organização das mulheres trabalhadoras da época e a sua consciência de gênero e de classe, organização e consciência possíveis a elas, uma vez participantes do espaço público e possuidoras de alguma voz em esferas discursivas públicas, como a imprensa operária.

Acreditamos, também, que algumas marcas dos discursos destas mulheres, tais como o uso do feminino e do plural podem denotar que elas já possuíam também alguma consciência linguística. Se nos dias atuais é defendido ferrenhamente a valorização do feminino da linguagem, o que chamamos de “código linguístico feminista”, sendo elaborados, inclusive, manuais sobre essa valorização/sobre esse código, talvez encontremos nos discursos dessas mulheres os primeiros traços dessa valorização. Desenvolver essa questão, no entanto, ficará para um trabalho futuro.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se este trabalho começou a ser escrito em uma época bastante complexa, como mostramos na Apresentação, sua finalização se deu em momento ainda mais turbulento. O ódio à classe trabalhadora e, especificamente, à mulher trabalhadora segue aumentando, principalmente através do apoio da classe média às políticas públicas que prejudicam ainda mais as trabalhadoras. Da Reforma da Previdência ao sucateamento da escola pública, da Reforma Trabalhista à privatização das universidades públicas: parece que não temos saída. Se ainda temos alguma esperança, nos resta apenas, inspiradas na resistência destas mulheres, seguir lutando.

Neste trabalho, tratamos, primeiramente, das políticas linguísticas a que estavam submetidas as mulheres trabalhadoras da República Velha, destacando, assim, a política do enclausuramento linguístico e a política do preconceito linguístico. Discorreremos sobre essas políticas através dos dados sócio-históricos a que tivemos acesso.

Sobre a política do enclausuramento linguístico, verificamos que a imprensa brasileira teve um início tardio devido a vários fatores, entre eles, a censura imposta por Portugal e que, ainda durante o Império, ampliou-se a variedade de jornais, passando a surgir jornais para outros públicos, e, portanto, com ideologias variadas. Vimos que a construção das primeiras ferrovias possibilitou uma maior facilidade na distribuição dos jornais e que o surgimento dos telégrafos ampliou espacialmente a gama de acontecimentos que a imprensa poderia noticiar.

Após, vimos que a censura foi elemento integrante da Primeira República, sendo imposta por meio de leis e ações, tais como as chamadas “Leis Adolfo Gordo”, que determinavam a expulsão dos estrangeiros que conspirassem contra o governo e a regulação da imprensa. Apontamos, porém, que o fato de ainda termos acesso a jornais da imprensa operária nos indica a resistência proletária à censura.

Estudamos também o disciplinamento da classe trabalhadora. Primeiramente, o disciplinamento da sua força de trabalho, realizado pelos dois métodos científicos propostos na época: o taylorismo (1895) e o fordismo (1914), que tinham em sua base a divisão da classe trabalhadora, uma vez que isolavam o trabalhador e dificultavam que pensasse na sua própria condição, que partilhasse esse pensamento com os demais e que pudesse solidarizar-se com a condição dos outros trabalhadores. Vimos que o disciplinamento do trabalho não era visto com bons olhos por alguns proletários, que tinham consciência de que este lhes restringia a liberdade.

Após, vimos como a burguesia buscava disciplinar a classe trabalhadora também na esfera privada. Destacamos o importante papel que a criação das vilas operárias e de conventos para as mulheres trabalhadoras tiveram para esse disciplinamento, uma vez que eram uma forma de aprisionamento do proletariado, que o condenava à segregação étnico-espacial, o separava espacialmente da classe dominante.

Apontamos o importante papel que os discursos higienistas contrários aos cortiços tiveram para o disciplinamento da vida doméstica da classe trabalhadora. Os discursos higienistas representavam o cortiço e a favela como lugares onde se originavam as epidemias, os vícios e as revoltas, e impunham a inspeção das moradias dos trabalhadores.

Defendemos que, mesmo com as atividades culturais e esportivas oferecidas nas vilas operárias, seus cotidianos eram permeados por normas que restringiam a liberdade de seus habitantes, uma vez que seus proprietários eram os donos da fábrica, que podiam, inclusive, utilizar de seu poder de regular a vida dos trabalhadores como forma de deter manifestações contrárias aos seus interesses. Além disso, vimos que os donos das fábricas que possuíam vilas lucravam não apenas com os produtos advindos da força de trabalho dos operários, mas também com o monopólio do comércio no interior da vila operária.

Apontamos que, nas vilas operárias, assim como nos conventos que serviam de moradia para as mulheres trabalhadoras, o convívio social era controlado. Seja pelos muros, seja pelas regras internas, o contato da classe trabalhadora com o mundo externo era bastante prejudicado.

Outro aspecto importante de nossa pesquisa foi verificar que a vida das trabalhadoras nas fábricas era, também, regulada, principalmente pela divisão sexual do trabalho, que fazia com que a mulher trabalhadora fosse oprimida não apenas pelas condições de trabalho precárias e pelos baixos salários a que era submetida, mas, também, pelos homens trabalhadores, que, muitas vezes, aproveitavam-se da situação de absoluto desamparo em que se encontravam as mulheres de sua classe para exercer sua dominação sobre elas.

Vimos que uma das principais causas da colonização da mulher trabalhadora, da tentativa de fazê-la voltar ao lar, era o discurso dominante sobre os papéis sociais que deveriam ser exercidos por homens e mulheres, nos quais filhas e esposas eram propriedades do pai e do marido. Vimos que esse discurso aparece até mesmo no recenseamento de 1920, em que há uma tentativa de desvalorizar o trabalho feminino, dizendo que este não era uma concorrência notável ao trabalho masculino e tentando relativizar a presença feminina no mercado de trabalho, enquanto os números mostravam que as mulheres estavam presentes nas mais variadas áreas de atuação.

Também destacamos o grande número de notícias encontradas nos jornais analisados sobre mortes por aborto, sobre suicídios femininos, sobre mulheres mortas pelos seus companheiros e sobre mulheres trabalhadoras agredidas por homens e concluímos que a colonização da mulher trabalhadora se constituiu também de ações violentas, que muitas vezes, causaram suas mortes.

Sobre a segunda política linguística que estudamos, a política do preconceito linguístico, destacamos o preconceito sofrido pela classe trabalhadora através da representação que dela fazia a classe dominante, como uma classe analfabeta, e destacamos também os estereótipos das mulheres públicas, contestando-os. Sobre o estereótipo do analfabetismo, vimos que a escolarização não foi uma preocupação da classe dominante desde a colonização, até a Primeira República. As poucas leis criadas na época, em que o ensino ainda não era obrigatório, tiveram a intenção de homogeneizar a linguagem utilizada no país, detendo a africanização e a “indigenização” da língua. Outras leis, no entanto, foram criadas para excluir os analfabetos da cidadania, dificultando o acesso das classes subalternizadas a possíveis direitos políticos, a exemplo do direito ao voto.

Sobre a questão do analfabetismo, defendemos que foi um dos maiores estereótipos sobre a classe trabalhadora brasileira do período que analisamos, uma vez que foi essa representação um dos aspectos que fez com que trabalhadoras e trabalhadores não conseguissem participar de algumas esferas discursivas.

Vimos como, durante a Primeira República, a alfabetização foi problematizada e discutida, tanto nos censos, quanto na imprensa. Lembramos que, mesmo que tenhamos contestado os dados dos censos, devido ao fato de serem, muitas vezes, contraditórios, no Brasil da Primeira República, muitas trabalhadoras e trabalhadores não sabiam ler nem escrever e apontamos algumas estratégias adotadas pela classe trabalhadora para mudar este quadro, tais como a leitura de jornais operários e boletins dos sindicatos em grupos, em voz alta, a criação de escolas e de grupos de estudo e o próprio acesso aos jornais. Vimos assim como, visando aumentar a participação nas organizações e alfabetizar os trabalhadores, anarquistas, socialistas e sindicalistas procuraram fundar centros, escolas e ateneus ou grêmios culturais.

Mostramos que, embora se defendesse que a classe trabalhadora era uma classe de analfabetos, os números dos jornais existentes na época parecem não condizer com esta informação. Havia no Brasil, na República Velha, ao menos 360 jornais operários, com tiragens de mil a 10 mil exemplares, com frequência variada, fora os jornais operários escritos em língua estrangeira, que passavam de 60, e os jornais populares, amplamente distribuídos, que possuíam tiragens a partir de 20 mil exemplares. Acreditamos que, através dos dados analisados,

conseguimos alcançar um dos objetivos que tínhamos, que era buscar respostas a respeito da alfabetização das mulheres trabalhadoras da época.

Verificamos também que as mulheres prostituídas, embora tivessem o rótulo de “mulheres públicas”, eram, muitas vezes, proibidas de circularem no espaço público e que tanto o modelo de família imposto pela classe dominante, quanto a representação de desvirtuada da mulher da esfera pública eram amplamente combatidos pelas mulheres que escreviam na imprensa operária.

Além disso, vimos que muitas mulheres trabalhadoras tinham a consciência de que não podiam esperar que os homens as emancipassem, ou seja, tinham ideais feministas, embora a palavra feminista tivesse, na época, inclusive para as mulheres trabalhadoras, um sentido negativo, fazendo com que não se autodenominassem assim. Acreditamos, assim, que dois dos nossos objetivos foram atingidos: o de desconstruir o estereótipo da mulher trabalhadora inerte, incapaz de reclamar por seus direitos, e o de comprovar que as lutas feministas da época não tiveram como protagonistas apenas as mulheres pertencentes à classe dominante.

Por último, concluímos que a escrita das mulheres na imprensa operária influenciou a realidade da República Velha. Seus textos nos jornais chamavam a classe trabalhadora a participar de greves, reivindicavam seus direitos, expunham a situação de trabalho a que eram submetidas, pediam às autoridades policiais que não agissem com violência, além de mostrarem suas opiniões sobre assuntos importantes, tais como a questão da mulher e o ensino e convidarem outras mulheres a se organizarem, seja para fins políticos, seja para outros fins. Tanto influenciaram a realidade da época, que as classes dominantes e os homens trabalhadores, atentos à conquista do espaço público por elas, buscaram estratégias para fazer com que voltassem à esfera privada, como forma de silenciá-las, o que confirmou a primeira hipótese que levantamos.

Além disso, verificando nossa terceira hipótese, sobre os mitos a respeito da linguagem das mulheres e sobre a territorialização de seus discursos na imprensa operária, vimos que a equipolência de vozes, pregada pelos ideais anarquistas e socialistas, não era regra no interior da imprensa operária enquanto esfera discursiva.

Isto porque concluímos que sua participação era pequena, tanto na redação/edição dos jornais operários, quanto na escrita de textos nestes publicados. A participação feminina na escrita de cartas abertas, artigos, notícias, relatos e até mesmos de poemas na imprensa operária também era, em termos de quantidade, relativamente menor que a participação masculina.

Apontamos que uma das dificuldades de nossa pesquisa foi o fato de que, apesar de a legislação proibir a publicação de textos anônimos, estes terem sido mais da metade dos que

encontramos. Sistematizamos, assim, os dados encontrados: das cem edições analisadas, apenas 68 possuíam assinatura em alguns artigos. Em todos os artigos, apenas 12. Além disso, apenas 37 possuíam informações adicionais sobre autoria.

Dos gêneros discursivos utilizados por mulheres que encontramos nos jornais estudados, destacamos a carta aberta, o artigo de opinião e o convite. O gênero mais encontrado foi a carta aberta, o que acreditamos que tenha se dado pelo fato desta se assemelhar bastante com o gênero carta, ensinado na instrução primária. Sobre os artigos de opinião, destacamos que os que encontramos eram normalmente escritos por mulheres que gozavam de um certo prestígio na esfera social trabalhadora. Já o gênero discursivo convite, defendemos que, mesmo que pareça um gênero discursivo pouco relevante, quando utilizado pelas mulheres, representava a organização destas na época estudada, bem como a sua consciência de gênero e de classe. Tanto a organização quanto a consciência de gênero e classe, eram, assim, possíveis a elas, uma vez participantes do espaço público e possuidoras de alguma voz em esferas discursivas públicas, como a imprensa operária.

Assim, nossa segunda hipótese, que textos diferentes estilos eram produzidos nos jornais da época, e que as mulheres trabalhadoras, ao escreverem na imprensa operária, poderiam ter utilizado um estilo próprio, foi confirmada. Vimos, assim, a presença de um estilo mais argumentativo nos textos das mulheres, enquanto que os textos dos homens possuíam maior exposição de fatos e injunções.

Além disso, apontamos que algumas marcas dos discursos analisados, tais como o uso do feminino e do plural, podem denotar que as mulheres trabalhadoras já possuíam também alguma consciência linguística. Nossa argumentação foi que, se, nos dias atuais, é defendida ferrenhamente a valorização do feminino na linguagem, sendo elaborados, inclusive, manuais sobre o tema, talvez encontremos nos discursos das mulheres trabalhadoras na imprensa operária os primeiros traços dessa valorização. Desenvolver essa questão, no entanto, ficará para um trabalho futuro.

REFERÊNCIAS

Jornais da imprensa operária

A CLASSE OPERARIA, 30/05/1925. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/pdf/086569/per086569_1925_00005.pdf>

A CLASSE OPERARIA, 06/06/1925. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/pdf/086569/per086569_1925_00006.pdf>

A CLASSE OPERARIA, 13/06/1925. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/pdf/086569/per086569_1925_00007.pdf>

A CLASSE OPERARIA, 27/06/1925. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/pdf/086569/per086569_1925_00009.pdf>

A CLASSE OPERARIA, 04/07/1925. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/pdf/086569/per086569_1925_00010.pdf>

A CLASSE OPERARIA, 25/08/1928. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/pdf/086569/per086569_1928_00018.pdf>

A PLEBE, 22/02/1919. Disponível em:

<http://segall.ifch.unicamp.br/documentos_digitalizados/el/el_jornais/el_a_plebe/el_a_plebe_a2/el_a_plebe_a2_n001.pdf>

A PLEBE, 28/06/1919. Disponível em:

<http://segall.ifch.unicamp.br/documentos_digitalizados/el/el_jornais/el_a_plebe/el_a_plebe_a3/el_a_plebe_a3_n019.pdf>

A PLEBE, 26/07/1919. Disponível em:

<http://segall.ifch.unicamp.br/documentos_digitalizados/el/el_jornais/el_a_plebe/el_a_plebe_a3/el_a_plebe_a3_n023.pdf>

A PLEBE, 30/08/1919. Disponível em:

http://segall.ifch.unicamp.br/documentos_digitalizados/el/el_jornais/el_a_plebe/el_a_plebe_a3/el_a_plebe_a3_n028.pdf

A PLEBE, 20/04/1920. Disponível em:

<http://segall.ifch.unicamp.br/documentos_digitalizados/el/el_jornais/el_a_plebe/el_a_plebe_a4/el_a_plebe_a4_n060.pdf>

A PLEBE, 22/05/1920. Disponível em:

<http://segall.ifch.unicamp.br/documentos_digitalizados/el/el_jornais/el_a_plebe/el_a_plebe_a4/el_a_plebe_a4_n065.pdf>

A PLEBE, 13/11/1920. Disponível em:

<http://segall.ifch.unicamp.br/documentos_digitalizados/el/el_jornais/el_a_plebe/el_a_plebe_

a4/el_a_plebe_a4_n089.pdf>

A PLEBE, 20/11/1920. Disponível em:

<http://segall.ifch.unicamp.br/documentos_digitalizados/el/el_jornais/el_a_plebe/el_a_plebe_a4/el_a_plebe_a4_n090.pdf>

A PLEBE, 27/11/1920. Disponível em:

<http://segall.ifch.unicamp.br/documentos_digitalizados/el/el_jornais/el_a_plebe/el_a_plebe_a4/el_a_plebe_a4_n091.pdf>

A PLEBE, 11/12/1920. Disponível em:

<http://segall.ifch.unicamp.br/documentos_digitalizados/el/el_jornais/el_a_plebe/el_a_plebe_a4/el_a_plebe_a4_n093.pdf>

A PLEBE, 12/02/1927. Disponível em:

<http://segall.ifch.unicamp.br/documentos_digitalizados/el/el_jornais/el_a_plebe/el_a_plebe_a11/el_a_plebe_a11_n245.pdf>

A RAZÃO, 11/07/1917. Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=129054&pesq=>>

A RAZÃO, 16/07/1917. Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=129054&PagFis=1767&Pesq=>>

A TERRA LIVRE, 28/07/1906. Disponível em:

<http://segall.ifch.unicamp.br/documentos_digitalizados/el/el_jornais/el_a_terra_livre/el_a_terra_livre_a1/el_a_terra_livre_a1_n013.pdf>

A UNIÃO OPERÁRIA (RJ), 1º/05/1904. Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=259233&PagFis=16&Pesq=>>

A VOZ DO POVO (PR), 04/09/1892. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/pdf/814148/per814148_1892_00002.pdf>

O ARTISTA, 2/08/1891. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/pdf/820857/per820857_1891_00005.pdf>

UNIÃO OPERÁRIA (PE), 26/11/1905. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/pdf/828378/per828378_1905_00006.pdf>

UNIÃO OPERÁRIA(PE), 14/01/1906. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/pdf/828378/per828378_1906_00001.pdf>

UNIÃO OPERÁRIA (PE), 11/02/1906. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/pdf/828378/per828378_1906_00002.pdf>

UNIÃO OPERÁRIA (PE), 06/03/1906. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/pdf/828378/per828378_1906_00003.pdf>

UNIÃO OPERÁRIA (PE), 10/04/1906. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/pdf/828378/per828378_1906_00004.pdf>

UNIÃO OPERÁRIA (PE), 1º/05/1906. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/pdf/828378/per828378_1906_00005.pdf>

VOZ DO POVO (RJ), 06/02/1920. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/pdf/720003/per720003_1920_00002.pdf>

VOZ DO POVO (RJ), 07/02/1920. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/pdf/720003/per720003_1920_00003.pdf>

VOZ DO POVO (RJ), 10/02/1920. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/pdf/720003/per720003_1920_00005.pdf>.

VOZ DO POVO (RJ), 11/02/1920. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/pdf/720003/per720003_1920_00006.pdf>

VOZ DO POVO (RJ), 12/02/1920. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/pdf/720003/per720003_1920_00007.pdf>

VOZ DO POVO (RJ), 13/02/1920. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/pdf/720003/per720003_1920_00008.pdf>

VOZ DO POVO (RJ), 14/02/1920. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/pdf/720003/per720003_1920_00009.pdf>

VOZ DO POVO (RJ), 15/02/1920. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/pdf/720003/per720003_1920_00010.pdf>

VOZ DO POVO (RJ), 1º/05/1920. Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=720003&pagfis=306&url=http://memoria.bn.br/docreader#>>

Imprensa em geral

A ORDEM, 7/9/1922. Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=829285&pesq=>>

A FEDERAÇÃO (RS), 03/07/1903. Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=388653&pesq=>>

A NOITE, 15/07/1917. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=348970_01&pesq=>

A IMPRENSA, 30/10/1899. Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=245038&pesq=>>

CORREIO DA MANHÃ, 23/04/1905. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_01&pasta=ano%20190&pesq=>

CORREIO PAULISTANO, 16/07/1917. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972_06&pesq=>

GAZETA DE NOTÍCIAS, 25/10/1901. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_04&pesq=>

GAZETA DE NOTÍCIAS, 8/02/1903. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_04&pesq=>

GAZETA DE NOTÍCIAS, 19/06/1903. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_04&PagFis=5885&Pesq=>

JORNAL DO BRASIL, 07/07/1901. Disponível em:
<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=705110&PagFis=3155&Pesq=>>

JORNAL DO RECIFE, 14/02/1893. Disponível em:
<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=705110&PagFis=33475&Pesq=>>

O PAIZ. 30/11/1902. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_03&pesq=>

O PAIZ. 23/03/1928. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=178691_05&pasta=ano%20192&pesq=>

O PHAROL, 17/07/1917. Disponível em:
<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=258822&pesq=>>

Revistas

A CIGARRA, 26/07/1917. Disponível em:
<<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=003085&pasta=ano%20191&pesq=>>

RENASCENÇA, 11/11/1905. Disponível em:
<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=138622&pesq=>>

REVISTA DA SEMANA, 14/12/1918. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=025909_01&pasta=ano%20191&pesq=>

Censos e estatísticas

BRASIL. *Recenseamento do Rio de Janeiro* (Districto Federal). Realizado em 20 de setembro de 1906. Rio de Janeiro: Oficina da Estatística, 1907. Disponível em:
<<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv49678.pdf>>. Acessado em 15 nov. 2015.

_____. Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio. Directoria Geral de Estatistica.

Recenseamento do Brasil realizado em 1 de setembro de 1920. Volume II (1ª parte) - População do Rio de Janeiro (Districto Federal). Rio de Janeiro: Typografia da Estatística, 1923. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv6383.pdf>>. Acessado em 15 nov. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Séries estatísticas retrospectivas I: de 1550 a 1985. Rio de Janeiro: IBGE, 1986. 3º volume. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv17983_v3.pdf>. Acessado em 07 abr. 2017.*

_____. *Anuário Estatístico do Brasil de 1996. Rio de Janeiro: IBGE, 1996. v. 56. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1996.pdf>. Acessado em: 3 mar. 2016.*

_____. *Brasil: 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Apêndice: Estatísticas de Povoamento. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv6687.pdf>>. Acessado em 16 mar. 2016.*

Discursos transcritos

GORDO, Adolpho. *A Expulsão de Estrangeiros. Discursos Pronunciados na Câmara dos Deputados, nas sessões de 29 de novembro e 14 de dezembro de 1912. São Paulo: eBooks Brasil, 2006. Notas: Os negritos foram eliminados, as itálicas foram mantidas, a ortografia foi atualizada e os nomes conservados em sua grafia original. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/gordo.html>>. Acessado em: 10 abr. 2016.*

Internet

AGÊNCIA NACIONAL DE JORNAIS. *Imprensa Brasileira: Dois Séculos de História. SD. Disponível em: <<http://www.anj.org.br/imprensa-brasileira-dois-seculos-de-historia-2/>>. Acessado em 03 jan. 2017.*

ARQUIVO NACIONAL. História Colonial. *No Tempo das Fábricas. SD. Disponível em: <<http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=988&sid=107>>. Acessado em 05 out. 2017.*

BIBLIOTECA NACIONAL. *O Paiz. Disponível em: <<https://bndigital.bn.gov.br/artigos/o-paiz/>>. Acessado em 2 set. 2016.*

_____. *Jornal do Brasil. Disponível em: <<https://bndigital.bn.gov.br/artigos/jornal-do-brasil/>>. Acessado em 3. mar. 2017.*

_____. *O Jornal. Disponível em: <<https://bndigital.bn.gov.br/artigos/o-jornal/>>. Acessado em 10 abr. 2017.*

_____. *Diário de Notícias*. Disponível em: <<https://bndigital.bn.gov.br/artigos/diario-de-noticias/>>. Acessado em 10 abr. 2017.

_____. *Diário Nacional*. Disponível em: <<https://bndigital.bn.gov.br/artigos/diario-nacional/>>. Acessado em 10 abr. 2017.

_____. *A Razão*. Disponível em: <<https://bndigital.bn.gov.br/artigos/a-razao-rio-de-janeiro-1916/>>. Acessado em 2 set. 2016.

BUONICORE, Augusto; GARCIA, Fernando. *As mulheres e os noventa anos do comunismo no Brasil*. São Paulo: Centro Memória Sindical, 2012. Disponível em: <<http://memoriasindical.com.br/formacao-e-debate/as-mulheres-e-os-noventa-anos-do-comunismo-no-brasil/>>

CAMPOS, Eudes. Casas e vilas operárias paulistanas. *Informativo Arquivo Histórico Municipal*, 4 (19): jul/ago.2008 Disponível em: <<http://www.arquivohistorico.sp.gov.br>>. Acesso em: 2 set. 2016.

CONFEDERACION NACIONAL DEL TRABAJO PUERTO REAL. *Juana Rouco Buela - Del Centro Femenino Anarquista*. Bibliografias Anarquistas, realizada por el S.O.V de CNT Puerto Real, Asesorados por Portal Libertario OACA - fecha de creación 12 may. 2011. Disponível em: <<http://puertoreal.cnt.es/bibliografias-anarquistas/4606-juana-rouco-buela-del-centro-femenino-anarquista.html>>. Acessado em 10 abr. 2017.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV). *Gazeta de Notícias*. Verbete Temático do Dicionário da FGV escrito por LEAL, Carlos Eduardo. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/gazeta-de-noticias>>. Acessado em 10 abr. 2017.

_____. *Correio do Povo*. Verbete Temático do Dicionário da FGV escrito por LEAL, Carlos Eduardo; DILLENBURG, Sérgio Roberto. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/correio-do-povo>>. Acessado em 10 abr. 2017.

_____. *Diário Nacional*. Verbete Temático do Dicionário Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da FGV escrito por COHN, Amélia; HIRANO, Sedi. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/DI%C3%81RIO%20NACIONAL.pdf>> . Acessado em 10 abr. 2017.

_____. *Leis Adolfo Gordo*. Verbete Temático sobre a Primeira República do Dicionário Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da FGV escrito por LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LEIS%20ADOLFO%20GORDO.pdf>>. Acessado em 27 dez. 2016.

JUCÁ, Ana Lúcia Almeida de Oliveira; LOPES, Arzelinda Maria. A vida numa vila operária. *Informativo Arquivo Histórico Municipal*, 4 (19): jul/ago.2008 Disponível em: <<http://www.arquivohistorico.sp.gov.br>>. Acessado em 3 jul. 2016.

MEMÓRIA SINDICAL. A carta das mulheres grevistas de 1917. 11 jul. 2017. Disponível em: <<http://memoriasindical.com.br/formacao-e-debate/carta-das-mulheres-grevistas-de-1917/>> . Acessado em 10 dez. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG). Faculdade de Educação. Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita (CEALE). *Glossário*: Termos de alfabetização, leitura e escrita para educadores. Disponível em: <<http://ceale.fae.ufmg.br/app/webroot/glossarioceale/verbetes/esferas-ou-campos-de-atividade-humana>>. Acessado em: 12/10/2017.

Legislação

BRASIL. Lei nº 581, de 4 de Setembro de 1850. In: _____. *Collecção das Leis do Imperio do Brasil de 1850*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1850a. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim581.htm>. Acessado em 3 mar. 2016.

_____. Lei nº 601, de 18 de Setembro de 1850. In: _____. *Collecção das Leis do Imperio do Brasil de 1850*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1850b. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim601.htm>. Acessado em 3 mar. 2016.

_____. *Decretos do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brazil*. Fascículo 1: de 15 de novembro de 1889 a 31 de dezembro de 1889. Decreto 85A de 23 de dezembro de 1889. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890a. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/18665/collecao_leis_1889_parte4.pdf?sequence=4>. Acessado em 10 jan. 2016.

_____. *Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/>. Acessado em: 10 mar. 2016.

_____. *Decreto nº 1.641, de 7 de janeiro de 1907*. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-1641-7-janeiro-1907-582166-publicacaooriginal-104906-pl.html>>. Acessado em 5 mar. 2016.

_____. Lei Federal nº 3.071, de 01 de Janeiro de 1916. *Código Civil*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L3071.htm>. Acessado em: 10 jun. 2016.

_____. Decreto nº 4.743, de 31 de outubro de 1923. *Lei da Imprensa*. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-4743-31-outubro-1923-567758-publicacaooriginal-91090-pl.html>>. Acessado em: 10 jun. 2016.

_____. Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965. *Código Eleitoral*. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/legislacao/codigo-eleitoral/codigo-eleitoral-1/codigo-eleitoral-lei-nb0-4.737-de-15-de-julho-de-1965>>. Acessado em: 10 jun. 2016.

_____. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acessado em: 10 jun. 2016.

PORTUGAL. Carta Régia de 12 de setembro de 1727. In: BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. Lei. 01.04.1680. In.: BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro* – Livro Grosso do Maranhão, vol.66. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948. pp. 57-59. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/402630/per402630_1924_00046.pdf>. Acessado em: 10 jun. 2016.

_____. L. Lei de 07 de junho de 1755. Directorio dos índios. In.: _____. *Legislação de 1750 a 1762*. Collecção da Legislação Portuguesa desde a última compilação das ordenações oferecida a El Rei Nosso Senhor pelo Desembargador Antonio Delgado da Silva. Lisboa: na Typ. de L. C. da Cunha, 1830.

Livros, teses, dissertações e artigos

ABREU, Marcelo de Paiva. (org.). *A Ordem do Progresso: Cem Anos de Política Econômica Republicana 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

ALENCAR, José de. *Romances ilustrados de José de Alencar: O guarani; Iracema; Ubirajara*. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: INL, 1977. v. 1.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. *Sociedade e Biblioteconomia*. São Paulo: Polis: APB, 1997. 129 p.

AZEVEDO, Iamara Silva. Ecos da Revolução Russa na Imprensa Brasileira. *Revista História e Cultura*, ISSN: 2238-6270, Franca, SP, 2017. Disponível em <<https://ojs.franca.unesp.br/index.php/historiaecultura/article/view/1984>>. Acesso em 10 de jul. de 2017.

BAKHTIN, Mikhail. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Tradução de Paulo Bezerra. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

_____. *Para uma filosofia do ato responsável*. Trad. aos cuidados de Valdemir Miotello e Carlos Alberto Faraco. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010a, 160p.

_____. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: Hucitec, 2010b.

_____. *Estética da criação verbal*. Tradução de Maria Ermantina Galvão Gomes Pereira. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010c.

_____. (V. N. Volochínov) *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem*. Prefácio Roman Jakobson; Apresentação de Marina Yaguello. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2010d.

_____. A Palavra na vida e na poesia. Introdução aos problemas da poética sociológica. In.: BAKHTIN, Mikhail. *Palavra própria e palavra outra na sintaxe da enunciação*. São Carlos: Pedro e João Editores, 2011. 184 p.

_____. *Os gêneros do discurso*. Organização, tradução e notas de Paulo Bezerra; Notas da edição russa de Serguei Botcharov. São Paulo: Editora 34, 2016. 176 p.

BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil, 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo*. Tradução Sérgio Milliet. 2ª edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BELLO, Oliveira. *Imprensa Nacional: apontamentos históricos (1808 - 1908)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908.

BILHÃO, Isabel. Imprensa e educação operária: análise da difusão do ensino racionalista em jornais anarquistas brasileiros (1900-1920). *Educação Unisinos* 20(2):176-184, mai/ago, 2016. Disponível em: <revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/download/edu.2016.202.04/5439>. Acessado em 3 abr. 2016.

BIONDI, Luigi. A Greve Geral de 1917 em São Paulo e a imigração italiana: novas perspectivas. *Cad. AEL*, v.15, n.27, 2009. Disponível em: <<https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ael/article/view/2577>>. Acessado em 3 abr. 2016.

BLAY, Eva Alterman. *Eu não tenho onde morar: vilas operárias na cidade de São Paulo*. São Paulo: Nobel, 1985.

BOENAVIDES, Débora Luciene Porto. Nem no convento, nem no cabaré, na imprensa operária: a ampliação das esferas discursivas da mulher trabalhadora na República Velha. *Linguagem em (Dis)curso*, [S.l.], v. 17, n. 3, p. 297-313, nov. 2017. ISSN 1982-4017. Disponível em: <http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Linguagem_Discurso/article/view/5704>. Acesso em: 17 dez. 2017.

BONFÁ, Rogério. “Com lei ou sem lei”: as expulsões de estrangeiros na Primeira República. *Cad. AEL*, v.14, n.26, 2009, p. 189.

BOURDIEU, Pierre. BOURDIEU, P. L'économie des échanges linguistiques. *Revue Langue Française*, 34, maio 1977. Traduzido por Paula Montero. Original disponível em: <http://www.persee.fr/doc/lfr_0023-8368_1977_num_34_1_4815>. Acessado em 10 mar. 2016. Tradução disponível em: <<http://www.antropologias.org/files/downloads/2011/05/Pierre-Bourdieu-A-economia-das-trocas-simb%C3%B3licas.pdf>>. Acessado em 10 mar. 2016.

_____. *A Economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*. Prefácio Sérgio Miceli. 2ª edição, 1ª reimpressão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

BRANCA-ROSOFF, Sonia. *Sociolinguistique historique et Analyse du discours du côté de l'histoire: un chantier commun?*, *Langage et société* 2007/3, n° 121-122, pp. 163-176, ISSN 0181-4095.

BRANDÃO, Otávio. *Combates e Batalhas: memórias volume 1*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978. (pag. 301 a 318)

BUITONI, Dulcília Shroeder. *Mulher de papel: a representação da mulher na imprensa feminina brasileira*. 2ª. ed. São Paulo: Summus Editorial, 2009. 239p.

BURKE, Peter. *A arte da conversação*. São Paulo, Unesp, 1995.

CALVET, Louis-Jean. *Sociolinguística: uma introdução crítica*. Tradução Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2002.

CAMARGO, Mario de. *Gráfica: Arte e Indústria no Brasil, 180 Anos de História*. São Paulo: Bandeirantes/Edusc, 2003.

CAMPOS, Raquel Discini de. *Mulheres e crianças na imprensa paulista (1920-1940): representação e história*. 2007. 216 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, 2007. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/102331>>.

CARBONI, F. "Eppur si parlano!" *Étude diachronique d'un cas de contact linguistique dans le Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: UPF, 2002.

_____.; BOENAVIDES, D. L. P.; BARILI, C.; MELEU, S. M. O plurilinguismo na história do Brasil: considerações exploratórias. *Organon*, v. 32, n. 62 "Plurilinguismo na educação e na sociedade", jan./jul. 2017. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/organon/article/view/72315>>. Acesso em: 7 set. 2017.

CARRASCO, Carmen; PETIT, Mercedes. *Mulheres Trabalhadoras e Marxismo*. São Paulo: Sundermann, 2012.

CAVALCANTI, Nireu. *O Rio de Janeiro Setecentista: A vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da corte*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim*. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da *belle époque*. 2. ed. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 2001.

CHARAUDEAU, Patrick. "Dize-me qual é teu corpus, eu te direi qual é a tua problemática". *Revista Diadorim*. Revista de Estudos Linguísticos e Literários do Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro, v.10, dezembro 2011. [<http://www.revistadiadorim.letras.ufrj.br>]

COULTHARD, Malcom. *Linguagem e sexo*. São Paulo: Editora Ática, 1991.

COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. 6.ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

DUARTE, Constância Lima. *Imprensa feminina e feminista no Brasil: Século XIX*. Dicionário ilustrado. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Tradução de Rosa Camargo Artigas e Reginaldo Forti. São Paulo: Global, 1985.

_____. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. São Paulo: Expressão

Popular, 2012.

FARACO, Carlos Alberto. *História sociopolítica da língua portuguesa*. São Paulo: Parábola Editorial, 2016.

FAUSTO, Bóris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1998.

FELICI, Isabelle. *Les Italiens dans le mouvement anarchiste au Brésil 1890-1920*. Sciences de l'Homme et Société. Université de la Sorbonne Nouvelle Paris 3, 1994. Disponível em: <<https://hal.archives-ouvertes.fr/tel-01359546/document>>. Acessado em 14 jan. 2018.

FERREIRA, Maria Nazareth. *A imprensa operária no Brasil: 1880-1920*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1978.

FONSECA, Letícia Pedruce. *A Construção visual do Jornal do Brasil na primeira metade do século XX*. Dissertação de Mestrado – Departamento de Artes e Design, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008. 214p. Disponível em: <http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/biblioteca/php/mostrateses.php?open=1&arqtese=0610429_08_Indice.html> Acessado em 3 mar. 2017.

FREIRE, José Ribamar Bessa. *Da língua geral ao português: para uma história dos usos sociais das línguas na Amazônia*. Tese de Doutorado em Literatura Comparada apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras. UERJ, 2003. Disponível em: <http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/tese%3Abessa-freire-2003/bessa_freire_2003.pdf>. Acessado em 05 nov. 2016.

_____. *Rio Babel: a história das línguas na Amazônia*. Rio Janeiro: EdUERJ, 2004. Coleção Brasilis, 272 p.

GIANNOTTI, V. *História das lutas dos trabalhadores no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

GIROLETTI, Domingos. *Fábrica: convento e disciplina*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2002.

GNERRE, Maurizio. *Linguagem, Escrita e Poder*. 5ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

GONÇALVES, Adelaide. o papel educativo: imprensa e instrução para os trabalhadores no Ceará de fins do século XIX aos anos 1920. *Trajetos - Revista de História da UFC*, v. 5, n. 9/10, 2007

GRILLO, Sheila V. de Camargo. Esfera e Campo. In.: BRAIT, Beth. (Org.). *Bakhtin: outros conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2014.

HAHNER, June. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

HANKS, William. *Língua como prática social: das relações entre língua, cultura e sociedade a partir de Bourdieu e Bakhtin*. Revisão técnica Anna Christina Bentes, Maurizio Gnerre. São

Paulo: Cortez, 2008.

HARDMAN, Francisco Foot. *Nem Pátria, Nem Patrão: Memória Operária, Cultura e Literatura no Brasil*. São Paulo: UNESP, 2003. Edição Kindle.

HELLER, Barbara. *Da pena à prensa: mulheres e leitura no Brasil (1890-1920)*. São Paulo: Porto de Idéias, 2006.

ILARI, Rodolfo. BASSO, Renato. *O português da gente: a língua que estudamos, a língua que falamos*. São Paulo: Contexto, 2006.

KONDER, L. O que é dialética? São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

_____. A dialética e o marxismo. In: *Revista Trabalho Necessário*. nº 1-2003. Rio de Janeiro: UFF. Disponível em:

<<http://www.uff.br/trabalhonecessario/images/TN%2001/TN01%20KONDER.pdf>>

Acessado em: 10 out. 2017.

LAJOLO, Marisa, ZILBERMAN, Regina. *A leitura rarefeita: livro e literatura no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. Adolpho Gordo, Senador da Primeira República: representação e sociedade. Brasília, Senado Federal, 1989.

LECLERC, Max. *Cartas do Brasil*. Tradução, prefácio e notas de Sérgio Milliet. São Paulo: Brasiliana, 1942. Disponível em: <<http://www.brasiliana.com.br/obras/cartas-do-brasil>>. Acessado em 12 dez. 2017.

LONER, Beatriz. 3º Congresso Operário Brasileiro. *História em Revista*, Pelotas, v.3, 161-199, dezembro, 1998. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/ndh/files/2017/02/04.-Instrumento_de_Trabalho.pdf>. Acessado em 12 dez. 2017.

LOPES, Eliane da Silva. *Fragmentos de Mulher: dimensões da trabalhadora (1900/1922)*. Campinas: Unicamp (dissertação de mestrado), 1985.

LÖWY, Michael. *Romantismo e messianismo: ensaios sobre Lukács e Walter Benjamin*. Tradução: Myriam Vera Baptista e Magdalena Pizante Baptista. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2012. 213 p.

LUXEMBURGO, Rosa. A proletária. In.: LOUREIRO, Isabel (org.). *Rosa Luxemburgo: textos escolhidos*. vol. I. São Paulo: UNESP, 2011. p. 493-496.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. 6ª ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. Tradução e introdução de Florestan Fernandes. São Paulo: Expressão Popular, 2008. 288p.

MATOS, Maria Izilda Santos de. Propostas e lutas pela educação feminina: entre mães e operárias. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 42, n. 1, p. 352-371, jan-abr, 2016.

Disponível em:

<<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/22050/14330>>. Acessado em: 15 out. 2017.

MENDONÇA, Leandro Climaco Almeida de Melo. Nas margens dos trilhos, da cidade e do poder: imprensa suburbana na cidade do Rio de Janeiro, 1880-1940. *Revista Escritas*, v.7 n.1, 2015. pp. 44-64

MIRANDA, Jussara Valéria. “*Recuso-me!*”: ditos e escritos de Maria Lacerda de Moura. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia, 2006. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/16458/1/JVMiranda1DISSPRT.pdf>>. Acessado em 14 jun. 2016.

MOLINA, Matías M. *História dos jornais no Brasil: Da era colonial à Regência (1500-1840)*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

MORAES, Rubens Borba de. *Livros e bibliotecas no Brasil colonial*. São Paulo: Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1979.

OLIVEIRA, Fernão de. *Gramática da linguagem portuguesa*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2012 (1536).

OLIVETTI, Livia. As Mulheres Anarquistas da Família Soares: a história de luta de uma mãe e suas quatro filhas no Rio de Janeiro da Primeira República. *Emece. Boletim do Núcleo de Pesquisa Marques da Costa*. Ano XIII. n.34, mar. 2016. Disponível em: <https://marquesdacosta.files.wordpress.com/2016/03/emece_34.pdf> Acessado em 14 jun. 2016.

PAIVA, Maria da Conceição. A variável gênero/sexo. In.: MOLLICA, Cecília; BRAGA, Maria Luiza (orgs.). *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação*. 4ª ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013.

PENA, Maria Valéria Junho. *Mulheres e trabalhadoras: presença feminina na constituição do sistema fabril*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1981.

PEREIRA, Astrojildo. A imprensa operária no Brasil. Texto editado originalmente na Revista Estudos - publicação clandestina do PCB, no início da década de 70 - n11 4, de junho de 1972, dos manuscritos de Astrojildo para uma conferência na ABI em 1947. *Revista Novos Rumos*, nº 18/19(5), 1990. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/novosrumos/article/view/2073>>. Acessado em 27 jun. 2017.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Inventário da Legislação Indigenista 1500-1800. In.: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

PERROT, Michelle. “As Mulheres, o poder, a história”. In.: PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Tradução Denise Bootmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

_____. “Movimentos Sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político”. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Orgs). *Uma Questão de Gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

RAGO, Margareth. As mulheres na historiografia brasileira. In: SILVA, Zélia Lopes (Org.). *Cultura Histórica em Debate*. São Paulo: UNESP, 1995.

_____. Relações de Gênero e Classe Operária no Brasil: 1890- 1930. In.: MELO, H. P. PISCITELLI, A. MALUF, S. W. PUGA, V. L. (orgs). *Olhares Feministas*. Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2007. p. 219-274

_____. Trabalho Feminino e Sexualidade. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. 10ª ed., 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2012. p. 579-606.

_____. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar (Brasil 1890-1930)*. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

REED, Evelyn. *Sexo Contra Sexo ou Classe Contra Classe*. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2008.

RIBEIRO, Kelli da Rosa. A complexidade do encontro de esferas discursivas: o caso da mídia e da religião na contemporaneidade. *Revista Desenredo*. Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo - v. 13 - n. 1 - p. 187-211 - jan./abr. 2017. Disponível em: << <http://seer.upf.br/index.php/rd/article/view/6779/4205>>>. Acessado em: 12/10/2017.

RIBEIRO, Lavina Madeira. *Imprensa e Espaço Público: a institucionalização do jornalismo no Brasil (1808-1964)*. Rio de Janeiro: E-Papers. Serviços Editoriais, 2004. 384p.

RIBEIRO, Maria Alice da Rosa. *Condições de trabalho na indústria têxtil paulista*. São Paulo: Hucitec-Editora Unicamp, 1988. 207p.

_____. O ensino industrial: memória e história. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara. (Orgs.). *História e memórias da educação no Brasil*. 1ed.Petrópolis: Vozes, 2005, v. 3, p. 209-228.

RIO, João do. *O momento literário*. Rio de Janeiro: Edições do Departamento Nacional do Livro/ Fundação Biblioteca Nacional, 1994. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/Livros_eletronicos/momento_literario.pdf>. Acessado em 3 mar. 2016.

RIZZO, Esmeralda; MINARDI, Ines M. Atuação da mulher libertária no trabalho, no jornalismo, na arte e na cultura. *Anais do XXI Encontro Estadual de História –ANPUH-SP - Campinas, setembro, 2012*. Disponível em: <http://www.encontro2012.sp.anpuh.org/resources/anais/17/1337181695_ARQUIVO_ArtigoANPUHInes2012.pdf>. Acessado em 3 mar. 2016.

RODRIGUES, Edgar. *Os libertários: idéias e experiências anarquistas*. Petrópolis: Editora Vozes, 1988.

_____. *O anarquismo na escola, no teatro, na poesia*. Rio de Janeiro: Edições Achiamé Ltda, 1992.

ROSA, Maria Carvalho. Descrições missionárias de língua geral nos Séculos XVI-XVII: que descreveram? *PAPIA: Revista Brasileira de Estudos do Contato Linguístico*. v. 2, n. 1, 1992. Disponível em: < <http://revistas.fflch.usp.br/papia/article/view/1734/1545>>. Acessado em 14 jan. 2018.

SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes: mitos e realidade*. Rio de Janeiro: Rocco, 1979.

_____. *Do artesanal ao industrial: a exploração da mulher*. São Paulo: Hucitec, 1981.

SAVIANI, Dermeval. A expansão do ensino superior no Brasil: mudanças e continuidades. *Póiesis Pedagógica* - v.8, n.2 ago/dez, 2010. pp. 4-17. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3225146/mod_resource/content/1/SAVIANI%202010.pdf>. Acessado em 10 mar. 2016.

SCHUMACHER, Maria Aparecida. *Dicionário mulheres do Brasil: De 1500 até a atualidade - Biográfico e ilustrado*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 2000. 522p.

SILVA, Ludovico. *O estilo literário de Marx*. Tradução José Paulo Netto. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012. 112p.

SILVA, Rosa Virgínia Mattos e. *Ensaio para uma sócio-história do Português Brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2004.

SOARES, Leôncio; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. Uma História da alfabetização de adultos no Brasil. In.: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (Orgs.). *Histórias e Memórias da Educação no Brasil*. Vol. III – Séc. XX. Petrópolis: Vozes, 2005.

SOARES, Magda. Alfabetização: a ressignificação do conceito. *Alfabetização e Cidadania. Revista de Educação de Jovens e Adultos*. RaaB, n. 16, julho 2003, pp. 10-11.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

SPIVAK, Chakravorty. Gayatri. *Pode o subalterno falar?*. Tradução Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TANNEN, Deborah. *You just don't understand: Women and men in conversation*. New York: William Morrow, 1990. 330p.

TOLEDO, Edilene. Um ano extraordinário: greves, revoltas e circulação de ideias no Brasil em 1917. *Estudos Históricos Rio de Janeiro*, vol. 30, n. 61, p. 497-518, maio-agosto, 2017. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/eh/v30n61/0103-2186-eh-30-61-0497.pdf>>. Acessado em 10 dez. 2017.

TROTSKY, León. *Terrorismo y Comunismo*. Madrid: Fundación Federico Engels, 2005. Colección Clásicos del Marxismo.

VALADÃO, Marina Tannús; LOPREATO, Christina da Silva Roquette. Biografia(s) Anarquista(s): militância libertária sob as lentes da História Imprensa. *Revista Horizonte Científico*. v.2, n.1, 2008. Disponível em <<http://www.seer.ufu.br/index.php/horizontecientifico/article/view/4177/3123>>. Acessado em 10 dez. 2017.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Presença portuguesa: de colonizadores a imigrantes. In.: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Centro de Documentação e Disseminação de Informações. *Brasil: 500 anos de povoamento*. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. 232 p.

VITORINO, Artur José Renda. *Máquinas e operários: mudança técnica e sindicalismo gráfico (São Paulo e Rio de Janeiro 1858 – 1912)*. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2000. 286 p.

VOLOCHÍNOV, Valentin Nikolaevich. *A construção da enunciação e outros ensaios*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2013. 273 p.

_____. *Marxismo e Filosofia da Linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. Tradução, notas e glossário de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo; ensaio Introdutório de Sheila Grillo. São Paulo: Editora 34, 2017. 376p.

WEIL, Simone. *A condição da mulher operária e outros estudos sobre opressão*. Seleção e apresentação de Ecléa Bosi. Tradução de Therezinha G. G. Langlada. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

YAGUELLO, Marina. *Les mots et les femmes: essai d'approche socio-linguistique de la condition féminine*. Paris: Payot, 1978.

_____. Introdução: Bakhtin, o homem e seu duplo. In.: BAKHTIN, M.; (V. N. Volochínov). *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem*. Prefácio Roman Jakobson; Apresentação Marina Yagello. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi. 14ª edição. São Paulo: Hucitec, 2010.

ZETKIN, Clara. Somente em conjunto com a mulher proletária o socialismo poderá ser vitorioso. In.: TOLEDO, Cecília (org.). *A mulher e a luta pelo socialismo*. São Paulo: Sundermann, 2014.

Iconografia

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES E LOGÍSTICA. *Greve Geral 1917*. Disponível em: <<http://cnttl.org.br/files/imagem/greve-sp-brasil-not7962.jpg>>. Acessado em: 23 abr. 2016.

MALTA, Augusto. *Companhia Tijuca de Tecidos - Interior da fábrica, 1907*. Arquivo

Fotográfico Augusto Malta/Museu da Imagem e do Som – RJ. In.: OLIVEIRA JÚNIOR, Antônio Ribeiro de. Coleção O Operariado do Rio de Janeiro no início do Século XX. Laboratório de História Oral e Imagem da Universidade Federal Fluminense. Disponível em: <<http://www.labhoi.uff.br/companhia-tijuca-de-tecidos-interior-da-fabrica>>. Acessado em: 23 abr. 2016.

MALTA, Augusto. *Companhia Tijuca de Tecidos* - À direita, o prédio da fábrica; à esquerda a Vila Operária, 1907. Arquivo Fotográfico Augusto Malta/Museu da Imagem e do Som – RJ. In.: OLIVEIRA JÚNIOR, Antônio Ribeiro de. Coleção O Operariado do Rio de Janeiro no início do Século XX. Laboratório de História Oral e Imagem da Universidade Federal Fluminense. Disponível em: <<http://www.labhoi.uff.br/companhia-tijuca-de-tecidos-direita-o-predio-da-fabrica-esquerda-vila-operaria>>. Acessado em: 23 abr. 2016.

MALTA, Augusto. *Fábrica de Tecidos Aliança* - À esquerda, grupo de casas da Vila Operária, 1907. Arquivo Fotográfico Augusto Malta/Museu da Imagem e do Som – RJ. In.: OLIVEIRA JÚNIOR, Antônio Ribeiro de. Coleção O Operariado do Rio de Janeiro no início do Século XX. Laboratório de História Oral e Imagem da Universidade Federal Fluminense. Disponível em: <<http://www.labhoi.uff.br/fabrica-de-tecidos-allianca-esquerda-grupo-de-casas-da-vila-operaria>>. Acessado em: 23 abr. 2016.

MARTINS, Angela Maria Roberti. *Mulheres na Militância Anarquista (1900-1930)*. Rio de Janeiro, 2013 - LPPE UERJ - ISBN: 978-85-99427-07-1. Disponível em: <<https://anarquismo.lppe.ifch.uerj.br/textos/texto5.html>>. Acessado em 3 jan. 2018.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Cultura. Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo. *Rua Quintino Bocaiúva. Redação do Jornal da Tarde, primeiro vespertino que circulou em São Paulo, à Rua Quintino Bocaiúva, em fotografia tirada por volta de 1890*. Disponível em: <<http://www.acervodacidade.prefeitura.sp.gov.br/PORTALACERVOS/ExibirItemAcervo.aspx?id=466624>>. Acessado em: 23 abr. 2016.

ANEXOS

Tabela 9: JORNAIS EDITADOS EM PORTUGUÊS EM SÃO PAULO

nº/ Ano de início	Título	Editor(es)	Local	Outras Informações
1/ 1876	O Trabalho órgão dos Tipógrafos		SP, cap.	
2 /1877	A Barricada		SP, cap.	
3/ 1882	A Metralha	Martins Fontes	SP, Santos	
4 /1890	O Amigo do Povo		SP, cap.	
5/ 1891	O 19 de Maio		SP, cap.	
6/ 1892	O Operário		SP, cap.	
7 /1892	Jornal do Operário		SP, Santos	
8/ 1895	A Patuléia		SP, cap.	
9/ 1895	A Questão Social	I. S. Araújo, S. Fontes e Carlos Escobar	SP, Santos	
10 /1896	O Socialista		SP, cap.	
11/ 1897	O Socialista	Ambrosio Chiodi, B. Ferraz e V. Diego	SP, cap.	
12 /1898	O Trabalhador do Livro	Fed. dos Trab. Do Livro	SP, cap.	
13 /1898	O Libertário	Benjamim Motta	SP, cap.	
14 /1899	O Grito do Povo		SP, cap.	
15 /1899	União Operária		SP, Santos	
16/ 1899	Folha do Braz	Edgard Leuenroth	SP, cap.	
17/ 1900	Palestra Social		SP, cap.	
18/ 1900	O Campeão do Estado	Rocha Martínez	SP, cap.	
19/ 1901	A Lanterna	Benjamim Motta e Edgard Leuenroth	SP, cap.	
20/ 1902	A Luta Operária		SP, cap.	
21 /1902	O Amigo do Povo	Neno Vasco	SP, cap.	
22 /1902	Lucífero	Angelo Bandoni	SP, cap.	
23 /1903	O Chapeleiro	Liga dos Chapeleiros	SP, cap.	
24/ 1903	O Livre Pensador	Everardo Dias	SP, cap.	
25 /1903	Brasil Operário	Belizário Freire e A. Melgareo	SP, cap.	
26/ 1904	O 1º de Maio	Teófilo Pereira	SP, Franca	
27/ 1904	O Trabalhador Gráfico	União dos Trabalhadores Gráficos	SP, cap.	<i>(Citado no levantamento de Astrojildo Pereira)</i>
28/ 1904	Miséria	Pio Spadela	SP, cap.	
29 /1905	A Terra Livre	Neno Vasco, Manuel Moscoso e Edgard Leuenroth	SP, cap.	<i>De cunho anarquista, destaca-se pela crítica destinada ao poder do Estado, com</i>

				<i>recorrentes temas como os impostos, a questão do trabalho infantil, a necessidade e a oferta de trabalho, e a farsa e hipocrisia dentro da política da época. O jornal incita a organização do movimento operário e busca inculcar nesse grupo a importância dos estudos, a fim de lhes assegurar a emancipação e a liberdade de ideias. (Fonte: Biblioteca Digital UNESP)</i>
30/ 1905	O Carpinteiro	Liga dos Carpinteiros	SP, cap.	
31/ 1905	O Dois de Fevereiro	--	SP, Santos	
32/ 1905	O Jornal Operário	I. Diego e R. de Barros	SP, cap.	
33/ 1905	O Chapeleiro	Liga dos Chapeleiros	SP, cap.	
34/ 1905	A Classe Operária	--	SP, cap.	
35/ 1905	O Anticlerical	Cristóvão Torres	SP, cap.	
36 /1905	Aurora	Neno Vasco	SP, cap.	
37 /1906	A Voz Operária	União dos Trab. Gráficos de Campinas	SP, Campinas	
38/ 1906	A Internacional	--	SP, cap.	
39/ 1906	A Luta Proletária	Federação Operária do Estado de São Paulo	SP, cap.	
40/ 1906	A Luta Operária	--	SP, cap.	
41/ 1906	O Martelo	--	SP, São José do Rio Pardo	
42/ 1007	A Vida	--	SP, cap.	
43/ 1907	A Liberdade	Domingos Queirós	SP, cap.	
44/ 1907	A Aurora	Luiz Lascala e Elídio César Antunha	SP, Santos	
45/ 1908	Folha do Povo	Edgard Leuenroth	SP, cap.	
46/ 1909	Tribuna Operária	União dos Operários	SP, Santos	
47 /1909	A Tribuna do Povo	Mariano Garcia	SP, cap.	
48/ 1909	Jornal Operário	--	SP, Bauru	
49/ 1911	A Vanguarda	João da Costa Pimenta e Edgard Leuenroth	SP, cap.	
50/ 1911	A Revolta	Florentino de Carvalho	SP, Santos	
51/ 1911	O Proletário	--	SP, cap.	
52/ 1911	A Evolução	Rubens Beltrão	SP, Rio Preto	
53/ 1911	Dor Humana	João Perdigão Gutiérrez	SP, Santos	
54/ 1911	Aurora Social	--	SP, Santos	
55/ 1911	Avante	Centro Social Internacional	SP, cap.	

56 /1912	O Liberal	--	SP, Guaratinguetá	
57/ 1912	O Proletário	--	SP, cap.	
58/ 1912	O Operário Canteiro	União dos Canteiros	SP, cap.	
59 /1912	O Gráfico	União dos Trabalhadores Gráficos	SP, cap.	
60 /1913	O Operário	Porfírio Prado	SP, cap.	
61 /1913	O Operário	Círculo Operário Paulista	SP, cap.	
62 /1913	Germinal	Florentino de Carvalho	SP, cap.	
63 /1914	A Rebelião	Florentino de Carvalho	SP, Santos	
64/ 1914	A Revolta	Maurício de Andrade	SP, cap.	
65 /1915	O Combate	--	SP, ca p.	
66 /1915	O Livre Pensamento	Everardo Dias	SP, cap.	
67/ 1917	A Plebe	Edgard Leuenroth	SP, cap.	<i>(Citado no levantamento de Astrojildo Pereira)</i>
68/ 1917	A Defesa do Povo	Paschoal Artese	SP, São José do Rio Pardo	
69 /1918	O Operário	E. Guizard e outros	SP, Taubaté	
70 /1919	A Razão	Sind. dos Ferroviários	SP, Bauru	
71/ 1919	A Razão	Francisco Sá	SP, Santos	
72/ 1919	O Operário	Liga da Construção Civil	SP, cap.	
73 /1919	Boletim da Escola Moderna	Escola Moderna	SP, cap.	
74/ 1919	O Litógrafo	União dos Litógrafos	SP, cap.	
75/ 1919	O Rebelde	União Operária da Construção Civil	SP, cap.	
76/ 1919	O Grito Operário	Domingos Fagundes	SP, cap.	<i>(Citado no levantamento de Astrojildo Pereira)</i>
77 /1920	O Trabalhador Gráfico	União dos Trabalhadores Gráficos	SP, cap.	
78 /1920	O Jornal do Subiroff	Nereu Rangel Pestana	SP, cap.	
79 /1920	O Sindicalista	--	SP, Bauru	
80 /1920	O Rebelde	--	SP, cap.	
81 /1920	A Patuléia	Edgard Leuenroth	SP, cap.	
82 /1920	A Obra	--	SP, cap.	
83/ 1920	O Internacional	Sind. dos Empregados em Hotéis e Restaur.	SP, cap.	<i>(Citado no levantamento de Astrojildo Pereira)</i>
84 /1920	A Comuna	Liga Socialista de São Paulo	SP, cap.	
85 /1920	Ação Proletária	--	SP, cap.	
86/ 1920	O Alfaiate	União dos Alfaiates	SP, cap.	
87 /1920	O Metalúrgico	União dos Metalúrgicos	SP, cap.	
88/ 1920	A Resenha	Paschoal Artese	SP, São José do Rio Pardo	
89 /1921	Ação Proletária	Liga da Construção Civil	SP, cap.	

90/1921	O Onze de Fevereiro	Associação dos Empr. do Comércio de São Paulo	SP, cap.	
91/1922	O Início	Sociedade de Alunos da Escola Nova	SP, cap.	
92/1922	O Libertário	José Romero	SP, cap.	
93/1922	A Voz da União	Sind. dos Empregados em Cafés	SP, cap.	
94/1923	O Ferroviário	Conrado A. Offa	SP, Jundiá	

Fonte: Adaptado de FERREIRA, 1978, p. 94-96

Tabela 10: JORNAIS EDITADOS EM PORTUGUÊS NO RIO DE JANEIRO

nº/ Ano	Título	Editor(es)	Local	Outras Informações
1/1858	Jornal dos Tipógrafos	Associação dos Tipógrafos do Rio de Janeiro	RJ, cap.	
2/1868	O Tipógrafo	Arsenal da Marinha	RJ, cap.	
3/1875	A Gazeta Operária	--	RJ, cap.	
4/1876	A Revolução Social	--	RJ, cap.	
5/1878	O Socialista	--	RJ, cap.	
6/1879	O Trabalho	--	RJ, cap.	
7/1880	A Revolução	--	RJ, cap.	
8/1881	O Carbonário	--	RJ, cap.	
9/1881	Gutenberg	--	RJ, car.	
10/1883	O Nilista	Operários do Exército e Armada	RJ, cap.	
11/1885	Jornal dos Alfaiates	Liga dos Alfaiates	RJ, cap.	
12/1888	Revista Tipográfica	Luís de França	RJ, cap.	
13/1890	A Voz do Povo	--	RJ, cap.	
14/1893	O Despertar	Grupo Anarchista Angiolillo	RJ, cap.	
15/1894	O Operário Italiano	--	RJ, cap.	
16/1895	O Operário	<i>Centro Operário de Campos</i>	RJ, Campos	(Citado no levantamento de <i>Astrojildo Pereira</i>)
101*/1895	<i>Primeiro de Maio</i>	--	RJ, cap.	(Citado no levantamento de <i>Astrojildo Pereira</i>) número único
17/1896	A Nova Revista	--	RJ, cap.	
102*/1898	<i>O Mensageiro</i>	--	RJ, cap.	(Citado no levantamento de <i>Astrojildo Pereira</i>)
18/1899	O Libertarista	--	RJ, cap.	

19/1899	O Protesto	J. Motta Assumpção	RJ, cap.	(Citado no levantamento de Astrojildo Pereira)
20/1899	O Mensageiro	--	RJ, cap.	
21/1900	O Golpe	--	RJ, cap.	
22/1900	Tribuna Operária	--	RJ, cap.	(Citado no levantamento de Astrojildo Pereira)
23/1902	Asgarda	--	RJ, cap.	
24/1902	Emancipação	Liga das Artes Gráficas	RJ, cap.	
25/1903	A Greve	Sindicato dos Estivadores	RJ, cap.	
26/1903	Gazeta Operária	--	RJ, cap.	(Citado no levantamento de Astrojildo Pereira)
27/1903	A Federação	Federação das Associações de Classe do R. de Janeiro	RJ, cap.	
103*/1903	<i>Brasil Operário</i>	--	RJ, cap.	(Citado no levantamento de Astrojildo Pereira)
28/1903	O Gráfico	Associação Gráfica	RJ, cap.	
29/1903	A Voz do Marmorista	União dos Marmoristas	RJ, cap.	
30/1903	O Trabalhador	--	RJ, cap.	
31/1903	O Alfaiate	Alfredo Vasquez	RJ, cap.	
32/1904	Kultur	--	RJ, ca p.	
33/1904	União Operária	--	RJ, cap.	
34/1904	O Marmorista	--	RJ, cap.	
35/1904	O Libertário	Manuel Moscoso, Neno Vasco e E. Dias	RJ, cap.	(Citado no levantamento de Astrojildo Pereira)
99*/1904	<i>A União Operaria</i>	<i>Orgão da "União Operaria do Engenho de Dentro" e do "Partido Operário Independente". Elisa Scheid e Pinto Machado</i>	RJ, Engenho de Dentro	<i>Um dos únicos jornais encontrados que tinha entre os editores uma mulher (Citado no levantamento de Astrojildo Pereira)</i>
36/1905	Acordem!	Associação dos Carpinteiros	RJ, cap.	
37/1905	A Luz Marítima	Associação de Resistência dos Marinheiros e Remadores	RJ, cap.	
104*/1905	<i>O Artista</i>		RJ, cap.	(Citado no levantamento de Astrojildo Pereira)
38/1905	O Congresso	Liga de Resistência dos operários em pedreiras	RJ, cap.	
39/1905	<i>Novos Rumos</i>	Joel de Oliveira, Luiz Magrassi e M. Assumpção	RJ, cap.	
40/1905	Novo Rumo	Alfredo Vasques	RJ, cap.	

41/ 1906	O Veiculo	Empregados em Ferrovias	RJ, cap.	
				<i>(Citado no levantamento de Astrojildo Pereira)</i>
42/ 1906	Gazeta Operária	Mariano Garcia	RJ, cap.	
43 /1907	O Sindicalista	União dos Barbeiros	RJ, cap.	
44/ 1907	Gazeta de Notícias	--	RJ, cap.	
45 /1907	Floreal	Lima Barreto	RJ, cap.	
46 /1907	O Baluarte	Liga de Resistência dos Chapeleiros	RJ, cap.	
				<i>(Citado no levantamento de Astrojildo Pereira)</i>
47 /1907	Semana Operária	--	RJ, cap.	
48 /1907	O Trabalho	--	RJ, Campos	
				<i>(Citado no levantamento de Astrojildo Pereira)</i>
105*/1907	<i>Semana Operária</i>		<i>RJ, cap.</i>	
49/ 1908	Não Matarás	Liga Antimilitarista Brasileira	RJ, cap.	
50/ 1908	Ecos de Caserna	--	RJ, cap.	
				<i>(Citado no levantamento de Astrojildo Pereira)</i>
51/1908	A Voz do Trabalhador	Confederação Operária Brasileira	RJ, cap.	
52/ 1908	A Voz do Povo	--	RJ, cap.	
53/ 1908	A Liberdade	Manuel Moscoso	RJ, cap.	
54/ 1908	O Lutador	--	RJ, cap.	
				<i>(Citado no levantamento de Astrojildo Pereira)</i>
106*/1908	<i>O Operário</i>	--	<i>RJ, cap.</i>	
55/ 1909	Liberdade	Paul Berthelot	RJ, cap.	
56 1909	O Independente	--	RJ, cap.	
57 /1911	A Vanguarda	J. Motta Assumpção	RJ, cap.	
58 1911	A Guerra Social	João Arzua, Gigi Damiani e Everardo Dias	RJ, cap.	
59 / 1912	O Progresso	União da Central do Brasil	RJ, cap.	
60 /1913	A Voz do Padeiro	União dos Padeiros	RJ, cap.	
61 /1913	A Liberdade	--	RJ, cap.	
62/ 1913	A Época	--	RJ, cap.	
63 /1913	Coluna Operária	--	RJ, cap.	
64 /1914	A Vida	José Oiticica e Francisco Viotti	RJ, cap.	
65 /1914	A Rebelião	Florentino de Carvalho	RJ, cap.	
66/ 1914	A Careta	Domingos Ribeiro Filho	RJ, cap.	
67 /1914	O Cosmopolita	--	RJ, cap.	
68 /1915	A Voz do Padeiro	--	RJ, cap.	
69 /1915	Na Barricada	Orlando Correa Lopez	RJ, cap.	
70 /1916	O Gráfico	Associação das Artes Gráficas do Rio de Janeiro	RJ, cap.	

				<i>Apesar de, segundo a BN, o jornal ser um típico jornal de imprensa diária, com algum destaque dado ao movimento operário em geral, mas com certas restrições: conservador e governista, o jornal refutava teses “comunistas” e “anarquistas”, os exemplares que analisamos, de 1917, não mostram isso. O jornal noticiou a greve de 1917 tratando como heróis os que participavam dela, inclusive dando relatos de discursos anarquistas, sem juízos negativos de valor.</i>
100*/1916	<i>A Razão</i>	<i>Diário da manhã de uma sociedade anônima</i>	<i>RJ, cap.</i>	
71 /1917	Liberdade	Pedro Matera	RJ, cap.	
72 /1918	Crônica Subversiva	Astrojildo Pereira	RJ, cap.	<i>(Citado no levantamento de Astrojildo Pereira, segundo o qual “A Crônica Subversiva distinguia-se pelo fato de possuir um único redator, que era ao mesmo tempo o seu revisor, gerente e vendedor)”</i>
73/ 1918	Clarté	Grupo Clarté	RJ, cap.	
74 /1918	Boletim da Aliança Anarquista	Aliança Anarquista do Rio de Janeiro	RJ, cap.	
75 1919	Voz Operária	--	RJ, Campos	
76 1919	Spartacus	Salvador Alacid, José Oiticica e A. Pereira	RJ, cap.	
77 1919	A Seara	--	RJ, cap.	
78 1919	O Germinal	José Oiticica e Astrojildo Pereira	RJ, cap.	
79/ 1919	folha Nova	Nestor de Oliveira	RJ, cap.	
80/ 1919	A Autora	Santos Jr.	RJ, Petrópolis	

81/ 1920	A Voz do Povo	Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro	RJ, cap.	<i>Jornal com muitos números (Citado no levantamento de Astrojildo Pereira)</i>
82 /1920	Nova Sociedade	José Nascimento	RJ, cap.	
83/ 1920	Evolução	--	RJ, cap.	
84/ 1920	Diário	--	RJ, cap.	
85/ 1921	A Renovação	Maneio Teixeira	RJ, cap.	
86 /1921	O Trabalho	Marques da Costa	RJ, cap.	
87 /1921	O Tecelão	--	RJ, Petrópolis	
88 /1921	O Metalúrgico	União dos Metalúrgicos	RJ, cap.	
89 /1921	O Intransigente	Arbaldo Benjamin	RJ, cap.	
90 /1921	Boletim da Liga Operária Construção Civil	Liga da Operária da Construção Civil	RJ, Niterói	
91/ 1921	Alvorada	--	RJ, Petrópolis	
92/ 1921	Solidariedade	Comitê de Socorro aos Flagelados Russos	RJ, cap.	
93/ 1922	Movimento Comunista	Astrojildo Pereira	RJ, cap.	
94 /1922	Voz Cosmopolita	Sindicato dos Empregados em Hotéis e Similares	RJ, cap.	
95 /1922	Luta Social	Grupo de Propaganda Social	RJ, cap.	
96/ 1922	O Panificador	Sindicato do Ramo Alimentício em Geral	RJ, cap.	
97/ 1923	O Nosso Jornal	Grupo Emancipação Feminina	RJ, cap.	
98*/1925	A Classe Operaria	Partido Comunista Brasileiro (PCB) A. Brazil de Mattos Em 1928: Director: M. C. de Oliveira	RJ, cap.	<i>circulação nacional – possibilidade de assinatura Fundado pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), então denominado Partido Comunista do Brasil, A Classe Operária é um dos mais importantes periódicos de organizações partidárias de esquerda da história brasileira – e também o mais antigo ainda em circulação. Foi fundado no Rio de Janeiro (RJ) como órgão do comitê central do PCB, em</i>

				<i>data sugestiva: 1º de maio de 1925, quando teria circulado com 5 mil exemplares. Seus fundadores foram Astrogildo Pereira e Otávio Brandão Rego, que tinham a colaboração de José Lago Morales e Laura Brandão. (Fonte: BN)</i>
--	--	--	--	--

Fonte: Adaptado de FERREIRA, 1978, p. 97-99. Foram inseridos dados obtidos em nossa pesquisa e citados por Astrogildo Pereira (1990), marcados em itálico.

Tabela 11: JORNAIS EDITADOS EM PORTUGUÊS EM OUTROS ESTADOS

nº/ Ano	Título	Editor(es)	Local	Outras Informações
1 /1847	O Proletário	--	Recife, PE	
2 /1860	A Voz do Povo	--	Belém, PA	
3/ 1870	A Inquirição	--	Belém, PA	
4/ 1872	A Locomotiva	<i>Associação beneficente de empregados da Companhia de Trilhos Urbanos do Recife a Olinda e Beberibe.</i>	Recife, PE	<i>(Citado no levantamento de Astrogildo Pereira)</i>
5 /1879	O Operário	--	Recife, PE	
6 /1887	O Lutador	Associação dos Caixeiros de Maceió	Maceió, AL	
94*/1888	<i>O Trabalho</i>	--	<i>Belém, PA</i>	<i>(Citado no levantamento de Astrogildo Pereira)</i>
101*/1890	<i>Gazeta dos Operários</i>	--	<i>Recife, PE</i>	<i>(Citado no levantamento de Astrogildo Pereira)</i>
7/ 1890	O Socialista	--	Salvador, BA	
8 /1891	Tribuna Operaria	--	Belém, PA	
91*/1891	<i>O Artista</i>	<i>órgão da classe operaria Izidoro C. D'Assumpção</i>	<i>Cametá- PA</i>	
95*/1891	<i>O Artista</i>		<i>Crato, CE</i>	<i>(Citado no levantamento de Astrogildo Pereira)</i>
100*/1891	<i>O Operário</i>	<i>órgão da União Operária Sergipana</i>	<i>Aracaju, SE</i>	<i>(Citado no levantamento de Astrogildo Pereira)</i>
9/ 1892	O Operário	--	Fortaleza, CE	
10/ 1892	O Operário	--	Manaus, AM	<i>(Astrogildo Pereira menciona este jornal)</i>
11/ 1892	A Voz do Povo	<i>Redactor — Martinho Chaves Orgam independente, co- agrado as classes operárias</i>	Curitiba, PR	<i>(4 páginas, muitos anúncios)</i>

96*/1893	<i>O Artista</i>		<i>Paraíba</i>	(Citado no levantamento de <i>Astrojildo Pereira</i>)
12/ 1893	A Fenix Caixeiral	Associação dos Caixeiros de fortaleza	Fortaleza, CE	(<i>Astrojildo Pereira menciona este jornal</i>)
13/ 1893	A Gazeta dos Operários	--	Recife, PE	
14/ 1893	Democracia Social	--	Pelotas, RS	
15/ 1894	A Luta	Grupo de Homens Livres	P. Alegre, RS	
104*/1894	<i>A Voz do Operário</i>	<i>Centro Operário da Bahia</i>	<i>Salvador, BA</i>	(Citado no levantamento de <i>Astrojildo Pereira</i>)
16/ 1895	A Canalha	--	Recife, PE	
17 /1895	Eco Operário	--	P. Alegre, RS	
18/ 1897	A Lanterna	--	Salvador, BA	
19 /1897	O Socialista	--	Uberaba, MG	(Citado no levantamento de <i>Astrojildo Pereira</i>)
102*/1898	<i>O Socialista</i>	<i>Centro Social do Estado de Pernambuco</i>	<i>Recife, PE</i>	(Citado no levantamento de <i>Astrojildo Pereira</i>) Número único
20 /1900	O Clarim Social	--	Recife, PE	Mensal (Citado no levantamento de <i>Astrojildo Pereira</i>)
21/ 1901	Electra	--	Curitiba, PR	
93*/1901	<i>Confederação Artística</i>	<i>órgão das classes operárias</i>	<i>Belém, PA</i>	(Citado no levantamento de <i>Astrojildo Pereira</i>)
98*/1901	<i>O Proletário</i>	<i>Associação Tipográfica Alagoana de Socorros Mútuos</i>	<i>Maceió, AL</i>	(Citado no levantamento de <i>Astrojildo Pereira</i>)
103*/1901	<i>Aurora Social</i>	<i>Centro Protetor dos Operários do Recife</i>	<i>Recife, PE</i>	(Citado no levantamento de <i>Astrojildo Pereira</i>)
22/ 1902	A Sentinela do Nordeste	--	Recife, PE	
23 /1902	O Proletário	--	Maceió, AL	
97*/1902	<i>O Artista</i>		<i>Piauí</i>	(Citado no levantamento de <i>Astrojildo Pereira</i>)
24/ 1903	A Voz do Dever	--	Curitiba, PR	
25/ 1903	Imprensa Social	--	Salvador, BA	
26/ 1904	Despertar	Grupo da Colônia	Curitiba, PR	
99*/1904	<i>O Trabalho</i>	<i>O operário Virgílio de Campos</i>	<i>Maceió, AL</i>	(Citado no levantamento de <i>Astrojildo Pereira</i>)
92*/1905	<i>União Operaria</i>	<i>orgao do operariado em Pernambuco</i> <i>Cyrillo Ribeiro</i>	<i>Recife, PE</i>	<i>O jornal contava com 8 páginas. Destaque para a seção:</i>

				<i>“Quadro demonstrativo dos alunos que submeteram-se a exame nas diferentes materias do "Lyceu de Artes e Officios", acompanhado de suas aprovações". Há muitos nomes de mulheres.</i>
27/ 1906	O Trabalhador Livre	Joaquim Moreno	Maceió, AL	
28/ 1906	O Progresso Operário	--	Juiz de Fora, MG	
94*/1906	<i>O Socialista</i>	<i>"órgão democrático da confraternização operária"</i>	<i>Belém, PA</i>	<i>(Citado no levantamento de Astrojildo Pereira)</i>
29/ 1907	A Nova Era	Avelino Foscolo Taboleiro	Grande, MO	
30/ 1907	Luz Social	--	Morro Velho, MG	
31/ 1907	Aurora Social	Centro Protetor dos Operários Recife	Recife, PE	
32/ 1908	O Resguardo	--	Fortaleza, CE	
33/ 1908	A Voz do Trabalhador	Federação Operária da Bahia ,	Salvador, BA	
34/1908	O Exemplo	--	P. Alegre, RS	
35/ 1908	A Evolução	Raul Azevedo e Hercílio Fonseca	Recife, PE	
36/1908	O Regenerador	--	Fortaleza, CE	
37/ 1908	Jornal dos Artistas	--	S. Luís, MA	<i>(Citado no levantamento de Astrojildo Pereira)</i>
38/1908	O Demolidor	Liga dos Confrades	Fortaleza, CE	
39/1909	A Reação	Liga Mato-grossense dos Livres Pensadores	Cuiabá, MT	
40/ 1909	Perseverança	--	Maceió, AL	
41/ 1910	O Operário	--	Aracaju, SE	
42/ 1911	A Batina	Grupo Livre Pensamento	Curitiba, PR	
43/ 191 1	A Defesa	--	Bagé, RS	
44/ 1911	A Voz da Estiva	União Cooperativa da Estiva	P. Alegre, RS	
45/ 1911* (1906)	A Luta	<i>Polydoro dos Santos</i>	P. Alegre, RS	<i>Membros participavam da União Operária Internacional e, posteriormente, da Federação Operária do Rio Grande do Sul – FORGS.</i>

46/ 1912	O Sindicato	Sindicato dos Trabalhadores Gráficos de Alagoas	Maceió, AL	
47 /1912	A Voz do Trabalhador	Federação Operária do Rio Grande do Sul	P. Alegre, RS	
48/ 1913	A Luta Social	Tércio de Miranda	Manaus, AM	
49/ 1914	O Sindicalista	Federação Operária do Rio Grande do Sul	P. Alegre, RS	<i>(Citado no levantamento de Astrojildo Pereira)</i>
50/ 1915	O Debate	--	Maceió, AL	
51/ 1915	O Debate	--	Maceió, AL	
52/ 1915	A Semana Social	--	Maceió, AL	
53/ 1916	A Voz do Trabalhador	--	Poços de Caldas, MG	
54/ 1916	A Luta	--	Pelotas, RS	
105*/1916	<i>Tribuna do Povo</i>	<i>Antônio Canellas</i>	<i>Maceió, AL</i>	<i>(Citado no levantamento de Astrojildo Pereira)</i>
55/ 1917	O Operário	Itagiba de Oliveira	S. Paulo do Muriaé, MO	
56/ 1917	A Voz do Norte	--	B. Horizonte, MO	
57/ 1917	A Semana Social	Antônio Canellas	Maceió, AL	
58/ 1917	Tribuna do Povo	Antônio Canellas	Recife, PE	<i>(Citado no levantamento de Astrojildo Pereira) Foi fechado em 1917 e voltou a circular em 1918</i>
59/1917	A Patuléia	Antônio Canellas	P. Alegre, RS	
60/ 1918	Jornal do Povo	--	Belém, PA	<i>(Citado no levantamento de Astrojildo Pereira)</i>
61/ 1919	Libertas	--	B. Horizonte, MO	
62/ 1919	Libelo Social	--	Uberaba, MO	
63/ 1919	Ceará Socialista	Partido Socialista Cearense	Fortaleza, CE	
64/ 1919	A Hora Social	Federação das Classes Trabalhadoras de Pernambuco	Recife, PE	
65/ 1919	A Revolta	Marques da Costa	Belém, PA	<i>(Citado no levantamento de Astrojildo Pereira)</i>
66/ 1919	O Artista	--	Teresina, PI	<i>(Citado no levantamento de Astrojildo Pereira)</i>
67/ 1919	O Nosso Verbo	União Geral dos Trabalhadores do Rio Grande do Sul	P. Alegre, RS	<i>(Citado no levantamento de Astrojildo Pereira)</i>

108*/1919	<i>O Proletário</i>		Curitiba, PR	(Citado no levantamento de <i>Astrojildo Pereira</i>)
68/ 1920	O Operário	Federação Católica dos Trabalhadores	B. Horizonte, MG	
69/ 1920	O Operário	Partido Republicano Popular Federativo	Uberaba, MO	
70 /1920	O Operário	<i>órgão Oficial das Classes Trabalhadoras</i>	Juiz de Fora, MG	(Citado no levantamento de <i>Astrojildo Pereira</i>)
71/ 1920	O Escravo	<i>Federação Operária de Alagoas</i>	Maceió, AL	(Citado no levantamento de <i>Astrojildo Pereira</i>)
72/ 1920	Voz do Gráfico	Associação Gráfica Cearense	Fortaleza, CE	
73/ 1920	A Vanguarda	União Geral dos Trabalhadores de Pernambuco	Pernambuco Recife. PE	
74/ 1920	A Voz do Trabalhador	Federação Operária do Pará	Belém, PA	(Citado no levantamento de <i>Astrojildo Pereira</i>)
75/ 1920	O Trabalhador	União Operária Paranaense	Curitiba, PR	
76/ 1920	Germinal	Agripino Nazaré	Salvador, BA	
77/ 1920	A Arena	--	P. Alegre, RS	
78/ 1920	Revista Liberal	--	P. Alegre, RS	
79/ 1920	Solidariedade	Sindicato da Obreira Construção Civil	Bagé, RS	
80/ 1920	O Ferroviário	Angelo Caldanazzi	Santa Maria, RS	
81/ 1920	A Voz Operária	Centro Operário Sergipano	Aracaju, SE	(Citado no levantamento de <i>Astrojildo Pereira</i>)
82/ 1920	O Socialista	--	Paranaguá, PR	
83/ 1920	O Extremo Norte	--	Manaus, AM	(Citado no levantamento de <i>Astrojildo Pereira</i>)
84/ 1920	O Operário	--	Juiz de Fora, MG	
85/ 1920	A Voz do Povo	--	Aracaju, SE	
86 /1920	A Voz do Trabalhador e	Sindicato dos Pedreiros e Carpinteiros	Salvador, BA	
87 /1920	O Proletário	Federação Operária Mineira	Juiz de Fora, MG	
107*/1920	<i>A Vanguarda</i>	<i>União Geral dos Trabalhadores de Pernambuco</i>	<i>Recife, PE</i>	(Citado no levantamento de <i>Astrojildo Pereira</i>)
88 /1921	O Combate	Federação dos Trab. Cearenses	Fortaleza, CE	
89/ 1921	Diário do Povo	--	Recife, PE	

90 /1921	O Trabalho	Manuel Falcão	Conceição da Feira, BA	
106*/1922	<i>A Sentinela</i>	<i>União Ferroviária do Nordeste</i>	<i>(Nordeste)</i>	<i>(Citado no levantamento de Astrojildo Pereira)</i>

Fonte: Adaptado de FERREIRA, 1978, p. 99-102. Foram inseridos dados obtidos em nossa pesquisa e citados por Astrojildo Pereira (1990), marcados em itálico.

Tabela 12: JORNAIS EDITADOS EM IDIOMA ESTRANGEIRO

nº/ Ano	Título	Editor(es)	Local	Idioma	Outras Informações
1/1879	La Giustizia	Luigi Schirone	SP, cap	Italiano	
2/ 1886	Garibaldi	Ferdinando Turchi	SP, cap	Italiano	
3/ 1892	1º Maggio	Achille Desantis	SP, cap	Italiano	
4/ 1892	Gli Schiavi Bianchi	G. Botti e Artur Campagnolli	SP, cap	Italiano	
5/ 1893	Il Risveglio	Alfredo Mari e Gigi Damiani	SP, cap.	Italiano	
6/ 1893	L'Avenire	Alfredo Casini	SP, cap.	Italiano	
7/ 1893	La Canaglia	Giuseppe Siboni	SP, Rib.	Italiano	
8/ 1893	li Lavoratore	Gigi Darniani	PR, cap.	Italiano	
9/ 1894	L' A sino U mano	Augusto Donati e Felice Vezzani	SP, cap.	Italiano	
10/ 1895	Il Diretto	--	RJ, cap.	Italiano	
11/ 1895	Il Distretto	--	RJ, cap.	Italiano	
12/ 1897	Ribattiamo il Chiodo	Galileo Botti	SP, cap.	Italiano	
13/ 1897	La Biricchina	Galileo Botti	SP, cap.	Italiano	
14/ 1898	li Primo Maggio	Gigi Damiani	SP, cap.	Italiano	
15/ 1898	L'Operaio	Augusto Donati	SP, cap.	Italiano	
16/ 1899	li Diritto	Egizio Cini	PR, cap.	Italiano	
17/ 1899	XX de Setembro	--	PR, cap.	Italiano	
18/ 1899	El Grito dei Pueblo	--	SP, cap.	Espanhol	
19/ 1900	Avanti!	Vicente Vacirca e Alceste de Ambrys	SP, cap.	Italiano	
20/ 1900	Palestra Social	Federico Mezzoni e Ezzecchiello Simoni	SP, cap.	Italiano	

21/ 1901	Un Anniversario. Rivendicazione	Carlo Cafiero	PA, cap.	Italiano	
22/ 1901	La Terra Nuova	--	PA, cap.	Italiano	
23/ 1901	Primo di Maggio	Grupo Anarchico la Nuova Civiltà	PA, cap.	Italiano	
24/ 1901	La Terza Roma	Grupo Pensiero e Azione	PA, cap.	Italiano	
25/ 1901	La Battaglia	Oresti Ristori e Gigi Damiani	SP, cap.	Italiano	
26/ 1902	La Cogna	D. Bernardoni	SP, cap.	Italiano	
27/ 1902	Germinal	D. Bernardoni, Angelo Bandoni e Duilio Bernardoni	SP, cap.	Italiano	
28/ 1903	La Voz dei Dístierro	--	RJ, cap.	Espanhol	
29/ 1903	La Nuova Gente	Luigi Magrassi e Giulio Sorelli	SP, cap.	Italiano	
30/ 1903	La Barricata	Rodolfo Felipe, A. Cerchiai e Gigi Damiani	SP, cap.	Italiano	
31/ 1903	La Rivolta	Duilio Bernardoni	SP, cap.	Italiano	
32/ 1903	Sempre Avanti	Benjamim Motta e Edgard Leuenroth	SP, cap.	Italiano	
33/ 1904	Anita e Vita	Ernestina Lésina	SP, cap.	Italiano	
34/ 1905	L' Azioni Anarchica	Grupo Libertário	SP, cap.	Italiano	
35/ 1905	Il Pungolo	Giovanni Capacci e F. Susini	SP, cap.	Italiano	
36/ 1905	Il Falegname	--	SP, cap.	Italiano	
37/ 1906	La Parola dei Socialisti	Circolo Karl Marx	SP, cap.	Italiano	
38/ 1906	Il Libertario	Giulio Sorelli	SP, cap.	Italiano	
39/ 1906	La Tribuna Española	--	SP, cap.	Espanhol	
40/ 1908	La Lotta Proletaria	União dos Sindicatosde São Paulo	SP, cap.	Italiano	
41/ 1908	Germinal	Oresti Ristori	SP, cap.	Italiano	
42/ 1908	Il Meridionale	E. Burzacriello	SP, cap.	Italiano	
43/ 1909	Il Ribele	Luigi Cagnetta	SP, cap.	Italiano	
44/ 1910	La Scure	Alceste de Ambrys	RJ e SP	Italiano	

45/ 1911	Don Chisciotte	--	SP, cap.	Italiano	
46/ 1911	El Productor	--	SP, cap.	Espanhol	
47/ 1913	La Propaganda Libertaria	Alessandro Cerchiai	SP, cap.	Italiano	
48/ 1913	La Rebelión	F. de Carvalho	SP, cap.	Italiano	
49/ 1913	La Rebelión	F. de Carvalho	RJ, cap.	Espanhol	
50/ 1914	Pro Vittime Politiche d'Italia	Gigi Damiani	SP, cap.	Espanhol	
51/ 1915	Guerra Sociale	Angelo Bandoni	SP, cap.	Italiano	
52/ 1919	Spaghetto	--	SP, cap.	Italiano	
53/ 1919	Alba Rossa	Oresti Ristori e A. Bandoni	SP, cap.	Italiano	
54/ 1920	La Libertá	--	SP, cap.	Italiano	
55/ 1920	L'Italia	Mariano Mariani	SP, cap.	Italiano	
56/ 1920	La Difesa	Mariano Mariani	SP, cap.	Italiano	
57/ 1920	Der Freie Arbeiter	--	RS, cap.	Alemão	
58/ 1922	Libertá	Alessandro Cerchiai	SP, cap.	Italiano	
59/ 1923	La Difesa	Natai e Vozza	SP, cap.	Italiano	
60/ 1927	Il Rissorgimento	A. Picarollo	SP, cap.	Italiano	

Fonte: Adaptado de FERREIRA, 1978, p. 91-93. Foram inseridos dados obtidos em nossa pesquisa e citados por Astrojildo Pereira (1990), marcados em *italico*.